

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

WILSON SILVA JUNIOR

O CONFLITO AGRÁRIO ENTRE A MADEIREIRA ARAUPEL E O MST NO
SUDOESTE DO PARANÁ E O EXERCÍCIO DE DISTINTAS MASCULINIDADES

PONTA GROSSA
2025

WILSON SILVA JUNIOR

O CONFLITO AGRÁRIO ENTRE A MADEIREIRA ARAUPEL E O MST NO
SUDOESTE DO PARANÁ E O EXERCÍCIO DE DISTINTAS MASCULINIDADES

Tese apresentada para a obtenção do título de doutor pelo Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Gestão do Território: Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat.

PONTA GROSSA
2025

Silva Junior, Wilson

S586 O conflito agrário entre a madeireira Araupel e o MST no sudoeste do Paraná e o exercício de distintas masculinidades / Wilson Silva Junior. Ponta Grossa, 2025.
232 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marcio José Omat.

1. Masculinidades. 2. Conflito agrário. 3. MST. 4. Violência no campo. I. Omat, Marcio José. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

WILSON SILVA JUNIOR

“O CONFLITO AGRÁRIO ENTRE A MADEIREIRA ARAUPEL E O MST NO SUDOESTE DO PARANÁ E O EXERCÍCIO DE DISTINTAS MASCULINIDADES”

Ponta Grossa, 07 de abril de 2025

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Marcio Jose Ornat (UEPG)

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (UEPG)

Prof. Dr. Alides Baptista Chimin Junior (UEPG)

Prof. Dr. Sergio Fajardo (UNICENTRO)

Prof. Dr. Marcelo Barreto (UNICENTRO)



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Ornat, Professor(a)**, em 28/04/2025, às 21:10, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BARRETO, Usuário Externo**, em 28/04/2025, às 21:40, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Fajardo, Usuário Externo**, em 28/04/2025, às 21:47, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alides Baptista Chimin Junior, Professor(a)**, em 28/04/2025, às 21:58, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alexandre Goncalves Cunha, Professor(a)**, em 29/04/2025, às 20:22, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2523146** e o código CRC **9032958C**.

Para Nemi Maria Silva, minha mãe, por seu
infinito amor, que me fez chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de uma tese, embora ela pareça uma produção individual, é uma realização coletiva. Portanto, gostaria de expressar minha gratidão para muitas pessoas que colaboraram com a possibilidade de construir este trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Geografia por todo o aprendizado ao cursar as disciplinas, especialmente aos professores que tive o privilégio de conhecer mais estreitamente. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por conceder bolsa de estudos durante o tempo de realização desta pesquisa. Espero que, como eu, outros estudantes tenham o mesmo apoio, tão importante em um país tão desigual em termos de oportunidades de estudos como é o Brasil.

Gostaria de registrar meu profundo agradecimento à minha família, especialmente a minha mãe, Nemi Maria Silva, que sonhava em me ver “doutor”. Infelizmente, a doença impediu que ela pudesse realizar esse sonho em vida. Espero que, de algum lugar, ela possa sorrir com esta batalha vencida. Aos meus irmãos, Edson Armando Silva, Joseane Luzia Silva, Joseli Maria Silva e Ivan Jairo Junckes, meu cunhado/irmão, agradeço pela força material e psicológica durante os tempos difíceis da doença que me acometeu durante a elaboração da tese. Agradeço a minha enfermeira, Denise Lima, bem como à secretária do lar Eleni Ureinck. Sem vocês, com certeza, não teria vencido os obstáculos que a vida me colocou. Meu profundo muito obrigado!

Agradeço aos professores da banca de qualificação, Heder Leandro Rocha e Luiz Alexandre Gonçalves Dias, pelas críticas que auxiliaram na melhoria das ideias que compõem o documento final. Atesto aqui minha gratidão, mas também admiração por todo o saber que vocês compartilharam!

Agradeço aos membros do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) pela inspiração na abordagem das masculinidades e, em especial, a Cintia Cristina Lisboa da Silva e Adir Felipe dos Santos, pelo companheirismo na época em que estive doente.

Não poderia deixar de agradecer a Emanuelle Alves Adacheski, que revisou o texto e ajudou a superar vários limites que se apresentaram durante o processo de redação.

Ao professor Marcio Jose Ornat, meu orientador, agradeço pelo conhecimento partilhado, suporte, acolhimento e confiança. Isso permitiu que eu fizesse esta caminhada tão importante em minha vida pessoal e profissional.

Agradeço especialmente ao Corintiano e a Leila, por abrirem sua casa para me receber no acampamento Dom Tomás Balduino. Muito obrigado por fazerem de seu lar minha casa durante os meses de trabalho de campo. Acabamos construindo uma amizade que certamente levarei para a vida. Por fim, agradeço especialmente a todas as pessoas que concederam seu tempo para responder às entrevistas e também estabelecer conversas que possibilitaram informações para meus diários de campo. Sem vocês, esta tese não existiria!

O Cordel da Reforma Agrária

Como disse Bertold Brecht
Em lições claras, atentas:
“As águas que fazem o rio
Não são em si turbulentas,
Mas, as margens que comprimem
É que tornam violentas.”

Já dizia Patativa
Nos seus versos sem zum-zum,
Que essa terra é desmedida
E devia ser comum,
Devia ser repartida
Um taco pra cada um.

Há mais de cinquenta anos
Protestava já de pé
A ganância pela terra
Dos homens de pouca fé,
Num cantar de patativa,
Patativa do Assaré.

Consumido pelo tempo
Meio século se passou,
Ficou o campo deserto,
A cidade, então, inchou
E a relação social

No país se complicou.
O Brasil está quebrado,
Falta desenvolvimento,
O desemprego caminha
E faz do homem o fermento
Do processo que resulta
No mundo mais violento.

(Medeiros Braga)

RESUMO

A tese objetiva a compreensão de como o conflito pela terra entre a madeireira Araupel e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no sudoeste do Paraná, se constitui pelo exercício de distintas masculinidades. São investigados os componentes e a dinâmica do conflito agrário na estrutura fundiária paranaense e examinadas as distintas masculinidades que os constituem. A disputa em questão configura uma dinâmica comum a várias disputas de terras no Brasil. Observam-se apropriação indevida de terras públicas por grupos poderosos, expulsão de pequenos agricultores, posseiros e populações tradicionais com extrema violência, assim como a ação ilícita de cartórios de registros de imóveis, associada à apropriação do Estado pelas elites políticas e econômicas, que dificultam a justiça distributiva da terra. O recorte espacial estudado refere-se ao acampamento Dom Tomás Balduino, área ainda em disputa entre a referida empresa e o MST, por ter sido alvo de uma chacina em 2016, cujos responsáveis seguem impunes. Foram utilizadas duas importantes fontes de investigação: documental, incluindo os processos civis disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e oral, com a realização de 25 entrevistas (21 com homens e quatro com mulheres). Os conteúdos discursivos foram sistematizados segundo a metodologia desenvolvida por Silva e Silva (2016). Com a pesquisa, podemos afirmar que o Dom Tomás Balduino é parte de uma totalidade em movimento, resultante de processos em que as elites paranaenses e a concentração fundiária do estado se reproduziram por meio da violência e do controle da política partidária, estabelecendo influência significativa sobre as políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à reforma agrária e ao uso da terra, como foi o caso da Araupel. Embora as elites locais tenham se apropriado de lugares privilegiados na política do Paraná, o âmbito da União ofereceu determinada resistência, modificando a correlação de forças no conflito estudado. A esfera da União, com a entrada do Ministério Público Federal (MPF) e a posição tomada pelo Incra, propiciou fôlego à ocupação e ao assentamento da região em disputa. Na escala local, a prática cotidiana de resistência em permanecer na área do Dom Tomás Balduino ocorre pelo exercício cotidiano do trabalho, das relações políticas e da luta contra a violência. As ações na esfera pública e privada se sustentam em diferentes identidades, e uma das mais importantes é o exercício das masculinidades. Conquistar a terra, trabalhá-la e negociar a guerra e a paz são realidades masculinas, exercidas sem que se reflita sobre sua correspondência com as normas sociais vigentes. A persistência do acampamento se estabelece pelo exercício cotidiano de redes materiais e simbólicas performadas por códigos de masculinidades, como o uso da força, a lealdade ao movimento do MST e às redes de amizades e trocas de favores, o respeito à ancestralidade, a capacidade de negociação política e de criação e sustento das famílias. Assim, esta tese, além de apresentar as relações macroestruturais que envolvem a ocupação e a permanência do acampamento Dom Tomás Balduino, também contribui para a compreensão da escala local e cotidiana de resistências e poderes.

Palavras-chave: Conflito agrário. MST. Araupel. Violência no campo. Masculinidades.

ABSTRACT

This thesis aims to understand how the land conflict between the Araupel Lumber and the Landless Rural Workers' Movement (MST) in the Southwest of Paraná was constituted by the exercise of distinct masculinities. We investigated elements and the dynamics of the agrarian conflict in the rural land structure in the state of Paraná and the distinct masculinities constituting them. The dispute configures a common dynamics already observed in several land disputes in Brazil. They include undue appropriation of public lands by powerful groups, eviction of small farmers, squatters, and traditional populations with extreme violence, as well as the illegal work of land registry offices, associated with the State appropriation by political and economic elites, who hamper the fair and legal distribution of the land. The thesis was developed from a spatial cut of the Dom Tomás Balduino settlement, area still disputed by Araupel and the MST and where an important slaughter occurred in 2016, whose perpetrators remain unpunished. Two relevant sources of investigation were used: documents, which include civil processes made available by the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (National Institute for Colonization and Land Reform); and oral sources, resulting from 25 interviews (with 21 male and 4 female interviewees). The discursive content was systematized using the methodology developed by Silva and Silva (2016). The data analyzed revealed that the Dom Tomás Balduino settlement is a part of the whole in movement, resulting from processes where the elites from Paraná e the state landowners concentration were reproduced by means of violence and the political control of parties, thus establishing a significant influence on public policies, mainly those related to the land reform and use, as in the Araupel case. Although local elites have appropriated privileged places in the Paraná political scenery, the Federal administration offered certain resistance, modifying the correlation of forces in the conflict. In the federal sphere, the involvement of the Federal Prosecutors (MPF) and the position taken by Incra provided some fresh air to the persistence of the occupation and settlement in the region under dispute. At the local level, the everyday practice of resistance and occupation of the Dom Tomás Balduino area is supported by the routine of work, political relations, and the fight against violence. The public and private spheres' actions are developed by different identities, one of the most important is the exercise of masculinities. Conquering the land, working it and negotiating war and peace are male realities, exercised without reflecting upon their correspondence with current social norms. The persistence of the Dom Tomás Balduino settlement is enabled by the everyday exercise of material and symbolic networks, performed by masculinity codes such as the use of force, loyalty to the MST movement and the friendship networks with exchange of favors, respect to ancestralism, and political negotiation skills, along with the ability to raise and support their families. Therefore, this thesis presents, in addition to the macrostructural relationships that involve the occupation and permanence in the Dom Tomás Balduino settlement, a contribution to the understanding of the local and everyday scale of resistance and powers.

Keywords: Land conflict. MST. Araupel. Violence in rural areas. Masculinities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Área de disputa entre a Araupel e o MST no sudoeste do Paraná	18
Figura 2	– Planilha de sistematização dos processos cíveis do Incra	19
Quadro 1	– Amostra de trechos obtidos dos processos por disputa de terra entre Araupel e MST no sudoeste do Paraná	20
Figura 3	– <i>Script</i> para remoção de <i>stopwords</i>	22
Figura 4	– Interface do OpenRefine utilizada na sistematização dos dados ..	23
Figura 5	– Grafo da rede semântica bimodal de palavras e autores: processos cíveis do Incra (totalidade do recorte)	24
Figura 6	– Grafo da rede semântica bimodal de palavras e autores: processos cíveis do Incra (centralidade por grau moderado)	25
Figura 7	– Grafo da rede semântica unimodal de palavras: processos cíveis do Incra	26
Figura 8	– Localização do acampamento Dom Tomás Balduino	28
Figura 9	– Grafo bimodal de frases e palavras: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino	29
Figura 10	– Grafo unimodal de palavras: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino	30
Figura 11	– Exemplo de projeção <i>dual model/one mode</i>	31
Figura 12	– Tela de trabalho no <i>software</i> Taguette, para categorização do discurso das entrevistas	32
Figura 13	– Grafo bimodal de palavras e categorias: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino	33
Gráfico 1	– Artigos científicos com abordagem de conflitos de terras na Geografia brasileira — 1939 a 2020	39
Gráfico 2	– Estratos de avaliação de periódicos científicos que publicam artigos com abordagem de conflitos de terras na Geografia brasileira — 1939 a 2020	40
Gráfico 3	– Temas abordados nos artigos sobre conflitos de terras na Geografia brasileira — 1939 a 2020	42
Gráfico 4	– Número de ocupações de terras e retomadas no Brasil — 1988 a 2018	51
Figura 14	– Distribuição espacial e temporal dos casos de assassinatos no processo de conflitos pela terra no Brasil — 1997 a 2020	54
Gráfico 5	– Distribuição de casos de assassinato no campo por ano — 1997 a 2020	63
Gráfico 6	– Distribuição de casos de assassinatos no campo por gênero — 1997 a 2020	64

Figura 15	– Linha do tempo dos principais eventos que compõem a conflitualidade em torno da área em disputa pela empresa Araupel e o MST	123
Figura 16	– Mapa Colônia: áreas cedidas pelo governo federal — 1930	125
Figura 17	– Mapa Colônia: áreas sobrepostas por concessão do governo estadual — 1950	126
Figura 18	– Mapa de remanescentes de terras em conflito	127
Figura 19	– Mapa da área de conflito reivindicada pela Araupel	128
Figura 20	– Área de disputa entre a Araupel e o MST no sudoeste do Paraná	130
Figura 21	– Grafo 1: grafo unimodal de similaridade do discurso	133
Figura 22	– Placa e ocupante do acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 3 fev. 2016	143
Figura 23	– Ocupação da fazenda Pinhal Ralo — Quedas do Iguaçu (PR), abril de 1996	144
Figura 24	– Jovens do acampamento Herdeiros da Luta — Quedas do Iguaçu (PR), 2014	146
Figura 25	– Início de limpeza de área no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR)	147
Figura 26	– Início de instalações no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR)	147
Figura 27	– Barracão de armazenagem de utensílios e ferramentas comuns, também utilizado para os encontros dos acampados — Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR), 2022	148
Figura 28	– Condições de via de transporte de estudantes, doentes e cargas no período de chuvas — Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR), 2022	149
Figura 29	– Condições do transporte de estudantes no período de chuvas — Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR), 2022	149
Figura 30	– Festa de comemoração de um ano de lutas e resistência no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2016	151
Figura 31	– Barracões para a Escola Itinerante Vagner Lopes no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2022	153
Figura 32	– Fachada do barracão destinado à Escola Itinerante Vagner Lopes no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2022	153
Figura 33	– Escola Itinerante Vagner Lopes no Acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR)	154
Figura 34	– Comemoração da declaração de nulidade do título de propriedade da Araupel/fazenda Rio das Cobras — Quedas do Iguaçu (PR)	155

Figura 35	– Festa de comemoração de três anos do acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2018	156
Figura 36	– Imagem de satélite da área do acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2021	157
Figura 37	– Detalhe de área de cultivo de mandioca, milho, soja e outras culturas no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2023	158
Figura 38	– Preparação de sementes de palmeira juçara — Quedas do Iguaçu (PR), 2023	159
Figura 39	– Preparação para lançamento de sementes de palmeira juçara — Quedas do Iguaçu (PR), 2023	160
Figura 40	– Lançamento de sementes de palmeira juçara — Quedas do Iguaçu (PR), 2023	160
Figura 41	– Mapa das edificações e estrutura básica do acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), agosto de 2024	161
Quadro 2	– Características das pessoas entrevistadas – acampamento Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR), 2022 e 2023	166
Figura 42	– Grafo de rede unimodal topológica de palavras: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023	169
Figura 43	– Grafo de rede unimodal topológica de categorias: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023	174
Figura 44	– Grafo de rede unimodal modular da rede semântica de categorias discursivas: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023	177
Figura 45	– Categorias discursivas: comunidade 1 — entrevistas Dom Tomás Balduino, 2022 e 2023	177
Figura 46	– Mídia regional do MST recorda episódio de morte no acampamento Dom Tomás Balduino	179
Figura 47	– Ocupação da área da Araupel pelo MST	182
Figura 48	– Categorias discursivas: comunidade 2 — entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino, 2022 e 2023	184
Figura 49	– Categorias discursivas: comunidade 3 — entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino, 2022 e 2023	191
Figura 50	– Categorias discursivas: comunidade 4 — entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino, 2022 e 2023	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Concentração fundiária no Brasil — 2018	37
Tabela 2	–	Distribuição de artigos com abordagem em conflitos de terras na Geografia brasileira nos periódicos científicos nacionais — 1939 a 2020	40
Tabela 3	–	Distribuição de casos de assassinatos no campo por região — 1997 a 2020.....	55
Tabela 4	–	Distribuição de casos de assassinatos no campo por categoria agregada — 1997 a 2020	55
Tabela 5	–	Métrica dos 50 primeiros nós da rede unimodal de palavras em ordem decrescente: entrevistas Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023	169
Tabela 6	–	Métrica das 50 primeiras arestas da rede unimodal de palavras: entrevistas Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023	170
Tabela 7	–	Métrica dos 29 nós da rede unimodal de categorias em ordem decrescente: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023	174
Tabela 8	–	Métrica das 30 primeiras arestas da rede unimodal de categorias: entrevistas Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023	175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 — MASCULINIDADES E OS CONFLITOS PELA TERRA: AGENTES E AS DISTINTAS FORMAS DE CONFRONTO.....	36
1.1 OS CONFLITOS PELA TERRA E AGENTES ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO	43
1.2 MASCULINIDADES E A DISPUTA PELA TERRA.....	62
CAPÍTULO 2 — A LUTA INVISÍVEL: A DISPUTA PELA TERRA NO PARANÁ E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL	78
2.1 A VIOLÊNCIA NA FORMAÇÃO SOCIAL DO PARANÁ E AS IMPLICAÇÕES DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA: UMA CRÍTICA À NARRATIVA DO DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO	81
2.1.1 As mazelas da concentração fundiária promovidas pelas elites ruralistas	81
2.1.2 Os marcos legais da propriedade privada no Brasil	88
2.2 O CONFLITO PELA TERRA: UMA REALIDADE OCULTA NA HISTÓRIA DO PARANÁ	94
2.3 A LUTA PELA TERRA E O SURGIMENTO DE NOVOS ATORES SOCIAIS: O MPF E O MST	100
CAPÍTULO 3 — OS CONFLITOS ENTRE A ARAUPEL E O MST NO SUDOESTE DO PARANÁ: O CASO DA OCUPAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO	112
3.1 ESTADO, CONFLITUALIDADE E TRANSFORMAÇÕES DA GESTÃO DA POLÍTICA DE TERRAS NO PARANÁ	112
3.2 AS DIFERENTES POSIÇÕES DO ESTADO NA CONFLITUALIDADE ESTABELECIDADA ENTRE A ARAUPEL E O MST	121
3.3 A ANÁLISE DE CONTEÚDO DO DISCURSO JURÍDICO-POLÍTICO SOBRE A DISPUTA DE TERRAS ENTRE A ARAUPEL E O MST	132
3.3.1 Argumentos da Arauapel	134
3.3.2 Argumentos da Justiça estadual	135
3.3.3 Argumentos do Incra.....	137
3.3.4 Argumentos do MPF	138
3.3.5 Participação do BRDE e da PMPR.....	139
3.3.6 Posicionamentos da Justiça Federal	140
3.4 O ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO: AÇÕES DE RESISTÊNCIA DO MST.....	142
CAPÍTULO 4 — ELEMENTOS CONSTITUINTES DAS MASCULINIDADES DOS INTEGRANTES DO MST NA OCUPAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO	164

4.1	AS REDES DA ESTRUTURA SEMÂNTICA DO DISCURSO: TOPOLOGIA E MODULARIDADE	173
4.2	VIOLÊNCIA E AS NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS NA CONQUISTA DA TERRA: A CORAGEM DE ENFRENTAR A MORTE.....	177
4.3	O TRABALHO, A FAMÍLIA E A ANCESTRALIDADE COMO ELEMENTOS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	184
4.4	O MST E A CONSTRUÇÃO DA LEALDADE E DA SOLIDARIEDADE MASCULINAS	191
4.5	A HONRA E A VERGONHA NO UNIVERSO MASCULINO DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS		201
REFERÊNCIAS		205
GLOSSÁRIO		227
APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO — QUEDAS DO IGUAÇU, PARANÁ.....		229
APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO		231

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva a compreensão de como o conflito pela terra entre a madeireira Araupel e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir de 1997, no sudoeste do Paraná, se constitui pelo exercício de distintas masculinidades. Para tanto, investigamos aqui os elementos componentes do conflito agrário na estrutura fundiária paranaense, exploramos como ocorreu a dinâmica dos conflitos deflagrados entre as mencionadas partes, bem como examinamos as distintas masculinidades constituidoras da dinâmica dos conflitos em tela.

O caminho investigativo traçado para esta pesquisa incorpora elementos tanto pessoais como científicos. Do ponto de vista pessoal, minha trajetória está ligada aos processos de mapeamento e de levantamento de dados cadastrais de terras rurais durante o período de atuação profissional no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Nesse exercício, foi possível constatar que a terra rural é majoritariamente masculina. Há uma forte tradição de que o trabalho da agricultura é desenvolvido por homens e que são eles os responsáveis predominantes por essas áreas, mesmo que a presença feminina seja crescente e importante.

Inicialmente, mesmo tendo contato com a realidade da propriedade masculina da terra, pensar sobre isso, como geógrafo, não era algo plausível, pois na época minha atenção estava voltada para cartografia e geotecnologias. Contudo, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), resolvi aprofundar o questionamento sobre a preponderância da figura masculina como dona da terra e encontrei no Grupo de Estudos Territoriais (GETE) uma oportunidade, já que este tem produção na área de gênero.

Em consonância com os estudos tradicionais do GETE sobre gênero, percebi que a abordagem das masculinidades no grupo se dava predominantemente no espaço urbano, tal como as pesquisas desenvolvidas por Chimin Junior (2009), Rossi (2010, 2017), Gomes (2013, 2018), Rocha (2013) e Gontarek (2020). Uma pesquisa que explorasse as masculinidades na área rural apresentava-se como uma provocativa oportunidade de investigação. Mas, além disso, havia uma lacuna na Geografia brasileira sobre a discussão dos conflitos em torno do acesso à terra, pois há uma tradição das pesquisas nesse campo em abordar a produção do espaço geográfico a partir da ação de agentes genéricos, como movimentos sociais, proprietários fundiários, governos e Estado.

Um levantamento realizado no Observatório da Geografia Brasileira (OGB), coordenado pelo GETE, nos campos de busca 'título', 'palavras-chave' e 'resumo', rastreando as palavras 'disputa', 'violência', 'grilagem', 'invasão', 'conflito', 'ocupação', 'MST', 'questão agrária' e 'masculinidade', resultou em 581 artigos (de um universo de 28.823), que constam em 98 revistas do período de 1939-2020, em todos os estratos do quadriênio avaliativo de Qualis 2013-2016¹. Desse número, descartamos 59 artigos, que abordavam espaço urbano (32), geoprocessamento/cartografia digital (3), geologia/geomorfologia (12), biogeografia (6), epistemologia da geografia (7).

Do total de 522 artigos remanescentes, 24 tratavam as masculinidades; desses, 23 partiam do espaço urbano, restando apenas um com abordagem no espaço rural. Havia, portanto, 499 artigos científicos sem cruzamento entre masculinidades e luta pela terra no campo. O único artigo encontrado sobre as masculinidades no campo não se refere às lutas pelo acesso à terra. Trata-se do artigo intitulado "Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul - uma abordagem a partir das condições regionais", de autoria de Cassiane da Costa e José Marcos Froehlich, publicado em 2014 no periódico Campo-Território: Revista de Geografia Agrária. No texto, os autores retratam o êxodo rural seletivo de mulheres frente ao processo de tecnificação do campo, apontando para as dificuldades de manutenção da agricultura familiar a partir de uma população crescentemente masculina.

Entre os 499 artigos considerados, foi possível constatar uma abordagem de gênero na luta pelo acesso à terra, pois 17 artigos traziam uma abordagem generificada. Contudo, 16 deles abordavam as mulheres e suas ações. Assim, a análise da produção científica nacional na Geografia que envolve luta pelo acesso à terra no campo e masculinidades resultou numa espécie de vazio, já que as abordagens de gênero privilegiam o universo feminino e o único artigo encontrado sobre masculinidades não foca nas lutas e conflitos pela terra.

Portanto, esta tese cobre uma lacuna temática na Geografia brasileira, já que as masculinidades na luta pela terra ainda não são exploradas na instituição do espaço geográfico.

Para atingir o objetivo elencado de compreensão de como o conflito pela terra entre a madeireira Araupel e o MST no sudoeste do Paraná se constitui pelo exercício

¹ Busca realizada em 20 de agosto de 2022 em: <http://www.observatoriodageografia.uepg.br/>, do OGB.

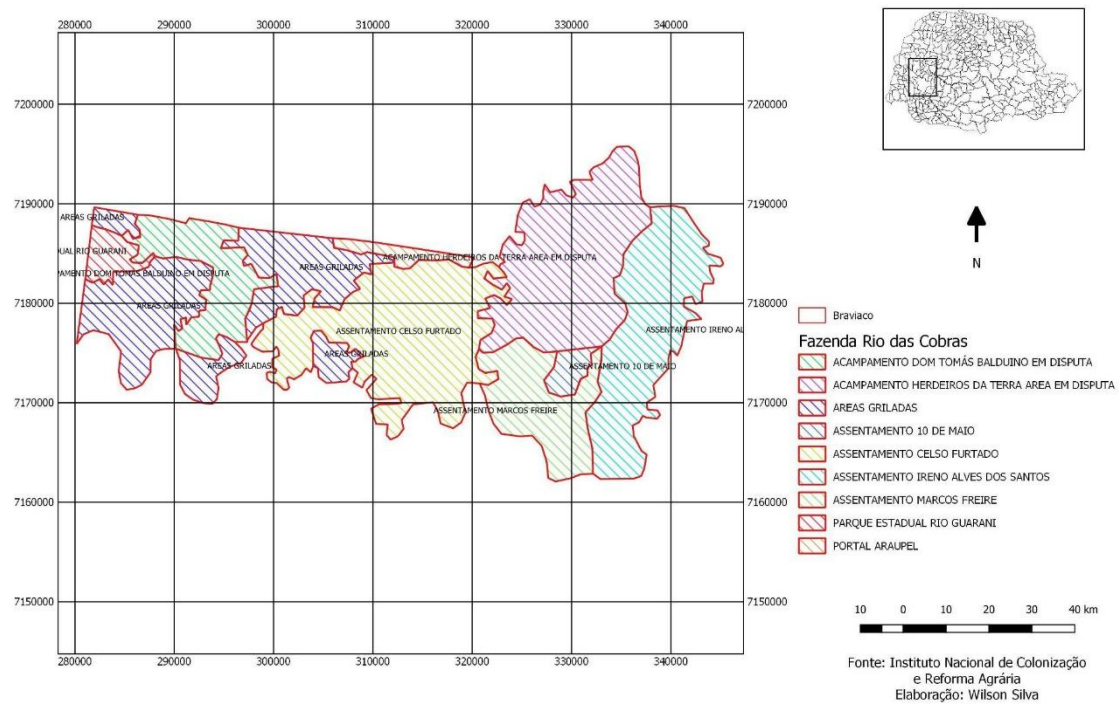
de distintas masculinidades, realizamos dois caminhos investigativos. O primeiro deles foi um levantamento dos processos que constavam no Incra relativos à área de estudo. Escolhemos seis processos cíveis disponibilizados no instituto, publicizados pelo sistema de informação do Estado [Processos de número: 0625.028588/2018-56, 54000.124013/2018-30, 54200.000966.2011.81, 54000.001709/2009-06 (v 1 e 2), 01086.000070/2018.65, 01086.000183/2017.80 e 02017.019275/1997.13]. Esses processos totalizam 4.614 páginas e envolvem duas fazendas, a Pinhal Ralo e a Rio das Cobras, que possuem diversas escrituras consideradas nulas pelo governo federal.

Os processos são desdobramentos do pedido de reintegração de posse das áreas das referidas fazendas pela empresa Araupel, uma das maiores empresas de produção e beneficiamento de madeira do Brasil, contra a ocupação realizada pelo MST. A reivindicação inicial da posse da área pela empresa levou a uma série de desdobramentos legais que compõem os processos analisados. O elemento de interesse nos processos são as diferentes posições adotadas pelo Estado no conflito estabelecido. As áreas correspondentes à fazenda Pinhal Ralo transformaram-se em assentamentos e já estão regularizadas, mas as áreas da fazenda Rio das Cobras, enfocadas nesta tese, são ainda objeto de conflito. É importante destacar que a escolha dos processos cíveis como principal fonte de informação sobre o conflito se deve ao fato de que é na esfera jurídico-política que as disputas são mediadas e resolvidas no Estado moderno. O processo é uma tessitura multi e interescalar que revela tanto os compromissos pessoais, locais e regionais dos atores em disputa, quanto elementos e agentes de escalas mais amplas, como órgãos, instituições e legislação federais.

Embora haja um processo histórico que vai paulatinamente constituindo as disputas de terras na área e que remonta ao período imperial (essa dinâmica será abordada pela via documental), o recorte para aprofundamento da análise está no período em que o MST atuou como um agente social importante, questionando, por meio das ações de ocupação das terras em questão, a pretensa propriedade privada reivindicada pela empresa Araupel. Logo, o recorte temporal de análise do fenômeno é contemporâneo: inicia-se em 1997, período em que o conflito entre a Araupel e o MST ocorre, a partir da ocupação pelo movimento social da área que supostamente seria de propriedade da empresa. A figura 1 a seguir distingue a área total do conflito, que envolve atualmente várias áreas de assentamentos rurais já realizados pelo

governo federal, como os assentamentos 10 de Maio, Celso Furtado, Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. Ainda há algumas áreas em situação de acampamento, caso do Dom Tomás Balduino e do Herdeiros da Terra.

Figura 1 – Área de disputa entre a Arauapel e o MST no sudoeste do Paraná



Fonte: O autor, com dados do Incra (DF).

Primeiramente, tratamos o material proveniente dos processos investigados a partir da extração das informações que eram relevantes para a pesquisa, já que nem todo o conteúdo dos processos serviria como fonte de informação. Assim, elaboramos uma tabela em que constam os elementos capazes de produzir informações válidas. A planilha de exemplo abaixo (figura 2) demonstra a ação que desenvolvemos.

Figura 2 – Planilha de sistematização dos processos cíveis do Incra

num processo	tipo de processo	data protocolo	localização	objeto conflito	agentes conflito	agentes promovedores promovidos e terceiros	alegações narrativas fontes e fatos	tipo de violência e vitimização	advogados das partes	citações no processo	alegação de terceiros
Processo 0003168-98.2016.8.16.0140	1707 - Reintegração / Manutenção de Posse	22/11/16	Quedas do Iguaçu	disputa pelo imóvel	Ibersul mst	Araupel MST Estado paraná	- 01 - Ação de empresa	Acusação de incêndio e destruição da infraestrutura da empresa	Edemar Antão	Ainda, por meio do Boletim de Ocorr	
Processo 0003168-98.2016.8.16.0140	1707 - Reintegração / Manutenção de Posse	23/11/16	Quedas do Iguaçu	disputa pelo imóvel	Ibersul mst	Araupel MST	- 01 - Ação de propriedade	Acusação de esbulho e destruição de propriedade	Edemar Antão	A Requerente estava na posse integ	
Processo 0003168-98.2016.8.16.0140	1707 - Reintegração / Manutenção de Posse	23/11/16	Quedas do Iguaçu	disputa pelo imóvel	Ibersul mst	Araupel MST	- 01 - Ação de Pedido de ação da Polícia militar		Edemar Antão	No caso em tela, o esbulho possessório praticado pelos Rei	
Processo 0003168-98.2016.8.16.0140	1707 - Reintegração / Manutenção de Posse	23/11/16	Quedas do Iguaçu	disputa pelo imóvel	Ibersul mst	Araupel MST	- 01 - Ação de Reintegração		Edemar Antão	Os Requeridos se encontram esbulhando área de propriedade. Pois bem, estando o imóvel objeto dos presentes autos, de propriedade da Requerente, sendo esbulhado, a reintegração de posse é o "remedium iuris" adequado, restando, assim, caracterizados os requisitos legais à ação possessória ora proposta, pois, demonstrou-se	

Fonte: O autor, com dados dos processos cíveis do Incra de número: 0625.028588/2018-56, 54000.124013/2018-30, 54200.000966.2011.81, 54000.001709/2009-06 (v 1 e 2), 01086.000070/2018.65, 01086.000183/2017.80 e 02017.019275/1997.13).

Como demonstramos na figura acima, coletamos as seguintes informações: número do processo, tipo de processo (cível ou judicial), protocolo, localização, objeto do conflito, agentes do conflito, agentes propiciadores e terceiros, representação judicial, alegações e/ou narrativas e fatos, tipos de violência e vitimização, advogados das partes, citações no processo, narrativas e alegações de terceiros.

Posteriormente, separamos os trechos de narrativas dos processos em que advogados, instituições do Estado e juízes se manifestaram, material que totalizou 236 páginas. Submetemos o conteúdo discursivo a várias etapas de tratamento, já que a linguagem jurídica é padronizada e determinados termos repetitivos poluíam a narrativa-base para posterior análise.

Para a análise dos textos, optamos pela metodologia de análise semântica desenvolvida por Silva e Silva (2016), que consiste no estudo das relações entre palavras, autores e conceitos ou categorias em um determinado conjunto discursivo. A rede de sentidos é expressa em um grafo, que representa a relação entre os conceitos; nele, os nós exprimem conceitos, e as arestas, as relações entre eles. Os métodos de análise de redes semânticas permitem calcular diversas formas de centralidade e de modularidade nas redes de sentido produzidas, assim como identificar padrões e a presença de posições atípicas ao padrão discursivo. A análise de redes semânticas é uma ferramenta poderosa para a compreensão de estruturas complexas de dados, para a descoberta de novas relações e informações, bem como

para compreender a posicionalidade dos atores dos discursos em relação à topologia de sentidos revelada pela rede.

O discurso jurídico se revelou particularmente desafiador na análise proposta por Silva e Silva (2016) e também por Bardin (1977). Precisamos trabalhar o discurso, marcado pela significativa presença de expressões protocolares próprias do campo, para destacar as expressões portadoras de sentido que tinham potencial para revelar os diferentes posicionamentos diante do objeto em disputa e assim apontar para as proximidades e diferenças nos posicionamentos dos atores que atuaram no processo. O primeiro passo foi a elaboração de uma planilha com os trechos reveladores do discurso relacionados aos seus autores. Como exemplo, apresentamos o quadro abaixo com apenas duas citações:

Quadro 1 – Amostra de trechos obtidos dos processos por disputa de terra entre Araupel e MST no sudoeste do Paraná

(continua)

Citações no processo	Autor
Os imóveis contíguos acima descritos estão encravados em região rural próxima da Cidade de Quedas do Iguaçu e abrigam os parques fabris da empresa ora Requerente (Araupel S/A.), assim como, da empresa Ibersul Industria de Papel e Celulose Ltda., contando com grande valor imobiliário, sendo vital para ambas as empresas. No local a Requerente possui sua fábrica, viveiro de mudas, além de demais instalações e equipamentos, imprescindíveis para a continuidade do desenvolvimento das suas atividades. Porém Excelência, em data de 18 de novembro de 2016 (sexta-feira passada), por volta das 16h:00m, os Requeridos e demais pessoas ainda não identificadas, todos supostamente integrantes da denominada “Via Camponesa”, adentraram no imóvel de propriedade e posse da Requerente, armando barracos de lona, praticando esbulho no imóvel aludido. Comprova-se esta situação por meio do Boletim de Ocorrência nº 2016/1193435, lavrado pela Polícia Militar do Estado do Paraná, o qual segue anexo, que traz o seguinte teor em sua descrição sumária da ocorrência: Também se comprova esta situação por meio do Boletim de Ocorrência nº 2016/1192354, lavrado pela Polícia Civil do Estado do Paraná, o qual segue anexo, que traz o seguinte teor em sua descrição sumária da ocorrência: passada), conforme relatam os Boletins de Ocorrência Policial, oportunidade em que algumas pessoas adentraram a propriedade da Requerente, sem respeitar o direito à propriedade, havendo necessidade da respectiva restituição da posse em razão do esbulho que está sendo praticado. O Boletim de Ocorrência nº 2016/1200798, lavrado pela Polícia Civil do Estado do Paraná, em data de 21 de novembro de 2016, o qual segue anexo, traz em sua descrição sumária da ocorrência a relutância dos invasores em deixar a área invadida, causando danos à empresa e ao meio-ambiente: Destaca-se que a Requerente antecipadamente ficou ciente do risco de invasão do imóvel, buscando proteção da autoridade policial para evitar o esbulho – o que não ocorreu, comprova-se esta situação por meio do Boletim de Ocorrência nº 2016/1118217, lavrado pela Polícia Civil do Estado do Paraná, em data de 31 de outubro de 2016, o qual segue anexo, que traz o seguinte teor em sua descrição sumária da ocorrência: Ainda, por meio do Boletim de Ocorrência nº 2016/1143413, lavrado pela Polícia Civil do Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2016, o qual segue anexo, que traz o seguinte teor em sua descrição sumária da ocorrência:	Araupel

Quadro 1 – Amostra de trechos obtidos dos processos por disputa de terra entre Araupel e MST no sudoeste do Paraná

(conclusão)

Citações no processo	Autor
Ainda, por meio do Boletim de Ocorrência nº 2016/1143413, lavrado pela Polícia Civil do Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2016, o qual segue anexo, que traz o seguinte teor em sua descrição sumária da ocorrência: Frisa-se que no local existe estrada que dá acesso à entrada da empresa Ibersul, a qual também está ocupada pelos invasores. Salienta-se que os invasores estão acampados principalmente há aproximadamente 200 (duzentos) metros do viveiro de mudas e há aproximadamente 900 (novecentos) metros da indústria, pertencentes à Requerente. No local a Requerente possui sua fábrica que está correndo sério risco de invasão. Convém apontar que o viveiro de mudas da empresa no começo deste ano já sofreu atentado por parte de invasores, por meio de incêndio criminoso, o qual atingiu proporções que acabaram por destruí-lo integralmente, causando prejuízo de milhares de reais para a Requerente (fotografias anexo). Em razão das reiteradas invasões perpetradas em face da Requerente, esta inclusive vem sendo obrigada a demitir empregados (segue notícia anexo). A empresa vem tendo enormes dificuldades para dar continuidade ao desenvolvimento das suas atividades. Absurdo!!! As empresas estão sendo obrigadas a dividir espaço com os invasores, os quais já passam de 100 (cem) pessoas. As imagens fotográficas apresentadas em anexo demonstram o imóvel esbulhado e descrito nesta inicial com barracos de lona construídos, restando evidenciado o esbulho que a Requerente está sofrendo. Demonstrou-se que a Requerente estava na posse integral do imóvel, estando atualmente com posse parcial do imóvel, se restringindo praticamente ao local que se encontra as suas instalações – correndo grande perigo de sofrer enorme prejuízo. Os Requeridos estão praticando esbulho. O esbulho iniciou em data de 18 de novembro de 2016. A Requerente perdeu a posse justificando a medida reintegratória. Desta forma, alternativa não há à Requerente a não ser acionar a Função Jurisdicional do Estado para fazer valer o seu direito, consubstanciado em ser reintegrada na posse do imóvel que lhe pertence.	Araupel

Fonte: O autor, com dados dos processos cíveis do Incra de número: 0625.028588/2018-56, 54000.124013/2018-30, 54200.000966.2011.81, 54000.001709/2009-06 (v 1 e 2), 01086.000070/2018.65, 01086.000183/2017.80 e 02017.019275/1997.13).

O procedimento seguinte foi retirar dos documentos os trechos nos quais os autores expressam um posicionamento dotado de sentido no processo, abandonando as expressões que se referiam a procedimentos burocráticos processuais, como, por exemplo, a determinação de se anexar um documento ou intimar uma parte. Nas experimentações iniciais, as expressões protocolares e procedimentos burocráticos inviabilizaram a identificação das concentrações semânticas, pois estavam presentes no discurso de todos os atores do processo, independentemente de sua posição ou interesse em relação ao objeto de análise.

O próximo passo foi o tratamento do texto em três fases. A primeira foi a aplicação de um *script* (código de procedimentos) para a retirada das ‘*stopwords*’, palavras cujo sentido no texto é dado apenas pelo seu contexto e que, ao serem colocadas em uma rede, inviabilizam a identificação dos sentidos próprios. São exemplos conectivos, artigos indefinidos ou preposições, encontradas no discurso de

todos os atores e que não revelavam sua posicionalidade. Ao contrário, as palavras ‘invasão’ ou ‘ocupação’ expõem uma posição do autor diante do conflito em questão. O pressuposto da metodologia é que a concentração das palavras significativas permite identificar os argumentos centrais em um ‘*corpus* textual’ e revelar proximidades e diferenças entre os discursos dos diversos atores. Um extrato do *script* utilizado nos trabalhos pode ser observado na figura 3, a seguir.

Figura 3 – *Script* para remoção de *stopwords*

```
[
  {
    "op": "core/text-transform",
    "engineConfig": {
      "facets": [],
      "mode": "record-based"
    },
    "columnName": "Limpar",
    "expression": "value.replace(/\\ba\\b/i,\\\"\\\")",
    "onError": "keep-original",
    "repeat": false,
    "repeatCount": 10,
    "description": "Text transform on cells in column Limpar using expression
value.replace(/\\ba\\b/i,\\\"\\\")"
  }
]
```

Fonte: O autor.

Após a retirada das *stopwords*, o próximo passo foi a ‘lematização’, isto é, a redução de todas as palavras flexionadas ao seu ‘lema’, seu sentido básico, de maneira a poder medir o peso de sua presença no discurso de um determinado autor. Por exemplo, ‘trabalhei’, ‘trabalharam’ e ‘trabalhou’ são reduzidos à forma infinitiva ‘trabalhar’, para tornar possível o cálculo do peso de sua presença no discurso de um ator e, conseqüentemente, a comparação com o peso da presença no discurso de outro dos atores. Esses procedimentos básicos são efetuados através da comparação do ‘*corpus* discursivo’ com dicionários padrão da língua portuguesa. Assim podemos medir a similaridade dos discursos de diversos atores numa rede.

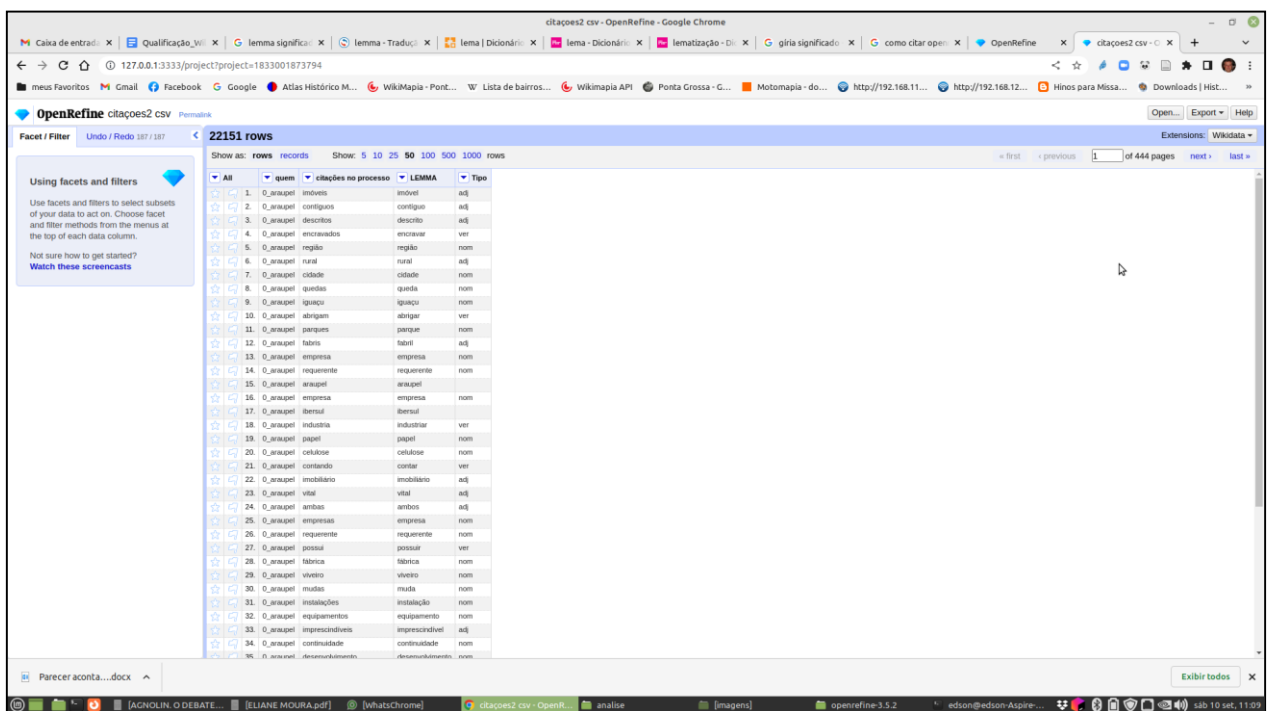
Depois dos procedimentos básicos de retirada de termos não significativos e de lematização, procedemos a uma nova verificação no texto, pois nem todos os termos do discurso se ajustam ao contido no dicionário padrão. Podem existir expressões metafóricas, informais ou simplesmente erros de digitação que fazem com que parte do vocabulário não possa ser padronizada com o auxílio do dicionário

padrão. Dessa forma, fizemos um processo de limpeza manual, dando preferência aos termos com maior ocorrência no discurso e, portanto, com maior potencial nos agrupamentos semânticos.

Esses procedimentos de tratamento do texto foram realizados com o *software* OpenRefine, uma ferramenta *open source* para tratar informações pouco sistematizadas que permite intervir no conjunto dos textos de modo semiautomatizado, mas sem perder o controle, de maneira a considerar as especificidades do vocabulário analisado. No nosso caso específico, nos permitiu considerar as especificidades do vocabulário jurídico.

Feito o tratamento inicial de retirada de *stopwords* e lematização, o OpenRefine oferece ferramentas adicionais, como diversos algoritmos de clusterização, pelos quais é possível, por exemplo, reunir por proximidade de escrita ou fonética palavras que não tenham sido agrupadas por diversas razões, entre elas, pequenos erros de grafia.

Figura 4 – Interface do OpenRefine utilizada na sistematização dos dados



Fonte: Captura de tela.

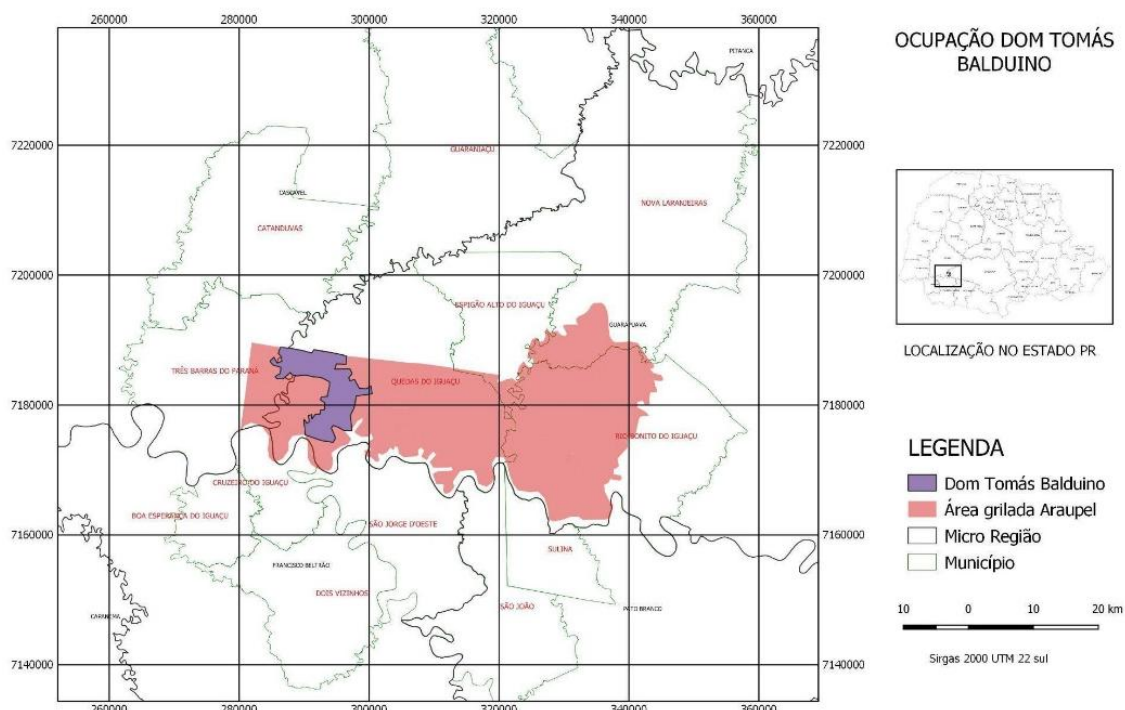
O resultado do tratamento do texto é uma planilha com duas colunas relacionadas: uma com o autor do discurso e a outra com o termo que irá representar um dos nós da rede e corresponde ao núcleo básico do sentido através do lema.

Fonte: O autor, com dados dos processos cíveis do Incra de número: 0625.028588/2018-56, 54000.124013/2018-30, 54200.000966.2011.81, 54000.001709/2009-06 (v 1 e 2), 01086.000070/2018.65, 01086.000183/2017.80 e 02017.019275/1997.13).

Outro expediente fundamental de investigação foi o levantamento de dados dos assassinatos de pessoas em conflitos de terras no Brasil do repositório documental da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Há uma série documental, em constante atualização, em que são registrados os homicídios, bem como informações básicas da vítima, desde o ano de 1997. Nos documentos arquivados até 2020, constavam 25 relatórios, totalizando 881 homicídios no período. Os relatórios contêm alguns dados básicos da vítima, como nome, idade, ocupação, local do assassinato; em alguns dos relatórios, há a indicação dos suspeitos pelo crime (CPT, 1997-2020). Os dados foram sistematizados por meio da organização de uma planilha de cálculos que permitiu a elaboração de gráficos e tabelas que compõem esta tese.

Após a análise dos documentos sobre o conflito da empresa Araupel e o MST, foi necessário escolher uma área que pudesse ser explorada com maior profundidade. Escolhemos o acampamento Dom Tomás Balduino, que abriga 576 famílias em uma área de 9.257 hectares ou 92,57 km² (ver figura 8). A escolha dessa área para realizar o aprofundamento da investigação se deu pelo fato de que ela ainda se encontra com relações de tensionamento, porque as famílias estão acampadas e o assentamento ainda não está regularizado. Além disso, no ano de 2016, houve o assassinato de dois integrantes do MST (Vilmar Bordim e Leonir Orback) por agentes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Esse episódio ainda é lembrado pelos acampados e um importante catalisador da memória do grupo em torno dos confrontos ocorridos na região. A figura 8 a seguir representa a localização da área em que foi realizado o levantamento de campo.

Figura 8 – Localização do acampamento Dom Tomás Balduino



Fonte: O autor, com dados do Incra.

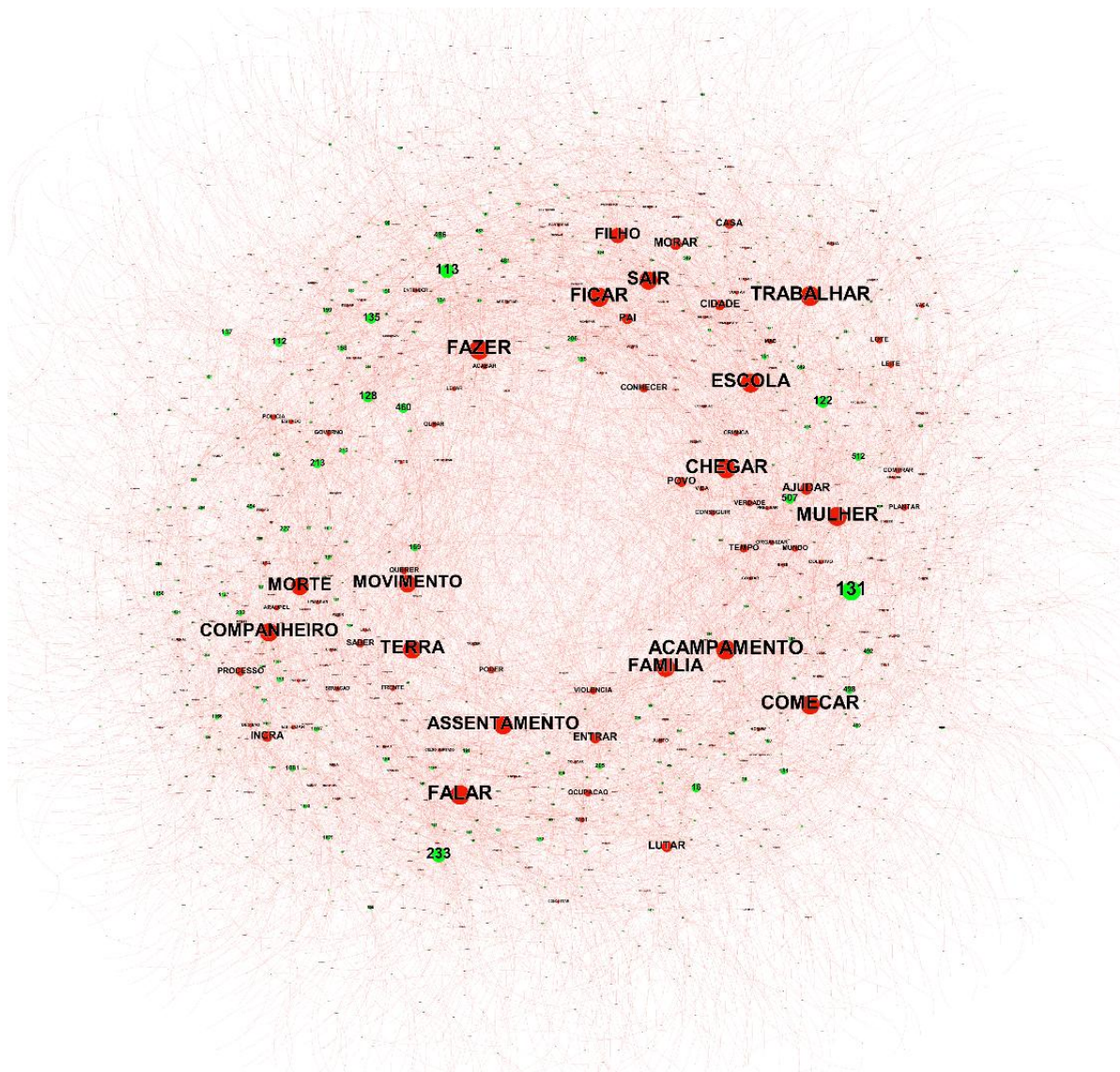
O trabalho de campo foi realizado no acampamento Dom Tomás Balduino em duas etapas, uma em 2022, durante o período de 7 de abril a 25 de maio, e a outra em 2023, entre 20 de junho e 25 de julho. Foram realizadas 25 entrevistas⁴, com 21 homens e 4 mulheres, com base no roteiro do Apêndice A. A caracterização das pessoas que concederam entrevistas está detalhada no Capítulo 4.

O conteúdo das entrevistas foi transcrito na íntegra e tratado no *software* OpenRefine, para decomposição das frases em palavras, retirada de *stopwords*, lematização e agrupamento de conjuntos de palavras por proximidade fonética ou ortográfica. Após esse tratamento, as colunas do OpenRefine foram exportadas e, por meio do *software* Gephi 0.9.5, geramos uma rede bimodal (frase; palavra) composta por 3.912 nós (frases e palavras) conectados por 8.700 arestas (ligações entre frases e palavras)⁵. O grafo da rede inicial de frases e palavras pode ser observado na figura 9 a seguir, na qual os nós em verde representam as frases, e os nós em vermelho, as palavras.

⁴ Com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Apêndice B).

⁵ Tanto o arquivo de rede quanto os relatórios de métricas de nós e arestas podem ser acessados em <https://www.kaggle.com/datasets/datarepository/masculinidades1>.

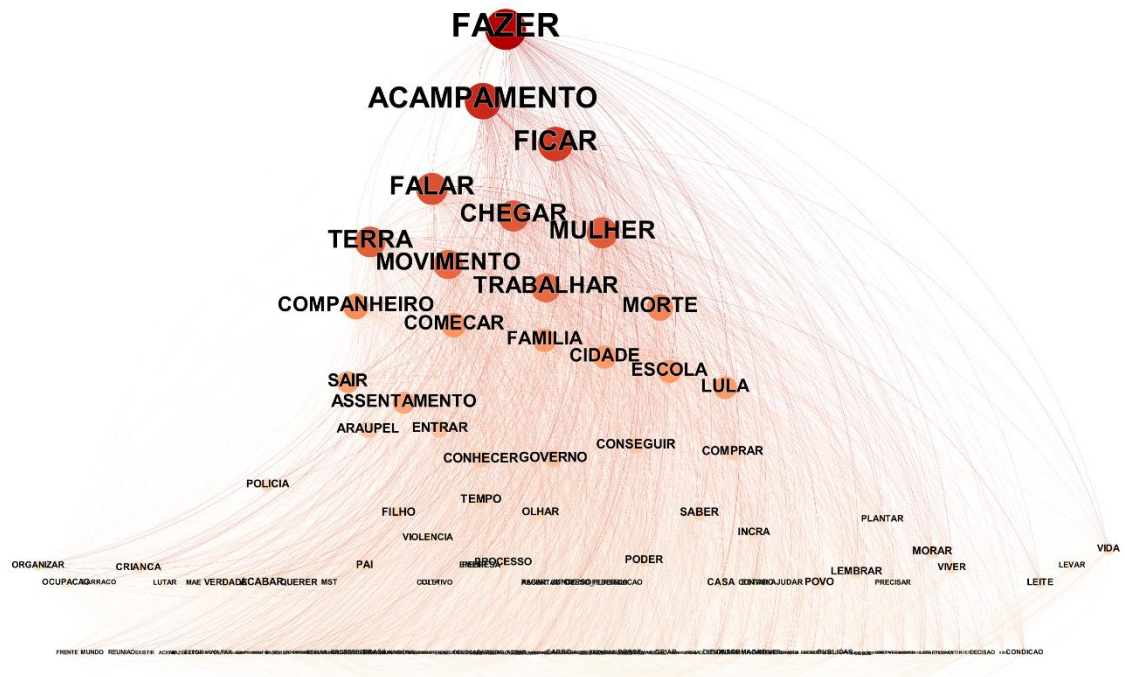
Figura 9 – Grafo bimodal de frases e palavras: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino



Fonte: O autor.

A rede bimodal frase-palavras foi submetida ao recurso de projeção multimodal no *software* Gephi 0.9.5 para construção de uma rede (unimodal) de palavras conectadas através das frases, cuja topologia pode ser observada no grafo apresentado na figura 10, a seguir, composto por 2.316 nós (palavras) conectados por 36.875 arestas.

Figura 10 – Grafo unimodal de palavras: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino

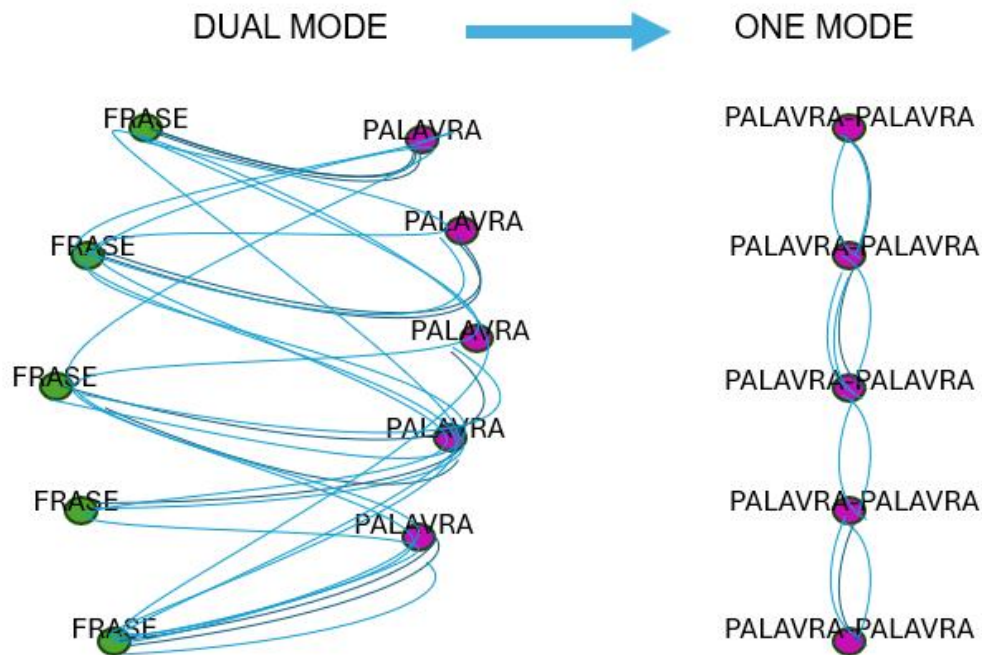


Fonte: O autor.

O procedimento de transformar a rede bipartida (*dual mode*) em uma rede monopartida (*one mode*), ou seja, converter a relação frase-palavra em uma relação palavra-palavra, pode ser melhor compreendido a partir de uma analogia e uma imagem (grafo) propostas e elaboradas por Geara (2017):

A conversão para *one mode* apresenta analogia com o caso fictício de primos que vêm a se conhecer no velório de um tio. Eles sempre foram primos, porém nunca se conheceram ou nem sabiam um da existência do outro. O elo entre eles era um tio em comum. Com o falecimento do tio (supressão do nó “tio”) ambos os primos comparecem ao velório e, ao se conhecerem, é desvendada uma relação de parentesco até então ignorada ou oculta. Esse tipo de metarrelação é explicitada na análise de redes pelo recurso de conversão *dual mode / one mode* (Geara, 2017, p. 42).

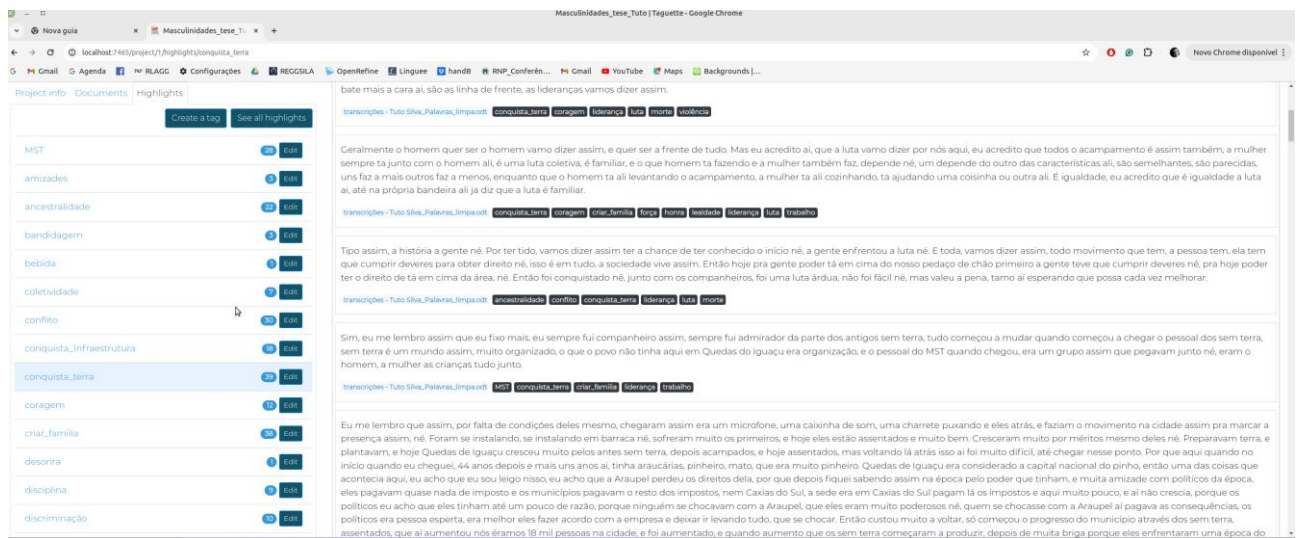
Figura 11 – Exemplo de projeção *dual mode/one mode*



Fonte: Adaptado de GEARA, L. E. **O investimento eleitoral e as elites político-empresariais nas comissões da câmara dos deputados em 2016**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017. p. 43.

A rede unimodal de palavras (meta)conectadas por frases foi analisada por suas métricas de hierarquização de palavras e arestas para orientar os trabalhos de categorização das falas. Foram definidas 29 categorias discursivas, com as quais interpretamos o discurso, utilizando a mediação da fala direta das pessoas entrevistadas com os objetivos que se quer atingir com a tese. A categorização do discurso foi realizada através do *software* Taguette, que atribui a cada trecho de frase uma *tag* ou etiqueta de classificação/categorização. Um extrato dos trabalhos no Taguette pode ser observado na figura 12 a seguir.

Figura 12 – Tela de trabalho no *software* Taguette, para categorização do discurso das entrevistas

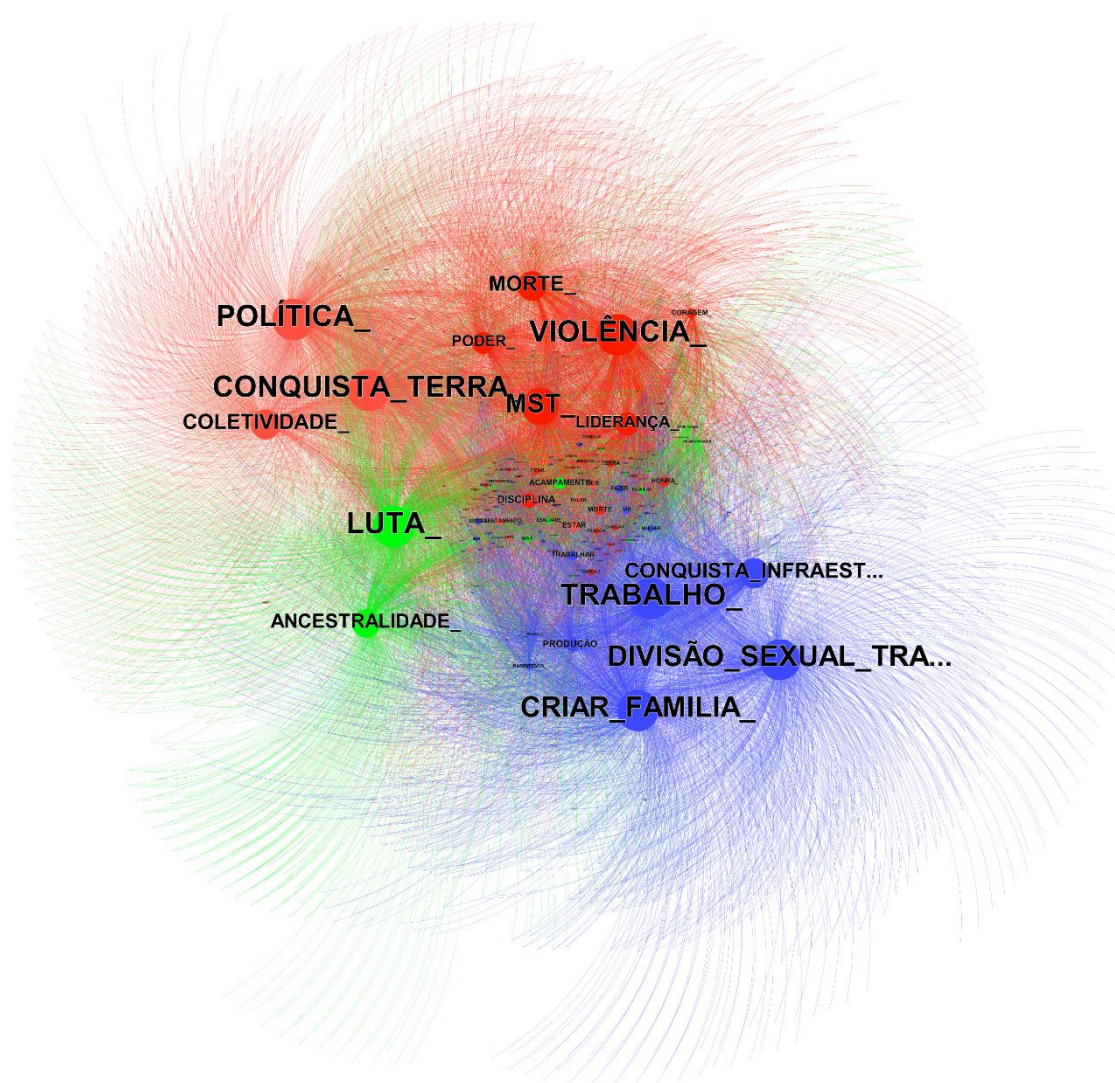


Fonte: Captura de tela.

Os textos categorizados foram tratados no *software* OpenRefine, tal qual já descrito anteriormente, e as colunas de categorias e palavras alimentaram a montagem de arquivos de rede para tratamento no *software* Gephi 0.9.5. A rede bimodal de categorias e palavras está composta de 2.321 nós (2.292 palavras e 29 categorias) conectadas por 13.083 arestas (conexões entre palavras e categorias)⁶. O grafo da rede inicial pode ser observado na figura 13 a seguir:

⁶ Tanto o arquivo de rede quanto os relatórios de métricas de nós e arestas podem ser acessados em <https://www.kaggle.com/datasets/datarepository/masculinidades1>.

Figura 13 – Grafo bimodal de palavras e categorias: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino



Fonte: O autor.

A rede bimodal (palavras e categorias) foi submetida ao recurso de projeção multimodal para construção de uma rede de categorias conectadas a categorias através das palavras, tal qual descrito anteriormente. A exploração da rede de categorias, a ser descrita e analisada nos capítulos a seguir, permitiu reconhecer a estrutura do discurso, valorizando a fala das pessoas entrevistadas, para a compreensão de suas existências e do fenômeno em tela.

Posto isso, a tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo foi estabelecido o quadro epistemológico do trabalho, onde se apresentam os conceitos que fundamentam a discussão.

Para compreender o fenômeno em tela, foram utilizados os conceitos de conflitualidade, de Fernandes (2013), que entende os conflitos de acesso à terra como uma dinâmica de relações sociais alimentada permanentemente e paradoxal no bojo das contradições e desigualdades capitalistas. A geografização dos processos de conflitualidades tem movimentos temporais e espaciais específicos que colocam agentes em confronto. O projeto social do MST confronta a propriedade da terra reivindicada pela empresa Araupel.

Entendemos que a distribuição do acesso à terra é imbricada com as disputas ambientais, já que a terra como recurso tem sido apropriada por grupos de maior poder, e o conceito de justiça ambiental de Acseelrad (2004) também é um dos pilares da tese.

O conceito de espaço geográfico que este trabalho adota está pautado na ideia do espaço político e relacional de Massey (2008), que abarca as múltiplas relações vivenciadas pelas pessoas que produzem espacialidades, sempre em movimento. Assim, as espacialidades também são produzidas por sujeitos encarnados que, no seu cotidiano, produzem o espaço geográfico e, simultaneamente, sua existência.

Já o conceito de masculinidade que sustenta a tese se baseia na ideia de performatividade de Butler (2003). A performatividade permite pensar o gênero de forma não essencializada, mas construída nas relações e na vivência cotidiana. Nesse sentido, as masculinidades são entendidas como em constante processo de negociação.

O segundo capítulo está centrado na discussão dos grupos sociais que constituem a trajetória da gestão das terras rurais, evidenciando os marcos legais que pautaram os processos de apropriação fundiária e as disputas políticas em torno dela. O Estado é entendido nesta tese a partir de Offe (1984), para quem, no sistema capitalista, a instituição do Estado se faz de jogos e disputas de poder entre as classes sociais, não sendo um mero instrumento da classe dominante. Assim, esta tese aborda a política como instrumento importante de constituição da dominação do espaço geográfico; a legislação criada, por sua vez, funciona para selar os pactos entre os mais diversos grupos sociais. O papel do Estado como gestor da distribuição das terras é na sua maioria organizado por uma legislação pertinente que permite revelar as dinâmicas temporais do poder hegemônico, as quais propiciaram os conflitos deflagrados no Sudoeste paranaense, área foco desta tese.

No terceiro capítulo, examinamos a perspectiva escalar do conflito entre a empresa Araupel e o MST, bem como evidenciamos o caso específico da ocupação da área denominada acampamento Dom Tomás Balduino. Os jogos políticos e as estratégias promovidas pelos agentes em confronto, a partir da análise dos processos cíveis estudados, podem demonstrar que os agentes adotam diferentes posições e que o Estado, enquanto instituição escalar, muda seu papel nas relações de poder instituídas. Para além dos registros jurídicos do processo, também analisamos as narrativas dos ocupantes, para reconstituir a formação do acampamento. O discurso jurídico é aqui entendido, a partir das proposições de Foucault (1973/2013), como um processo social que se institui temporal e subjetivamente e onde a sociedade cria mecanismos para definir as formas como as pessoas e suas práticas são julgadas.

No quarto e último capítulo, abordamos o espaço geográfico como instituído por masculinidades, a partir de Butler (2003). As práticas cotidianas que marcam a vivência dos conflitos são apresentadas nesse capítulo a fim de evidenciar o espaço geográfico que se faz da existência de pessoas comuns, que constituem determinadas subjetividades, fazem escolhas e lutam por elas ao longo da vida. Mencionamos aqui os elementos que formam as masculinidades em confronto e produzem a narrativa daqueles que resistem e lutam pelo acesso à terra, bem como por sua existência.

CAPÍTULO 1 — MASCULINIDADES E OS CONFLITOS PELA TERRA: AGENTES E AS DISTINTAS FORMAS DE CONFRONTO

Quando eu morrer, que me enterrem na
beira do chapadão
— contente com minha terra
cansado de tanta guerra
crescido de coração
(Assentamento, Chico Buarque)

O objetivo deste capítulo é apresentar os conceitos que sustentam a tese e que possibilitaram a compreensão do fenômeno em tela, ou seja, entender como o conflito pela terra entre a madeireira Araupel e o MST no sudoeste do Paraná se constitui pelo exercício de distintas masculinidades. Traçar o caminho conceitual de um trabalho de tese é um processo complexo, pois depende das influências tradicionais do campo da Geografia (notadamente a brasileira), do próprio fenômeno e de escolhas éticas e pessoais. Faz muito tempo que a ideia de Ciência neutra foi superada e que já é possível considerar as subjetividades na produção científica, como adverte Morin (1996).

O Brasil possui enorme extensão territorial (8.516.000 km²), sendo nesse aspecto o quinto maior país do planeta, atrás apenas da Rússia, do Canadá, dos Estados Unidos e da China. Mesmo com tamanha extensão, o passado colonial brasileiro, de se estabelecer como uma terra de exploração por grupos poderosos, marcou contundentemente sua estruturação fundiária e as desigualdades na distribuição desse bem, que é indispensável a toda vida humana (Prado Júnior, 2021).

O desenvolvimento das relações de produção no Brasil também foi marcado por governos autoritários, pouco preocupados com a promoção da justiça na distribuição de terras. O país conquistou uma das maiores taxas de concentração fundiária do planeta. O dossiê “Reforma agrária popular e a luta pela terra no Brasil”, produzido pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, afirma que o processo de concentração de terras permanece:

O último Censo Agropecuário do país, realizado em 2017, demonstra que os anos passam e essa estrutura não apenas permanece, mas se agrava, com os índices de concentração cada vez maiores. De acordo com a pesquisa, cerca de apenas 1% dos proprietários de terra controlam quase 50% da área rural do país. Em contrapartida, os estabelecimentos com áreas menores a 10 hectares (cada hectare equivale a um campo de futebol) representam metade das propriedades rurais, mas representam apenas 2% da área total. Esse retrato da realidade ilustra o tamanho da expropriação realizada pelo

capitalismo ao longo de séculos, com consequências políticas, econômicas, sociais e ambientais na construção histórica do país (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020, p. 3).

O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), sediado na Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Presidente Prudente, mantém importante fonte de dados que evidencia a concentração fundiária brasileira, o Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta). O vigésimo Relatório Dataluta Brasil (Sobreiro Filho; Girardi, 2019, p. 30) demonstra a manutenção de forte concentração fundiária no país através da compilação de dados de 2018 gerados pela Coordenação-Geral de Cadastro Rural e pela Coordenação-Geral de Cartografia da Diretoria de Governança Fundiária do Incra e sistematizados na tabela a seguir.

Tabela 1 – Concentração fundiária no Brasil — 2018

Classe de área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)
Menos de 1	165.410	81.807
1 a menos de 2	203.699	279.811
2 a menos de 5	973.066	3.270.369
5 a menos de 10	1.019.526	7.365.188
10 a menos de 25	1.624.744	26.324.281
25 a menos de 50	998.562	35.170.112
50 a menos de 100	719.393	49.983.165
100 a menos de 250	505.871	77.107.153
250 a menos de 500	190.564	67.218.293
500 a menos de 1.000	102.532	71.419.120
1.000 a menos de 2.000	52.095	71.646.028
2.000 a menos de 5.000	36.298	108.652.849
5.000 a menos de 10.000	7.592	54.399.720
10.000 a menos de 20.000	2.265	30.778.781
20.000 a menos de 50.000	1.047	30.588.758
50.000 a menos de 100.000	211	14.493.506
100.000 e mais	240	242.399.978
Total	6.603.115	891.168.918
Índice de Gini		0,873
Dados dos imóveis de propriedade particular e posse. As terras públicas foram excluídas		

Fonte: Adaptado de SOBREIRO FILHO, J.; GIRARDI, E. P. (coord.). **Relatório DATALUTA Brasil**. Presidente Prudente: NERA, 2019. n. 20. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWI8ZWDW93foDbTVT9A>. Acesso em: 7 ago. 2022. p. 30.

Nota: Dados: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); cálculo: Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta) — 2019. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

Pode ser observado na tabela 1 que as propriedades com mais de 2.000 hectares representam apenas 0,72% da quantidade de propriedades, todavia concentram 54% da área de imóveis cadastrados. A concentração fundiária gera

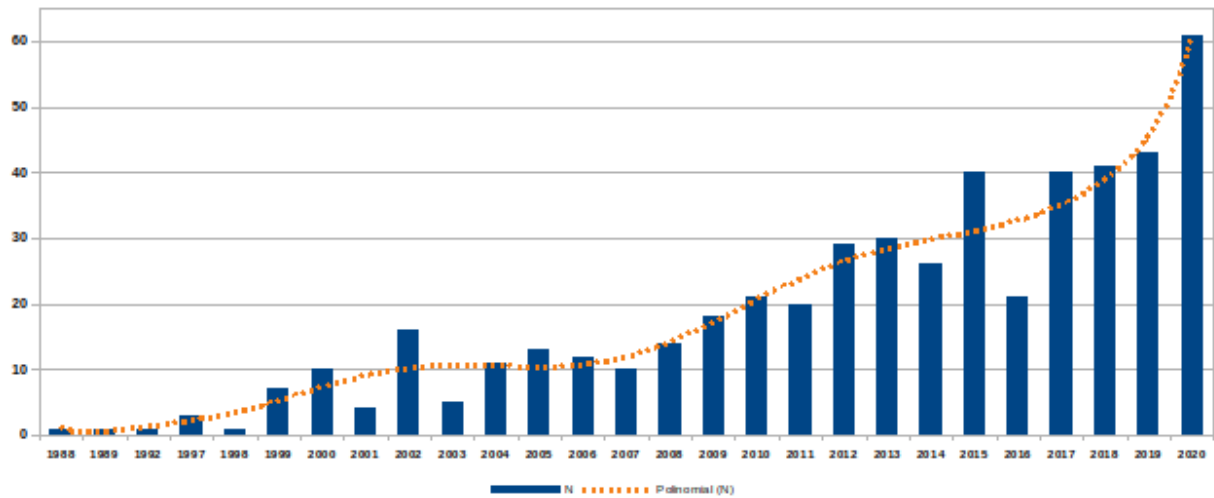
conflitos por uma melhor distribuição de terra e consiste em uma área específica de pesquisa da Geografia brasileira.

O já mencionado OGB, mantido pelo GETE da UEPG, possui um acervo de 28.823 artigos, que fazem parte de 98 revistas *online* classificadas em todos os estratos de hierarquia do sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cobrindo o período de 1939-2020. Desse montante de artigos, 499 abordam conflitos pela terra, mas apenas um artigo desse universo explora as masculinidades como tema, ou seja, os eixos conceituais estruturadores desta tese. Há assim uma importante lacuna teórica por ocupar, tarefa com que esta tese pode contribuir.

Como descrito na introdução, o único artigo que discute tanto o acesso à terra quanto masculinidades é intitulado “Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul - uma abordagem a partir das condições regionais”, de autoria de Cassiane da Costa e José Marcos Froehlich (2014) e publicado na revista Campo-Território. Nesse artigo, os autores evidenciam que há um processo de masculinização da população rural do estado do Rio Grande do Sul, devido ao êxodo da população feminina do campo. O trabalho aponta para a necessidade de criação de políticas públicas específicas para a manutenção da agricultura familiar, bastante dependente das mulheres na reprodução da mão de obra do campo nesse tipo de sistema produtivo. Mesmo tratando sobre espaços masculinizados no Rio Grande do Sul, o artigo não problematiza as relações de gênero, sendo mais voltado para as políticas públicas nacionais de desenvolvimento do campo.

O gráfico 1 a seguir demonstra que até a Constituição de 1988 o interesse pela temática de conflitos pela terra era tímido, ganhando força nas décadas posteriores e tendência de crescimento. A abordagem crescente do tema pode ser atribuída ao fato de que o próprio fenômeno tem aumentado, conforme aponta a CPT (1997), mas também à expansão da produção científica nacional em função do aumento de cursos de pós-graduação em Geografia nas últimas duas décadas (Cesar, 2019).

Gráfico 1 – Artigos científicos com abordagem de conflitos de terras na Geografia brasileira — 1939 a 2020⁷



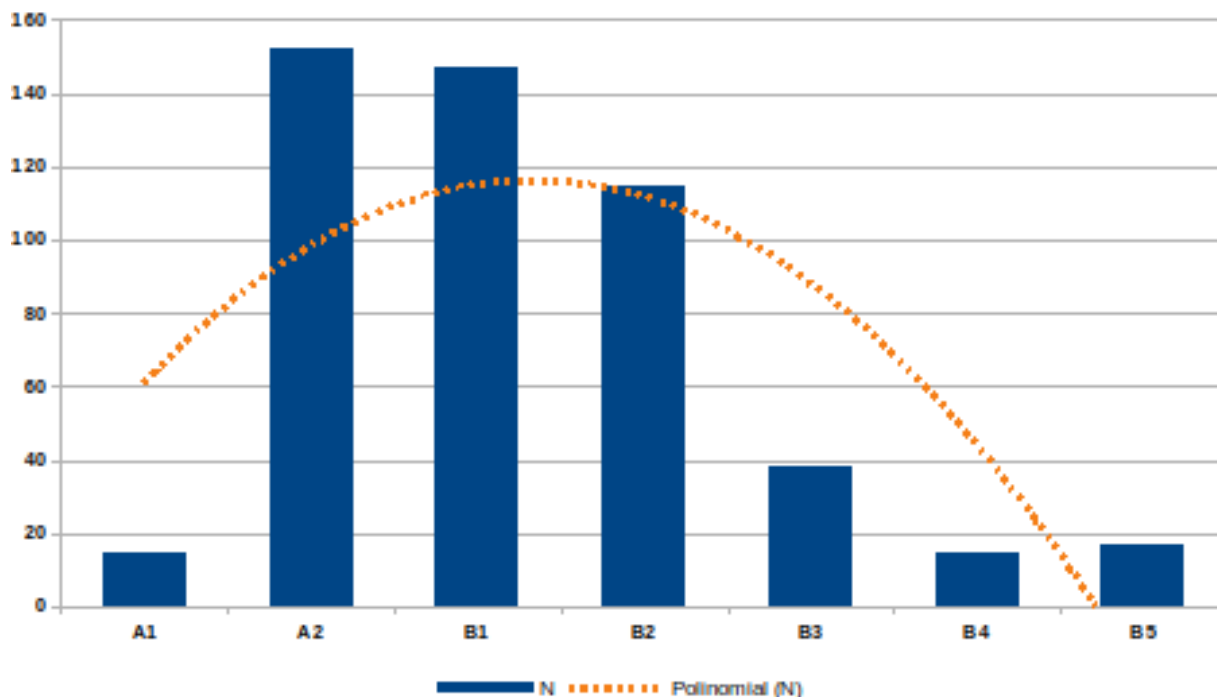
Fonte: O autor, com dados do OGB.

Nota: Consulta em 15 de julho de 2022.

O tema também ganhou prestígio na Geografia brasileira, sendo bem aceito em periódicos dos estratos superiores do sistema Qualis, como pode ser verificado no gráfico 2.

⁷ Na introdução, foi explicitado o processo de limpeza do resultado total da busca a partir das palavras-chave: 'disputa', 'violência', 'grilagem', 'invasão', 'conflito', 'ocupação', 'MST', 'questão agrária' e 'masculinidade'. Inicialmente, foram encontrados 581 artigos, dos quais, após análise, foram excluídos 59 por abordarem outras áreas da geografia e 23 por abordarem masculinidades nas cidades. Assim, a análise girou em torno de 499 artigos.

Gráfico 2 – Estratos de avaliação de periódicos científicos que publicam artigos com abordagem de conflitos de terras na Geografia brasileira — 1939 a 2020



Fonte: O autor, com dados do OGB.

Nota: Consulta em 15 de julho de 2022.

Os periódicos que se destacam na produção científica sobre conflitos pela terra são revistas temáticas, duas delas criadas por grupos de pesquisa ativos na Unesp de Presidente Prudente: a Revista NERA é uma publicação do núcleo de pesquisa homônimo já mencionado, e a Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho é do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Já a revista Campo-Território é sediada na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e formada por um grupo de pesquisadores brasileiros. Verificamos que as revistas de abordagem específica da área rural e da luta pelo acesso à terra promoveram maior visibilidade ao tema. Os demais periódicos também acolhem os artigos científicos da temática em questão, mas de forma mais dispersa, como pode ser confirmado pelos dados expressos na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Distribuição de artigos com abordagem em conflitos de terras na Geografia brasileira nos periódicos científicos nacionais — 1939 a 2020

(continua)		
Nome do periódico	Nº de artigos	%
Revista NERA	111	22,4
Pegada: a Revista da Geografia do Trabalho	45	9,0
Campo-Território: Revista de Geografia Agrária	44	8,8

Tabela 2 – Distribuição de artigos com abordagem em conflitos de terras na Geografia brasileira entre 1939-2020 nos periódicos científicos nacionais

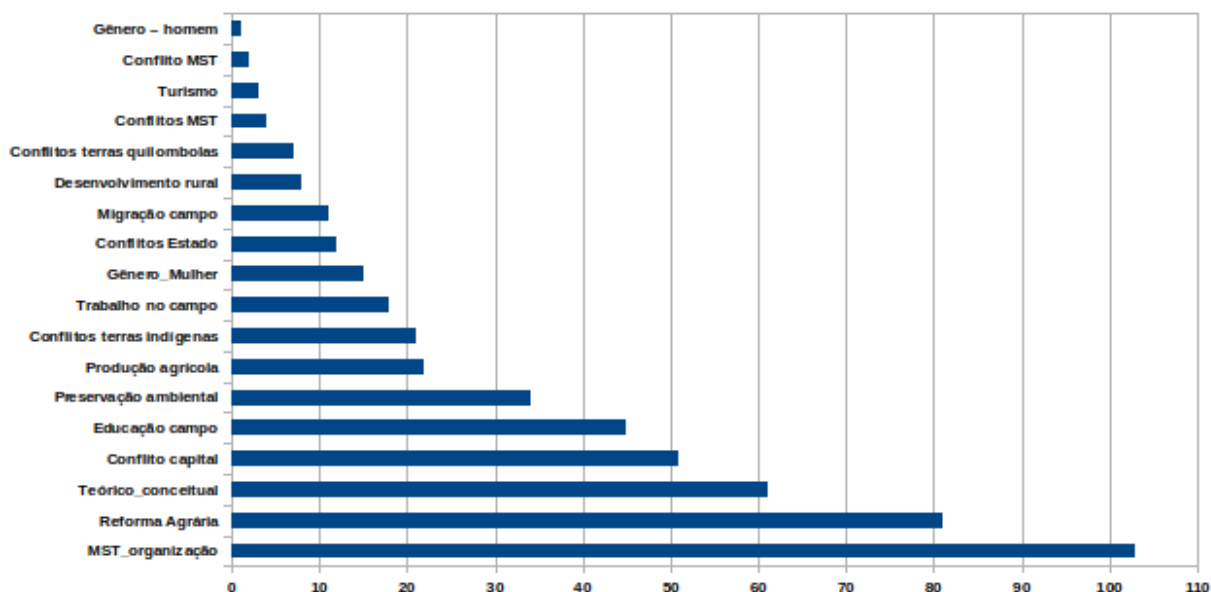
Nome do periódico	(conclusão)	
	Nº de artigos	%
Ateliê Geográfico	17	3,4
OKARA: Geografia em Debate	17	3,4
Terra Livre	15	3,0
Geografia em Questão	15	3,0
Revista Geonordeste	15	3,0
Acta Geográfica	13	2,6
Revista de Geografia (Recife)	10	2,0
Revista Eletrônica AGB-TL	10	2,0
Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridades	10	2,0
Caminhos de Geografia	9	1,8
Formação (Online)	9	1,8
Geographia	8	1,6
Revista da Casa de Geografia de Sobral	8	1,6
Mercator	7	1,4
Geo UERJ	7	1,4
Caderno Prudentino de Geografia	7	1,4
Geograficidade	7	1,4
Revista Tamoios	7	1,4
Geografia (Londrina)	6	1,2
Élisée	6	1,2
Geografia em Atos (Online)	6	1,2
Geoambiente (Online)	5	1,0
Geografares	5	1,0
Perspectiva Geográfica	5	1,0
Outras (39)	75	15,2
Total	499	100,0

Fonte: O autor.

Nota: Dados do Observatório da Geografia Brasileira (OGB). Consulta em 15 de julho de 2022.

Os conflitos pelo acesso à terra têm sido tratados de diversas maneiras, envolvendo diversificados grupos sociais. O gráfico 3 evidencia as concentrações temáticas, mostrando que a abordagem do MST e da “Reforma Agrária” são as mais expressivas.

Gráfico 3 – Temas abordados nos artigos sobre conflitos de terras na Geografia brasileira — 1939 a 2020



Fonte: O autor, com dados do OGB.

Nota: Consulta em 15 de julho de 2022.

Outra importante concentração são artigos que estudam orientações teóricas e conceituais do campo; nesse conjunto de artigos, discutem-se as variações de postura sobre agricultura familiar, campesinato, trabalho do campo, trabalho assalariado, propriedade privada, propriedade camponesa, entre outros. Os conflitos sociais com agentes capitalistas poderosos perfazem outra importante tendência de abordagem e são discutidos a partir das práticas de apropriação e utilização da terra como exploração máxima, o que influencia a expulsão de grupos sociais vulneráveis. A educação no campo aparece com uma produção crítica, na qual se aponta a necessidade de abordagem da realidade rural e de suas relações em conteúdos escolares e também como potencialidade de desenvolvimento da cidadania. Já a tendência reunida sob o rótulo de “preservação ambiental” manifesta perspectivas diversas, que vão desde denúncias de impactos ambientais pelo uso de produtos químicos até propostas de sustentabilidade e alternativas de produção agroecológica.

A análise desse conjunto de produção científica da Geografia brasileira permite afirmar que os conflitos pelo acesso à terra no Brasil têm sido apontados como resultados históricos. As repercussões atuais de tal processo implicam embates entre grandes proprietários rurais capitalistas e grupos sociais do campesinato e excluídos, colocando a reforma agrária como importante saída para atenuar as lutas travadas. Contudo, é preciso construir o caminho da reforma agrária assente em outras

possibilidades de produção, que preservem a natureza, e pela via da construção de saberes locais por meio da educação.

Nesse sentido, corroboramos a tendência de produção científica verificada. Contudo, esta tese agrega dois aspectos que a produção científica geográfica sobre os conflitos pela terra tem deixado de lado. Um deles é a importância de pensar o Estado em sua complexidade escalar e como ele é apropriado por diferentes grupos políticos, o que o faz ser mais do que um mediador de conflitos sociais: o Estado se torna um importante gerador destes. Outro aspecto que pode ser verificado no gráfico 3 é a pequena atenção que os sujeitos encarnados a partir de marcas como raça, gênero e sexualidades têm recebido por parte dessa produção científica.

Assim, a luta pelo acesso à terra é uma luta pela vida humana, é dependente das relações políticas, de embates em torno de diferentes projetos de sociedade e de um futuro comum da humanidade. Portanto, na primeira seção deste capítulo versamos sobre as desigualdades e injustiças de apropriação da terra (recurso natural), com base nas proposições de Acselrad (2004), Santos (1997) e Oliveira (2001); sobre como o fruto de ações concretas de agentes sociais entra na arena de disputa, conforme argumenta Fernandes (2013); e sobre o fato de a política gerar resultados que não são exatos, mas dependentes de relações móveis de forças, como propõe Offe (1984).

O espaço, nesse sentido, se institui na imprevisibilidade das relações (Massey, 2008). O acesso à terra é mais que uma condição de produção de mercadorias, é uma possibilidade de afirmação de modos específicos de vida contraditórios ao sistema capitalista e não considerados pelo Estado.

Na segunda seção do capítulo, será desconstruída a pretensa naturalização do domínio masculino sobre a terra, suas lutas e conquistas, a partir do conceito de gênero, tal como pensado por Butler (2003), para sustentar a ideia da produção de masculinidades específicas que entram em confronto nas lutas pela terra, onde é o feminino o primeiro no enfrentamento e quem dá a sustentação logística à manutenção na ocupação.

1.1 OS CONFLITOS PELA TERRA E AGENTES ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

A terra é um elemento da natureza que paulatinamente foi sendo convertida em segunda natureza pelo trabalho humano, tornando-se objeto subordinado às

relações da sociedade, conforme sustenta Santos (1997). A atribuição de significado, utilidade e as formas de ação sobre a terra estão atrelados ao tempo e ao espaço. No desenvolvimento das relações capitalistas de produção, a terra passa a ser concebida como uma mercadoria cuja rentabilidade é apropriada pelos seus proprietários, de acordo com Abramovay (1992).

No Brasil, a instituição da propriedade privada da terra se deu a partir da chamada Lei de Terras de 1850 e instaurou uma estrutura fundiária que até os dias atuais é caracterizada pela injustiça. As raízes históricas da estruturação fundiária no Brasil são apontadas por Florestan Fernandes, que afirma haver, nos países capitalistas dependentes da América Latina, uma associação entre a crise do antigo sistema colonial e a simultânea incorporação de elementos econômicos e tecnológicos capitalistas, sem romper com regimes tradicionais e coloniais escravocratas do período imperial (Fernandes, 1975).

A criação do valor da terra como um bem natural se estabelece por ela ser fundamental para a existência de todo ser humano. A terra não pode ser reproduzida como as demais mercadorias do sistema de capital, mas é apropriada por uma pequena parcela de pessoas que, ao adquirir o direito da propriedade como privada, cobram pelo seu uso, conforme argumenta Martins (1978/2010, p. 30), dizendo que “a renda é, nesse caso, um tributo ao proprietário de terra para remunerar de modo não capitalista o seu monopólio territorial”.

A concentração territorial propiciada pela propriedade privada deixou parcelas da população — aquelas que não podiam pagar pela renda — fora da possibilidade de uso da terra. Concomitantemente, a propriedade fundiária se fortaleceu pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra, como argumenta Oliveira (2001, p. 186):

No Brasil, esta aliança fez com que, ao invés de a burguesia atuar no sentido de remover o entrave (a irracionalidade) que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capitalismo, atuasse no sentido de solidificar, ainda mais, a propriedade privada da terra.

Segundo Oliveira (2001), apesar de a Lei de Terras de 1850 e o final da escravização terem sido fatores importantes para o aprofundamento da concentração da propriedade fundiária, foi na segunda metade do século XX, com o golpe militar de 1964, que esse processo se acelerou de forma drástica, relacionado à modernização da agricultura:

[...] a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos — sobretudo do Centro-Sul do país — em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade (Oliveira, 2001, p. 186).

A concentração fundiária brasileira é parte constitutiva de um modelo de desenvolvimento predatório que contém contradições internas. Se a propriedade da terra e o pagamento de sua renda poderiam ser considerados um entrave para a produção de mercadorias e para todo o processo de acumulação, pode-se argumentar que no Brasil essa concentração fundiária arcaica se aliou ao capitalista moderno. Oliveira (2001, p. 187) discute que no país se vive “um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma modernização no verso e outra atrasada no reverso. É por isso minha insistência na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial”. Para ele, a propriedade da terra pertencente aos grandes grupos econômicos tem servido como reserva de valor ou reserva patrimonial que auxilia como instrumento de garantia para a obtenção de financiamentos bancários ou de acesso às políticas públicas e incentivos governamentais. A permanência de determinadas estruturas na modernidade brasileira é também um alerta de Martins (1994, p. 11), para quem a sociedade do país é “marcada pela persistência do passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno”.

No Brasil, a concentração do poder se confunde com a propriedade da terra. A propriedade, que surgiu como concessão do Estado através das sesmarias, foi a condição primária para a exploração do trabalho escravizado, aliás, como forma de dominação do corpo. A terra, abundante, tinha pouco valor mercantil, mas através da sua concessão era possível a exploração do trabalho compulsório e o uso dos corpos como instrumento de produção. O latifúndio escravista ligado à agricultura de exportação e ao tráfico negreiro criou as primeiras formas de concentração de renda no Brasil, por uma triangulação bem conhecida: a exportação de açúcar para a Europa, a importação de escravizados da África paga com produtos secundários, como cachaça e fumo, e a comercialização de corpos negros. Esse foi na época o maior ativo e o de maior valor econômico para a produção capitalista: a mão de obra

escravizada e não paga facilitou o monopólio da propriedade da terra e foi a condição de sua exploração.

Mesmo com abundância de terras, a produção de alimentos era crítica no Brasil colonial. O latifúndio era voltado para a exportação. A produção de alimentos era trabalho de escravizados nas horas vagas ou de trabalhadores pobres, livres ou libertos, através de sistemas de meação ou mesmo pelo estímulo de autoridades ao estabelecimento de pequenas propriedades próximas aos centros urbanos para esse fim.

Entre os senhores e os escravizados, os centros urbanos foram abrigando toda uma camada social intermediária, brancos pobres, negros libertos, comerciantes, funcionários públicos, etc. O fim do sistema de sesmarias, no início do século XIX, e a crise do sistema escravista, que se iniciou com a proibição do tráfico negreiro imposta pelos ingleses, colocaram em risco o monopólio do acesso à terra pela elite político-econômica.

A Lei de Terras de 1850, ao proibir o acesso às terras devolutas a não ser por compra, e a determinação de que o resultado dessas transações serviria a um fundo para financiar a vinda de trabalhadores imigrantes, simultaneamente, resolveria a manutenção do monopólio do acesso à terra e manteria a mão de obra gerada pelo fim do tráfico negreiro: garantiria os ex-escravizados como trabalhadores assalariados.

O início do século XX se caracteriza pelo começo de um processo industrial de substituição de importações. O Brasil se modernizou e o núcleo de acumulação se transferiu da produção agrícola para a industrial. O Estado apostou no processo de industrialização e investiu na superação dos gargalos, como a criação de uma infraestrutura energética e de comunicação, a criação de uma indústria pesada (superando o gargalo da siderurgia) e a implantação da indústria química, entre outras iniciativas. Esse processo de modernização, altamente subsidiado, chegou ao campo na década de 1960, e foi à época chamado de revolução verde. A modernização da tecnologia agrícola e a mecanização do campo se implantaram sem a democratização do acesso à propriedade da terra, e, ao romperem com os sistemas tradicionais de relação de produção, levaram a uma crise social caracterizada por um intenso processo de expulsão da população do campo.

Uma estrutura fundiária drasticamente concentrada, geradora, portanto, de uma massa de miseráveis que não conseguiam mais viver no campo, não se sustentaria sem o uso da força, gerando conflitos e resistência perante as violências

do Estado. Além disso, é preciso considerar que a modernização ocorreu em pleno período de repressão política (anos 1970 e primeira metade da década de 1980), e boa parte da resistência assumida por grupos organizados de luta pela terra fez com que fossem considerados ‘opositores ao regime’ ou ‘inimigos da pátria’. Segundo Pereira (2013, p. 8):

Diversas organizações nacionais e internacionais, religiosas e de direitos humanos, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Anistia Internacional, obtiveram provas de prisões, de torturas e de desaparecimento de presos políticos em quase todo o País nesse período.

Um dos casos mais emblemáticos é a conhecida Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Campos Filho (2003) lembra que a repressão na área enquadrada como de segurança nacional resultou em prisão, tortura e assassinato de trabalhadores rurais, médicos, enfermeiros e engenheiros por parte das forças do Exército. Os governos militares, ao estabelecerem alianças políticas com os grandes proprietários de terras, criaram a ideia de associar a ocupação de áreas, mesmo improdutivas, a focos de subversão, passíveis de repressão, pois “contestar a grande propriedade era entendido como um atentado à lei de segurança nacional e ataque ao Estado ordenador do desenvolvimento nacional; defender as grandes propriedades era proteger o interesse nacional” (Pereira, 2013, p. 9).

O importante papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica⁸, que nos anos 1960 iniciaram reflexões e lutas contra a política agrária do país, é discutido por Fernandes (1999). Segundo ele:

[...] é desses espaços que vão surgir os novos sujeitos que se politizam e começam um processo de construção de novas formas de organização social. Ao mesmo tempo, com o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base, alguns religiosos: padres, seminaristas, bispos e também os trabalhadores rurais começaram a sofrer a perseguição do Estado autoritário (Fernandes, 1999, p. 12).

O processo de redemocratização do país após 1985 foi lento, e os grupos de poder econômico e político mantiveram também o domínio sobre a terra, embora mobilizassem elementos diferentes do período ditatorial. Segundo Bruno (2002), a

⁸ Embora parte da Igreja Católica tenha apoiado o golpe de 1964, o setor progressista católico, percebendo o processo de violência e expropriação dos trabalhadores do campo, trabalhou pela distribuição da terra para minimizar as mazelas da pobreza, conforme aponta Martins (1986).

violência autoritária por parte do Estado já não era tão aceita socialmente, mas mesmo assim o discurso de criminalização dos movimentos sociais continuou. Os conflitos e as tensões no campo se mantiveram nos períodos subsequentes, tratados ainda como “‘turbulência agrária’ e a presença de membros da Igreja Católica no campo foi identificada como ações ‘subversivas’ ou ‘comunistas’, que não tinham outro interesse a não ser a desestabilização do governo e da ‘classe produtora rural’” (Pereira, 2013, p. 9).

Os processos de resistência, já travados pelos movimentos históricos no campo durante os anos 1940 e 1950 — como as Ligas Camponesas de Francisco Julião, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Ultab) —, e posteriormente a criação em 1963 da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) formaram as bases que, apesar dos anos de ditadura militar, mantêm assente a luta pela terra, conforme Stédile e Fernandes (1999).

A CPT (1997) argumenta que o processo de luta pela terra se complexificou: expressa-se atualmente pela ocupação dos imóveis improdutivos e pela diversificação das formas de resistência de posseiros, que passaram a se organizar em torno do MST. A diversificação dos interesses e dos agentes internos do movimento traz novos desafios, já que tal movimento se constitui

[...] num leque variado de identidades emergentes e de novos atores, com suas demandas específicas, que vão desde os atingidos por barragens até os ribeirinhos, passando pelas quebradeiras de coco babaçu e os remanescentes de quilombos, os extrativistas e os faxinalenses. A esses grupos somam-se ainda os tradicionais meeiros, parceiros, arrendatários, reassentados, vazanteiros, bóias-frias e, mais recentemente, os brasiguaios e brasivianos (CPT, 1997, p. 2009).

A emergência da luta pelo acesso à terra, além de complexa, estava espalhada por todo o território nacional, disputando de forma organizada a posse da terra para o trabalho e para a vida. Segundo Fernandes (2012, p. 13), é no contexto dos anos 1980 que nasceu o MST, um dos mais representativos movimentos de luta pela terra, fundado em 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra.

Diante desse marco histórico de organização da luta pela reforma agrária em pleno processo de redemocratização do país e da posterior organização da Assembleia Nacional Constituinte, se organizaram também os proprietários fundiários,

com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, para fazer frente aos avanços populares. O patronato rural, com forte representação política no Congresso Nacional, conforme argumenta Bruno (2002), se firmou com o lema de 'preservar o direito de propriedade', para manutenção da 'ordem' e 'respeito à legislação'. Assim, produziu uma série de embates políticos e ações marcadas para derrotar a possibilidade da reforma agrária almejada pelos movimentos populares. Com a implementação de uma forte bancada política, os ruralistas se organizaram para manter seus interesses durante um momento decisivo do país, a Assembleia Constituinte, em 1987.

O período da 'Nova República' que se inaugurou com o fim da ditadura militar reorganizou os agentes políticos em torno de outras formas de atuação, diferentes da violência explícita do regime militar. Uma das formas mais importantes foi, segundo Bruno (2002), a formação de um imaginário social, realizado notadamente pelos empresários ruralistas por meio da captura dos veículos de imprensa, nos quais se colocaram como homens de bem que produziam a riqueza da nação. Segundo a autora:

[...] a própria conjuntura política abriu espaço para a reapropriação da imprensa pela sociedade civil. É uma reapropriação desigual, mas produz uma dinâmica nova. Esse processo contribuiu para potencializar o uso da imprensa, por parte das elites rurais e agroindustriais, como espaço privilegiado na construção de uma identidade social e política. Grandes proprietários de terra e empresários rurais recorreram à mídia para atualizar antigos argumentos e enunciar novos temas. É o caso do discurso anticomunista e da proposta 'Brasil celeiro do mundo' (Bruno, 2002, p. 36).

A postura das frentes conservadoras de reativar a ideia do anticomunismo, embora já desgastada no período do regime militar, servia de base para desqualificar parte da Igreja Católica progressista, classificada como perigosamente comunista, aliada aos esquerdistas. Em torno de si, os ruralistas criaram, por meio da captura de meios de comunicação, o imaginário da 'ordem', da 'estabilidade social', do 'progresso econômico', da 'tradição familiar' e da 'solidariedade entre classes' com as visões da atualidade. Por outro lado, a reforma agrária preconizada pelos movimentos sociais foi construída discursivamente como 'atrasada', 'criadora de conflitos', 'expressão da vitória do comunismo' e da 'estatização do campo' (Bruno, 2002).

Os embates que se travaram no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado pelo então presidente José Sarney, em 1985, acirrou a polarização entre a organização dos empresários ruralistas e as organizações camponesas. A força da

UDR cresceu com o apoio da sociedade na totalidade e manteve nos anos seguintes práticas cada vez mais violentas contra os movimentos sociais. Segundo Bruno (2002, p. 46), o poder da UDR se aprofundou a partir de suas estratégias políticas de alianças com outros grupos capitalistas e também políticos: “A força dos proprietários não se reduz tão-somente ‘a sua história’, nem a seus inúmeros mecanismo de poder e de dominação. Consciente ou inconscientemente, a sociedade brasileira os respalda, os protege e os legitima”.

Esse poder legitimado se reflete na vitória dos grandes proprietários fundiários e empresários rurais na finalização da Constituição de 1988, apesar da conquista da aprovação da ‘função social da terra’, já definida na Constituição de 1946 e preservada em 1988, que relativiza a posse da terra e posteriormente foi a base dos movimentos sociais de luta pela terra, posse e uso social da agricultura familiar.

Segundo Fernandes (2012, p. 14), o capítulo da Constituição que trata da reforma agrária atendeu majoritariamente os interesses dos latifundiários, “representados não apenas pelos ‘coronéis’, mas também pelos empresários que se apropriaram de grandes extensões de terras durante décadas de ditadura militar”. Um dos grandes trunfos legais foi a criação do dispositivo legal da ‘propriedade produtiva’, que seria protegida. Contudo, a definição do que seria considerado uma propriedade produtiva acabou sendo atrelada à lei complementar de efetivação dos processos de desapropriação para efeitos de reforma agrária.

Girardi e Fernandes (2008) argumentam que a política adotada pelo Estado no Brasil constituiu uma reforma agrária conservadora, já que não enfrentou a concentração da propriedade privada e tem pautado ações para dar respostas aos movimentos sociais pela via de assentamentos rurais⁹. Os movimentos sociais, por sua vez, têm promovido ocupações de áreas públicas griladas por fazendeiros, políticos e empresários, a fim de forçar as ações governamentais no sentido de reconhecimento legal da posse de terras.

A crescente organização do MST por todo o território nacional impulsionou as ações de maior confronto contra o sistema que beneficia a concentração da propriedade fundiária. Segundo Girardi e Fernandes (2008), a ocupação é a principal estratégia de luta pela terra e, após serem assentados, os ocupantes ainda

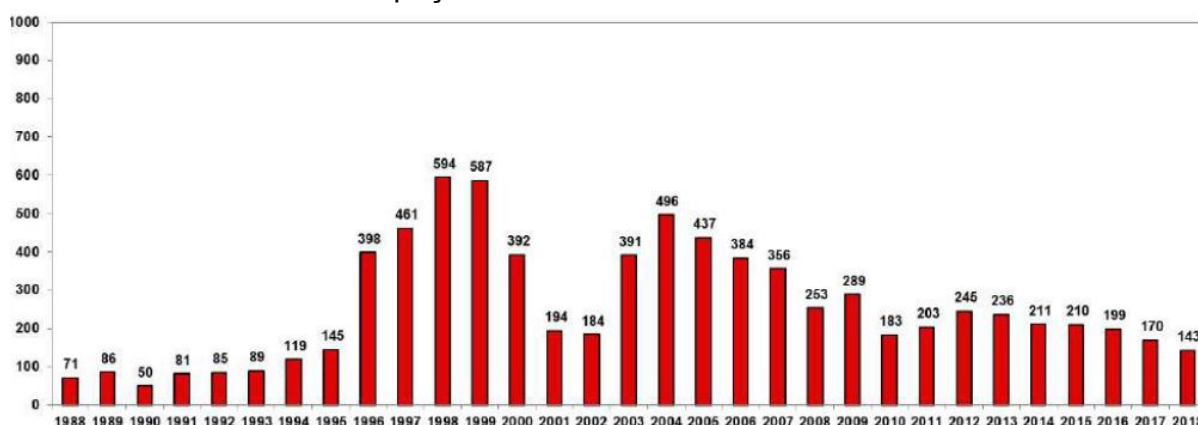
⁹ Apenas em 1993 foi sancionada a Lei nº 8.629, que regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária (Brasil, 1993).

permanecem lutando para conquistar as condições materiais de produção e de organização da vida das famílias camponesas. As ocupações são planejadas e, em geral, ocorrem em

[...] principalmente latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas foram desrespeitadas. De modo geral, as propriedades ocupadas são aquelas que apresentam indicativos de descumprimento da função social da terra, definida no artigo 186 da Constituição Federal. Como o Estado não apresenta iniciativa para cumprir a determinação constitucional, os movimentos socioterritoriais agem para que isso aconteça. Ultimamente, além de lutar contra o latifúndio, os movimentos socioterritoriais camponeses iniciaram a luta contra a territorialização do agronegócio em suas formas mais intensas e, por isso, as ocupações têm ocorrido em áreas de produção de soja transgênica, cana-de-açúcar e plantações de eucalipto, por exemplo (Girardi; Fernandes, 2008, p. 77).

O Relatório Dataluta (Sobreiro Filho; Girardi, 2019, p. 13) evidencia no gráfico 4, a seguir, que, após a Constituição de 1988, houve um desenvolvimento coordenado de ocupações de terras por parte dos movimentos sociais, com dois importantes picos: um deles entre 1996 e 1999 e outro entre 2003 e 2007. Segundo o relatório, houve cinco momentos de decréscimo do número de ocupações, que correspondem aos governos “Collor, FHC, Temer e Bolsonaro que criminalizam a luta pela terra” (Sobreiro Filho; Girardi, 2019, p. 13). Mas também houve no governo Dilma uma política de redução de investimentos para o reconhecimento e implantação de assentamentos em áreas ocupadas, gerando desestímulo para novas ocupações.

Gráfico 4 – Número de ocupações de terras e retomadas no Brasil — 1988 a 2018



Fonte: CEDOC DOM Tomás Balduino – CPT. ORG. Rede Dataluta

Fonte: SOBREIRO FILHO, J.; GIRARDI, E. P. (coord.). **Relatório DATALUTA Brasil**. Presidente Prudente: NERA, 2019. n. 20. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWI8ZWDW93foDbTVT9A>. Acesso em: 7 ago. 2022. p. 13.

A estratégia de luta por meio da ocupação de áreas públicas griladas ou sem uso social não é recente. Contudo, a ação do MST no período da 'Nova República', segundo Bruno (2002, p. 163), foi

[...] um divisor de águas no embate sobre a reforma agrária e as lutas por terra e água nos anos 80'. As ocupações de terras trouxeram para o cenário político e para as páginas dos jornais, os trabalhadores rurais sem terra, suas reivindicações e a especificidade de sua ação política.

A ação do MST vai além da conquista da possibilidade da produção de alimentos: ela viabiliza a constituição dos espaços de resistência, produção e consumo local, bem como a ampliação do Produto Interno Bruto (PIB) municipal das localidades, através da circulação de mercadorias, pois na ocupação

[...] fazem-se novos sujeitos. A cada realização de uma nova ocupação de terra, cria-se uma fonte geradora de experiências, que suscitará novos sujeitos, que não existiriam sem essa ação. A ocupação é a condição de existência desses sujeitos. Ao conceber a ocupação como fato, esses sujeitos recriam continuamente a sua história. Não concebê-la é não ser concebida. Com a ocupação, cria-se uma condição nova para o enfrentamento. Na realização da ocupação, os sem-terra sem, ainda, conquistarem a terra, conquistam o fato: a possibilidade da negociação (Fernandes, 2012, p. 15-16).

A negociação não ocorre fora do conflito, que, em função da criminalização dos movimentos sociais em vários momentos da política nacional, acaba sendo desenvolvido violentamente. Pereira (2013) afirma que os proprietários rurais se utilizam de formas físicas e simbólicas de violência para conquistar áreas ocupadas por posseiros, mas também para evitar que suas fazendas sejam alvo de ocupação por parte de movimentos sociais. É comum o envolvimento de uma rede de pessoas, como pistoleiros contratados, policiais militares, ex-recrutas do Exército Brasileiro, policiais civis, delegados, agentes da própria Polícia Federal, juízes e advogados. Segundo Pereira (2013, p. 15):

[...] uma violência que atingia não apenas os trabalhadores de forma direta (os assassinatos, as tentativas de assassinatos, as ameaças de morte, as agressões, prisões e torturas), mas também as suas unidades de produção e de moradia (expulsões, destruição de casas, de depósitos de cereais e de plantações), desestruturando grupos, relações de parentesco e vizinhanças. Uma violência, em diversas situações, também seletiva, recaindo, não por acaso, com maior intensidade sobre as lideranças mais expressivas com o intuito não só de tirar-lhes a vida, mas desarticular a organização política do conjunto dos trabalhadores. Sobre essas personagens, a violência incidiu com maior força e com requintes de crueldade.

A violência não é algo individual, ela significa um exemplo para o grupo, uma marca para disciplinarização, um chicote para os rebeldes na desobediência das regras dos poderosos. A criação de estigmas, preconceitos sobre aqueles que ousam a desobediência ao conceito de inviolabilidade da propriedade privada, buscando na masculinidade hegemônica a posse da terra, tem sido sistematicamente utilizada. Entretanto, conflito, poder e violência têm características específicas. Tavares dos Santos (1995, p. 290) afirma que

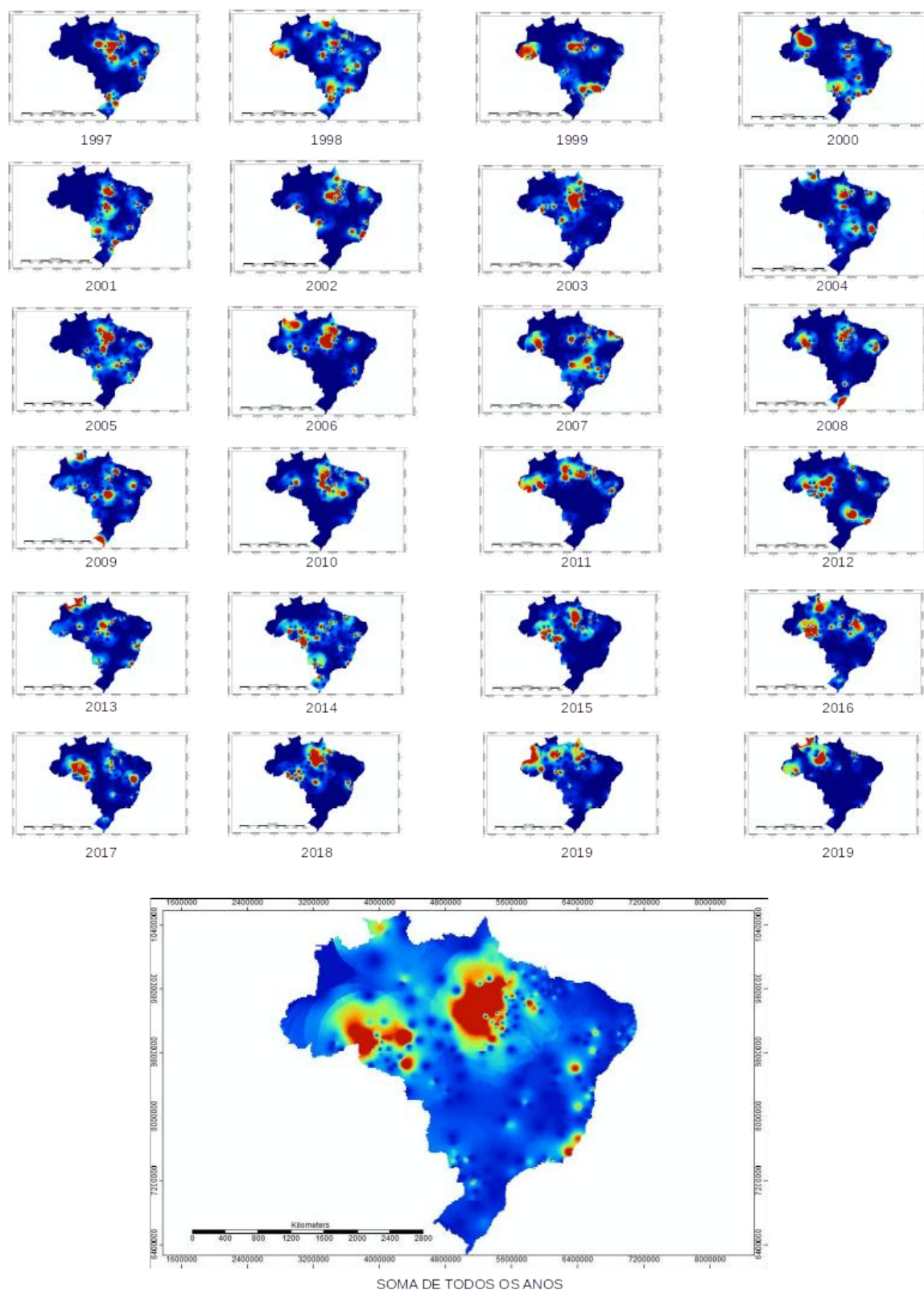
O conflito social consiste em um processo entre classes, frações de classe e grupos sociais que implica a possibilidade da negociação entre as partes, mesmo em tensa interação. O poder, como vimos, também supõe alguma possibilidade de negociação de um consenso, para se estabelecer com legitimidade e de modo hegemônico. Mas, a violência, esta relação de alteridade que tem como característica o uso da força, o recurso à coerção, e que atinge, com dano, o outro, a violência é uma relação social inegociável, posto que atinge, no limite, as condições de sobrevivência, materiais e simbólicas, daquele percebido como desigual pelo agente da violência.

A violência é um dispositivo de poder, na compreensão de Tavares dos Santos (1995), que se exerce numa relação com 'outro' por intermédio da força e da coerção, provocando algum tipo de dano. Então, como dispositivo, ela se realiza de diversas formas. É visível e demonstrável, está sempre acompanhada da enunciação, ou seja, é justificada por um tipo de violência simbólica e de intimidação que desqualifica aquele que deve ser violado, o que, em geral, recebe apoio da mídia. Além disso,

[...] a violência compõe-se por linhas de força, consiste em um ato de excesso presente nas relações de poder. Os processos de violência efetivam-se em um espaço-tempo múltiplo, recluso ou aberto, instaurando-se com justificativas racionais, desde a prescrição de estigmas até a exclusão, simbólica ou física. Porém, no dispositivo da violência, aparecem também linhas de fraturas, o que possibilitaria a passagem a outros dispositivos, a outras formas de possibilidade; a emergência de lutas sociais contra a violência poderia representar uma dessas linhas de fratura no dispositivo da violência (Tavares dos Santos, 1995, p. 90-91).

Os relatórios da CPT têm registrado os assassinatos no campo no Brasil em uma série temporal, iniciada em 1997. Até 2020, foram registrados 881 assassinatos. A distribuição do total de casos pode ser visualizada na figura 14, a seguir.

Figura 14 – Distribuição espacial e temporal dos casos de assassinatos no processo de conflitos pela terra no Brasil — 1997 a 2020



Fonte: O autor, com dados da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Tabelas com dados ano a ano.** Categoria: Caderno Conflitos. Subcategoria: Assassinatos. Goiânia, 1997-2020. Banco de dados. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/5-assassinatos>. Acesso em: 8 jul. 2022.

As regiões que mais concentram assassinatos na luta pela terra estão nos locais em que as instituições de justiça são mais escassas e prevalece a força bruta ou, como tratam, a 'lei do 38', na mediação dos conflitos de terras. A tabela 3 mostra a distribuição regional dos assassinatos.

Tabela 3 – Distribuição de casos de assassinatos no campo por região — 1997 a 2020

Região	Número de casos	%
Norte	454	51,6
Nordeste	224	25,4
Centro-Oeste	97	11
Sudeste	64	7,3
Sul	42	4,8
Total	881	100

Fonte: O autor, com dados da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Tabelas com dados ano a ano.** Categoria: Caderno Conflitos. Subcategoria: Assassinatos. Goiânia, 1997-2020. Banco de dados. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/5-assassinatos>. Acesso em: 8 jul. 2022.

Nos relatórios investigados, o perfil das vítimas de assassinato demonstram a vitimização majoritária de movimentos sociais que têm como política a ocupação de terras e lideranças desses movimentos.

Tabela 4 – Distribuição de casos de assassinatos no campo por categoria agregada — 1997 a 2020

Categoria agregada	Número de casos	%
Assentados/ocupantes	374	42,4
Lideranças	227	25,9
Assalariados rurais	76	8,6
Indígenas	67	7,6
Comunidades tradicionais	47	5,3
Sindicatos	31	3,5
Pequenos proprietários	27	3,1
Aliados	17	1,9
Funcionários públicos	9	1,0
Sem informação	6	0,7
Total	881	100

Fonte: O autor, com dados da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Tabelas com dados ano a ano.** Categoria: Caderno Conflitos. Subcategoria: Assassinatos. Goiânia, 1997-2020. Banco de dados. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/5-assassinatos>. Acesso em: 8 jul. 2022.

A violência no campo tem também atingido populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais que resistem à ocupação de suas terras, notadamente na Região Norte do país. Os conflitos, portanto, também

envolvem disputas sobre visões de mundo, significado de natureza e assim por diante. Fernandes (2013) afirma que os conflitos são sempre territoriais e não estão limitados ao momento do confronto, mas a uma dinâmica de relações mais ampla. Para explicar isso, ele cria o conceito de ‘conflitualidade’.

A conflitualidade tem a perspectiva de um processo permanentemente alimentado de forma paradoxal no bojo das contradições e desigualdades capitalistas, promovendo territorialidades de diferentes relações sociais. Para o autor, é preciso entender que os processos geográficos gerados pela dinâmica da conflitualidade possuem movimentos temporais e espaciais específicos e colocam agentes em confrontos que, por sua vez, são dependentes e simultaneamente formadores de diferentes organizações sociais. Segundo o argumento de Fernandes (2013, p. 2), “os conflitos por terra são também conflitos pela imposição de modelos de desenvolvimento ‘territorial’ rural e nestes se desdobram”.

Portanto, a conflitualidade está relacionada com formas de apropriação da natureza e da riqueza produzida em torno dela. Associados à terra, há inúmeros outros elementos da natureza que têm sido paulatinamente apropriados por alguns, em detrimento de uma maioria, em geral, pobre.

A pobreza e sua produção têm sido contestadas pelo MST, que também vem desenvolvendo atividades agroecológicas para a geração de produtos que salvaguardam a natureza para futuras gerações. A conscientização da exclusão social, econômica, mas também territorial, propicia uma aliança entre as lutas sociais e a preservação da vida, pois envolve também as condições materiais e ambientais de proteção da vida humana e não humana. Dessa forma é a ação do MST por justiça socioambiental, entendida como um:

[...] conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, população de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (Acseirad; Herculano; Pádua, 2004, p. 9-10).

O que está na raiz dos processos de injustiça ambiental, portanto, é o modelo de produção capitalista e do acesso ao sistema de justiça direcionado para a elite dominante, criminalizando a parte dos grupos sociais vulnerabilizados. Pensar na

questão ambiental envolve mais do que preservação, envolve também a manutenção da vida, a distribuição dos recursos e justiça. Esse marco conceitual possibilita às lutas populares se unirem à luta pelos direitos humanos e pela qualidade de vida coletiva, garantindo a sustentabilidade para as próximas gerações. Assim, Acseirad, Herculano e Pádua (2004, p. 15) estabeleceram um conjunto de princípios e práticas em que se baseia a justiça ambiental:

a) asseguram que nenhum grupo social, seja étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; b) asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; c) asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; d) favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização de acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

Os princípios de justiça socioambiental, por sua vez, dependem muito das relações em jogo em uma ação coletiva de luta contra situações de distribuição desigual de recursos promovidas pelo Estado. Para Acseirad (2004), a justiça socioambiental se manifesta em dois planos, que são complementares entre si. O primeiro seria um plano objetivo, em que é possível traçar os efeitos ambientais de práticas sociais e econômicas, evidenciando as diferenças de poder sobre os recursos da natureza. O segundo plano é o discursivo, em que são constituídas as representações de mundo, de justiça, de meio ambiente e dos seres vivos. É nesse plano das representações que se colocam a legitimidade e a ética como prática de ação, expondo a existência de culturas diferenciadas que imperam na formação sobre quem são os sujeitos legítimos de direitos sobre a vida da pessoa e, como consequência, sobre a vida do planeta. Segundo esse autor, esses dois planos são relacionais, pois:

No momento objetivista encontraremos os grupos sociais distribuídos no espaço social em função de sua disposição diferencial sobre elementos de poder. Estaremos aí tratando do espaço relacional das posições sociais ocupadas pelos agentes sociais em função da estrutura de distribuição de tipos específicos de meios de poder. No momento subjetivista, identificaremos as representações que os agentes fazem do mundo social, pontos de vista que contribuem para a construção deste mesmo mundo, inclusive da diferenciação social dos indivíduos que o caracteriza. Estaremos

aí observando a configuração dos esquemas classificatórios, princípios de classificação, de visão e divisão do mundo social (Acseirad, 2004, p. 29).

A luta por justiça socioambiental foi acolhida pelo MST, e o movimento social, através do enfrentamento da propriedade privada no Brasil, tem buscado os direitos sobre a natureza e os reivindicado na arena do Estado. Stédile e Estevam (2013) arguem que o projeto do MST está enraizado nos interesses populares, os quais enformam um modelo agrário para o país que considera os impactos ambientais e sociais na luta pela reforma agrária. Enquanto a população rural se organiza na defesa do acesso à terra e à água, entendidas como necessárias à vida e ao trabalho, o Estado democrático se torna mais receptivo às demandas sociais, ampliando-se como uma arena de lutas sociais.

Comumente, o Estado tem sido considerado um instrumento parasitário de dominação de classe, visto como 'neutro' e capturado por grupos dominantes, bem como reputado por ser instrumentalizado por uma força ou classe social determinada. Progressivamente, desenvolveram-se teses e concepções que tratam o Estado como uma parte de um complexo mecanismo de gestão das tensões e conflitos de classes, sendo resultante das composições e contradições das lutas sociais e espaciais (Offe, 1984; Przeworski, 1995).

Além de produto, o aparelho estatal cumpre a função de fator de coesão social regionalizado por estados e municípios no Brasil. Estes, pela Constituição de 1988, são entes federativos e possuem legislações próprias, com a função de regular os conflitos, promovendo concessões e/ou a repressão necessária para preservar a dominação e a reprodução das condições materiais de produção. Jessop (1980) argumenta que o Estado é visto como um sistema de dominação política que pode ser mais ou menos adequado para garantir diferentes necessidades de acumulação em função do sistema produtivo vigente. Afinal, nem tudo o que acontece em uma sociedade capitalista corresponde às necessidades do capital, assim como a história não é uma autorrealização do capitalismo. Segundo o autor:

[...] el capitalismo es un modo específico de la organización social de la producción y tiene requisitos históricos y formas de desarrollo definidos. También establece que el Estado tiene un papel esencial en garantizar estos requisitos y que su estructura institucional y sus formas de intervención deben ser transformadas a medida que el capitalismo cambia y se desarrolla. La discusión reciente además, afirma que los aparatos estatales económicos y sus medios de intervención no son neutrales, sino que están integrados en el movimiento del capital y constituyen un campo de conflictos entre diferentes intereses. Esto significa que la intervención del Estado tiene limitaciones

inherentes para garantizar las condiciones para la acumulación del capital y está siempre sujeta a la influencia inevitable de diferentes luchas de clase democrático-populares (Jessop, 1980, p. 2016).

A acumulação de riqueza depende das forças e da habilidade do capital na luta pelas condições para a criação e apropriação gerada pelo 'sistema'. O autor aponta que as leis e movimentos do capital não são naturais, nem mesmo inevitáveis, pois dependem dos conflitos socialmente instalados. Em geral, a ação do Estado é um componente dos conflitos que visa a acomodar as repercussões políticas da acumulação. Os conflitos e seus efeitos complexos e contraditórios podem constranger e modelar o curso da intervenção estatal, e o caso Araupel/Incra pode ser a demonstração disso.

Tanto quanto não se dispõe de unidade de ação entre os explorados, também existe conflito entre frações de dominantes. Jessop (1980) argumenta que essa é uma perspectiva gramsciana, segundo a qual os grupos disputam concessões e organizam alianças sacrificando interesses imediatos para fins futuros, e evidentemente os sacrifícios dependem dos recursos disponíveis a sua realização. Grupos com maior acesso e influência aos recursos do Estado incorporam interesses e aspirações para manter sua dominação; assim é o capitalismo que absorve as crises e se reconstitui, fortalecido após a crise.

Conforme Offe e Ronge (1984), o Estado não favorece interesses específicos. Em vez disso, protege e fortalece organizações que realizam a dominação de classes do capital: "o Estado não está a serviço e nem é um 'instrumento' de uma classe contra outra. Sua estrutura e atividade consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizam as relações de classe" (Offe; Ronge, 1984, p. 123). Trata-se de uma defesa de interesses comuns dos agentes hegemônicos de uma sociedade capitalista e assim é constituída em função do sistema produtivo vigente.

Os autores sustentam haver somente uma estratégia que explica a ação do Estado para cumprir o papel de promotor e protetor dos interesses gerais do sistema produtivo capitalista: "Ela consiste em criar as condições segundo as quais cada cidadão é incluído em relações de troca" (Offe; Ronge, 1984, p. 125). Ou seja, em uma condição hipotética especulativa, se os trabalhadores e trabalhadoras mobilizados pelo MST estivessem assimilados no mercado de trabalho, haveria pouco espaço para a mobilização pela terra e também poucas razões para a intervenção do Estado.

Instalado o conflito, o Estado age acionado por sua necessidade de resgate e inclusão desses trabalhadores em relações mercantis, mesmo que para isso tenha que desconstituir um operador específico do sistema de capital. Poderíamos considerar isso como uma política de redução de danos, que expõe que a estabilização do processo de valorização pode implicar o sacrifício nada harmônico dos interesses de um capital individual específico em favor do capital global. Tal dinâmica fomenta a politização das relações de produção e se torna fonte de contradições no sistema.

A atuação estatal, ao favorecer um conjunto de produtores em detrimento de um capital específico e visar à regulação de conflitos, instiga os grupos envolvidos a delimitar a mediação do Estado ante as contradições do sistema 'produtivo'. Um novo ciclo de conflitos tende a se instalar até que a função básica de inclusão dos 'produtores' em relações de troca esteja relativamente estabilizada.

O Estado vive uma tensão permanente entre conciliar interesses conflitantes e garantir a canalização dos processos políticos de legitimação da sua própria atuação sem exceder o peso suportável pelo sistema, peso este dado em última instância pelo esvaziamento da forma-mercadoria do trabalho. O critério para verificar os limites da conciliabilidade é o grau de integração social, ou seja, a efetividade dos mecanismos de legitimação da subordinação da vida concreta aos critérios abstratos da valorização (Offe, 1984). Vale lembrar que a política estatal não serve a algum grupo ou classe social específicos, e sim visa a reagir a problemas estruturais; e as políticas decorrentes afetam diferenciadamente as oportunidades de poder externas ao aparelho estatal.

Ao analisar as bases materiais da legitimação e do consentimento e, portanto, discutir o potencial de adesão de setores sociais às instituições de Estado, Przeworski (1991, p. 239) afirma que "sob circunstâncias históricas concretas, grupos específicos entram em conflito acerca de questões específicas, e o resultado desses conflitos é uma determinada organização de um certo conjunto de políticas de Estado". Portanto, os mecanismos de reprodução social são organizados como um sistema onde as atividades das instituições, e as próprias instituições, resultam de conflitos contínuos.

Os conflitos entre MST e Araúpele poderiam ser abordados em uma perspectiva estruturalista clássica, onde a autonomização e a instrumentalização de um Estado repressor pelos grupos dominantes implicaria a apropriação linear de recursos. Porém, as políticas empreendidas pelos atores envolvidos nesses conflitos

serão analisadas como expressão de compromissos rescindidos pelos interesses e pelas condições materiais e simbólicas dispostas historicamente no caso.

Os atores principais não serão considerados representantes universais de classes em conflito, pois nem a Araupel se constitui como expressão completa de um capitalismo, tampouco o MST como completude dos explorados. Os limites de generalização desses conflitos estão circunscritos às lutas por hegemonia (e consentimento à exploração) entre explorados e exploradores. Lembrando certamente que o consentimento dos explorados não implica abstenção do uso da força pelos grupos ou pelas instituições que dela são detentoras, pois a força organiza o consentimento e a ele subjaz (Arendt, 1970/2022; Gramsci, 1950/2023).

Os interesses no caso em tela colocaram em conflito uma empresa que explorava comercialmente a produção de madeira em terras públicas desde o período imperial e ocupantes do MST, que buscavam ali um espaço de produção para a agricultura familiar. A probabilidade de satisfação de interesses é determinada pela forma como são organizados os conflitos, ou seja, pela distribuição dos recursos materiais, ideológicos e de organização entre os interessados. No caso específico, tanto os recursos materiais, francamente assimétricos, quanto os recursos ideológicos, de complexa mobilização, precisam ser conciliados com a capacidade de organização e acesso dos envolvidos ao aparelho de Estado.

Enfim, a luta pela terra, analisada nesta seção, envolve as relações de instituições capazes de intervir em grande escala espacial, como o MST, a Igreja Católica, e, por outro lado, a organização ruralista e o Estado. Mas essas ações também se fazem simultaneamente no cotidiano das pessoas que desenvolvem estratégias de luta diárias, negociando com as estruturas de que fazem parte.

Os resultados dos embates dependem da força dos agentes envolvidos, mas também das condições específicas que particularizam os conflitos. De toda forma, um traço comum nos conflitos tem sido a violência física ou simbólica perpetrada pelos ruralistas contra pessoas ligadas aos movimentos sociais que constituem o cotidiano daqueles que enfrentam com sua existência os poderosos. Na seção seguinte, abordamos os sujeitos encarnados a partir de suas posições de gênero e identidade de luta pela terra, como possibilidade de enriquecimento da compreensão dos conflitos no campo.

1.2 MASCULINIDADES E A DISPUTA PELA TERRA

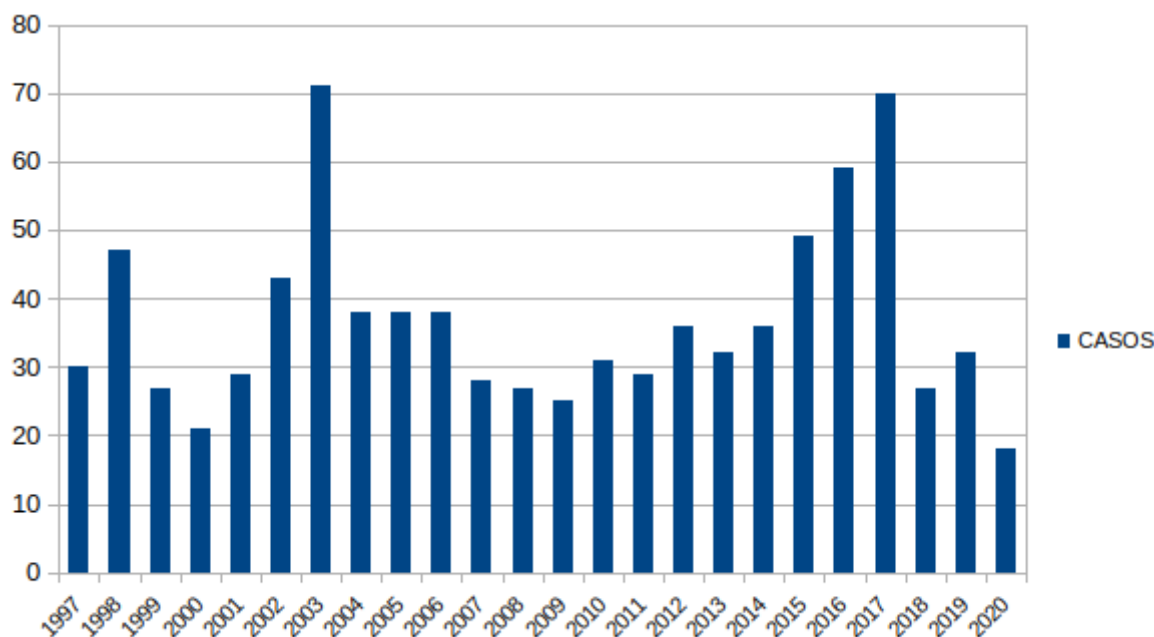
O fenômeno contemplado nesta pesquisa gira em torno dos conflitos pelo acesso à terra e à água, especificamente o caso da Araupel e do MST no sudoeste do Paraná. Ao realizar os levantamentos de dados preliminares, percebemos se tratar de confrontos com protagonismo masculino no processo, o que não tem sido explorado pela Geografia brasileira. Os conflitos por terra e água têm sido abordados majoritariamente pela perspectiva dos movimentos sociais, principalmente do MST em choque com proprietários fundiários, capitalistas e, em alguns casos, o próprio Estado, como afirma Fernandes (2000). De acordo com o autor:

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre passado e futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (Fernandes, 2000, p. 18).

A mobilização da força nos processos de luta pela terra se faz cotidianamente em processos encarnados na formação identitária dos sujeitos, apesar de toda a formação política e racional inerente às lutas políticas. A luta de classes que se deflagra na sociedade brasileira pelo acesso à terra é permeada por mais elementos do que aqueles que podem ser observados diretamente nos dados relacionados aos conflitos, como o envolvimento da religiosidade na organização da luta do MST, e incluem também gênero e raça.

A relevância de pensar os conflitos de acesso à terra pelo viés de gênero se expressa com força nos dados da CPT (1997-2020), como pode ser visto no gráfico 5, a seguir, que computou entre 1997 e 2020 um total de 881 assassinatos no campo em torno dos conflitos de terras no Brasil.

Gráfico 5 – Distribuição de casos de assassinato no campo por ano — 1997 a 2020

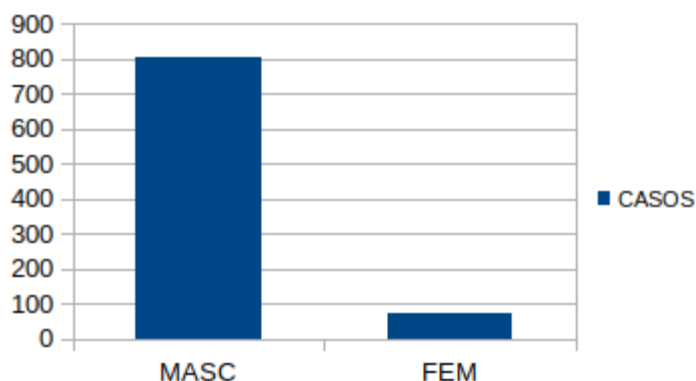


Fonte: O autor, com dados da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Tabelas com dados ano a ano.** Categoria: Caderno Conflitos. Subcategoria: Assassinatos. Goiânia, 1997-2020. Banco de dados. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/category/5-assassinatos>. Acesso em: 8 jul. 2022.

Conforme os dados da CPT, há dois picos de concentração de conflitos e assassinatos: um em 2003 e o outro entre 2015 e 2017. O primeiro período corresponde ao avanço das ações dos movimentos sociais na ocupação de áreas para pressionar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), recém-eleito no pleito de 2002, que havia prometido intervenção nos conflitos fundiários do país. O outro pico de mortes, após 2015, corresponde ao desmonte das estruturas de proteção ambiental e de reforma agrária após a ascensão de Michel Temer ao poder e o clima geral de tomada do governo federal pelas forças de direita.

Quando os dados são desagregados por gênero, destaca-se a prevalência das masculinidades nessa variável dos conflitos no campo. Dos 881 assassinatos computados pela CPT, as mulheres foram vitimadas em 8,6% das ocorrências, enquanto os homens representam 91,4% das vítimas, como pode ser visto no gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 – Distribuição de casos de assassinatos no campo por gênero — 1997 a 2020



Fonte: O autor, com dados da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Tabelas com dados ano a ano.** Categoria: Caderno Conflitos. Subcategoria: Assassinatos. Goiânia, 1997-2020. Banco de dados. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/5-assassinatos>. Acesso em: 8 jul. 2022.

As mulheres assassinadas são majoritariamente lideranças políticas importantes ou são esposas de lideranças políticas dos movimentos sociais. Já quando os crimes envolvem vítimas homens, o perfil é mais amplo, incluindo assentados, ocupantes, assalariados, membros de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, pequenos proprietários rurais e também funcionários públicos.

Os dados da CPT entre 1997 e 2002 apresentam ainda a indicação de ‘suspeitos’ de serem os executores e mandantes dos assassinatos. Posteriormente, essa informação foi suprimida dos relatórios¹⁰. Nos anos em que esse dado está presente, há 198 indicações de ‘suspeitos’ pelas mortes e, desse total, 183 são homens, correspondendo a 92,4%. Os nomes de homem registrados são de pistoleiros, policiais, fazendeiros, políticos e empresários rurais. Já os 15 nomes femininos (7,6% do total) são todos designados como ‘mandantes’ e, em geral, pertencem a proprietárias fundiárias ou empresárias do agronegócio. Isso demonstra que as mulheres não cometeram os assassinatos pessoalmente, o que não acontece com os homens, que podem ou não estar envolvidos diretamente com o crime.

As masculinidades, portanto, se constituem entre os elementos centrais dos conflitos pelo acesso à terra. A luta pela terra é complexa, abrange as relações de classe, os embates com o Estado e elementos de grandes escalas territoriais, como

¹⁰ Em comunicação verbal, os responsáveis alegaram que o dado foi suprimido devido às ameaças que a CPT recebeu.

a formação das políticas públicas e os parâmetros jurídicos; mas também envolve elementos forjados no cotidiano e que têm sido considerados “naturais”, como o gênero. O gênero é uma das mais importantes formas de estabelecimento de hierarquia humana e, ao contrário da classe, que já foi aceita como construída socialmente nos processos das relações de poder, as relações de gênero ainda são relegadas ao reino da “natureza humana” e, portanto, não problematizadas.

A terra, como elemento da natureza, tem uma história de apropriação pelas classes mais poderosas deste país, como já discurremos anteriormente. Entretanto, esse imprescindível recurso da natureza tem apresentado outros elementos de injustiças ambientais (Acselrad, 2004). A apropriação da terra e da água é majoritariamente branca e masculina.

O gênero não é algo dado pela natureza, mas, conforme Beauvoir (1967/1970), é algo que se constrói pelas relações sociais e culturais, que incorporam determinados valores. Beauvoir (1970) discute a construção social do ser mulher em constante relação com a construção social do ser homem. Assim, da mesma forma que não se nasce mulher, torna-se, também não se nasce homem, torna-se homem nas relações sociais. Segundo ela:

A imensa possibilidade do menino está em que sua maneira de existir para outrem encoraja-o a pôr-se para si. Ele faz o aprendizado de sua existência como livre movimento para o mundo; rivaliza-se em rudeza e em independência com os outros meninos, despreza as meninas. Subindo nas árvores, brigando com colegas, enfrentando-os em jogos violentos, ele apreende seu corpo com um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta; orgulha-se de seus músculos como de seu sexo; através de jogos, esportes, lutas, desafios, provas, encontra um emprego equilibrado para suas forças; ao mesmo tempo conhece as lições severas da violência; aprende a receber pancada, a desdenhar a dor, a recusar as lágrimas da primeira infância. Empreende, inventa, ousa. Sem dúvida, experimenta-se também como ‘para outrem’, põe em questão sua virilidade, do que decorrem, em relação aos adultos e a outros colegas, muitos problemas. Porém, o mais importante é que não há oposição fundamental entre a preocupação dessa figura objetiva, que é sua, e sua vontade de se afirmar em projetos concretos. É fazendo que ele se faz ser, num só movimento. Ao contrário, na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu ‘ser-outro’; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia (Beauvoir, 1970, p. 21-22).

Para Beauvoir (1970), a virilidade masculina também não é algo dado desde o nascimento, mas construído culturalmente ao longo do tempo. Tornar meninos em homens é um trabalho que a sociedade elabora minuciosamente, nos atos mais simples e cotidianos. Nessa perspectiva, Falconnet e Lefaucheur (1977) e Badinter

(1993) se dedicaram a discutir de que modo as pessoas classificadas como pertencentes ao sexo masculino ao nascerem paulatinamente interiorizam formas de ser que preparam esses sujeitos para a dominação, enfocando instituições como família e educação enquanto instituidoras de mecanismos de produção e transmissão do “*habitus viril*”.

A virilidade, ou a afirmação de ser homem, articula a ascendência social e sexual, legitimando a dominação masculina por meio das organizações sociais. Esse processo está associado ao tempo e ao espaço. A concepção de virilidade é móvel e experienciada em diferentes locais e relações. Baubérot (2013, p. 191) argumenta que

[...] a virilidade é antes de tudo um atributo do homem maduro, esposo, pai e chefe de família. Tal afirmação é quase uma obviedade se nos atemos ao sentido etimológico da palavra. No entanto, ela nos recorda proveitosamente que o jovem macho só é considerado viril quando sua entrada na comunidade dos homens adultos tiver sido preparada por diversas etapas e validada por diferentes ritos. Definitivamente, se o menino se torna homem, é porque, à medida que se realiza o lento trabalho de maturação biológica, as instituições que participam de sua socialização encarregam-se de transmitir-lhe o hábito viril, isto é, o conjunto de disposições físicas e psíquicas que lhes permitirão desempenhar seu papel de homem uma vez chegada a maturidade.

Assim, é sobre a natureza anatômica dos corpos que a sociedade cria os significados de como os seres humanos “devem” ser. Os cuidados com a família e a reprodução têm sido associados às mulheres, enquanto os homens estão atrelados à ideia do trabalho, da defesa e da produção, segundo as ideias de Bourdieu (2012). Para ele:

[...] cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto (sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes), isto é, como *habitus*¹¹ viril, e portanto não feminino, ou feminino, e portanto não masculino. [...] Ela é, em sua maior parte, o efeito automático, e sem agente, de uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrico (o que explica a enorme força de pressão que ela exerce). Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados [...] (Bourdieu, 2012, p. 34).

Embora ocupem um lugar central no aprendizado do *habitus* destinado a cada sexo, é importante marcar que as famílias estão atreladas a diferentes condições

¹¹ Bourdieu (1989) entende que o *habitus* é um princípio gerador das práticas de atitudes que estruturam um grupo na sociedade e é estruturante nos pensamentos, sendo passado de geração em geração, sem questionamentos, advindo da cultura dominante.

econômicas e sociais. No Ocidente, a dominação masculina se expressa com força na constituição de um patriarcado¹² específico que domina a esfera legal, econômica e de poder. É possível afirmar que a dominação masculina se apresenta com intensidade na constituição da propriedade privada da terra, notadamente nas áreas rurais¹³. A diferença de acesso entre homens e mulheres fica mais nítida, pois

[...] a diferença de gênero quanto à propriedade da terra, na América Latina, é significativa e isso se deve a cinco fatores: preferência dada aos homens na herança; privilégio masculino no casamento; viés masculino tanto nos programas comunitários como em programas estatais de distribuição de terras; e viés de gênero no mercado fundiário. Todavia, homens e mulheres tendem a adquirir terras de maneiras diferentes: a principal forma das mulheres se tornarem proprietárias é por herança, enquanto que o mercado fundiário é um meio de aquisição de terras relativamente mais importante para os homens (Deere; León, 2003, p. 102).

A concentração de propriedade privada nas mãos masculinas em toda a América Latina é alta, conforme Deere e León (2003). Embora os dados sejam deficientes para um diagnóstico mais apurado¹⁴, as autoras afirmam que

[...] no Brasil, os únicos dados nacionais sobre propriedade fundiária por gênero provêm de um levantamento nacional de agricultores comerciais, definidos como aqueles que possuem 50 ha ou mais de terra. Nessa amostra de 36.664 proprietários, 11% eram mulheres. O questionário do levantamento não permitia a opção dos proprietários relatarem se a sua terra era em propriedade conjunta com os cônjuges, potencialmente subestimando a proporção de mulheres que são legalmente proprietárias (Deere; León, 2003, p. 107).

¹² Silva (2009a) argumenta que o patriarcado é um sistema de privilégios masculinos que se faz da dominação pelos homens de diversas instituições sociais, como a econômica, a social, a política e a jurídica.

¹³ Afirmção baseada no levantamento realizado no Observatório da Geografia Brasileira (OGB), já discutido anteriormente.

¹⁴ A página virtual do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil publicou que, nas áreas em que são realizados os assentamentos para fins de reforma agrária, há uma modificação das relações de gênero na posse da terra (Cresce [...], 2012). Segundo a notícia, até o começo dos anos 2000, apenas 13% das mulheres assentadas tinham o título do lote. Atualmente, “quase metade da população brasileira titular de terras da reforma agrária é do sexo feminino. O levantamento mais recente do Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária (Sipra), do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aponta que o percentual de mulheres ultrapassa os 48% do total dos beneficiários entre os anos 2008 e 2010. [...] O índice é reflexo de duas normatizações instituídas há menos de dez anos: a portaria nº 981/2003, publicada pelo Incra, que estabelece como obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável, e a Instrução Normativa nº 38/2007, também do Incra, que ajusta os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária” (Cresce [...], 2012). Tais medidas jurídicas asseguraram a participação feminina, independentemente do estado civil, priorizando o acesso às chefes de família, e elevaram o índice de atuação das mulheres.

Oliveira, Silva e Gomes (2016) estudaram os sistemas de herança por gênero no Brasil e argumentam que a transmissão por herança continua mantendo desigualdades de gênero, notadamente nas áreas do Brasil em que prevalece a pequena propriedade de tradição europeia, porque a terra possui, além do valor material, um valor simbólico de memória e do sobrenome da família¹⁵. Para as autoras, “embora os direitos legais sejam importantes como uma condição para igualdade entre os gêneros, eles não são suficientes, pois a tradição é tida como a principal legitimadora das práticas de transmissão de herança” (Oliveira; Silva; Gomes, 2016, p. 401). Além disso, elas relacionam o fato de a agricultura ser considerada uma ocupação masculina, em geral, com a preferência de sucessão ao filho homem.

Apesar da importância das estruturas sociais na conformação de um discurso hegemônico sobre gênero, as pessoas, ao agirem no seu cotidiano, desconstróem e reconstróem suas existências generificadas. Butler (2003) discute que o gênero não é uma entidade fixa, mas em permanente transformação pelos atos cotidianos das pessoas, que, ao exercitarem as normas criadas pela sociedade, também conseguem subvertê-las. Ela criou o conceito de gênero performático para evidenciar o movimento de transformação que as diferentes sociedades e grupos vão construindo ao negociar com as estruturas dominantes da sociedade. Segundo ela, é certo que as diferenças dos corpos de homens e mulheres recebem significados sociais regulados por normas que são socialmente hegemônicas, mas é na existência das pessoas, na vida cotidiana, que os padrões são modificados. Portanto, é impossível pensarmos que haja um modelo único de masculinidade. Connel (1995a) sugere que as masculinidades não podem ser vistas como uma essência, pois, embora as estruturas sociais criem modelos, desenhando a ideia de haver uma masculinidade hegemônica, é importante conceber uma multiplicidade de modos de vivenciar as masculinidades. A masculinidade hegemônica é entendida

[...] como um padrão de práticas [...] que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse. A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a

¹⁵ É preciso considerar que o regime de comunhão parcial de bens é o mais comum nos países latinos. Assim, os bens adquiridos pelo casal durante o casamento constituem a propriedade comum do casal e os bens adquiridos antes do casamento, a propriedade individual de cada cônjuge. Talvez haja uma subestimação da propriedade fundiária das mulheres, mas não há dados que comprovem.

ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. [...] A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão (Connel; Messerschmidt, 2013, p. 245).

É necessário compreender a masculinidade hegemônica, entendida como normativa, a partir do movimento das negociações, em seu caráter de permanente transformação. Para Connel e Messerschmidt (2013), deve-se dar atenção aos processos de transformação das masculinidades, considerando tanto a relação com as mulheres e seus agenciamentos, como os elementos que envolvem a espacialidade, a interseccionalidade e a escala de vivência das pessoas.

Segundo Connel (1995b, p. 188), as masculinidades são uma forma de

[...] configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. [...] Falar de uma configuração de prática significa colocar ênfase naquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que é esperado ou imaginado. Não existe qualquer limite para os tipos de prática envolvidos.

Compreender que as masculinidades podem ser plurais implica considerar que elas não sofrem apenas influência histórica, mas também temporal e espacial. Na Geografia, os estudos de gênero, e especificamente as masculinidades, foram desenvolvidos pelas vertentes feministas e das sexualidades que consideram que as pessoas, ao viverem, atuam em uma rede de poderes que possibilita um conjunto de ações específicas. McDowell (1999) argumenta que o gênero é uma das primeiras classificações de ordem social a que os corpos são submetidos, e isso compromete a forma como as pessoas se relacionam e como instituem espaços.

A Geografia superou a ideia do espaço material como uma realidade a ser descrita e passou a abordar o espaço tanto como produto como condição das relações da sociedade, conforme argumenta Santos (1997). Nesse contexto, os estudos de gênero compuseram os elementos necessários de compreensão espacial, como observado por Silva (2009a, 2009b). Homens e mulheres vivenciam o espaço diversamente e isso está fundado na ideia de gênero avessa a uma naturalização morfológica, que comandaria toda a essência do que é ser homem ou mulher, como conceito dual.

A influência de Butler (2003) na produção geográfica foi fundamental, pois ela considera que o gênero é performático, uma repetição de atos que cria a pretensa ideia de que o gênero existe em si, quando a dualidade mencionada é inexistente em

outras culturas, sejam africanas ou indígenas. Para a filósofa, o gênero não é pré-discursivo, ele ocorre no cotidiano e se faz na ação cotidiana das pessoas, podendo coincidir com as normas ou até mesmo subvertê-las. Portanto, o gênero depende da ação, e toda ação é espacial e temporal.

O ser homem ou mulher não é um dado natural, mas uma imposição social que se faz cotidianamente. É espacial e temporal, pois as regras sociais mudam de lugar para lugar e dependem da vivência do cotidiano. As masculinidades ou feminilidades estão em constante movimento de transformação, sendo produtoras de espaços oblíquos, mas também instituídas pelos espaços que produzem e que são produzidos, conforme afirmam Silva, Ornat e Chimin Junior (2011).

Os estudos sobre as masculinidades na Geografia, segundo Longhurst (2000), estão alinhados com as geografias feministas; colaboram politicamente com a desestabilização da naturalização acrítica das masculinidades hegemônicas, dando voz para as masculinidades periféricas. Além disso, os estudos de masculinidades trabalham com a ideia de que a categoria 'gênero' é interceptada por outras categorias identitárias, como raça, cor, sexualidades, classes e assim por diante.

Estudar as masculinidades vinculadas aos conflitos agrários confere elementos concretos para a compreensão da ação violenta envolvida nas disputas de terra e amplia a análise do ponto de vista capitalista, incluindo aspectos culturais e emocionais que também movem o fenômeno, como argumentado por Soto Villagran (2013).

Em Massey (2008), o espaço é pensado como uma inter-relação dinâmica e uma esfera de possibilidades de existência da multiplicidade de pessoas. É sempre aberto e inacabado, e o que o define é o cotidiano vivenciado. Em sua concepção de espaço, a autora dialoga com uma política antiessencialista em questões de gênero e sexualidades. Ela considera que o espaço é político-temporal, em que o tempo aparece como categoria de mudança, nisso rompendo em parte com as teorias pós-coloniais ocidentais, correntes até a atualidade. A autora considera o espaço em sua multiplicidade de relações, sejam elas com base no conflito ou na cordialidade entre as pessoas. Para Massey (2008, p. 97), "[...] se o tempo se revela como mudança então o espaço se revela como interação. Nesse sentido o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade".

Para a autora, a compreensão de ‘lugar’ é a interpretação de trajetórias, ou seja, um processo vivido no cotidiano, onde, durante esse movimento do tempo, existem dispersões, conexões, desconexões e memórias ao longo da trajetória dos indivíduos. As identidades assumem o protagonismo, daí ser necessário contextualizar suas posições em relação ao lugar ao qual pertencem e ao tempo em que vivem. Os conflitos agrários constituem lugares de encontro de trajetórias que entram em conflito de identidades, cujos agentes estão posicionados nas diferentes hierarquias sociais.

Se os conflitos agrários são majoritariamente deflagrados por homens, o estudo das masculinidades é cientificamente explicativo desse fenômeno. Os estudos de gênero se sustentam na ideia de que não é a genitália que define o gênero, mas, conforme Butler (2003), há uma construção social sobre os corpos que faz com que o gênero seja uma repetição de atos estilizados cujo resultado é uma pretensa ideia de estabilidade, coisa que não há. Basta analisar as sociedades indígenas no Brasil. Feminilidades e masculinidades não são cristalizadas e essencializadas: estão profundamente imbricadas temporal e espacialmente.

Apesar de haver um modelo hegemônico, como proposto por Connel (1995b), as masculinidades são plurais, porque é impossível que todos os homens consigam atingir o ideal estilizado pelo modelo social da elite hegemônica europeia e cristã: o homem branco, heterossexual, cis e bem-sucedido economicamente, que se coloca como figura central no imaginário a ser alcançado. O modelo hegemônico, para Corbin, Courtine e Vigarello (2013), é fundado no modelo patriarcal cristão construído temporal e espacialmente em parte pelas religiões, por padrões econômicos e pelas estruturas políticas. Esse modelo, que tem se mostrado inatingível para a maioria das pessoas em diferentes espaços e tempos, no contexto do Brasil, foi estilizado pela lógica cristã propalada pelo paradigma messiânico vindo da Europa no processo de colonização das terras brasileiras.

Alguns geógrafos têm se esforçado para contestar a ideia de que haja masculinidade única, apontando pluralidades, como na coletânea produzida por Silva, Ornat e Chimin Junior (2011). Diferentes grupos de pessoas, categorizados como pertencentes ao sexo masculino, vivenciam suas masculinidades de formas diferentes: adolescentes em conflito com a lei, moradores de periferias pobres, homens negros, homossexuais — e outros grupos que contestam a masculinidade hegemônica. Trabalhos envolvendo a pobreza e a vulnerabilidade, a morte violenta no exercício de

masculinidades urbanas, mostram a seletividade da sociedade brasileira em não lamentar a perda de determinadas vidas. Rocha (2020), no contexto da Argentina, expõe processos semelhantes de vulnerabilização de jovens homens envolvidos nas dinâmicas do tráfico de drogas.

Vacher (2024) constata que os estudos das masculinidades durante muito tempo mantiveram implícita a ideia de que “ser homem” ou “provar sê-lo” se dava por razões naturais e pela capacidade de vencer inimigos ou intempéries. A construção das masculinidades, então, seria resultante de desafios externos impostos aos homens. Entretanto, as masculinidades necessitam ser compreendidas como uma forma de ordenamento social que estrutura as relações de poder.

Corbin, Courtine e Vigarello (2013) defendem ainda que as masculinidades vivenciadas em sua pluralidade causam muito sofrimento para aqueles que se encontram fora do imaginário desejado, e isso deve ser estudado, já que estão em jogo relações de poder entre homens posicionados diferentemente no campo das masculinidades hegemônicas ou periféricas.

A geógrafa feminista Linda McDowell chama a atenção para as ações agressivas de homens jovens ingleses, pertencentes às classes trabalhadoras, imersos nas crises econômicas de desemprego. Segundo ela, há uma revolta desses jovens, que não têm conseguido seguir modelos hegemônicos e se relacionam entre si criando grupos violentos, com os quais cometem uma série de ações infracionais e crimes (McDowell, 2000, 2003). Aí podemos incluir as torcidas organizadas no Reino Unido ou na Alemanha e outras, como as do Brasil e dos Estados Unidos, que operam atos violentos na entrada e na saída de estádios de futebol.

As masculinidades periféricas de jovens marginalizados são objeto de investigação de Hopkins (2011). O autor demonstra que as masculinidades devem ser estudadas interseccionalizadas com a idade e a religião e sempre localizadas temporal e espacialmente. Ele mostra em seu texto que não é possível compreender os sentidos das masculinidades se seu exercício for isolado dos grupos sociais aos quais os jovens homens pertencem.

Para Piscitelli (2004, p. 181), no Brasil, as masculinidades exercidas por homens de destaque quanto ao poderio econômico carregam símbolos específicos construídos segundo o modelo europeu, pois a “força e agressividade [...] seriam os atributos centrais que, militarizados, marcam a relação de dominação da natureza durante o século XX”. A mesma autora afirma que uma série de discursos vai

constituindo a ideia de superioridade masculina, ligada à ideia de conquista, posse e agressividade, que acaba naturalizada e pouco questionada no estabelecimento dos processos sociais.

O espaço rural performado por masculinidades hegemônicas é uma lacuna na produção geográfica brasileira. O artigo de Costa e Froehlich (2014) é uma rara produção que analisa as dificuldades de manutenção das mulheres no campo e aponta para a necessidade de adequação de políticas públicas às especificidades regionais do país, a fim de promover a permanência das mulheres no espaço rural como protagonistas. Mesmo que o conceito de masculinidade não seja o foco do artigo, são detalhados elementos da cotidianidade do espaço rural nas relações entre homens e mulheres, notadamente na divisão do trabalho. A importância dos homens se concebe por sua ação na transformação da paisagem e na conquista territorial pela guerra. Segundo esses autores:

[...] a criação extensiva do gado de corte tem uma vinculação cultural e historicamente construída com a figura masculina, o que influencia para a manutenção de um papel produtivo secundário para as mulheres neste contexto. O histórico de guerras, conflitos e revoluções e a cultura gaúcha, através das músicas, vestimentas e contos; atribuem as lidas campeiras ao homem gaúcho, caracterizado como viril [...]. O papel da prenda, enquanto o peão maneja o gado, é esperá-lo com o mate feito ao entardecer, se possível meiga e com uma flor no cabelo, conforme representações de algumas músicas tradicionalistas gaúchas. [...] No entanto, a realidade do dia a dia campeiro não é essa. Na Campanha, por exemplo, a mulher não tem um papel ‘meramente decorativo’, principalmente nas unidades de produção familiares, onde a mulher aprende desde criança as atividades relativas ao manejo do gado de corte (Costa; Froehlich, 2014, p. 35).

Taraud (2013) argumenta que a virilidade está intrinsecamente ligada à conquista de novos espaços. Essa historiadora trata especificamente da colonização e de como o processo de posse de outros territórios criou uma “fábrica de homens verdadeiros”. Segundo ela, o processo de conquista territorial se dava “através da mutilação dos corpos ‘indígenas’, de uma tomada de posse que marca a potência viril dos conquistadores. Pois bestializados, os colonizados são também feminizados”. As guerras de conquistas territoriais são guerras fundadas no tripé da brutalidade, força e virilidade, que pauta a masculinidade hegemônica do conquistador colonial e tem como suas referências identitárias “a terra, o trabalho, a família patriarcal e a pátria” (Taraud, 2013, p. 415-424 *passim*). A Guerra do Contestado é um exemplo disso.

Os elementos estudados por Taraud (2013) nas narrativas da conquista colonial também estão presentes nas áreas de conflito pela terra nos espaços rurais

do Brasil atual. A pesquisa antropológica de Bilhalva e Rodrigues (2017) evidencia que as masculinidades do pampa gaúcho, do oeste do Pará e do norte do Mato Grosso podem ser aplicadas aos retireiros do Araguaia, aos fundos de pasto no oeste da Bahia e a muitos outros espaços que estão intimamente atrelados a uma determinada cultura machista, envolvendo vários elementos:

[...] a produção e manutenção dos artefatos específicos da lida campeira, as vestimentas, a relação com os animais, as relações com as famílias e com as mulheres, com os amigos e com as masculinidades subalternas, a postura corporal e o modo de falar, compõem a subjetividade desses sujeitos. [...] Salientamos que as redes indicadas pelos campeiros eram majoritariamente formadas por homens (Bilhalva; Rodrigues, 2017, p. 120).

As redes de relacionamentos masculinos se dão no aprendizado do trabalho com homens de gerações mais antigas. Segundo Bilhalva e Rodrigues (2017, p. 121), “por meio do trabalho, são transmitidas questões éticas e morais que envolvem respeito, coragem, bravura, disciplina, responsabilidade e capricho (entendido como limpeza, organização)”. É na ‘lida campeira’ que a construção da masculinidade é partilhada com outros homens e em sua habilidade de lidar com a natureza e com os animais e entre si. A bravura para domar os animais, a honra, a liberdade e a justiça são elementos evocados pelos homens da sociedade campeira para exercer seu domínio nos espaços rurais de criação pecuária, exploração mineral, extrativismo e outras atividades.

Da mesma forma, Silva (2013), que aborda as relações de trabalho nos pampas rio-grandenses, observa que se elabora uma organização social que entrelaça o trabalho com uma determinada cultura masculina:

Os campeiros consideram essas atividades como ‘brabíssimas’, onde é preciso controlar as forças da natureza selvagem forcejando o corpo sem parar, entretanto, estas práticas não chegam a representar uma potência negativa, visto que, tem agência sobre os sujeitos, e, embora seja descrito como árduo, perigoso, insalubre, esse modo de vida parece trazer, nessas mesmas agruras, os atributos ontológicos necessários à construção desses homens como pessoas, à manutenção de sua existência (Silva, 2013, p. 127-128).

As masculinidades construídas a partir do espaço rural também são objeto de Teixeira e Deus (2017), que analisam a produção discursiva da imprensa paranaense no início do século XX. As autoras apontam que as masculinidades são identidades móveis e relacionais, já que produzidas culturalmente e na relação com as feminilidades. Elas observam que, no Paraná, as elites agrárias foram representadas

como símbolo de masculinidades vistas como desejadas, e as imagens encontradas nos jornais da época, mais especificamente da revista curitibana *O Olho da Rua*, fazem coro a uma das ilustrações descritas, que se encaixa:

[...] em um modelo de masculinidade hegemônica, pois apresenta características como a virilidade e dominação por meio da força. Este homem não poderia ser fraco muito menos apresentar sentimentalismos. Esse possivelmente era o modelo-padrão de masculinidade que os homens do início do século XX, que trabalhavam no meio rural, deveriam seguir. Por mais que o personagem pareça não pertencer a uma classe alta, a elite, ele busca por meio de elementos como o chapéu e o bigode, se identificar com esse modelo de masculinidade. Outro aspecto importante é que a identidade do homem da ilustração parece se relacionar com a identidade do próprio Estado do Paraná naquela época. Um Paraná que buscava se destacar no cenário nacional por meio do trabalho rural, das plantações de erva-mate e madeira (Teixeira; Deus, 2017, p. 701).

A importância da corporalidade que encarna as identidades masculinas e os poderes de determinados grupos sociais, ligados a determinados tempos e espaços, também é alvo de trabalhos científicos, de Riquinho e Gerhardt (2010), Burille (2017), Burille *et al.* (2018) e Lasta (2022). Os pesquisadores abordam o processo de envelhecimento de homens rurais e as transformações das relações de trabalho e familiares ocorridas em uma fase da vida em que a corporalidade masculina perde a energia e, portanto, é significada como menos viril.

O processo de envelhecer tem impacto nos homens que trabalham no campo, atividade que envolve o domínio sobre a natureza e a força física. Eles encaram essa fase da vida como uma decadência, também moral, e degradante das relações sociais. O autocuidado é visto como uma característica feminina, e o envelhecimento, associado aos processos de adoecimento, cria subjetividades masculinas novas que dificultam a adaptação social. Por isso a expressão ‘homem morre de morte matada e não morrida’, já que morrer de doença é um desprestígio para a família.

O espaço rural é constituído pelo trabalho e, “portanto, o dispositivo da eficácia para os homens nesse meio é afirmado através da virilidade sexual e laborativa” (Lasta, 2022, p. 28). O envelhecimento e o consequente adoecimento deslocam as masculinidades rurais de determinados homens, que passam, através desse processo, para posições marginalizadas, como “ser idoso”. As subjetividades masculinas produzidas em torno de certos elementos de poder dificultam, como já referido, o autocuidado no processo de envelhecimento. Segundo Burille *et al.* (2018, p. 444), há um

[...] potencial de influência das subjetividades masculinas a partir da demarcação de fragilidade ou de afirmação da masculinidade na interação com o cuidado em saúde. Para além de uma discussão abstrata, o estudo apontou ações cotidianas balizadas no modelo normativo de masculinidade, que acentuam condições de adoecimento no cenário de vida rural por sua conformação geográfica, funcional e de reprodução social. O reconhecimento das subjetividades e dos entraves no acesso e na acessibilidade aos serviços de saúde permitiu compreender as razões pelas quais os entrevistados procuraram o cuidado profissional em situações de doença agudizada.

A afirmação da masculinidade nos estudos de Stachuk e Oliveira (2019), que também exploraram o espaço paranaense, situa a violência como um dispositivo dos homens, acionado em espaços de lazer onde há o reconhecimento de que sua honra foi atacada. A honra é construída pela sociabilidade e culturalmente compartilhada no tempo e no espaço, tem assim um caráter público, que vai além do ser homem. Sousa (2010, p. 157) descreve que “a honra fundamentava-se em qualidades e virtudes reconhecidas pelo corpo social”. Como um caráter público, para ser resgatada em situação de ameaça exige a violência, que também deve ser publicizada como uma ação comum e servida aos outros homens como advertência. Segundo Stachuk e Oliveira (2019, p. 2), os espaços de sociabilidades masculinas estão repletos de ocorrências onde a “defesa da honra” resulta em situações de violência e morte:

Os motivos que tendiam a desencadear as discussões, em nossa reflexão, são em virtude de ofensas verbais consideradas uma afronta grave ao código de honra masculino. Os casos estampados nos mostram que tais ofensas eram consideradas provocativas e intoleráveis, no entanto, com maior frequência, o ofendido para lavar sua honra empregava-se de violência.

Aquilo que pode ser considerado “ofensivo” à honra depende da cultura e da sociabilidade e dos relacionamentos entre iguais e diferentes, bem como das formas de reconquistar a honra ameaçada.

A violência como forma comum de reação pública é estudada por Costa (2008), que analisa o assédio aos jovens homens de áreas rurais para migração e conquista de trabalho e sua transformação em trabalhadores escravizados nos rincões do país. Para ela, a construção da masculinidade no campo e a honra são elementos centrais mobilizados para a captura desses jovens homens, que acabam escravizados no Nordeste brasileiro e em outros tantos rincões do país. A autora discute a constituição de masculinidades em confronto no fenômeno da escravidão contemporânea (atualmente, entorpecentes são utilizados nesse processo): de um lado, a figura do jovem que parte da casa dos pais em busca de sucesso para a vida adulta; do outro,

o perpetrador da violência contra o trabalhador, na figura do fazendeiro. A relação dos homens jovens com a construção das masculinidades rurais, para Costa (2008, p. 183), gira em torno de alguns elementos específicos:

Enquanto originário do meio rural, o jovem partilha uma visão de mundo baseada em uma lógica camponesa que tem nas categorias culturais “terra”, “trabalho” e “família” os alicerces para a construção de uma ética que orienta suas ações. Nessa lógica, [...] o principal objetivo é assegurar a reprodução física e social do grupo doméstico. Idealmente, isso deve ser garantido pelo “trabalho livre”, isto é, desprovido de patrão, em uma terra fértil que assegure a preservação desse modo de vida. A família é, portanto, o aspecto central na vida do trabalhador rural. O trabalho é visto como uma missão, pois é através dele que a família será mantida. Trabalhar muito para si e em uma terra ampla assegura às novas gerações melhores condições de vida, o que, na lógica camponesa, não tem relação com nível de vida, mas com possibilidades de trabalho no cultivo da terra [...].

A construção das masculinidades e sua relação com o espaço rural envolvem a disputa, já que a pobreza no campo e a dificuldade do acesso à terra e a água acabam por dificultar a realização de um papel masculino visto como socialmente válido para os homens no meio rural. O trabalho que reproduz a família e garante sua reprodução física está ligado diretamente à conquista das terras¹⁶.

A geógrafa Doreen Massey afirma que o espaço é resultado de feixes de relações, sendo então possível dizer que as diferentes masculinidades se encontram e produzem lugares específicos (Massey, 2008). No caso do conflito pelo acesso à terra, há disputas por diferentes masculinidades e jogos de poder, bem como uma série de elementos a serem explorados. Os camponeses performam masculinidades específicas, nas quais a honra pode estar calcada no trabalho braçal, por exemplo; e a masculinidade dos empresários donos da terra pode se centrar no poderio financeiro. É no encontro conflituoso da posse da terra que temos a intenção de explorar a pluralidade de masculinidades que produzem o espaço geográfico.

Enfim, as masculinidades e os conflitos por terra estão intimamente relacionados, e, como foi demonstrado neste capítulo, é uma área rica a ser explorada na Geografia brasileira. No capítulo seguinte, apresentamos o caso paranaense e os elementos constitutivos de processos específicos de luta pela terra.

¹⁶ Barbosa e Lerrer (2016), ao discutirem o gênero feminino e a posse da terra em assentamentos rurais, demonstram haver novas dinâmicas de propriedade da terra nos processos de organização de assentamentos para fins de reforma agrária.

CAPÍTULO 2 — A LUTA INVISÍVEL: A DISPUTA PELA TERRA NO PARANÁ E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Zanza daqui
Zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
Vamos embora
(Assentamento, Chico Buarque)

O objetivo deste capítulo é explorar elementos da formação socioespacial (Santos, 1978) do Paraná para constituir um quadro de referência sobre a origem da ocupação do acampamento Dom Tomás Balduino, do MST, em Quedas do Iguaçu, recorte espacial investigado por esta tese.

Os conflitos de terras fazem parte da constituição socioeconômica do estado e são pouco explorados por esse viés, apesar das narrativas em torno da Guerra do Contestado, da Revolta dos Colonos e da Guerra de Porecatu. Em geral, a formação socioespacial do Paraná é narrada por meio de outros fatores, como a expansão da colonização, das fronteiras agrícolas, da industrialização e da infraestrutura estatal. No entanto, os conflitos agrários não são meros desdobramentos das relações de poder e do avanço das relações capitalistas no campo, mas se constituem em fator determinante da formação socioespacial paranaense e da conformação do Estado como agente político de promoção de conflitos.

A ideia de formação socioespacial desenvolvida por Milton Santos articula as dimensões espaciais e sociais como elementos indissociáveis na produção do território (Santos, 1978) e permite entender como os conflitos fundiários, mais do que apenas disputas isoladas por terra, são elementos estruturantes na formação territorial paranaense. A formação socioespacial do Paraná é marcada pela dialética entre diferentes modos de produção e formas de ocupação do território (Cunha, 1986, 2003), onde a concentração fundiária e os conflitos pela terra atuaram como mecanismos de reprodução das relações de poder. Como argumenta Santos (1978), o espaço é uma instância social que tanto reflete quanto condiciona as relações sociais, sendo impossível compreender a estrutura social sem considerar sua dimensão espacial.

Nessa perspectiva, os conflitos fundiários no Paraná devem ser analisados como parte de uma totalidade social em movimento, onde as disputas pela terra não são apenas consequências, mas elementos constitutivos da própria formação

socioespacial paranaense. A concentração fundiária e os mecanismos de exclusão territorial atuaram historicamente como instrumentos de poder, configurando uma estrutura social profundamente desigual que se materializa no espaço geográfico.

O processo de ocupação do território paranaense não pode ser compreendido apenas pelo sucesso da expansão econômica, pela coesão comunitária e pela capacidade de trabalho dos imigrantes. Essas ideias omitem a exclusão e a violência permanente, assim como as contradições inerentes ao processo de formação territorial em disputa por grupos sociais. Renomados historiadores paranaenses retratam essa tendência, como Brasil Pinheiro Machado (1963) e Wilson Martins (1955), bem como o economista Pedro Calil Padis (1981).

Machado (1963) em sua abordagem enfatiza a formação do território paranaense a partir da ideia de “expansão de comunidades”, celebrando o papel dos pioneiros colonizadores. Tal perspectiva, alinhada ao movimento modernista e ao projeto de modernização do Paraná na década de 1950, visava a consolidar uma identidade regional heroica e progressista.

Padis (1981), em sua obra seminal *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*, analisa o território paranaense sob a ótica de sua inserção como economia periférica, destacando a dependência em relação ao centro dinâmico do país, particularmente São Paulo.

Martins (1955), em *Um Brasil diferente*, centra sua análise sobre a formação social e cultural do Paraná a partir da imigração europeia como fator determinante na construção de uma identidade regional singular. O autor argumenta que a miscigenação entre diferentes grupos europeus, em um ambiente supostamente pacífico e harmonioso, resultou em uma civilização distintamente paranaense.

Machado (1963), Padis (1981) e Martins (1955), embora com contribuições relevantes, sem a menor dúvida transparecem uma forte negligência quanto à contribuição de indígenas, negros e despossuídos de terras, os quais a “frente pioneira” enfrentou, matou e excluiu do acesso à terra.

A perspectiva dos conflitos de terras e a formação da estrutura agrária do Paraná em estudos mais recentes é abundante, como pode ser verificado em Battisti (2006), Myskiw (2002) e Crestane e Schallenberger (2012). Contudo, esses trabalhos, que tratam da história da formação do território paranaense do ponto de vista dos conflitos, privilegiam a relação entre os excluídos e as elites empresariais e rurais. Não trazem para o centro do debate a própria estruturação do Estado. Mesmo em

trabalhos importantes, como os realizados por Serra (2005, 2019), Olinto e Stein (2019), Priori *et al.* (2012), Dornelas (2016) e Gonçalves (2004, 2005), observamos a ausência da conexão entre os conflitos de terras e a formação e estruturação do Estado paranaense.

Há um trabalho nesse sentido, de Renê Wagner Ramos, intitulado *A implantação e estruturação do novo modelo agrário no Paraná: ações do governo de Bento Munhoz da Rocha Neto 1951-1955*. Ramos (2020) analisa a trajetória política e as ideias de Bento Munhoz da Rocha Neto, destacando sua influência na modernização e industrialização do Paraná entre 1951 e 1955. O texto explora como o então governador buscou harmonizar progresso e tradição, ao promover um modelo de desenvolvimento que integrava a agroindustrialização e o cooperativismo, enquanto enfrentava as tensões sociais e políticas decorrentes dessa transformação. Embora o autor reconheça que a modernização conservadora promovida por Munhoz da Rocha Neto possa ter contribuído para a marginalização da agricultura familiar, que historicamente ocupou um lugar secundário no Brasil, ele não chega a explorar a função estrutural da concentração da propriedade da terra na constituição da hierarquia social no Paraná.

Assim, apesar da abundância de trabalhos, alguns negligenciando os conflitos e outros os abordando do ponto de vista das relações capitalistas de produção, o estudo do Estado como agente promotor de conflitos não é comum. Iná Elias de Castro percebe que as abordagens das relações entre capital e trabalho são predominantes nas pesquisas sobre formação territorial, mas defende que há necessidade fundamental de não se negligenciar o papel do Estado (Castro, 2011). É preciso entender como as disputas pela terra impactaram a criação de políticas agrárias, a atuação do Poder Judiciário, a organização do aparato estatal no Paraná. Przeworsky (1995) e Offe (1984) oferecem ferramentas teóricas valiosas para a compreensão da relação entre conflitos sociais e a estrutura do Estado, pois entendem que esta instituição é configurada pelos jogos políticos e pelos embates entre grupos sociais.

Este capítulo examina como as disputas pela terra influenciaram a legislação agrária, a organização do poder público e as relações entre o Estado e os movimentos sociais. Está estruturado em três seções. Na primeira seção, apresentamos uma crítica à narrativa hegemônica, produzida pelas elites locais, de um desenvolvimento harmonioso do território paranaense, em que se destaca a especificidade da

imigração de grupos europeus no processo de desenvolvimento. Além disso, destacamos os marcos legais nacionais da propriedade no Brasil e como as elites paranaenses deles se beneficiaram. Na segunda seção, abordamos os conflitos desencadeados pela exclusão dos grupos mais vulneráveis por meio dos processos de grilagem de terras, fenômeno que impacta profundamente a estrutura fundiária brasileira e paranaense. Também discutimos as transformações da ideia de propriedade fundiária no bojo da redemocratização do Brasil. Na terceira seção, destacamos a emergência de atores sociais contemporâneos, como o Ministério Público Federal (MPF) e o MST. Ambos os atores evidenciam a complexidade das ações do Estado e seus conflitos internos, bem como as pressões sociais.

2.1 A VIOLÊNCIA NA FORMAÇÃO SOCIAL DO PARANÁ E AS IMPLICAÇÕES DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA: UMA CRÍTICA À NARRATIVA DO DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO

2.1.1 As mazelas da concentração fundiária promovidas pelas elites ruralistas

Serra (2019) alega que a colonização do Paraná foi marcada por intensos processos de grilagem de terras e violência rural, configurando o que o autor denomina de “lado perverso da colonização”. Os povos indígenas foram as principais vítimas desse processo histórico de violência. Brighenti e Oliveira (2021), em trabalho intitulado “Conflitos territoriais como espaço de disputas entre memória e história: análise de processos judiciais da Itaipu Binacional contra os Guarani no Oeste do Paraná”, documentam os conflitos territoriais envolvendo a construção da Usina de Itaipu e demonstram como grandes projetos de desenvolvimento frequentemente resultaram em expropriação territorial. Essa situação persiste, como esclarece Spezia (2024) ao analisar os impactos da Lei 14.701 sobre as comunidades indígenas da região. Em outra localidade, Derrosso e Ichikawa (2014) estudam como a construção da hidrelétrica de Salto Caxias provocou o deslocamento forçado de comunidades ribeirinhas e a reconfiguração de suas identidades. Além de desarticular comunidades, esses processos também reforçaram hierarquias sociais, pois privilegiaram interesses econômicos em detrimento de direitos territoriais e culturais.

As disputas pela terra no Sudoeste paranaense nos anos 1950 e 1980 foram estudadas por Battisti (2006), que revela padrões de violência e exclusão social. O autor expõe ainda como a própria chegada de imigrantes europeus, frequentemente

romantizada, foi permeada por tensões, como demonstra Sopelsa (2009) ao estudar os conflitos entre brasileiros e imigrantes em Ponta Grossa.

A consolidação de uma hierarquia social altamente desigual no Paraná não pode ser dissociada desses processos violentos. Silva (2005) evidencia a formação de territórios conservadores de poder que reforçam estruturas oligárquicas e excludentes, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. A autora, ao estudar o caso de Guarapuava e do centro-sul do Paraná, apresenta características específicas que fundamentaram a constituição desses territórios conservadores de poder. Essa configuração resulta de três elementos históricos fundamentais: primeiro, uma colonização predominantemente luso-brasileira antiga, sem significativa miscigenação com imigrantes estrangeiros, que cristalizou um modelo social baseado nas relações senhor-escravizado, resistente mesmo à posterior chegada de migrantes sulistas; segundo, um padrão de distribuição territorial fundamentado na concessão de sesmarias, que privilegiou a formação e manutenção de latifúndios, em detrimento do acesso à terra por populações mais pobres; e, terceiro, um modelo de exploração baseado na pecuária extensiva, que, historicamente, excluiu os trabalhadores sem meios de produção, limitando o desenvolvimento de formas mais diversificadas e inclusivas de uso do solo. Essa tríade de fatores consolidou estruturas sociais profundamente desiguais, que, embora venham se transformando gradualmente, ainda mantêm forte influência na organização socioespacial da região. Sobre o papel da concentração de terras para a formação da elite política local, a autora afirma:

O segundo elemento também está vinculado a ocupação e a formação territorial, já que esse processo, tanto na região como em boa parte do Brasil, se deu via concessão de grandes extensões de terra, as sesmarias, permitindo a composição de latifúndios e impedindo ou restringindo o acesso à terra de camadas populacionais pobres. Nesse sentido, o singular, aqui, é a permanência (não obstante as mudanças por fatores internos e externos ao longo do tempo) das grandes propriedades em detrimento das pequenas porções de terra (também existentes, mas em número insuficiente para uma distribuição social mais justa) e dos problemas decorrentes da presença do latifúndio (Silva, 2005, p. 145).

A violência é um mecanismo estrutural na formação do Paraná, e a persistência dos conflitos é evidenciada por dados recentes. Segundo o Geolutas (2014), as disputas territoriais envolvendo camponeses e indígenas continuam sendo uma realidade no estado. Além disso, o Paraná apresenta atualmente o maior número de conflitos por água no Brasil, conforme reportado por Fernandes (2024).

A concentração fundiária no Paraná não se explica apenas pela dinâmica regional. Está inserida numa dinâmica mais ampla, de âmbito nacional, um fenômeno histórico que remonta ao período colonial e se consolidou com a Lei de Terras de 1850. Tal lei oficializou a apropriação privada das terras e excluiu grande parte da população, especialmente negros e camponeses, do acesso à propriedade rural. Essa estrutura fundiária desigual, marcada pela predominância de latifúndios, estabeleceu as bases para a perpetuação das desigualdades sociais e econômicas no país. A concentração de terras nas mãos de uma elite agrária não apenas limitou o desenvolvimento de uma agricultura familiar diversificada, como também reforçou relações de poder que persistem até os dias atuais (Dean, 1971; Moreira, 2018).

A industrialização do Brasil, iniciada no final do século XIX e intensificada no século XX, proporcionou novas oportunidades econômicas, contudo, também aprofundou as desigualdades estruturais. Como destacam Forjaz (1984) e Comin (2015), a industrialização foi liderada por uma aliança entre a elite agrária e a nascente burguesia industrial, que se beneficiou de políticas estatais de incentivo ao desenvolvimento econômico. A elite agrária, ao longo do tempo, adaptou-se às mudanças econômicas e às novas demandas do mercado global, modernizando a agricultura, e fez do agronegócio um importante setor da economia brasileira. Assim, manteve seu poder político e econômico.

De acordo com Brannstrom (2020) e Fernández Milmanda (2024), o agronegócio brasileiro tornou-se um dos principais motores da economia, mas sua expansão ocorreu às custas da concentração de terras e da exploração de recursos naturais, com impactos ambientais e sociais negativos. Assim, embora tenha aumentado a produtividade, a modernização não resolveu o problema da desigualdade fundiária, pois continuou a privilegiar grandes proprietários em detrimento dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem-terra, isto é, não foi acompanhada por uma democratização do acesso à terra e perpetuou a exclusão de milhões de trabalhadores rurais.

Enquanto isso, a população rural, expulsa do campo pelo êxodo rural, migrou para as cidades em busca de melhores condições de vida, mas encontrou um cenário de exclusão e marginalização. A urbanização acelerada, sem políticas públicas de inclusão social, resultou na formação de periferias pobres e favelas, onde a população migrante foi relegada a condições precárias de moradia e trabalho. Esse processo, analisado por Maricato (2003) e Pinheiro (2007), explica como a concentração

fundiária no campo se reflete na organização desigual das cidades brasileiras, inclusive no aumento da criminalidade. O estudo de Mueller e Martine (2022) reitera como a modernização agrícola na década de 1980 foi acompanhada por um aumento do êxodo rural e da pobreza urbana. Por conseguinte, a migração forçada também está na raiz da concentração fundiária, pois a expansão do agronegócio tem levado à expulsão de comunidades tradicionais e pequenos agricultores de suas terras, implicando no crescimento de periferias precárias nas cidades (Mueller; Martine, 2022).

A industrialização e a urbanização criaram oportunidades para a ascensão de uma nova classe média, composta, em grande parte, por imigrantes e descendentes de imigrantes que se integraram ao mercado de trabalho urbano. No entanto, essa ascensão não foi suficiente para superar as desigualdades estruturais da sociedade brasileira (Wejsa; Lesser, 2018; Levine, 1984). A população pobre, tanto nas cidades quanto no campo, permaneceu à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico. A segregação socioespacial nas cidades, analisada por Soares e Santos (2015), reforçou a exclusão social pela criação de barreiras físicas e simbólicas que dificultam a mobilidade ascendente das camadas mais pobres da população.

A concentração fundiária também tem implicações políticas, pois a elite agrária continua a exercer influência significativa sobre as políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à reforma agrária e ao uso da terra. As tentativas de reforma agrária no Brasil enfrentaram resistência feroz por parte dos grandes proprietários de terra, que utilizam seu poder político para bloquear mudanças que ameacem seus interesses (Ondetti, 2021; Zeneratti, 2021). Essa dinâmica pode ser exemplificada pela permanente atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional, que tem sido capaz de impedir avanços significativos na democratização do acesso à terra. A persistência da concentração fundiária, portanto, não é apenas um problema econômico, mas também político, uma vez que reflete a manutenção de estruturas de poder que beneficiam uma minoria e negligenciam a maioria.

Uma reforma agrária efetiva poderia redistribuir as terras e promover o desenvolvimento rural sustentável. Como consta no dossiê publicado pelo Instituto Tricontinental (Tricontinental: Institute for Social Research, 2020) e na edição especial do boletim *Land Reform*, organizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com o tema “Land settlement and cooperatives” (Land [...], 2003), a reforma agrária é essencial para reduzir a desigualdade e

promover a justiça social no campo. Entretanto, as tentativas de implementá-la no Brasil têm sido sistematicamente sabotadas pelas elites agrárias, que utilizam seu poder político e econômico para manter o *status quo*.

A influência do poder político e econômico dessas elites nas decisões governamentais tem implicações para a democracia brasileira. Como argumentam Diniz (1996) e Lisboa (2016), a elite agrária tem sido uma das principais forças por trás da instabilidade política no Brasil, visto que atuam para bloquear reformas que ameacem seus interesses. Já os grupos de trabalhadores rurais e as comunidades tradicionais, afetados pela concentração fundiária, são controlados pela violência. Miranda, Gomes e Meneses (2022) lembram que os violentos conflitos agrários no Brasil são marcados pela impunidade e favorecem os grandes proprietários de terra, que recorrem a milícias privadas. Fernández Milmanda (2024) e Ondetti (2021), ao criticarem a dominação da máquina pública pela elite agrária, afirmam que isso se reflete na falta de transparência e na corrupção que permeiam as políticas públicas relacionadas à terra e ao meio ambiente. Essa dinâmica é exemplificada pela sistemática falta de fiscalização e pela impunidade que caracterizam os crimes ambientais e os conflitos agrários no Brasil.

Em adição a isso, o agronegócio também concentra investimentos, que deixam de ser aplicados em outros setores da economia. A elite agrária utiliza seu poder político para garantir subsídios e incentivos fiscais para o agronegócio, em desfavor de outras áreas.

A desigualdade fundiária também tem impactos ambientais significativos, porquanto a expansão do agronegócio frequentemente ocorre às custas de ecossistemas sensíveis, como a Amazônia e o Cerrado. A busca por terras agricultáveis tem levado ao desmatamento e à degradação ambiental, comprometendo a biodiversidade e os recursos hídricos (Nascimento, 2009; Pereira *et al.*, 2012). Esses impactos ambientais, por sua vez, afetam diretamente as comunidades locais, que dependem desses recursos para a subsistência. A concentração fundiária, portanto, não se limita a perpetuar a desigualdade social: também contribui para a crise ambiental, criando um ciclo vicioso de exploração e degradação. O modelo de produção do agronegócio é insustentável do ponto de vista ambiental e social (Nascimento, 2009; Pereira *et al.*, 2012) e, desse modo, compromete o futuro das próximas gerações.

Outros aspectos relacionados à concentração fundiária e à expansão do agronegócio são a insegurança alimentar, a desigualdade racial, a desigualdade de gênero, a desigualdade regional, sem contar os problemas causados a comunidades tradicionais, à saúde pública e até à educação.

O modelo de produção do agronegócio prioriza a exportação de *commodities* em vez da produção de alimentos para o mercado interno. Além disso, a priorização da monocultura e a dependência de insumos externos tem comprometido a diversidade agrícola e a autonomia dos pequenos agricultores (Rada; Valdes, 2012). Essa dinâmica contribui para a insegurança alimentar, especialmente entre as populações mais pobres, que têm dificuldade de acesso a alimentos saudáveis e nutritivos.

Sobre a desigualdade racial, é válido repetir que a população negra foi historicamente excluída do acesso à terra e relegada às piores condições de vida no campo e nas cidades. A abolição da escravidão não foi acompanhada por políticas de inclusão social e econômica para a população negra, que continuou a enfrentar discriminação e exclusão (Marinho; Lucena, 2021).

A desigualdade de gênero também participa de toda essa dinâmica. As mulheres rurais enfrentam barreiras adicionais para o acesso à terra e à participação na vida econômica e política (Miranda; Gomes; Meneses, 2022). Elas costumam ser excluídas dos processos de decisão e têm menos acesso aos recursos produtivos, o que limita sua autonomia e independência econômica.

Mueller e Martine (2022) mencionam, ainda, a desigualdade regional como consequência do modelo fundiário até aqui descrito. Segundo eles, as regiões mais pobres do país são aquelas onde a concentração de terras é mais acentuada; assim, a desigualdade regional no Brasil é um reflexo da concentração fundiária e da falta de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento rural nas regiões mais pobres.

Ademais, a saúde pública é afetada pelo uso intensivo de agrotóxicos, que contaminam o solo, a água e os alimentos. Segundo Nascimento (2009) e Pereira *et al.* (2012), o uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil é uma das principais causas de problemas de saúde entre os trabalhadores rurais e as comunidades locais.

Todo esse contexto tem levado ainda à destruição de comunidades tradicionais e de seus modos de vida, o que também é apontado por Nascimento (2009) e Pereira *et al.* (2012). Comunidades quilombolas e indígenas são deslocadas de suas terras e suas culturas e identidades estão ameaçadas devido à falta de

proteção de seus territórios tradicionais, culturalmente ricos e integrantes da formação identitária do Brasil.

Soares e Santos (2015) observam que a concentração fundiária prejudica até mesmo a educação no Brasil, pois a falta de acesso à terra aumenta a pobreza no campo e limita as oportunidades educacionais para boa parte da população rural. Segundo os autores, a falta de escolas e de infraestrutura educacional no campo é uma das principais causas do analfabetismo e da evasão escolar entre as populações rurais.

Tudo isso leva à conclusão de que a democratização do acesso à terra e a promoção de políticas públicas, por exemplo, de desenvolvimento regional e de educação no campo, assim como a promoção de uma agricultura sustentável, são essenciais, entre outros, para reduzir a desigualdade regional e promover a integração nacional, para proteger a saúde pública e o meio ambiente, para garantir o direito à educação a todas as crianças e jovens brasileiros.

Enfim, nesse conjunto de argumentos, podemos afirmar que a concentração fundiária no Brasil é um dos principais pilares da desigualdade social, econômica e política. Suas raízes históricas remontam ao período colonial e foram consolidadas pela Lei de Terras de 1850, que oficializou a exclusão da maioria da população do acesso à terra. A elite agrária, ao se modernizar e se integrar ao agronegócio, manteve seu poder político e econômico, perpetuando as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. A industrialização e a urbanização, embora tenham criado novas oportunidades econômicas, não foram capazes de superar essas desigualdades, que se expressam na organização desigual das cidades e na exclusão social das populações pobres.

É fundamental enfrentar o domínio da máquina pública e da estrutura política pela elite agrária, que também está fortemente organizada no Paraná. Já mencionamos aqui o trabalho de Silva (2005), especificamente sua tese intitulada *Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná*, que demonstra, no caso de Guarapuava, como as elites mantêm o controle político do território, tendo se adaptado às diversas fases econômicas pelas quais a região passou. A base inicial do poder político se funda na ocupação do solo, processo ao qual a formação das elites está intimamente ligada. Relatamos que a concessão de grandes extensões de terra, conhecidas como sesmarias, é que permitiu a composição de latifúndios nos quais se instituiu a elite política local. Esse processo restringiu o acesso à terra para camadas

populacionais mais pobres e consolidou o poder nas mãos de poucos, o que garantiu o controle da mão de obra local. A permanência dessas grandes propriedades, apesar das mudanças ao longo do tempo, manteve a estrutura fundiária concentrada, impedindo uma distribuição social mais justa e favorecendo a manutenção do poder por parte das elites.

Na escala local, essa elite pode ser reconhecida pelo nome das famílias que dominam a cena política (Silva, 2005). Esse grupo enfrenta as novas fases do desenvolvimento, como a modernização da agricultura e a industrialização, adaptando-se e, muitas vezes, se beneficiam dessas transformações, que, além de provocarem melhorias tecnológicas e produtivas, consolidaram a concentração fundiária e intensificaram a expulsão de pequenos agricultores. Na região de Guarapuava, a modernização e a industrialização levaram à expansão das grandes propriedades rurais e à absorção de pequenas e médias propriedades. Embora tenham introduzido elementos renovadores, essas transformações estruturais não alteraram significativamente a concentração de terras, permitindo que as elites continuassem a dominar a estrutura agrária, o aparelho burocrático e a configuração política. A seguir trataremos mais especificamente de como a legislação em nível nacional relacionada à propriedade privada da terra beneficiou os grandes grupos de proprietários rurais.

2.1.2 Os marcos legais da propriedade privada no Brasil

A evolução dos marcos legais da propriedade no Brasil representa um processo histórico complexo, marcado por continuidades e rupturas que refletem as relações de poder e as estruturas sociais do país. Analisaremos aqui essa trajetória, considerando as constituições federais, a Lei de Terras de 1850 e o papel das elites fundiárias no controle dessas estruturas.

O sistema de propriedade no Brasil tem suas raízes no período colonial, quando a Coroa portuguesa estabeleceu as bases do ordenamento fundiário através das Ordenações do Reino. Segundo Nozoe (2006), o regime de sesmarias constituiu o primeiro marco legal de distribuição de terras, caracterizando-se pela concessão de grandes extensões territoriais aos nobres e a pessoas de confiança da Coroa. O ordenamento jurídico que fundamentava a distribuição de terras no Brasil Colônia eram principalmente as Ordenações do Reino — inicialmente as Manuelinas e

posteriormente as Filipinas — e a Lei das Sesmarias de 1375, transplantada de Portugal para a colônia (Miranda, 2011). Esse arcabouço legal estabelecia os princípios básicos para a concessão de terras, embora sua aplicação na colônia tenha adquirido características próprias, distintas do modelo português original.

A distribuição de terras seguia critérios formais e práticos que se entrelaçavam com as relações de poder. Nozoe (2006) identifica como critérios formais principais: 1) a capacidade do requerente em cultivar a terra; 2) o compromisso de ocupação efetiva; 3) a necessidade de demarcação dos limites da área; e 4) o registro da concessão junto às autoridades coloniais.

Holston (1991) demonstra que, na prática cotidiana da administração colonial, os critérios efetivamente determinantes para a concessão de sesmarias transcendiam os aspectos formais, sendo fundamentalmente orientados por fatores político-sociais. O autor indica que as relações pessoais mantidas com a Coroa portuguesa, o pertencimento aos círculos nobres, o prestígio social e político do requerente, bem como sua capacidade militar de defender o território, compunham elementos decisivos no processo de distribuição das terras, sobrepondo-se frequentemente aos requisitos legais estabelecidos nas Ordenações do Reino.

O processo de concessão de sesmarias obedecia a um ritual administrativo rigorosamente estabelecido, que se iniciava com uma petição formal direcionada ao governador ou capitão-mor da capitania (Miranda, 2011). Após a solicitação inicial, procedia-se à verificação da disponibilidade efetiva da terra pretendida, seguida pela emissão da carta de sesmaria, documento que formalizava a concessão. Em casos específicos, principalmente os que envolviam terras de maior extensão ou importância estratégica, era necessária ainda uma confirmação real para validar definitivamente a concessão.

De acordo com Holston (1991), o sistema sesmarial brasileiro enfrentava importantes limitações operacionais que comprometiam sua eficácia e geravam diversos conflitos fundiários. O autor aponta como principal deficiência a ausência de medições precisas das áreas concedidas, o que frequentemente resultava na sobreposição de diferentes concessões. Além disso, a administração colonial demonstrava ineficiência na fiscalização do cumprimento das condições impostas aos sesmeiros, como o cultivo efetivo da terra e sua demarcação adequada. Como consequência direta dessas fragilidades, eram recorrentes os conflitos de limites entre

os beneficiários das sesmarias, o que contribuía para a instabilidade do sistema fundiário colonial.

Houve consequências duradouras desse sistema na estrutura fundiária nacional, como analisado por Nozoe (2006): a formação de extensos latifúndios, que, por sua vez, promoveram a exclusão sistemática de significativas parcelas da população do acesso à terra. Com isso, estabeleceu-se uma poderosa elite agrária, que consolidou seu poder econômico e político através do controle da propriedade fundiária. Criou-se, assim, um padrão de desigualdade na distribuição de terras, perpetuado mesmo após o fim do período colonial e cujos reflexos podem ser observados até a atualidade na estrutura agrária brasileira.

A Constituição Imperial de 1824 manteve as estruturas fundiárias coloniais, garantindo o direito de propriedade em sua plenitude, conforme Miranda (2011). Holston (1991) alega que esse período foi fundamental para a consolidação de uma elite agrária que exerceria significativa influência política nas décadas seguintes.

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, designada Lei de Terras, foi implementada num contexto histórico específico, marcado pelo fim do tráfico de escravizados e pela necessidade de reorganização do sistema fundiário brasileiro (Miranda, 2011), para o qual representou uma transformação significativa. A lei estabeleceu a compra como única forma de acesso à terra, regularizou as sesmarias e definiu o conceito de terras devolutas (Brasil, 1850). A mercantilização da terra e a proibição de aquisição de terras devolutas por outros meios transformou a terra em uma mercadoria com valor monetário definido. As posses existentes passaram pela regularização fundiária, que estabeleceu prazos para a demarcação das propriedades e mecanismos para a legitimação das ocupações anteriores.

Essas medidas tiveram consequências estruturais, como a dificuldade de acesso à terra para grupos menos favorecidos, a consolidação do poder das oligarquias rurais e a manutenção da concentração fundiária. Esse marco legal teve, portanto, implicações sociais profundas, ao dificultar o acesso à terra para ex-escravizados e imigrantes pobres. Por esse aspecto, não se tratava apenas da regularização da propriedade da terra, mas também de controle sobre a força de trabalho, controle dos corpos.

Historicamente, podemos afirmar que a Lei de Terras estabeleceu as bases para conflitos fundiários persistentes, influenciou a formação da estrutura agrária

brasileira atual e criou obstáculos para uma distribuição mais equitativa de terras (Arruda; Kerbauy, 2016; Guedes, 2019; Holston, 1991; Miranda, 2011; Myskiw, 2002).

A Constituição de 1891 marcou uma mudança significativa na gestão territorial brasileira ao transferir a responsabilidade do registro de terras para os estados (Brasil, 1891), uma decisão que teve profundas implicações para a estrutura fundiária e política do país. A descentralização do poder, característica fundamental do sistema federativo então estabelecido, conferiu às oligarquias locais um controle sem precedentes sobre a distribuição e o registro de terras, fortalecendo significativamente seu domínio político e econômico. Nos estados, incluindo o Paraná, as elites locais puderam manipular os sistemas de registro em benefício próprio e favorecer aliados políticos. Mantiveram, dessa forma, a concentração fundiária, enquanto criavam obstáculos para o acesso à terra por parte das camadas mais pobres da população. A redução do controle federal sobre esses processos permitiu que as oligarquias regionais operassem com maior autonomia, consolidando sistemas econômicos e políticos que perpetuavam as desigualdades sociais existentes (Miranda, 2011).

A Era Vargas trouxe mudanças significativas no tratamento constitucional da propriedade. A Constituição de 1934 introduziu o conceito de função social da propriedade, entretanto manteve a estadualização das terras devolutas em seu artigo 21 (Brasil, 1934). Preservou no domínio da União aquelas áreas que já lhe pertenciam durante a República Velha. A Constituição de 1937 seguiu o mesmo procedimento em seus artigos 36 e 37 (Brasil, 1937). Além disso, o Decreto-Lei nº 1.164/1939, promulgado durante o período Vargas, tratava do uso dessas terras por particulares, estabelecendo hipóteses de concessão de posse de terras devolutas da União (Brasil, 1939). Esse decreto-lei foi revogado apenas em 1955, pela Lei nº 2.597 (Miranda, 2011).

A Constituição de 1946, escrita no contexto de redemocratização, aborda a propriedade da terra com ênfase na sua função social. O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social, e a lei pode promover a justa distribuição da propriedade, assegurando igual oportunidade para todos. O texto legal estabelece que apenas a União tem a competência para desapropriar propriedades rurais que não cumpram a função social, mediante pagamento de indenização em títulos da dívida pública. A desapropriação seria limitada a áreas prioritárias definidas por decreto do Poder Executivo (Brasil, 1946). Portanto, o documento estabelece mecanismos de controle da propriedade, como a desapropriação para fins de reforma agrária, para

garantir que a terra cumprisse sua função social, apenas a partir da iniciativa do Executivo Federal.

Segundo Reis (2012), os debates sobre a necessidade de transformação da estrutura social brasileira começaram a surgir em meados da década de 1950, com a luta de arrendatários pelo acesso à terra no interior de Pernambuco e o crescimento das Ligas Camponesas.

A política fundiária durante a ditadura militar (1964-1985) foi caracterizada por uma dualidade entre o discurso reformista e a prática conservadora. O Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição de 1967 estabeleceram marcos legais importantes, como o reconhecimento do direito de propriedade mediante comprovação de posse e a introdução do conceito de “função social da propriedade” como critério para desapropriações visando à reforma agrária (Brasil, 1964, 1967). Contudo, a implementação efetiva dessas medidas foi severamente limitada pela influência política dos grandes proprietários rurais e pelo papel estratégico da agricultura no modelo de desenvolvimento econômico do regime. O período foi marcado pela despolitização da questão fundiária e pela exclusão sistemática do campesinato dos processos decisórios, o que resultou em significativas restrições à cidadania dos trabalhadores rurais e na repressão aos movimentos sociais do campo, especialmente aqueles ligados às lutas camponesas e grupos de oposição (Martins, 1984).

A Constituição Federal de 1988 representa o marco legal mais significativo da atual ordem fundiária brasileira. Ela fortaleceu a função social da propriedade e estabeleceu mecanismos mais claros para a reforma agrária. O documento legal trata a questão da propriedade rural de forma específica, estabelecendo diretrizes e garantias para a pequena propriedade rural e a reforma agrária.

De acordo com o artigo 5º, XXVI, da Constituição Federal de 1988, a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. Além disso, a lei disporá sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento (Brasil, 1988). Essa garantia constitucional visa a proteger a pequena propriedade rural e a família que a trabalha, assegurando-lhes a subsistência e o progresso social e econômico. A impenhorabilidade da pequena propriedade rural é considerada uma garantia fundamental para a agricultura familiar e a reforma agrária no Brasil (Costa Neto, 2019).

A Constituição de 1988 produziu também uma inovação significativa ao estabelecer e regulamentar a função social da propriedade rural (FSPR), vinculando explicitamente o direito de propriedade ao seu cumprimento efetivo. A FSPR é caracterizada pela exigência de uso produtivo e sustentável da terra, com respeito aos direitos trabalhistas e à preservação ambiental. Embora a Carta Magna tenha atribuído à União a competência para fiscalizar e desapropriar imóveis que não atendam a esses requisitos, destinando-os à reforma agrária, a implementação prática enfrenta obstáculos significativos. Entre os principais desafios, destacam-se a complexidade burocrática, a fragmentação do sistema fiscalizatório, a ausência de integração entre os órgãos competentes e, notadamente, a influência de grupos econômicos e políticos que com frequência dificultam a efetivação desses mecanismos constitucionais (Guedes, 2019).

Tais dificuldades não são casuais. Trata-se de uma estrutura secularmente controlada por famílias que representam a elite agrária no país. Farago (2022) e Oliveira *et al.* (2017) demonstram como as famílias da elite mantiveram historicamente forte influência sobre os processos legislativos e as estruturas administrativas do país. A política no Brasil é repetidamente influenciada por relações familiares, onde netos ou bisnetos de figuras políticas do passado continuam a ocupar espaços de poder. Isso levanta questões sobre a dimensão republicana e democrática do país. A família, historicamente, tem sido uma unidade organizadora central na sociedade brasileira, influenciando outras instituições e sobrepondo interesses privados aos públicos. A prática política no Brasil, portanto, não segue estritamente o ideário republicano de separação entre as esferas pública e privada, mas está enraizada em relações de parentesco e compadrio.

Os desafios atuais incluem a concentração fundiária, conflitos agrários e grilagem de terras. Gonçalves (2005) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2006) documentam extensivamente esses problemas, especialmente na região amazônica. Conforme demonstram os estudos de Zeneratti (2021), as dificuldades no acesso à terra e na implementação da reforma agrária persistem, apesar dos avanços decorrentes da Constituição de 1988.

A análise histórica dos marcos legais da propriedade no Brasil revela a persistência de estruturas que favorecem a concentração fundiária e dificultam reformas mais profundas. O poder político da elite fundiária continua sendo um fator

determinante na manutenção dessas estruturas, como demonstrado por Arruda e Kerbauy (2016).

2.2 O CONFLITO PELA TERRA: UMA REALIDADE OCULTA NA HISTÓRIA DO PARANÁ

Os conflitos pela posse da terra permeiam toda a história do Paraná. A expulsão dos Tupis e jesuítas da região do Guairá, no século XVII, representa um dos episódios mais significativos e trágicos da história dos conflitos fundiários na região sul do Brasil. Esse evento não apenas marcou a reconfiguração territorial do local, mas também estabeleceu padrões de dominação e violência que ecoam até os dias atuais. A análise desse processo histórico é fundamental para compreender as raízes das disputas pela terra no estado e sua relação com as estruturas de poder e a organização social.

Nos séculos XVIII e XIX, guerras contra os indígenas no Paraná, especialmente os Kaingang, foram marcadas por intensos conflitos territoriais e culturais. Esses confrontos resultaram da expansão colonial e da ocupação de terras indígenas, frequentemente justificadas pelo mito do “vazio demográfico”, que desconsiderava a presença e os direitos dos povos originários. A obra de Lúcio Tadeu Mota, de 1994, *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)* é uma referência essencial para compreender esses eventos; aborda a resistência indígena e as relações interculturais no estado. Segundo o autor, as estratégias de resistência dos Kaingang incluíram tanto confrontos armados quanto negociações políticas, o que evidencia a capacidade de ação e o protagonismo desses povos em meio a relações assimétricas de poder.

A narrativa de Mota (1994) também desconstrói a ideia de que as terras indígenas eram “desabitadas” ou “devolutas”, mostrando como essa visão foi usada para justificar a expropriação e a marginalização dos povos originários. Ele enfatiza a importância de reconhecer a presença histórica e a luta dos indígenas como parte integrante da formação do Paraná.

Entre 1912 e 1916, um dos mais emblemáticos conflitos do Brasil, a Guerra do Contestado envolveu questões fundiárias, sociais e culturais (Priori *et al.*, 2012). Localizado na região sul do país, entre os estados de Santa Catarina e Paraná, em um território disputado por ambos, conhecido como ‘Contestado’, esse conflito foi marcado pela luta de camponeses contra a desapropriação de terras e a exploração

econômica, além de ser permeado por elementos messiânicos e de resistência popular. Embora o aprofundamento desse tema ultrapasse os objetivos deste trabalho, podemos afirmar que a principal causa do conflito foi a desapropriação de terras de pequenos agricultores e posseiros para a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande pela empresa norte-americana Brazil Railway Company. O governo brasileiro cedeu vastas áreas de terra à empresa, incluindo 15 mil hectares, o que resultou na expulsão de camponeses que ali viviam e trabalhavam. Além disso, a valorização das terras devido à ferrovia intensificou a especulação fundiária e agravou os conflitos locais.

A chegada de imigrantes europeus e a instalação de empresas estrangeiras, como a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, também contribuíram para a concentração de terras e a marginalização dos camponeses. Muitos trabalhadores que participaram da construção da ferrovia foram abandonados na região após o término das obras, sem emprego ou terras para subsistência, o que gerou uma crise social e econômica

A partir de meados do século XX os conflitos se concentraram nas áreas de fronteira agrícola no Norte e especialmente nas regiões oeste e sudoeste do estado, como resultado das complexas relações entre espaço, poder e estrutura social no Brasil. Esses conflitos, que persistem até os dias atuais, revelam as disputas pela terra como um fenômeno que transcende a mera questão agrária, pois refletem dinâmicas históricas, políticas e sociais profundamente enraizadas. A visibilidade desses conflitos é fundamental não apenas para compreender as tensões locais, mas também para desvelar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades e violências no campo.

Os conflitos por terras no Paraná têm sido uma constante ao longo de sua história, marcada por disputas entre diferentes grupos sociais, étnicos e econômicos. A seguir, abordaremos os conflitos a partir de uma ordem cronológica e espacial, para fortalecer o argumento de que eles possibilitaram a concentração de terras que tem papel estruturante na história do Paraná. A análise abrange desde o período colonial até a atualidade e destaca as principais regiões afetadas e os atores envolvidos.

No século XIX, o Paraná era uma região de fronteira, com a ocupação territorial marcada por conflitos entre indígenas, colonos e o Estado. De acordo com Mota (1994), a resistência à expansão colonial dos Kaingang, grupo indígena predominante na região, resultou em guerras que se estenderam de 1769 a 1924.

Esses conflitos foram intensificados com a chegada de imigrantes europeus que buscavam terras para agricultura, especialmente no oeste do estado (Dornelas, 2016).

Crestane e Schallenberger (2012) destacam que, no oeste do Paraná, a disputa por terras foi agravada pela falta de regulamentação fundiária e pela atuação de grileiros, que se apropriavam de terras devolutas. Esse cenário criou um ambiente propício para conflitos entre posseiros e grandes proprietários que se alongaram até o século XX.

O sudoeste do Paraná foi palco de intensos conflitos fundiários nas décadas de 1950 a 1980. Battisti (2006) analisa como a expansão da fronteira agrícola e a valorização das terras levaram a disputas entre pequenos agricultores, posseiros e grandes empresas. A região, inicialmente ocupada por colonos de origem europeia, passou a atrair a atenção de grandes grupos econômicos. Disso sucederam expulsões e violência.

Nesse período, distinguem-se as ações de resistência dos posseiros, organizados em ligas camponesas, e a repressão por parte do Estado e de milícias privadas. Brenneisen (2005) ressalta que esses conflitos foram marcados por massacres e pela luta pela reforma agrária, que ganhou força com o MST nas décadas seguintes.

No século XXI, os conflitos por terras no Paraná continuam, mas com novas dinâmicas e atores. A região oeste do estado tem sido foco de disputas envolvendo indígenas, especialmente os Kaingang, e grandes proprietários rurais. Gonçalves, Fraga e Cavatorta (2015), que discutem o massacre dos Kaingang em Pitanga, relacionam-no à ideologia do branqueamento e à expansão do capital sobre territórios indígenas.

Recentemente, a atuação de grupos de direitos humanos tem sido fundamental para denunciar e combater esses conflitos. Há pressão sobre o governo federal para agir com celeridade na resolução das invasões e garantir os direitos das comunidades indígenas (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024). Além disso, conforme Fernandes (2024), os conflitos por água aumentaram no Paraná, refletindo a crescente complexidade das disputas territoriais no estado.

É possível perceber que as ações de grilagem de terras permeiam a cronologia simplificada apresentada até aqui. A grilagem no Brasil é um processo complexo que envolve a apropriação ilegal de terras públicas. Historicamente, essa prática evoluiu de métodos rudimentares, como o uso de caixas de grilos para

envelhecer documentos, até o uso de tecnologias modernas de geoprocessamento (Inkra, 1999). O Incra define a grilagem como qualquer ação que visa a transferir terras públicas para o patrimônio de terceiros, começando em escritórios e se consolidando no campo. A prática é facilitada pela falta de regulamentação fundiária, pela corrupção e pela fragilidade das instituições responsáveis pela fiscalização e regularização de terras. Além disso, a grilagem muitas vezes envolve violência, expulsão de comunidades tradicionais e conflitos agrários (Bühler; Zucherato; Izecksohn, 2023).

Battisti (2006) descreve com detalhes a grilagem de terras no sudoeste do Paraná. Os acontecimentos referidos a seguir representam um caso emblemático da articulação entre poder político e interesses econômicos no Brasil de meados do século XX. Esse fenômeno, que culminou em significativos conflitos fundiários, evidencia a complexa trama de relações institucionais que caracterizavam a questão agrária brasileira do período.

Conforme Battisti (2006) verificou, durante os mandatos do governador Moysés Lupion (1947-1951; 1956-1961), observou-se uma sistemática estruturação de mecanismos que facilitaram a apropriação irregular de terras. O caso mais notório foi a aquisição ilegal das glebas Missões e Chopim pela Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (Citla), em uma operação que envolveu 475.200 hectares de terras por um valor manifestamente subdimensionado de 10 milhões de cruzeiros. É importante ressaltar que a área incluía não apenas a maior reserva de pinheiros do Brasil, com mais de 3 milhões de árvores, mas também territórios já ocupados por mais de 3 mil colonos assentados pela Colônia Agrícola General Osório (Cango). A oposição estadual, liderada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), denunciou a negociata, obtendo grande repercussão na imprensa nacional. Em função disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) negou o registro da escritura à Citla, com a alegação de inconstitucionalidades. Diante disso, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) passou ofício a todos os cartórios da região proibindo o registro da escritura da Citla. Para sustentar a negociata, o governo Lupion criou um cartório de registro de títulos e documentos em Santo Antônio do Sudoeste, no qual a escritura pôde ser devidamente registrada, antes que o ofício chegasse:

O aparato institucional foi sistematicamente manipulado para viabilizar essas operações. Quando o Tribunal de Contas da União negou o registro da escritura à CITLA, alegando múltiplas inconstitucionalidades, e o Conselho de Segurança Nacional proibiu o registro nos cartórios da região, o governo estadual respondeu com a criação de um cartório específico em Santo

Antônio do Sudoeste, estabelecido com o propósito explícito de contornar essas restrições legais (Battisti, 2006, p. 69).

As inconstitucionalidades identificadas eram múltiplas e significativas: abrangiam desde a ausência de autorização do CSN para negociação de terras em faixa de fronteira até a falta de licença do Senado para transações com áreas superiores a 10 mil hectares. Além disso, não se realizou a concorrência pública exigida por lei, e as terras em questão encontravam-se em julgamento, o que legalmente as tornava impróprias para negociação (Battisti, 2006).

O governo subsequente, de Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), tentou estabelecer mecanismos de controle através da proibição da emissão da Sisa¹⁷ (imposto de transmissão de imóvel) pelas coletorias estaduais, impossibilitando assim o registro cartorial das transações. No entanto, a medida não foi suficiente para conter o processo de grilagem já em curso (Battisti, 2006).

A violência foi um elemento intrínseco a todo esse processo. As empresas colonizadoras — Citla, Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e Apucarana Ltda. — utilizavam-se sistematicamente de jagunços para forçar os colonos a assinarem “confissões de dívida”, no que contavam muitas vezes com a conivência das autoridades policiais locais.

Outro caso significativo é o da Araupel, analisado por Anna Cristina Hammel em sua tese de doutoramento publicada sob o título *Luta camponesa pela terra no latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas* (Hammel, 2022). O trabalho analisa a formação e a dinâmica do campesinato na região dos Campos de Laranjeiras, no Paraná, em que destaca a relação histórica entre os camponeses e o capitalismo. A pesquisa aborda a adaptação dos camponeses às condições econômicas e sociais, a colonização dirigida pelo Estado a partir de 1930 e a presença de diferentes grupos étnicos, como caboclos, colonos e indígenas. A chegada de grandes latifúndios a partir da década de 1950, como a Giacomet Marodin/Araupel, alterou as relações sociais e de trabalho, limitando o acesso dos camponeses e indígenas aos recursos naturais. O texto enfatiza a importância da experiência e das lutas de classes na formação da consciência social e na resistência contra a exploração capitalista.

¹⁷ Sisa era o nome do imposto de transmissão de propriedade, que hoje é conhecido como Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). A palavra ‘sisa’ vem do latim *excidere*, que significa ‘cortar’ ou ‘separar’.

O estudo também foca na vida e na produção dos camponeses sem-terra nas áreas controladas pela Araupel, especialmente após a implantação dos projetos de assentamento entre 1998 e 2020. A pesquisa busca entender como esses camponeses se organizam, suas relações com o capitalismo e o agronegócio, bem como as lutas que enfrentam para permanecer na terra. O texto destaca a importância da educação, da juventude e da cooperação na luta pela reforma agrária. A formação do MST no Centro-Sul paranaense e suas estratégias de resistência diante das contradições do sistema capitalista também são abordadas.

Além disso, Hammel (2022) discute as complexas relações de poder e corrupção nas políticas públicas no Brasil, especialmente em relação à posse e exploração de terras. A autora destaca como o nepotismo e o favorecimento de latifundiários influenciam as decisões nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Exemplos de conflitos de terra entre indígenas, posseiros e madeireiras são apresentados, revelando um padrão de exploração que remonta a séculos. A narrativa também relata a atuação de empresas madeireiras e suas práticas ilegais de aquisição de terras, que impactam as comunidades locais e o meio ambiente:

E esse processo está sustentado no tripé da especulação, desmatamento e violência, sendo esse um caso endêmico em todo país. A grilagem de terras no Sudoeste, no Centro Sul, bem como em outros locais do estado envolveu alguns políticos influentes do Paraná e fora dele, dentre eles, o governador Moysés Lupion, dono da Companhia Colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (CITLA), Henrique Rupp, Nereu Ramos e Affonso Camargo, herdeiros de concessões de terras públicas pelo estado de Santa Catarina para explorar mate e madeira no Sudoeste paranaense e Alberto Dalcanalle (dono da Pinho e Terra e da Companhia Brasileira de Viação e Comércio – Braviaco) (Hammel, 2022, p. 84).

Por fim, o trabalho analisa a luta dos sem-terra no Brasil, com foco na região centro-sul do Paraná, e destaca os desafios enfrentados por acampamentos e assentamentos. Nesse contexto, a mobilização dos sem-terra para garantir acesso à educação, saúde e transporte reflete a negação de políticas públicas. O texto de Hammel (2022) discute, assim, a luta de classes e a questão agrária, enfatizando a relação entre camponeses e o Estado e como políticas de colonização e agronegócio impactaram a vida no campo. A análise ressalta a importância da organização coletiva e da resistência camponesa na luta por terra e direitos, exemplificada pelo caso da Araupel, e os desafios enfrentados na reforma agrária.

Esse episódio demonstra como a grilagem de terras, mais que um fenômeno isolado, constituía-se em um mecanismo estrutural de reprodução do poder oligárquico no Brasil, articulando diferentes níveis da administração pública e diversos interesses privados em um complexo sistema de apropriação irregular do território. Nesse período, a grilagem foi utilizada por grandes proprietários e empresas para legitimar a posse de terras que haviam sido ocupadas por posseiros, cuja resistência, organizada em ligas camponesas, foi reprimida com violência pelo Estado e por milícias privadas (Brenneisen, 2005).

2.3 A LUTA PELA TERRA E O SURGIMENTO DE NOVOS ATORES SOCIAIS: O MPF E O MST

A estrutura da sociedade brasileira, historicamente marcada pela concentração fundiária, econômica e do poder político, passou por significativas transformações durante o processo de redemocratização, em especial a partir da década de 1980. Esse período, com frequência denominado como a ‘década perdida’ devido à grave crise econômica que assolou o país, paradoxalmente representou um momento de profundas mudanças políticas e sociais. A crise do regime militar, iniciada no final dos anos 1970, abriu fissuras na estrutura tradicional de poder, permitindo a emergência de novos atores políticos e movimentos sociais que redefiniram a relação entre Estado e sociedade (Marangoni, 2012).

A crise do regime militar não pode ser compreendida apenas como resultado do esgotamento econômico, mas também como consequência da pressão exercida por diversos setores da sociedade civil organizada: a ditadura enfrentou uma crise de legitimidade que foi agravada pela recessão econômica e pela crescente mobilização social (Sallum Jr.; Kugelmas, 1991). O novo sindicalismo, os movimentos urbanos e rurais e as organizações de base, entre outros, constituíram uma rede de resistência e proposição que foi fundamental para a construção do processo constituinte. Eles questionavam o regime autoritário, bem como as bases da desigualdade social brasileira, historicamente enraizada na concentração de terra, renda e poder.

O novo sindicalismo, por exemplo, emergiu como uma força política significativa, especialmente com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. De acordo com Ferraz (2019), houve uma ruptura com o sindicalismo tradicional, que era mais corporativista e alinhado com o Estado. Os novos sindicatos

passaram a defender, além dos direitos trabalhistas, a justiça social e a democratização do país. Essa mudança foi crucial para a mobilização dos trabalhadores e para a pressão por reformas políticas e sociais.

A mobilização social conseguiu romper, ainda que parcialmente, com estruturas tradicionais de poder, abrindo caminho para a promulgação da Constituição de 1988, que representou um marco na história brasileira, ao estabelecer um novo pacto social para superar as desigualdades e promover a justiça social. Ela consolidou direitos trabalhistas, ampliou o acesso à saúde e à educação e reconheceu a importância dos movimentos sociais na construção da cidadania.

O próprio Tribunal Superior do Trabalho (TST), por meio da Assessoria de Comunicação, afirma o papel da Constituição de 1988 na consolidação dos direitos dos trabalhadores, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais, o direito à greve e a proteção contra demissões arbitrárias (Constituição [...], 2024). Além disso, a Constituição estabeleceu a universalização do acesso à saúde e à educação, reconhecendo esses direitos como fundamentais para a cidadania. Não obstante, para os objetivos deste trabalho, entre os avanços mais importantes está a validação da importância dos movimentos sociais, por meio da garantia do direito à livre associação e à participação política.

Vale dizer, contudo, que muitas das esperanças depositadas nesse processo não se concretizaram plenamente. A persistência da desigualdade social, a lentidão e dificuldade na implementação de políticas públicas efetivas e a manutenção de práticas clientelistas e corporativistas atestam os limites dessa transformação. Como destacado por Arretche (2018), a Constituição de 1988 foi um avanço significativo, mas sua implementação enfrentou inúmeros desafios, especialmente em um contexto de crise econômica e instabilidade política, que limitaram seu impacto e colocaram obstáculos na reforma da administração pública (Bresser-Pereira, 1996).

Em suma, a década de 1980 foi marcada por uma dualidade entre crise e avanços democráticos. Enquanto a crise econômica aprofundou as desigualdades e gerou instabilidade, a mobilização social e a redemocratização abriram caminho para a construção de uma sociedade mais justa e participativa. A Constituição de 1988 foi um reflexo desse processo, ao mesmo tempo que evidenciou os limites e desafios que ainda precisam ser superados. Nesse sentido também vai a constatação de Silva (1992), que aborda o aumento da pobreza e da desigualdade que marcou a década de 1980, apesar dos avanços democráticos.

Fundamental para os objetivos deste trabalho é pautar a emergência de novos atores políticos, que são exemplos de como a sociedade brasileira buscou romper com estruturas tradicionais de poder, ainda que de forma incompleta e desigual. Nesse contexto, está a redefinição do papel do Ministério Público (MP). Antes visto como um órgão burocrático e alinhado com o Estado, passou a atuar como um defensor dos direitos sociais e da cidadania, exercendo um papel primordial para a implementação da Constituição de 1988 e para a defesa dos direitos fundamentais.

O site do Ministério Público do Paraná (MPPR), em um artigo que comemora os 30 anos da Constituição vigente, destaca os novos papéis atribuídos ao órgão, que se tornou um instrumento fundamental na construção da cidadania e na defesa dos direitos sociais (Constituição Federal [...], [2018]). No texto, consta que a Constituição de 1988 garantiu a independência do MP e estendeu suas funções, o que lhe conferiu autonomia e amplas atribuições; transformou-o em um ator central no cenário político e jurídico brasileiro. A instituição passou a operar como um guardião dos direitos coletivos e difusos, um “defensor da sociedade”, como define o artigo. Assim, além dos direitos individuais, concerne ao MP o direito coletivo à saúde e à educação, por exemplo, bem como a defesa do meio ambiente, dos consumidores e dos direitos humanos, entre outros.

No entanto, a ampliação de funções também trouxe desafios, como a necessidade de maior transparência para evitar que o poder conferido ao MP fosse utilizado de forma arbitrária ou politizada. Como destacado por Santiago (2020), o órgão enfrenta o desafio de equilibrar sua independência com a responsabilidade de atuar de forma transparente e democrática. O MP, como novo ator no cenário político, tem um papel crucial no processo de transformação social, mas também precisa enfrentar seus próprios limites para cumprir plenamente sua missão constitucional.

Entre os desafios estruturais persistentes na sociedade brasileira, apesar das mudanças constitucionais, estão a desigualdade social, a concentração de terra e renda e a exclusão política. A luta pela reforma agrária e pelos direitos dos camponeses também continuou a enfrentar resistências significativas, mesmo após a redemocratização (Oliveira, 2001). Além disso, a manutenção de práticas clientelistas e corporativistas limitou a efetividade das políticas públicas e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em síntese, o período da redemocratização no Brasil foi um momento singular na história do país, onde a crise e a transformação caminharam lado a lado. A década

de 1980 assistiu à busca da sociedade brasileira por romper com estruturas tradicionais de poder e construir uma sociedade mais justa e democrática. A mobilização social e a promulgação da Constituição de 1988 representaram avanços significativos nesse sentido, no entanto, a persistência de desigualdades e a dificuldade em concretizar muitas das promessas desse período evidenciam os desafios que ainda precisam ser enfrentados e a necessidade de continuar lutando para que a justiça social e a cidadania plena sejam alcançadas.

Outro novo ator atinente ao fenômeno aqui estudado e frequentemente mencionado ao longo desta tese é o MST, o movimento social mais expressivo de luta pela reforma agrária que emergiu no século XX. Sua trajetória se estende por mais de quatro décadas. Desde sua fundação, o MST tem lutado por justiça social e distributiva da terra e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. O movimento apoiou o processo de redemocratização do Brasil e estabeleceu relações estreitas com a Igreja Católica através da CPT. Seus objetivos e princípios de organização, como o estabelecimento de ocupações de terras, gerou vários embates, que provocaram a criminalização do movimento por parte das elites rurais.

O MST surgiu em um contexto de intensa desigualdade social e concentração de terras no Brasil. Durante a ditadura militar (1964-1985), a política agrária privilegiou o agronegócio em detrimento da agricultura familiar, exacerbando a concentração fundiária e a expulsão de pequenos agricultores de suas terras. A década de 1970 foi marcada por uma série de conflitos agrários, com trabalhadores rurais organizando-se para resistir às expulsões e lutar por seus direitos. Diante das violências praticadas contra os trabalhadores rurais, a Igreja Católica passou a se posicionar em favor dos “oprimidos” e deu visibilidade aos conflitos, até então relativamente ocultos, através das Romarias da Terra. A primeira foi realizada por sugestão de dom Pedro Casaldáliga, em 1978 (Dallagnol, 2017).

A fundação do MST ocorreu em 1984, durante o Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel, no Paraná. O movimento foi influenciado por diversas correntes de pensamento, incluindo a Teologia da Libertação e o marxismo, e pelas ideias de líderes como Paulo Freire. O movimento se consolidou como uma resposta organizada à exclusão social e à violência no campo, buscando a reforma agrária como um meio de transformação social (Bianchini, 2024).

O MST se posiciona à esquerda no espectro político, com uma agenda que combina a luta pela terra com a defesa de direitos sociais mais amplos, na qual a

reforma agrária é defendida como um mecanismo para redistribuir a terra e promover a justiça social. Além disso, o MST tem uma visão crítica do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio e advoga pela agroecologia enquanto alternativa sustentável e socialmente justa (Borsatto; Carmo, 2013).

O movimento também se engaja em questões políticas mais amplas — defesa da democracia, dos direitos humanos e da soberania nacional —, com ferrenha crítica às políticas neoliberais e à globalização, nas quais vê o recrudescimento das desigualdades sociais e da exploração dos trabalhadores (Tricontinental: Institute for Social Research, 2024).

A luta pela redemocratização também foi marcada por uma forte repressão estatal, pela qual o MST enfrentou violência policial e perseguição política. Apesar disso, manteve sua mobilização e continuou a pressionar por mudanças estruturais no país (Comparato, 2001). A Igreja Católica teve um papel fundamental no apoio ao MST, através da CPT, criada em 1975, durante a ditadura militar, com o objetivo de defender os direitos dos trabalhadores rurais e promover a reforma agrária. A CPT forneceu apoio logístico, jurídico e moral ao MST, além de atuar como uma ponte entre o movimento e outras organizações da sociedade civil (MST, c2025). Como já mencionado, a Teologia da Libertação, corrente teológica que influenciou a CPT, também teve um impacto significativo no MST. Essa corrente enfatiza a opção preferencial pelos pobres e a luta pela justiça social, valores que ressoam profundamente a agenda do movimento (Caldar, 2001).

Os princípios de atuação do MST incluem a organização coletiva, a educação popular, a solidariedade internacional e a luta contra todas as formas de opressão. O movimento também valoriza a autonomia e a autogestão, buscando construir alternativas ao modelo capitalista dominante. Organizado de forma descentralizada, sua estrutura inclui núcleos de base, coordenações regionais e uma coordenação nacional, de modo que o movimento é dirigido por uma liderança coletiva, com decisões tomadas de forma democrática e participativa (Mundo Educação, c2025).

O MST mantém, ainda, uma rede de escolas rurais e promove a formação política de seus membros, com o objetivo de construir uma consciência crítica e fortalecer a luta pela reforma agrária (Caldar, 2001). A educação é um componente central de sua organização.

Ao longo de sua história, o MST enfrentou inúmeros embates, tanto com o Estado quanto com o setor privado. O movimento tem sido alvo de repressão policial,

criminalização e violência por parte de latifundiários e empresas do agronegócio. A luta pela terra frequentemente resulta em conflitos violentos, com trabalhadores rurais assassinados e despejados de suas terras (Betim, 2018). O MST também enfrenta desafios políticos. Governos hostis tentam restringir suas atividades e criminalizar suas ações, sem, no entanto, impedir a manutenção da mobilização e a continuidade da luta pelos objetivos da organização (Adler, 2023).

Apesar dos desafios, o MST alcançou conquistas significativas ao longo de sua história. Entre elas, a ocupação e desapropriação de milhares de hectares de terra, que resultaram na criação de assentamentos rurais que beneficiam milhares de famílias. Outra evolução é a promoção e a prática da agroecologia e da agricultura familiar, modelos a favor da sustentabilidade ambiental e da segurança alimentar (Fernandes, 2012; Navarro, 2010). Ademais, o movimento tem tido um impacto significativo na vida econômica e social das famílias da agricultura familiar. Os assentamentos rurais por ele promovidos proporcionam acesso à terra, moradia, educação e saúde, melhorando as condições de vida dos trabalhadores rurais.

Os setores conservadores, incluindo latifundiários, empresas do agronegócio e políticos de direita, têm realizado ferrenha oposição ao MST pela disseminação da ideia de que o movimento é composto por criminosos e grupos terroristas que ameaçam o sistema (Rechmann, 2024). As tentativas de criminalização do MST incluem a aprovação de leis que restringem suas atividades e a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para investigá-lo. A mídia conservadora também desempenha aí um papel importante, veiculando narrativas que estigmatizam e deslegitimam as ações do movimento (Mourão, 2023).

Em detrimento desse tipo de operação, o MST é um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil, com um legado que transcende a luta pela terra, como relatamos. Em suma, a organização tem sido uma defensora da justiça social, da democracia e dos direitos humanos, influenciando políticas públicas e promovendo a conscientização sobre a importância da reforma agrária e da sustentabilidade ambiental (Moncau, 2024); legado que também inclui a promoção da educação popular, a valorização da cultura rural e a construção de alternativas ao modelo capitalista dominante. O MST tem inspirado outros movimentos sociais no Brasil e no mundo, demonstrando a importância da organização coletiva e da luta por uma sociedade mais justa e igualitária (Targino, 2002).

Argumentamos nesta tese que o MST representa uma fissura em uma estrutura consolidada de poder estruturada em torno da grilagem e da concentração de terra que articula grandes proprietários, políticos e parte importante da burocracia do Estado, especialmente no Judiciário. O MST, entretanto, não é um ator isolado, é parte de um amplo movimento que possibilitou a redemocratização do Brasil — e os avanços sociais e políticos decorrentes, que se consolidaram na Constituição de 1988 — e aponta para um país democrático e com maior justiça social (Efrem Filho, 2023)

O MST tem ampliado suas frentes de atuação e incorporado novas pautas. Assim, mantém sua relevância no cenário político-social brasileiro contemporâneo e contribui para a emergência e o fortalecimento de novos sujeitos políticos na luta pela democratização do acesso à terra. Entre as novas pautas está a igualdade de gênero. As mulheres do MST têm protagonizado importantes transformações no movimento. Santos e Picolotto (2019) destacam que a participação feminina vai além da luta pela terra, constituindo-se como elemento fundamental na formação de sujeitos políticos ativos. O papel crucial das mulheres no MST inclui sua participação como líderes e estrategistas; elas têm assumido cada vez mais posições de liderança, desafiando normas patriarcais e estruturas sexistas dentro do movimento e na sociedade em geral (Coradin; Schwendler, 2023). Sua participação não é meramente simbólica: as mulheres têm sido essenciais na organização de protestos, ocupações de terras e na luta por políticas que beneficiem as comunidades marginalizadas (8M [...], 2024).

De acordo com Cristiane Coradin e Sônia Fátima Schwendler:

Com a organização para a formação sociopolítica de gênero e para as práticas agroecológicas, as mulheres ampliam condições de expressar limites à atuação colonialista patriarcal dos homens na construção da agroecologia, provocam transformações nas relações de gênero, e asseguram maior autonomia, no âmbito do seu espaço e seu trabalho. A autonomia, aqui, é expressa na capacidade de as mulheres assegurarem renda monetária, associada à ampliação da sua capacidade de agência e subjetividade ativa, a qual se associa à ampliação do respeito e de maior valorização da sua capacidade feminina de produção, tomada de decisão, comercialização e agenciamento sociopolítico. Essas ações friccionam a colonialidade do gênero, e expressam a sua capacidade decolonizadora quanto aos padrões de gênero, que as experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres podem portar. Igualmente, as interlocutoras destacam a necessidade da permanente organização sociopolítica de gênero na agroecologia, a fim de evitar com que ocorram perdas de suas conquistas: *“É uma questão assim que a princípio as mulheres têm que ficar atentas, mas muitas mulheres estão no comando aqui dos seus lotes, tão decidindo o que fazer, como fazer”* (Entrevistada Copaíba, 41 anos, julho/2018. Informação verbal) (Coradin; Schwendler, 2023, p. 8).

O MST tem trabalhado para afirmar a igualdade de gênero. Entretanto, o machismo é um fator que está enraizado no cotidiano da sociedade brasileira. Mesmo assim, há cursos de formação política, e as próprias mulheres do movimento têm reivindicado seus direitos, como alerta Freitas (2024); com envolvimento ativo nos órgãos de liderança do movimento, garantem que as questões de gênero sejam integradas à luta mais ampla pela terra e por justiça social. Segundo Pereira (2016), o movimento tem avançado no que diz respeito à igualdade de gênero na luta pela reforma agrária, incorporando uma perspectiva feminista e admitindo que a luta pela terra está intrinsecamente ligada à luta contra o patriarcado e a discriminação baseada no gênero. Os programas educacionais e as oficinas do movimento focam em aumentar a conscientização sobre essas questões, promover igualdade e desafiar papéis tradicionais de gênero. Tais iniciativas têm sido essenciais na transformação das dinâmicas sociais dentro das comunidades do MST, fomentando um ambiente mais equitativo para as mulheres. Vale dizer que o acesso à terra para mulheres é fundamental para o desenvolvimento rural, e a posse da terra contribui para a independência econômica feminina, a elevação de seu status social e a diminuição da violência (E3/Land, 2016). Além disso, o MST tem desenvolvido parcerias com organizações internacionais e instituições de direitos humanos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), para advogar pelos direitos da terra e igualdade de gênero em uma escala global.

O papel das mulheres na luta do MST pela terra é multifacetado: envolve liderança, militância, atuação política, mobilização social e construção comunitária. Por meio de sua participação ativa, as mulheres não apenas avançaram na causa da reforma agrária, mas também desafiaram normas de gênero e lutaram pela promoção da igualdade social. O compromisso do MST com a igualdade de gênero e suas alianças com outros movimentos e instituições (inclusive a política de alianças com movimentos sociais urbanos) têm sido fundamentais na formação de uma sociedade mais justa e equitativa. À medida que o MST continua a evoluir, permanece como um símbolo de esperança para comunidades marginalizadas, demonstrando o poder da ação coletiva em várias escalas.

Além da atenção às questões de gênero, outra abordagem estratégica no MST é a mobilização da juventude, essencial para a sustentabilidade e o impacto desses movimentos rurais, além de fortalecer o diálogo com os movimentos urbanos.

Cezimbra, Pastório e Xavier (2019) destacam a importância da juventude nas lutas sociais rurais. Os jovens são agentes ativos que contribuem com energia e ideias inovadoras, essenciais para a continuidade dos movimentos, e são a garantia da reprodução social da população rural e do próprio MST. A juventude no MST não é apenas uma presença passiva, mas sim uma força transformadora. Os jovens participam de programas educacionais, treinamentos de liderança e ações diretas, contribuindo para a vitalidade do movimento. Estratégias do MST, como oportunidades educacionais e econômicas, são essenciais para a continuidade das lutas pela terra.

Tem sido desenvolvida uma relação entre os jovens rurais com movimentos urbanos, notadamente pela facilidade da conexão digital. A facilitação das estratégias de comunicação do MST, conforme Moreira (2023), possibilita essa relação, bem como a visibilidade das ações do movimento, importante para o diálogo com a sociedade em geral. Pelas mídias sociais, como Instagram e YouTube, plenamente dominadas pelos setores jovens do MST, têm sido produzidos discursos alternativos à mídia oficial; também por essa via a organização aumenta a pressão e a abertura de diálogo com diferentes instâncias do Estado.

O foco do MST na juventude tem apostado na permanência das novas gerações na terra, que, além de manter a cultura do movimento, seus objetivos e ações vivas, também promete a manutenção da luta por justiça fundiária e ambiental. Nesse contexto, a luta do MST por formação e oportunidades educacionais nas áreas rurais são um incentivo para a manutenção da juventude rural engajada nas lutas sociais e nos princípios defendidos pelo movimento. Cezimbra, Pastório e Xavier (2019) argumentam que as experiências oferecidas pelo MST têm sido valiosas para o engajamento da juventude na luta pela terra, mostrando que o abandono do campo não é a saída para seu futuro. Pelo contrário, o movimento enfatiza a importância de permanecer na terra e o valor dos jovens na renovação da luta por justiça social e ambiental.

Outra importante inovação estratégica do MST é a incorporação das práticas agroecológicas e de defesa ambiental, para além da conquista da terra (Instituto Tricontinental, 2024). Essa incorporação se constitui como forma de resistência e resposta estratégica ao modelo agroindustrial hegemônico, e a articulação entre luta pela terra e sustentabilidade ambiental tem resultado no fortalecimento de importantes alianças com organizações ambientais. Além de alternativa produtiva, essa articulação também se configura como uma forma de resistência política. Segundo

Azar (2018), a abordagem integrada permite ao movimento construir territórios sustentáveis que conjugam soberania alimentar, preservação ambiental e justiça social.

As práticas agroecológicas desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos do MST se materializam através de diversas iniciativas, incluindo a produção orgânica, sistemas agroflorestais e a preservação de sementes crioulas. Essas experiências, conforme documentado por Santos *et al.* (2023), têm contribuído significativamente para a formação de uma nova geração de agricultores comprometidos com a sustentabilidade. Furtado (2024) acrescenta que a dimensão ambiental da luta pela terra tem possibilitado articular as velhas lutas com pautas contemporâneas, renovando o movimento e trazendo a juventude para o centro do debate, pois, sem justiça ambiental, não há futuro para novas gerações. Moreira (2023) sustenta, ainda, que as práticas agroecológicas têm sido fortemente disseminadas pelas campanhas digitais do MST, que conquista assim novos apoiadores.

Os impactos da articulação entre agroecologia e luta pela terra são múltiplos. Além do fortalecimento da segurança alimentar nos territórios, observa-se uma significativa contribuição para a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento de tecnologias sociais sustentáveis (Instituto Tricontinental, 2024). Nesse sentido, a incorporação de práticas agroecológicas constitui uma estratégia de resistência que fortalece a luta pela terra enquanto constrói modelos concretos de desenvolvimento rural sustentável. Essa abordagem, reiteramos, tem sido fundamental para a construção de alianças mais amplas e para a legitimação do movimento perante a sociedade, como apontam Moreira (2023) e Loop e Estevam (2023).

Enfim, o MST tem conseguido renovar suas pautas e lutas, agregando o direito das mulheres, a diversidade sexual, as juventudes e a luta ambiental. Isso significa uma profunda conexão do movimento com as transformações sociais da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que mantém a luta contra estruturas que remontam à formação do território do país, como é a injustiça do acesso à terra e à vida digna por grupos sociais excluídos. Entre as alianças propiciadas pelas novas pautas, conectadas com as discussões globais sobre degradação ambiental, figuram vários organismos da ONU, e isso igualmente tem contribuído para o fortalecimento da legitimidade social do movimento.

A partir dessas inovações na organização do MST, destacamos quatro aspectos fundamentais entre os principais desafios enfrentados em sua trajetória de

luta e resistência e que demandam atenção contínua. O primeiro refere-se à necessidade de fortalecer ainda mais a participação feminina em posições de liderança, reconhecendo o protagonismo histórico das mulheres na luta pela terra (Araujo, 2024). O segundo desafio concentra-se na manutenção do engajamento juvenil, essencial para a renovação e continuidade do movimento, através de formação política e participação ativa nas decisões (Almeida, 2023). Além disso, é necessário o permanente enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais, que frequentemente dificulta a legitimação das ações e reivindicações do movimento junto à sociedade. Por fim, apresenta-se o desafio de consolidar as práticas agroecológicas nos assentamentos e acampamentos, garantindo não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a viabilidade econômica das famílias assentadas. O MST tem demonstrado capacidade de adaptação às novas pautas e articulação com diferentes atores sociais de várias escalas, indicando que esse movimento permanece relevante no cenário político e social brasileiro.

Enfim, este capítulo explorou os elementos da formação socioespacial paranaense a fim de produzir as articulações espaciais e temporais que influenciaram os conflitos do Sudoeste paranaense, mais especificamente a criação do acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu.

Com base na literatura acadêmica e nos documentos pesquisados, podemos concluir que os conflitos fundiários no Paraná não são eventos isolados ou aleatórios, mas elementos estruturantes que moldam as relações sociais, políticas e econômicas do estado. Como demonstrado na primeira seção deste capítulo, a narrativa hegemônica de um desenvolvimento harmonioso do território paranaense, construída pelas elites locais e fundamentada na especificidade da imigração europeia, obscurece as contradições e violências do processo. Os marcos legais nacionais da propriedade no Brasil, particularmente a Lei de Terras de 1850, foram instrumentalizados pelas elites paranaenses para consolidar seu poder econômico e político através do controle territorial, estabelecendo uma estrutura fundiária profundamente desigual que persiste até os dias atuais.

A segunda seção evidenciou como os processos de grilagem de terras e a exclusão sistemática dos grupos mais vulneráveis impactaram profundamente a estrutura fundiária brasileira e paranaense. As transformações na concepção de propriedade fundiária, especialmente no contexto da redemocratização do Brasil e da Constituição de 1988, não foram suficientes para alterar significativamente esse

quadro de concentração e conflitos. A modernização conservadora da agricultura e as políticas de colonização do século XX apenas reforçaram os padrões históricos de desigualdade no acesso à terra.

O surgimento de novos atores sociais, como o MPF e o MST, analisados na terceira seção, representa uma inovação significativa nesse cenário. A instituição e o movimento revelam tanto a complexidade das ações do Estado e seus conflitos internos quanto a capacidade de organização e pressão da sociedade civil. O MST, em particular, destaca-se por sua capacidade de catalisar alianças com diversos movimentos sociais e instituições comprometidas com a democratização do acesso à terra, estimulando o surgimento de novos atores e novas formas de resistência. Essa dinâmica de renovação e ampliação das lutas sociais, que será explorada no próximo capítulo através de um estudo de caso, demonstra como os conflitos fundiários continuam sendo um campo de disputa fundamental para a transformação das estruturas sociais paranaenses e brasileiras.

No capítulo seguinte, trataremos do conflito específico do Sudoeste paranaense, enfocando os confrontos judiciais da Araupel e do MST. Entretanto, esse estudo de caso não se limita a uma descrição isolada de eventos particulares, mas busca compreender como as estruturas sociais e as contradições históricas da questão agrária paranaense se materializam em um território específico. Essa abordagem permite observar como as dinâmicas gerais — a concentração fundiária, os processos de grilagem, a atuação das elites agrárias e as formas de resistência — ganham contornos próprios em um contexto localizado, revelando tanto as especificidades do caso quanto suas conexões com os processos estruturais mais amplos. Através dessa análise situada, será possível identificar como os diferentes atores sociais — movimentos sociais, instituições estatais, proprietários rurais e comunidades locais — mobilizam recursos, estabelecem estratégias e produzem novos significados para a luta pela terra, contribuindo para uma compreensão mais profunda das transformações e permanências na estrutura social paranaense.

CAPÍTULO 3 — OS CONFLITOS ENTRE A ARAUPEL E O MST NO SUDOESTE DO PARANÁ: O CASO DA OCUPAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO

Ver o capim
Ver o baobá
Vamos ver a campina quando flora
A piracema, rios contravim
Binho, Bel, Bia, Quim
Vamos embora
(Assentamento, de Chico Buarque)

Este capítulo tem por objetivo compreender as diferentes posições políticas desempenhadas pelo Estado no conflito pela terra entre a Araupel e o MST no sudoeste do Paraná, assim como analisar a dinâmica temporal e espacial dos confrontos, com destaque à ocupação da área que constitui o acampamento Dom Tomás Balduino. O capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira, discutimos o funcionamento do conflito através do papel do Estado brasileiro e as normas da política fundiária que influenciam a distribuição de terras paranaenses. Na segunda parte, exploramos a dinâmica temporal das formas de apropriação de terras que posteriormente foram disputadas no conflito deflagrado entre a empresa Araupel e o MST. Em seguida, com base em seis processos cíveis disponíveis no Incra, realizamos procedimentos metodológicos, com base em Silva e Silva (2016), para compreender as narrativas jurídicas dos envolvidos: o Estado, o MST e a empresa Araupel. Por último, abordamos neste capítulo o histórico da ocupação, da resistência e a organização espacial atual do acampamento Dom Tomás Balduino.

3.1 ESTADO, CONFLITUALIDADE E TRANSFORMAÇÕES DA GESTÃO DA POLÍTICA DE TERRAS NO PARANÁ

A conquista da terra é um dos mais antigos temas da ciência geográfica e envolve confrontos entre diferentes grupos com diversas posições de poder. Fernandes (2013) afirma que os conflitos são sempre territoriais e não estão limitados ao momento do confronto: há uma dinâmica de relações mais amplas envolvida. Para compreender isso, ele cria o conceito de ‘conflitualidade’. A conflitualidade tem a perspectiva de um processo permanentemente alimentado de modo paradoxal no bojo das contradições e desigualdades capitalistas, promovendo territorialidades de diferentes relações sociais. Para o autor, é preciso entender que os processos geográficos gerados pela dinâmica da conflitualidade têm movimentos temporais e

espaciais específicos e colocam agentes em confrontos que são dependentes e simultaneamente formadores de diferentes organizações sociais. Segundo o argumento de Fernandes (2013, p. 2), “os conflitos por terra são também conflitos pela imposição de modelos de desenvolvimento ‘territorial’ rural e nestes se desdobram”.

O Estado é um dos mais importantes agentes da conflitualidade, e é preciso observar que ele não é monolítico e invariável. Pelo contrário, o Estado é plural e desenvolve ações multidirecionais, dependentes das posições dos governos e das alianças estabelecidas entre os poderes políticos, econômicos e sociais, que se modificam em diferentes momentos da história e nos diferentes lugares. Assim, as configurações espaciais atuais são dotadas de uma historicidade.

Com base nisso, podemos declarar que, no caso específico do confronto entre a Araupel e o MST, está em jogo muito mais do que um litígio momentâneo: disputam-se modelos políticos, econômicos e sociais, cuja lógica de desenvolvimento se modifica ao longo do tempo. Em diálogo com historiadores e economistas, Cunha (1998) expõe a necessidade de se pensar o espaço como elemento fundamental do desenvolvimento, evidenciando que tal espaço se faz nas ações humanas em movimento constante. É sobre as ações passadas que novas lógicas se colocam e configuram as formas espaciais presentes e futuras.

Há décadas, Machado (1963) apresentou um modelo explicativo da ocupação do território paranaense, envolvendo o que se chama o ‘Paraná Tradicional’ e o ‘Paraná Moderno’. O Paraná Tradicional, iniciado no século XVIII, se estendeu pelos séculos XIX e XX. Ele se formou inicialmente pela procura do ouro no litoral e posteriormente pelo latifúndio campeiro nos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado. Mais tarde, também fizeram parte as atividades extrativas e o comércio exportador de erva-mate e madeira. O Paraná Moderno, por sua vez, se estruturou no século XX, associado à expansão da fronteira agrícola, aberta pela cafeicultura no norte do Paraná, assim como a plantação de grãos e a criação de suínos, abrindo o Sudoeste e o Oeste paranaense a um movimento migratório vindo do Sul. Cada um desses movimentos populacionais esteve associado a formas específicas de violência no processo de ocupação da terra.

Embora Machado (1963) não tenha tratado do tema a partir do conflito, autores contemporâneos, como Priori *et al.* (2012), demonstram que a ocupação das terras paranaenses foi marcada pela violência de poderosos grupos econômicos apoiados pelo Estado e pelo Poder Judiciário. O longo processo de implementação

da propriedade privada pelos grupos hegemônicos não ocorreu sem resistência por parte daqueles que habitavam as terras apropriadas pela força. Nos momentos em que a população local criou condições de enfrentar o poder que se instaurou, houve conflitos de grande repercussão social, como a Guerra do Contestado (1912-1916), no sudoeste do Paraná; a Guerra de Porecatu (1950-1951); a Revolta dos Colonos (1957) e outras de menor ressonância.

As diferentes posições do Estado na consolidação da configuração espacial da propriedade da terra no Paraná, tratadas a partir da ideia de conflitualidade proposta por Fernandes (2013), envolvem a lógica dos grupos hegemônicos. A aliança econômica e política possibilitou a implementação de políticas de extração de riquezas, como foi o caso da exploração da erva-mate e da madeira e a instauração de latifúndios para produção agrícola de exportação. Esse processo se deu por vários mecanismos, cujo fim era assegurar a posse da terra pelos grupos hegemônicos, por um lado, e, por outro, expulsar grupos sociais empobrecidos que haviam ocupado essas áreas para viabilizar minimamente sua existência material (Myskiw, 2002).

Com o esgotamento das fronteiras agrícolas em terras paranaenses na década de 1960, intensificou-se o processo de desvio das terras devolutas, tal qual apontado por Miranda (2011), no entendimento de que eram terras públicas sem destinação pelo poder público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que irregularmente sob sua posse. O mecanismo principal desse desvio se deu pela grilagem de terras através de falsificação de títulos de propriedades e concessões, sob o pretexto de construção de colônias para a extração de recursos naturais que nem sempre se concretizaram.

O controle do grupo de poder econômico e político sobre os processos de distribuição e registro das terras no Paraná possibilitou o uso intenso de artifícios jurídicos e burocráticos que alimentaram a oligarquia agrária paranaense, tornando-a poderosa, a partir da conjugação do poder econômico, político, judiciário e cartorial. Assim, a desconsideração de grupos de ocupantes (indígenas, caboclos e imigrantes pobres), a expansão das áreas de produção capitalistas, bem como o controle da burocracia do Estado por grupos hegemônicos, criaram os elementos fundantes da conflitualidade em torno da posse da terra. Contudo, tal conflitualidade se modificou radicalmente com a crescente organização de movimentos sociais no campo, notadamente o MST, e a redemocratização do país após a Constituição de 1988.

A organização popular em torno da defesa de direitos tornou o Estado democrático mais receptivo às demandas sociais, constituindo-o em uma arena de lutas sociais, conforme sustentam Offe (1984) e Przeworski (1995). A exploração das diferentes posições desempenhadas pelo Estado no conflito pela terra entre a Araupel e o MST possibilita evidenciar uma dinâmica espacial onde o Estado é um importante agente, tanto na promoção quanto na mediação de conflitos e da justiça social.

Conforme Santos (1996), o espaço geográfico envolve as relações políticas, de controle e poder sobre determinadas “áreas”. Não estamos, na realidade, falando de uma demarcação do espaço físico, mas de relações e disputas de “ideias” e projetos sociais, que criam e recriam os territórios a partir de sistemas e ações inerentes ao fenômeno nomeado de conflitualidade. Para Fernandes (2013), esse processo de relações de dominação historicamente constituídas é com frequência tensionado por outras formas de concepções sociais e espaciais. A conflitualidade é

[...] o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento (Fernandes, 2013, p. 5).

Tal ideia de conflitualidade envolve uma espacialização e implica os seguintes elementos:

1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 4) [sic] o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 5) posicionar-se ante aos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia (Fernandes, 2013, p. 5).

Na perspectiva ampla da conflitualidade produtora do espaço geográfico, colocamos no debate o papel do Estado como constituidor de uma importante historicidade e espacialidade de conflitos deflagrados pelo direito à terra que compõem relações complexas entre projetos divergentes de organização social e econômica do país. Castro (2011) afirma que os conflitos de interesse são sempre

territoriais, sendo o território tanto uma expressão dos conflitos como um alvo de disputas. Segundo ela:

Na realidade, se em toda sociedade organizada há interesses diferenciados, se a vontade de realizá-los gera conflitos e se a política é o modo de organizar esses conflitos de interesses para que, de modo solidário, todos possam alcançar seus projetos de vida, não é possível ignorar a política como instituição que faz parte das sociedades diferenciadas e complexas. E se as sociedades se territorializam, ou seja, organizam o território para melhor atender aos interesses e às formas de vida de todos os seus componentes, ou daqueles mais influentes, não é possível ignorar a relação entre geografia e política (Castro, 2011, p. 41-42).

A organização da sociedade ocidental nos marcos civilizatórios formados na modernidade qualificou o Estado como um poder centralizador da autoridade política na mediação dos conflitos de interesse entre grupos divergentes, por meio da criação e execução de regramentos, leis e parâmetros para a organização da sociedade e de seus processos territoriais. O Estado é compreendido aqui a partir de uma relação de interdependência com a sociedade que o criou, já que é a instituição legítima de exercício de poder sobre determinada sociedade territorializada e simultaneamente torna-se dependente dessa mesma sociedade para estabelecer os limites e poderes estatais.

A relação entre sociedade e Estado tem atraído pesquisadores que querem pensar as ações do Estado em termos mais complexos, superando a visão de que este apenas serviria às classes dominantes e, sendo assim, não seria uma instituição importante para a distribuição das riquezas socialmente produzidas. Segundo Offe (1984), o Estado não é um ente monolítico capturado pelas classes dominantes: há contradições na sua função de garantir a acumulação do capital, de um lado, e a legitimação por parte da grande massa da classe trabalhadora, por outro. O Estado, para esse autor, é uma das principais instituições a garantir a preservação do sistema capitalista de produção, no qual realiza a mediação de crises, já que se trata de um sistema concorrencial e individualista. O Estado em uma sociedade capitalista cria mecanismos para a organização, a preservação e a recuperação cíclica do sistema, pois

[...] o Estado em absoluto favorece interesses específicos. Em vez disso, ele protege e sanciona instituições e relações sociais que, por sua vez, constituem o requisito institucional para a dominação de classes do capital. [...] O Estado não defende os interesses particulares de uma classe, mas sim os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classes (Offe, 1984, p. 123).

Dessa forma, as relações entre sociedade capitalista e Estado não são sempre previsíveis, mas dependem da política e do embate de forças em torno de interesses de grupos que formam as relações de produção econômica e reprodução social. Para garantir a sua existência, o Estado vive uma posição paradoxal, pois depende da acumulação capitalista e por isso tende a atender aos interesses dos poderosos detentores dos meios de produção. Entretanto, esse mesmo Estado necessita atuar como mediador das reivindicações das massas exploradas pelo processo de acumulação, a fim de garantir sua legitimidade de instituição organizadora da produção da riqueza social. É essa posição, sempre paradoxal, que abre um campo imenso de exploração das relações que se estabelecem nos conflitos marcadores da constituição dos territórios.

Przeworski (1995) também afirma a posição paradoxal do Estado na sociedade de classes, já que seu próprio poder depende da acumulação capitalista e dos agentes privados. Daí a tendência a se aliar a grupos poderosos ou assegurar-lhes uma apropriação do Estado como forma de defender seus interesses. Portanto, o autor argumenta que o Estado é dotado de determinado perfil de relações com outros grupos sociais por meio de constrangimentos econômicos, culturais e políticos. A burocracia estatal, que se realiza nas leis e nas políticas públicas, é resultante de negociações e fusões de interesses entre classes. Nesse processo, a instituição de uma tecnoburocracia tem papel fundamental. O Estado de uma sociedade capitalista de classes, além de sua relação complexa com a sociedade, também atua diversamente em diferentes escalas. Diferentes alianças entre as classes se modificam dependendo do poder dos grupos políticos. Para o autor:

[...] os ocupantes de cargos no Estado — políticos eleitos ou burocratas nomeados — não são agentes perfeitos do público, [eles recebem compensações privadas pelo bom desempenho de sua função pública] à medida que as compensações privadas [salários, poder, patronagem e regulação] aumentam, elas começam a tomar espaço dos benefícios do público (Przeworski, 1995, p. 77).

Castro (2011) discute a organização do Estado territorial e evidencia a importância da análise multiescalar nas ações deste e também a exploração minuciosa de como grupos hegemônicos regionais se articulam com outras esferas de Estado. Não há possibilidade de se pensar em uma relação simplista entre Estado e território, pois são inúmeros os fluxos de relações de poder entre grupos sociais e entre eles e as várias escalas de Estado.

Fernandes (2013), por sua vez, explica que o território pode ter várias possibilidades de compreensão. Uma delas tem o Estado como instituição fundamental, cujo poder é inscrito espacialmente, conformando fronteiras, limites e regras. Outra forma de compreensão do território seria a apropriação espacial para a preservação e o cuidado da vida humana, o que demonstra não haver possibilidade de existência social sem sua correspondente base espacial. Por fim, o autor trata da compreensão do território como um espaço relacional, que envolve as ações e disputas entre grupos sociais, tendo como suporte a ideia de conflitualidade.

A conflitualidade também tem sido pensada por Gonçalves (2004, 2005), quando ele analisa os dados da CPT para uma tipificação de conflitos em torno da disputa pela terra, incluindo na análise a distribuição espacial e as pessoas envolvidas. Entre os indicadores utilizados pelo autor, aparece o papel central do poder estatal a partir da formulação de legislação e da execução de ações de garantia da propriedade privada por meio de registros fraudulentos e pela força repressiva policial. Segundo ele:

O Poder Judiciário, historicamente, cumpre um papel central como parte dessas lutas sociais e de poder. Espinha dorsal na conformação do território, enquanto espaço apropriado e submetido a determinadas leis (onde uma certa lei impera) e, sobretudo, quanto ao direito de propriedade (e dos proprietários) da terra, o Poder Judiciário se constitui, na verdade, no eixo em torno do qual gira o Estado liberal, enquanto guardião da propriedade. [...] Sabemos como, no Brasil, para além das leis de terras que se fizeram desde as sesmarias até a de 1850, há um Poder Privado que atua aquém e além da mediação pública por meio de grilagens e violências várias, onde o Cartório, mais do que oferecer 'fé pública', faz parte dos recursos de poder a serem repartidos entre os "amigos do rei", entre os fidalgos (fi'd'algo, de filhos d'alguém) (Gonçalves, 2005, p. 2).

As alianças entre grupos hegemônicos paranaenses têm sido estudadas por Oliveira (2007), para quem há uma consolidação de poder e acúmulo de riquezas "em função da conciliação de interesses dominantes em termos de um processo político de longa duração, processo esse definido basicamente pela conciliação entre os poderosos". Priori *et al.* (2012) também examinam os processos de gestão de distribuição de terras paranaenses e afirmam que os mecanismos da Lei de Terras (Brasil, 1850) foram amplamente utilizados para a concessão de terras devolutas. A instituição da Lei de Terras foi a primeira "anistia" das "ocupações irregulares ocorridas até o seu advento: sesmarias ou concessões poderiam ser validadas, desde que

demonstrada a posse de terras cultivadas ou sua ocupação útil” (Priori *et al.*, 2012, p. 159).

Na Constituição de 1881, os estados tornaram-se autônomos na deliberação sobre as terras devolutas. Com o poder de legislar sobre a forma de aquisição e legitimação da posse dos bens públicos, favoreceram brutalmente os grupos poderosos das diversas regiões do país. Priori *et al.* (2012) constatarem que os chamados ‘coronéis’ foram os principais beneficiados pelo processo de apropriação privada de terras públicas que se estabeleceu complacentemente com o poder político e as autoridades legais. Os mesmos autores esclarecem que essa distribuição de terras foi a base da colonização do Norte, do Oeste e do Sudoeste paranaenses, já que as constituições federais de 1934 e 1946 mantiveram intacta a autonomia dos estados na deliberação sobre as terras devolutas, com pequenas alterações.

Em 1964, foi criada a Lei nº 4.504, que dispôs sobre o Estatuto da Terra (Brasil, 1964), norma que especificou detalhadamente as terras devolutas. Na legislação anterior, havia uma concepção de que terras públicas e terras devolutas seriam a mesma coisa, mas a definição realizada pelo Estatuto da Terra elucidou que, embora as terras devolutas sejam também terras públicas em um sentido amplo, elas têm especificidades. Na mencionada lei, as terras públicas são classificadas em três modalidades: as de propriedade da União sem uma destinação específica, as reservadas ao poder público para realização de obras de qualquer natureza e as terras devolutas. Portanto, embora as terras devolutas sejam incorporadas ao genérico conceito de terras públicas, elas são rotuladas a partir da discriminação realizada pelos órgãos competentes (Miranda, 2011).

Segundo Miranda (2011), a Constituição Federal seguinte, de 1967, não modificou a legislação sobre as terras devolutas e permaneceu a falta de clareza do poder de deliberação no tocante às obrigações e direitos das esferas federal e estaduais. Para estabelecer regras mais precisas para a discriminação das terras devolutas, foi criada a Lei nº 6.383/1976, que instaurou a possibilidade de legitimação de posse da terra a partir do seu artigo 29, que versa:

O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares, desde que preencha os seguintes requisitos: I - não seja proprietário de imóvel rural; II - comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano (Brasil, 1976, art. 29).

Segue-se a essa lei a importante instituição do usucapião especial, a ser aplicado sobre terras particulares, mas também sobre as devolutas, pela Lei nº 6.969/1981 (Brasil, 1981). Posteriormente, com a Constituição Federal de 1988, tal possibilidade foi revogada em relação às terras devolutas.

Mesmo assim, o tratamento das terras devolutas no que diz respeito à autoridade das esferas federal e estaduais se mantiveram imprecisas. Na Constituição de 1988, definem-se como bens da União “as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei” (Brasil, 1988, art. 20, II). Já como bens dos estados estão as terras devolutas “não compreendidas entre as da União” (Brasil, 1988, art. 26, IV). Ou seja, a posse das terras devolutas é estabelecida por critério de exclusão: aquilo que não é da União, seria dos estados. Com Miranda (2011, p. 172), secundamos que a conceituação das terras devolutas se dá pela exclusão, sendo “aquelas sobre as quais não há título dominial particular e que ainda não se encontram discriminadas na titularidade dos estados ou da União” (Miranda, 2011, p. 172). Essa discriminação envolve uma série de procedimentos burocráticos, cuja execução tem sido conflituosa.

O uso das terras devolutas por particulares é um grande objeto de disputa, com um longo processo histórico, como pôde ser visto na discussão precedente. A imprecisão da autoridade sobre essas áreas e a autonomia de cada estado em gerir suas terras devolutas acabaram gerando uma pluralidade de tratamentos administrativos e a abertura de litígios em torno desse espaço. A ocupação das terras devolutas pelo Estado tem sido de difícil solução e, em geral, o que tem ocorrido é a “concessão de uso” ou a “legitimação da posse” sobre essas áreas.

Assim, é no âmbito jurídico que as disputas se estabelecem quanto à aquisição do direito de posse de terras devolutas, a qual implica a regularização da ocupação das terras, que deve atender aos critérios estabelecidos entre o Estado e o ente privado. Toda a burocracia envolvida na disputa e na regularização das terras coloca os cartórios como importantes instrumentos para a efetivação da regularização fundiária.

Somente em 1994, a atividade de registro de terras, estabelecida pela Lei nº 8.935 (Brasil, 1994), efetivou uma regulamentação para os cartórios que garantia maior impessoalidade (Lago, 2008). Anteriormente, predominavam as indicações políticas para sua administração, favorecendo relações pessoais e a dependência

política dessas instituições, que acabavam permitindo uma série de irregularidades nos registros de terras, em benefício do interesse de grupos poderosos. A referida lei, também chamada de ‘Lei dos cartórios’, rege os serviços cartoriais, garantindo uma certa publicidade do registro de terras, e estabelece o cartório como órgão de registros de propriedade, averbação de títulos ou de qualquer tipo de transação sobre imóveis para reconhecimento de sua legalidade. Sendo assim, a validação da relação social com a terra passa pela ação do cartório. Com a Constituição de 1988, a função cartorial foi regulada nacionalmente — embora tenha mantido a autonomia dos estados —, enquanto instituição em que se executam atividades jurídicas próprias do Estado por atuação de particulares mediante delegação. Atualmente, para receber a delegação do poder público, a pessoa deve ser habilitada em concurso público, e suas atividades são fiscalizadas por órgãos estatais. Ainda assim, como argumentam Piori *et al.* (2012), os cartórios de registros de terras carregam uma história de cumplicidade com documentos que beneficiam grupos hegemônicos.

Como pôde ser visto, o Estado é um importante elemento da conflitualidade que constitui a configuração espacial, estabelecendo uma série de alianças com grupos hegemônicos, mas também tendo que lidar com as massas sociais excluídas que resultaram do aprofundamento das relações capitalistas no campo. As terras públicas foram objeto de apropriação por poderosos grupos, que se beneficiaram da fragilidade da legislação e da fiscalização estatal. Nesse contexto, fizeram da força bruta um perfil de atuação comum nos conflitos pela posse da terra.

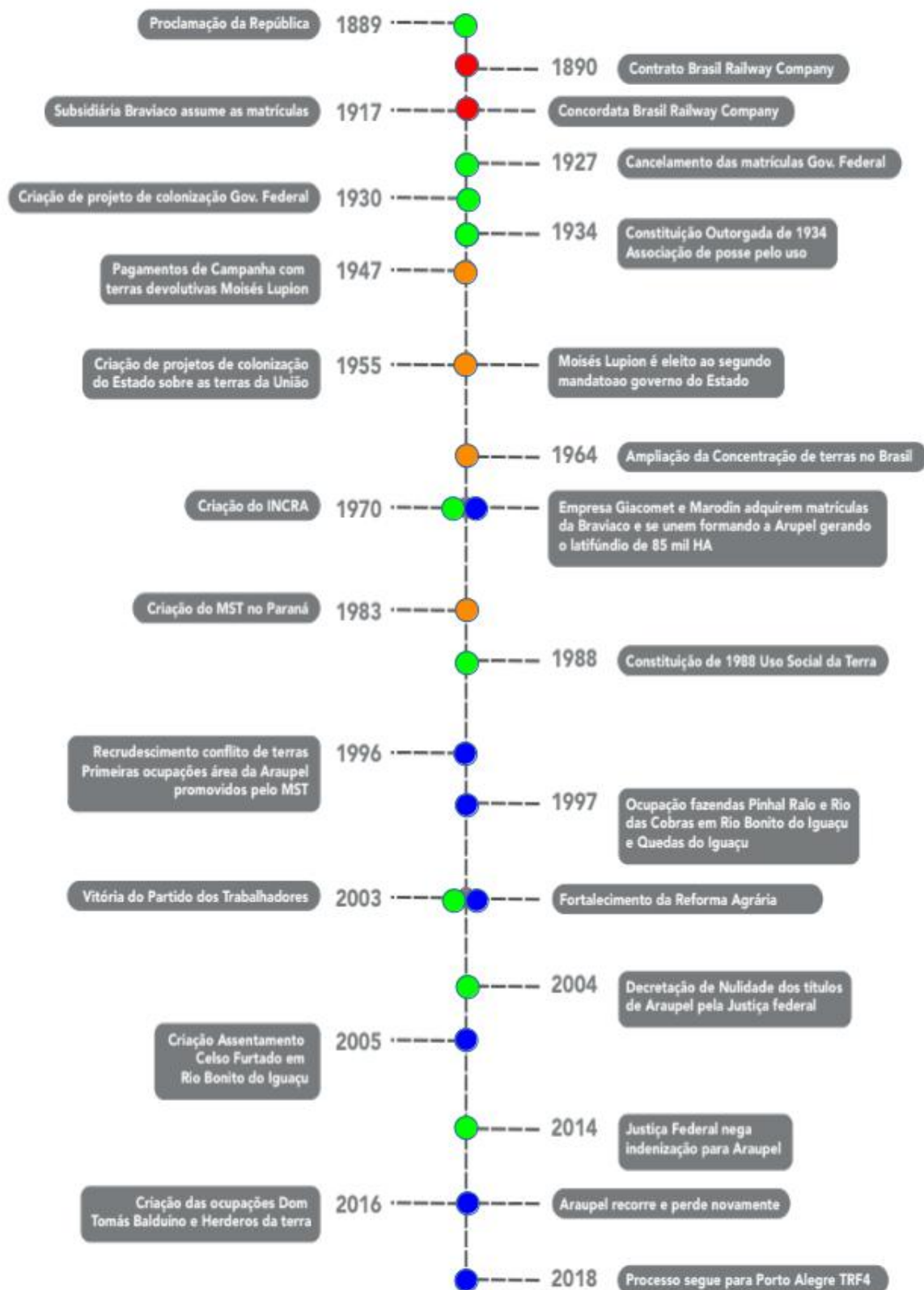
Na próxima seção, tomamos por base a dinâmica temporal da posição do Estado na configuração espacial da área em disputa pela empresa Araupel e o MST.

3.2 AS DIFERENTES POSIÇÕES DO ESTADO NA CONFLITUALIDADE ESTABELECIDADA ENTRE A ARAUPEL E O MST

Uma melhor compreensão da dinâmica estrutural da posse da terra no Brasil e sua relação com a análise do caso em estudo é possível com a distribuição dos eventos em uma linha do tempo. Com base nos processos analisados e na evolução dos contextos políticos que organizaram a legislação que incide sobre a propriedade da terra no Brasil, a linha temporal é capaz de expressar as diferentes lógicas do Estado no tratamento das terras que atualmente são alvo de disputa entre a empresa Araupel e o MST. Assim, organizamos os eventos e as transformações legislativas e políticas que influenciaram a dinâmica do conflito, para constituir a temporalidade das

ações envolvidas. Ressaltamos que o conflito em questão é um caso ilustrativo de uma dinâmica estrutural geral que marca a sociedade brasileira ao longo de sua organização espaçotemporal, possibilitando discutir tanto os elementos de reprodução do poder de grupos hegemônicos, quanto a transformação da ação dos movimentos sociais brasileiros. O esquema apresentado na figura 15 a seguir visa a encadear os fatos mais relevantes e tensos entre agentes públicos, privados e o MST em diversas escalas.

Figura 15 – Linha do tempo dos principais eventos que compõem a conflitualidade em torno da área em disputa pela empresa Araupel e o MST



Fonte: O autor.

Essa linha do tempo contém os principais eventos que incidem na conflitualidade característica da área. Em verde, estão expressas as ações da União; o vermelho marca o início do problema; em laranja, estão as ações do governo estadual; em azul, as ações na disputa entre o MST e a Araupel, em meio a alianças e contradições que objetivaram cumprir interesses muitas vezes divergentes entre si.

Segundo Correa (2019), a Brazil Railway Company, com sede nos Estados Unidos (EUA), tinha contratos com o governo imperial para a eletrificação urbana das capitais São Paulo e Rio de Janeiro, também para a construção de ferrovias, tais como a Madeira-Mamoré, no Acre, e a São Paulo-Rio Grande, no Sudeste e Sul, com troncais entre o norte do Paraná e o Porto de São Francisco do Sul (SC). Esse último contrato fez com que terras nas áreas que hoje compreendem o espaço de conflito entre o MST e a Araupel fossem objeto de exploração por parte da Brazil Railway Company. A empresa faliu sem cumprir os contratos e os projetos. Em virtude do não cumprimento do contrato, o governo federal retomou as terras concedidas nos primeiros anos da década de 1930. Os projetos, junto com o espólio, foram assumidos por subsidiárias criadas no Brasil, entre elas a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco).

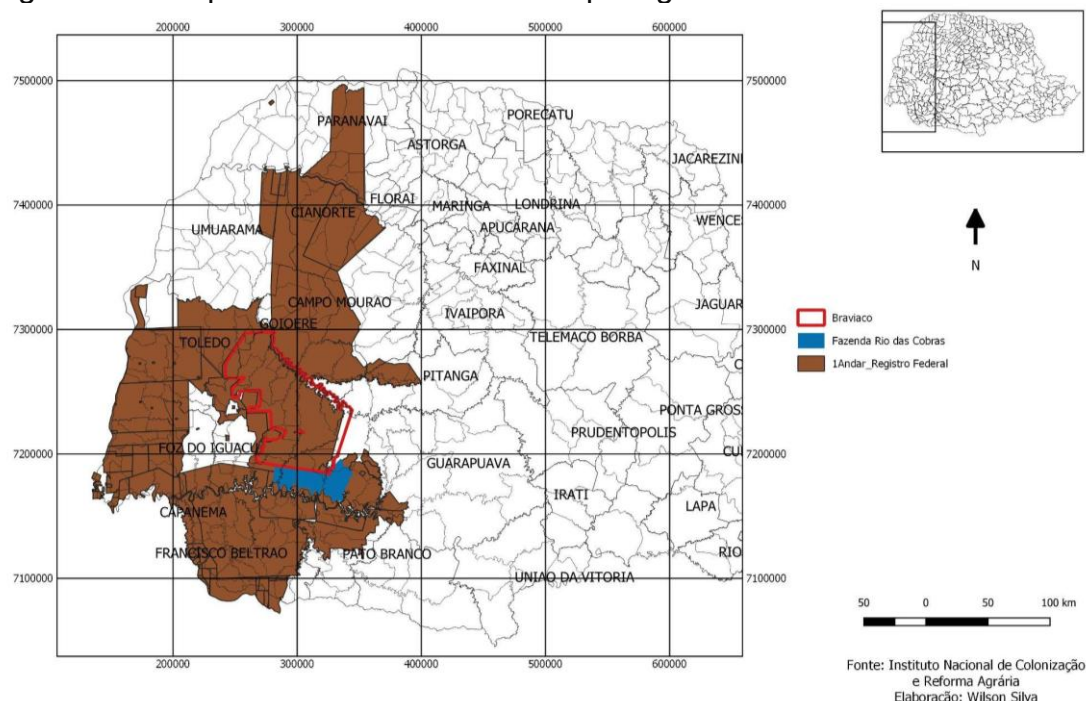
Adicionalmente, a Constituição de 1934 criou o dispositivo de que a posse da terra se dava pelo trabalho, e a esfera estadual passou a ser a principal responsável por gerir as chamadas terras devolutas. No estado do Paraná, a Braviaco se associou ao governo estadual na gestão do interventor Manoel Ribas (1932-1945) para a colonização das áreas “desabitadas”. Contudo, todo o território já estava ocupado por povos originários e caboclos. Uma importante fonte de renda da Braviaco, segundo Serra (2005), passou a ser a comercialização de terras, apoiada em um conjunto de matrículas registradas em cartórios oficiais para a colonização do oeste, do norte e do sudoeste do estado paranaense.

A autonomia da escala estadual sobre a gestão das terras devolutas possibilitou ao governo paranaense desconsiderar que as terras não pertenciam à Braviaco, já que o governo federal as havia requerido. Portanto, os projetos de colonização do Paraná em parceria com a Braviaco foram realizados a partir de títulos nulos por vício de origem, ou seja, sem validade legal. Além disso, as ações de violência para a retirada da população que ali vivia, a fim de implantar uma “nova” ocupação, criou ondas de conflitos.

No processo de colonização, duas grandes empresas compraram títulos sem validade para extrativismo e comercialização de madeira, a Giacomet S.A. e a Marodin Exportadora. Em 1972, ambas se uniram e formaram o grupo Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S.A., que mais tarde, em 1997, alterou sua razão social para Araupel S.A., persistindo a titularidade das matrículas que haviam sido consideradas nulas pelo governo federal (Ross; Fabrini, 2012).

Nos mapas a seguir (figuras 16 a 19), demonstramos a sobreposição de registros e de jurisdição entre a escala federal e a estadual. Igualmente, revelamos como as ações desses entes e das empresas particulares, amplamente beneficiadas no processo de colonização do Paraná, formaram as condições para a emergência de conflitos, que passaram a se estabelecer com a quantidade de títulos gerados pela inconsistência do domínio e do cadastro dos imóveis. Somadas aos confrontos entre esses agentes, ocorreram as ocupações e contestações por parte dos grupos sociais excluídos das terras, que não foram considerados nos processos de colonização, nem pelo Estado, tampouco pelos agentes privados.

Figura 16 – Mapa Colônia: áreas cedidas pelo governo federal — 1930

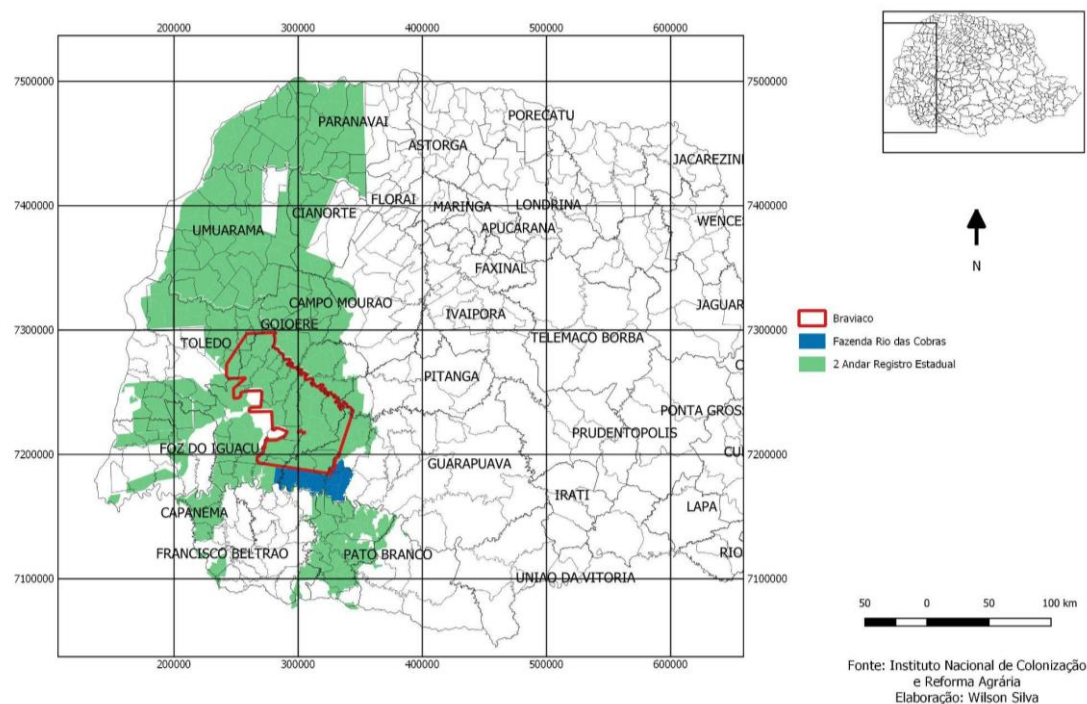


Fonte: O autor, com dados da Coordenação-Geral de Cartografia e da Coordenação-Geral de Cadastro Rural do Incra (documentação interna) (DF).

O mapa da figura 16 demarca o total das áreas cedidas a empresas colonizadoras pelo governo federal através de cláusulas resolutivas com o intuito de

povoamento, dando continuidade na marcha para o oeste do estado. Em destaque, as (futuras) áreas assumidas pela Braviaco e pela Araupel (fazenda Rio das Cobras).

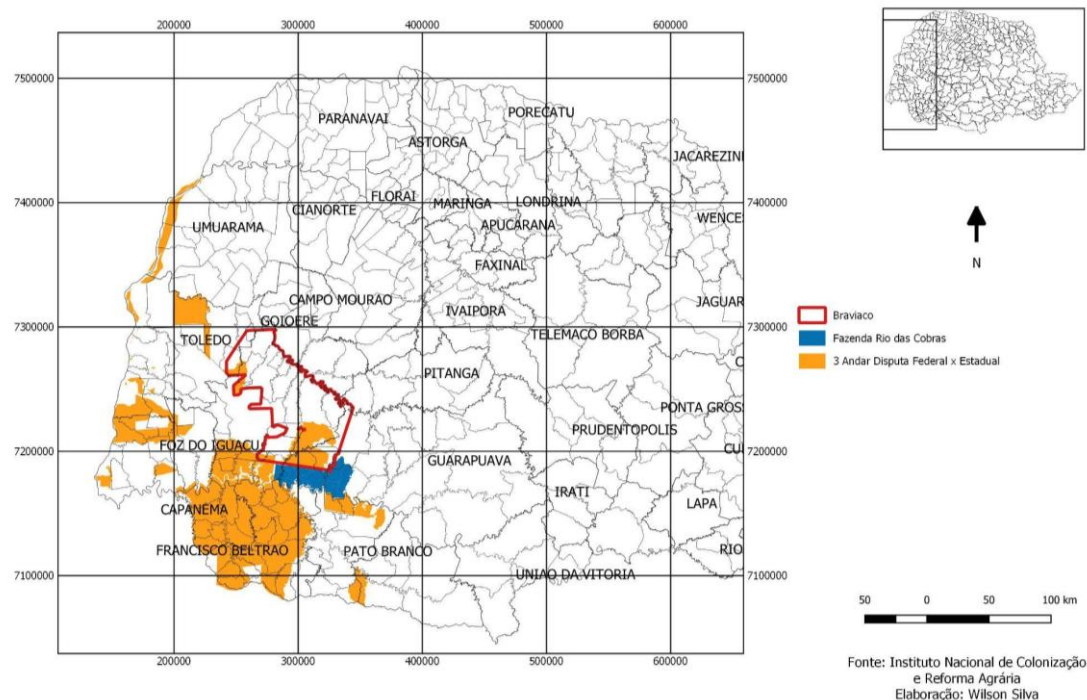
Figura 17 – Mapa Colônia: áreas sobrepostas por concessão do governo estadual — 1950



Fonte: O autor, com dados da Coordenação-Geral de Cartografia e da Coordenação-Geral de Cadastro Rural do Incra (documentação interna) (DF).

No mapa anterior (figura 17), é possível perceber a criação de colônias estaduais sobrepostas às áreas federais. Durante os governos de Moisés Lupion (1947-1951; 1956-1961), títulos que haviam sido anulados pelo governo federal foram revalidados, gerando os conhecidos “beliches cadastrais”, com sobreposição e disputa de terras entre os governos federal e estadual. Os títulos foram comercializados através de empresas colonizadoras.

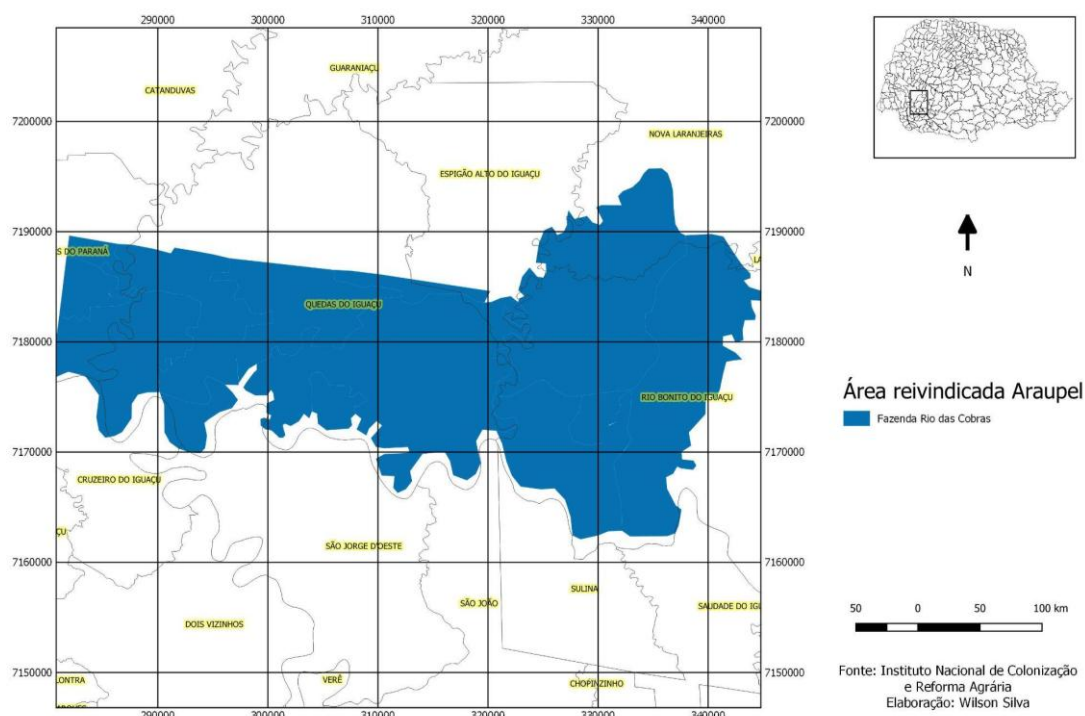
Figura 18 – Mapa de remanescentes de terras em conflito



Fonte: O autor, com dados da Coordenação-Geral de Cartografia e da Coordenação-Geral de Cadastro Rural do Incra (documentação interna) (DF).

O mapa da figura 18 representa o remanescente de terras ainda em conflito entre os governos federal e estadual e terceiros que adquiriram áreas por compra ou cláusula resolutiva, herança ou outras formas. Em destaque na figura 19, demarcamos as áreas assumidas pela Braviaco e a Araupel (fazenda Rio das Cobras).

Figura 19 – Mapa da área de conflito reivindicada pela Araupel



Fonte: O autor, com dados da Coordenação-Geral de Cartografia e da Coordenação-Geral de Cadastro Rural do Incra (documentação interna) (DF).

O conjunto de mapas evidencia o estabelecimento de uma colonização sobreposta entre 1930 e 1950 por dois entes federativos, a União e o governo do estado do Paraná. Essa situação se configurou como fator de estímulo ao conflito e à violência no Oeste, no Sudoeste e no Norte paranaense, principalmente no segundo governo de Moisés Lupion (1956-1961), que desconsiderou as migrações promovidas pelo governo federal na Primeira República ao não reconhecer a posse pelo uso, criando uma massa de despossuídos que passaram a se organizar para reivindicar sua posse.

Nas áreas sobrepostas, os títulos de ambas as escalas do Estado assumem caráter oficial, embora marcados por contradições de nulidade. Através da transferência dos títulos nulos e inválidos da Braviaco para empresas colonizadoras, estas realizaram a comercialização para a formação de núcleos colonizadores, com venda de títulos em pequenas parcelas para os imigrantes estrangeiros que assomaram aos portos de Santos e de Paranaguá no início do século XX. A ocupação da região, descrita por Estrada (1961), é marcada pela violência com que foram implementadas as práticas dos governos de Moisés Lupion. O autor afirma que o

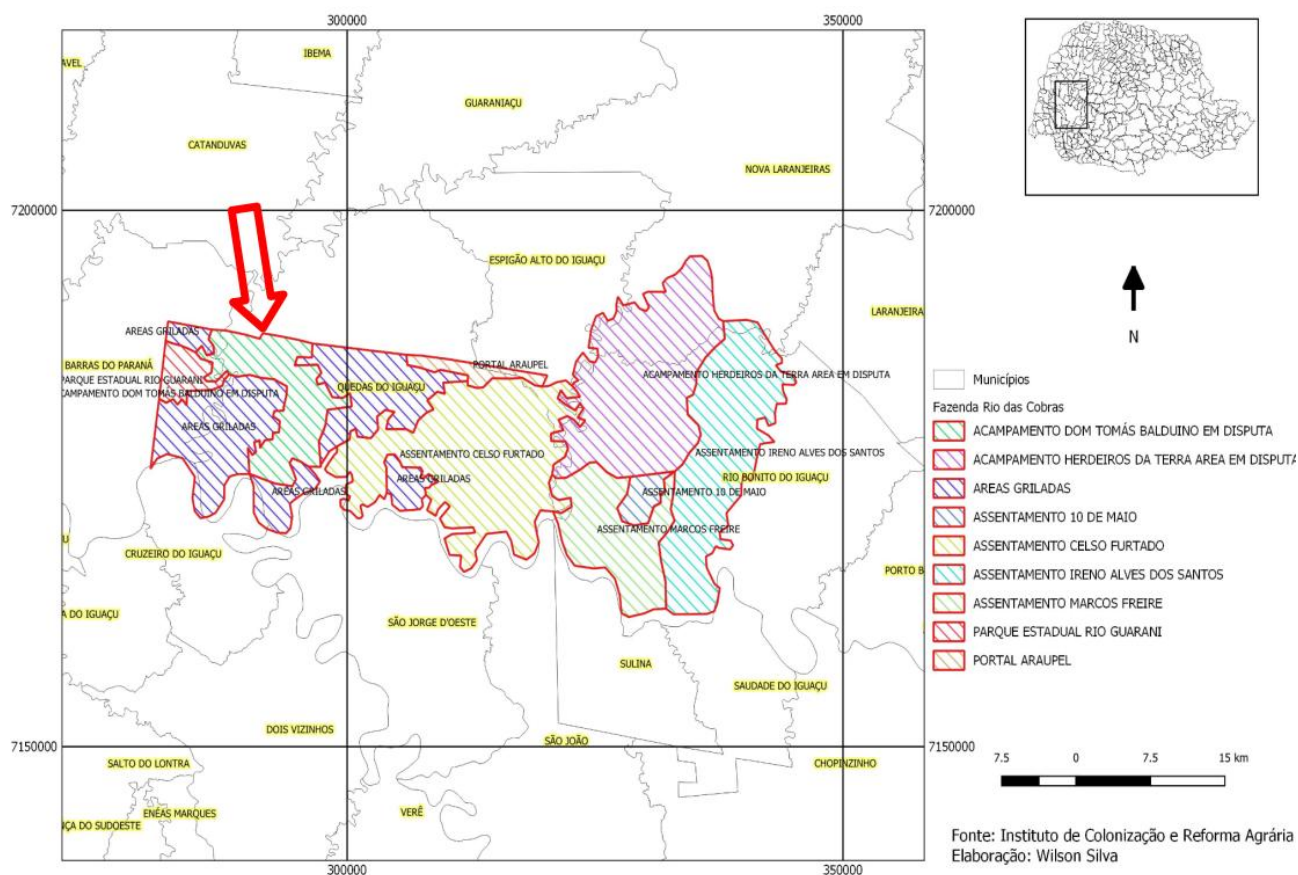
avanço das chamadas frentes pioneiras expulsava por meio de conflitos armados, deflagrados tanto por agentes de Estado quanto por milícias, os colonos que ali estavam assentados.

Outro fato, agravante da crise fundiária, é que o governo do estado do Paraná usava as terras devolutas como moeda de troca em obras e para retribuir o apoio de correligionários às candidaturas de aliados políticos, conforme demonstra Serra (2019). Dois grandes conflitos envolvendo grileiros e posseiros merecem destaque: o primeiro, na região norte do estado, ficou conhecido como a Guerra de Porecatu e o outro, no Sudoeste, ficou conhecido como o Levante dos Posseiros, ambos coincidindo com a segunda gestão de Moisés Lupion (1956-1961). O Sudoeste paranaense também recebeu parcela da população deslocada de suas terras devido à construção de hidrelétricas, como a de Salto Caxias, entre 1995 e 1999. Esse grupo também fez parte do contingente de famílias sem terras vivendo à beira de rodovias (Derrosso; Ichikawa, 2013).

O contingente de despossuídos resultante da violência e da exclusão, fundadas na dinâmica fundiária de grilagem, forma uma organização política para lutar pelo acesso à terra. Como já mencionado nesta tese, com apoio de movimentos sociais, especialmente da CPT, da Igreja Católica, funda-se o MST em janeiro de 1984, no Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel (PR). O MST e os movimentos apoiadores conseguiram fazer pressão social, ocupar as terras públicas de documentação inválida e solicitar sua posse para produzir alimentos e viver, instituindo uma lógica única de apropriação coletiva da terra.

A área reivindicada pela Araupel não ficou imune aos movimentos de ocupação, resistência e produção coordenados pelo MST. Partes de uma área de 85 mil hectares que conforma as fazendas Pinhal Ralo e Rio das Cobras foram ocupadas em 1997, dando origem aos assentamentos Ireno Alves, Marcos Freire e Celso Furtado. Outra parte, ocupada em julho de 2014, formou os acampamentos Herdeiros da Terra e Dom Tomás Balduino (em destaque). A área compreende os municípios de Quedas do Iguaçu e de Rio Bonito do Iguaçu, onde há processos mais adiantados de regularização, com assentamentos já constituídos, e outros territórios ainda em litígio, como pode ser visualizado no mapa que segue (figura 20).

Figura 20 – Área de disputa entre a Araupel e o MST no sudoeste do Paraná



Fonte: O autor, com dados do Incra.

Ramos (2002) expressa que os conflitos tornaram-se cada vez mais violentos, na medida em que os “ditos” proprietários contratavam escoltas milicianas armadas para o enfrentamento dos movimentos sociais, que dispunham, por sua vez, de paus, enxadas e foices. O que se torna evidente é que os elementos de irregularidade dos conflitos em torno da posse da terra no Paraná não podem ser atribuídos apenas às iniciativas de apropriação ilegal das terras devolutas por particulares, pois também estão em jogo as alianças entre grupos econômicos e políticos que garantiam uma pseudolegalidade dos títulos de domínio de terras.

O fenômeno da grilagem de terras ocupou a mídia e os meios políticos nacionais durante os anos de 1999 e 2000, quando da CPI instaurada na Câmara dos Deputados para, inicialmente, investigar escândalos de grilagem na Amazônia. Ao longo dos trabalhos, a comissão abordou situações em diversos estados da Federação, incluso o Paraná, notadamente pela atuação do deputado ruralista paranaense Abelardo Lupion, filho do ex-governador Moisés Lupion, que havia implementado uma das políticas de ocupação mais violentas do estado.

Segundo Ramos (2022), os conflitos e a pressão social vivida pelos trabalhadores sem-terra foram relatados de forma parcial e convenientemente distorcida nessa CPI da grilagem. O autor afirma que os movimentos sociais foram criminalizados, já que a comissão assumiu o discurso de que havia “verdadeiros proprietários” prejudicados pelas ações de lutas.

Em uma escala nacional, o IPAM (2006) analisou a documentação da CPI da grilagem e detectou uma dinâmica comum dessa prática no Brasil. O fenômeno se inicia com uma matrícula imprecisa, a partir de uma cartografia que não aponta marcos de referência confiáveis e se utiliza de marcos frágeis como “confrontantes” das terras, inclusive pessoas já falecidas. Esses dados frágeis são registrados em cartório, e assim se legaliza a propriedade, não importando se há outros ocupantes nas terras fragilmente registradas a partir de documentos inconsistentes.

Segundo o IPAM (2006), os métodos de grilagem são inúmeros e incluem: 1) fraudes constatadas nos títulos, com assinaturas falsas e rasuras nos documentos; 2) fraudes em processos, pela falta de precisão sobre a validação dos títulos posteriores ao registro fraudado; 3) fraudes de demarcação, com variadas imprecisões cartográficas; 4) fraudes de localização, em virtude da fragilidade da demarcação, que possibilitava registrar áreas excedentes, promovendo sobreposições de território nos registros; 5) fraudes de registro em que os próprios cartórios são cúmplices, devido à fragilidade do sistema cartorial brasileiro.

O Incra, após as denúncias de escândalo que envolveram a CPI da grilagem, regulamentou a certificação de imóveis rurais e aprimorou o sistema de regularização fundiária no país. Em 2003, o instituto criou a primeira Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, em que foram definidas as regras gerais de medição, descrição, colocação de marcos nas divisas dos terrenos e autorização de concordância dos confrontantes devidamente documentada. Esses procedimentos se tornaram obrigatórios para a tramitação de imóveis rurais. Também foi instalado o Sistema de Gestão Fundiária, que focou nos imóveis acima de 100 mil hectares e foi gradualmente reduzindo a área, que está na atualidade entre 25 e 100 hectares.

Houve diversas mudanças no registro de imóveis com a aplicação da Lei nº 10.267, de agosto de 2001, que alterou os dispositivos das leis nº 4.947/1966, nº 6.015/1973, nº 6.739/1979 e nº 9.393/1996. Dessa forma, passou a ser obrigatório o cadastramento dos imóveis no Incra, para emissão do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR). No caso de solicitação de usucapião, é necessária a anuência

da Diretoria de Governança Fundiária do Incra, emitida pela Coordenação-Geral de Cadastro Rural e pela Coordenação-Geral de Cartografia. Os registros de imóveis nos cartórios ficam obrigados a definir nas escrituras o código do imóvel fornecido pelo Incra, que deve encaminhar mensalmente a todos os cartórios do país nome e nacionalidade do detentor, assim como denominação e localização georreferenciada do imóvel.

O Incra representa uma das faces do Estado que atua no desenvolvimento da reforma agrária preconizada pela Constituição de 1988. Na área reivindicada pela empresa Araupel S.A., em disputa com o MST, foi possível constatar o trabalho do instituto no resgate da dinâmica de (não) domínio da empresa desde o período imperial. Além do Incra, outros agentes do Judiciário federal e estadual, o MP e o governo do estado foram marcantes na gestão dos conflitos. Na próxima sessão, analisamos o discurso desses diferentes atores.

3.3 A ANÁLISE DE CONTEÚDO DO DISCURSO JURÍDICO-POLÍTICO SOBRE A DISPUTA DE TERRAS ENTRE AARAPEL E O MST

Para compreender as diferentes posições do Estado, investigamos sete processos cíveis¹⁸ disponibilizados no Incra, publicizados pelo sistema de informação do Estado. Além da análise desse material documental, realizamos um levantamento sobre as transformações no marco legal de posse e uso da terra no Brasil e no Paraná.

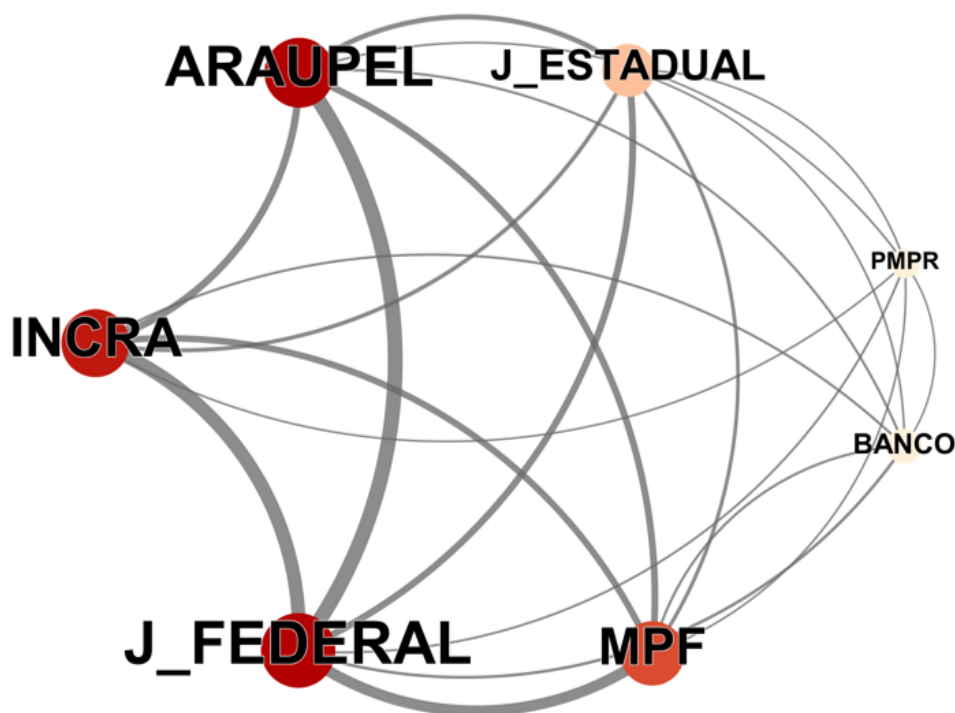
A escolha dos processos cíveis como principal fonte de informações sobre o conflito se deveu ao fato de que é na esfera jurídico-política que as disputas são mediadas e resolvidas no Estado moderno. O processo é uma tessitura multiescalar que revela os compromissos locais e regionais dos atores em disputa e também elementos e agentes de escalas mais amplas, como órgãos, instituições e a legislação federal.

Com base na análise de conteúdo de Bardin (1977) e Silva e Silva (2016), exploramos os sete processos mencionados, que tratam do conflito entre a empresa Araupel e o MST. Alguns elementos se destacam na demonstração da estrutura da conflitualidade nesse caso. O grafo 1 (figura 21) expressa a similaridade no discurso dos sete principais agentes envolvidos e resulta de uma projeção de rede bimodal

¹⁸ Processos números: 00625.028588/2018-56, 54000.124013/2018-30, 54200.000966.2011.81, 54000.001709/2009-06 (v 1 e 2), 01086.000070/2018.65, 01086.000183/2017.80 e 02017.019275/1997.13.

(autor; palavras dos processos) para uma rede unimodal (autor; autor) elaborada pelo *software* Gephi 0.9.5. A rede bimodal original está composta por 3.303 nós (3.296 palavras e os sete atores selecionados) conectados por 6.472 arestas. No grafo da rede unimodal, a espessura das arestas exprime o peso resultante das palavras significativas em comum usadas nos discursos. A posição dos nós provém de uma ação de “gravidade”, que procura atrair os nós cuja aresta representa um maior peso, mas que é também atraída por outros nós. Assim, os nós mais significativos são os agentes que mais interagem no processo: o Judiciário federal e a Araupel; os demais agentes atuam como mediadores, atraindo e colocando os dois principais agentes nas posições extremas da rede. O tamanho e a cor do nó expressam a maior ou menor participação nos processos, e a espessura das arestas representa a quantidade de termos significativos que os agentes usam em comum, o que evidencia uma maior similaridade no discurso.

Figura 21 – Grafo 1: grafo unimodal de similaridade do discurso



Fonte: O autor.

A primeira evidência dessa análise é a ausência das vozes das famílias do MST ou dos demais movimentos sociais, tornados periféricos na rede construída a partir do processo judicial. Nos polos opostos do grafo 1 (figura 21), que expressa posições diferentes dos agentes no conflito, se apresentam a Araupel e a Justiça

Federal como divergentes. Como intermediários principais, estão o Incra e o MPF, que apresentam maior conectividade com a Justiça Federal do que com a Araupel. Finalmente, o discurso da Justiça estadual, mais ativa no início do conflito, a aproxima mais da Araupel do que dos demais agentes. De maneira geral, o grafo expressa as posições de cada um dos agentes em confronto no processo, as quais passamos a descrever a seguir.

3.3.1 Argumentos da Araupel

O primeiro nó representa os argumentos da Araupel. Inicialmente, a empresa solicitou que se retirassem os ‘invasores’ da propriedade. A Araupel pediu à Justiça a retirada dos invasores por meio de uma ação de reintegração de posse com pedido de liminar e cominação de pena pecuniária, alegando que seus imóveis haviam sido invadidos e que estava sofrendo esbulho possessório. Isso, argumentou a empresa, justificava a medida reintegratória e a antecipação dos efeitos da tutela para restituí-lhe a posse integral do imóvel que lhe pertencia, conforme previsto no artigo 1.210 do Código Civil, que assegura o direito do possuidor de ser restituído na posse em caso de esbulho.

A Araupel argumentou que os invasores armaram barracos de lona nos imóveis, de modo a impedir a continuidade das atividades da empresa, além de causar prejuízos. Nesse aspecto, denunciou o ‘vandalismo’ dos invasores em trechos onde alegou que o viveiro de mudas sofrera um atentado por parte dos invasores, por meio de incêndio criminoso, cujas proporções acabaram por destruir o local integralmente, com prejuízo de milhares de reais. Além disso, relatou que o viveiro de mudas da empresa no começo do ano já havia sofrido atentado por parte de invasores, também por meio de incêndio criminoso.

Para sustentar o caso, a Araupel alegou que a sociedade empresária possuía títulos de propriedade legítimos e que a situação da posse do imóvel já estava consolidada, com isso sustentando a legitimidade do Incra para responder pela ação de reparação dos danos provocados pela desapropriação indireta. Declarou ainda que a área em questão detinha uma seriação dominial irrepreensível, mantida regularmente, sem qualquer tipo de oposição, desde o início dos serviços registrares no país; e que o imóvel estava inscrito nos registros administrativos do Incra como propriedade privada, o que motivara a sua compra pelas autoras.

A empresa não reconheceu explicitamente que não tinha a propriedade da área em disputa, mas enfatizou que a questão em discussão não era a propriedade e sim a posse, que era um fato e não dependia de registro ou formalidade. A empresa argumentou que a posse é um direito que pode ser exercido independentemente da propriedade, conforme o Código Civil, e que ela tinha direito de ser restituída na posse do imóvel objeto do feito em questão.

Finalmente, na impossibilidade de recuperar a área, a empresa solicitou a indenização por perdas e danos, alegando que a União deveria ser condenada a indenizá-la pelo valor de mercado do imóvel, uma vez que a área fora desapropriada indiretamente para fins de reforma agrária. A empresa arguiu que a União se beneficiou com a desapropriação, pois não precisou desembolsar o valor da indenização devida em caso de desapropriação formal, e que a Araupel foi privada de seu direito de propriedade sem o devido processo legal e sem a justa e prévia indenização, conforme previsto na Constituição Federal.

3.3.2 Argumentos da Justiça estadual

O segundo nó expressa os argumentos da Justiça estadual. O juízo estadual, onde a ação foi inicialmente proposta, havia deferido o pedido liminar e designado uma audiência para tratar de seu cumprimento. No entanto, a audiência não foi realizada devido ao declínio de competência para o juízo federal. Foi certificado que não foi possível citar os réus Antonio Rodrigues de Vargas, Fabio Ramos da Silva e Renato Fernandes Cadena.

Posteriormente, foi determinado que a ação civil pública nº 5006093-51.2015.4.04.7005 fosse registrada no sistema como “relacionados sem conexão” nos autos da ação de reintegração de posse. A invasão do imóvel em questão ocorreu em 2016, e o despacho destacou que não seria cabível postergar a medida reintegratória, para evitar a perpetuação dos prejuízos sofridos pela Araupel.

Além disso, foi emitida uma comunicação para a realização de uma audiência de conciliação, marcada para o dia 28 de julho de 2017, às 13h. Os réus e ocupantes dos imóveis deveriam ser citados para comparecer pessoalmente à audiência, e foi ressaltado que a ausência de contestação implicaria em revelia e presunção de veracidade dos fatos apresentados na petição inicial. A ausência injustificada na

audiência seria considerada ato atentatório à dignidade da Justiça e poderia ser sancionada com multa.

A Justiça estadual embasou a solicitação de reintegração de posse na necessidade de se decidir a questão atinente à posse dos imóveis sem que fosse necessário aguardar o encerramento de seu discutido domínio. Isso em virtude de que a espera poderia resultar, como dito anteriormente, na continuidade dos prejuízos à empresa e na validação de um comportamento considerado ilegal, que é a invasão de imóvel rural produtivo pelo MST. Além disso, foi mencionado que a tutela de urgência já havia sido parcialmente deferida, determinando a averbação no título de domínio da União de concessão onerosa de direito real de uso em favor da Araupel, que permaneceria nos imóveis em disputa.

A Justiça estadual solicitou o apoio das autoridades policiais no seguinte trecho:

Assim, desde já e sem prejuízo de requisição de aparato policial pelo juízo estadual deprecado, determino a expedição de ofícios informando a respeito da presente decisão às autoridades responsáveis pelo 6º Batalhão de Polícia Militar, pelo 5º Comando Regional de Polícia Militar, pela Coordenadoria Especial de Mediação dos Conflitos da Terra-COORTERRA/SESP/PMMPR, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e pela Assessoria Especial para Assuntos Fundiários no Estado do Paraná-SEAF/PR, bem como requisitando força policial para efetivo cumprimento das medidas reintegratórias.

Inicialmente, a Justiça estadual aceitou os argumentos da Araupel e reconheceu a própria competência para processar e julgar a ação de reintegração de posse proposta pela empresa. A Justiça Federal ratificou os atos praticados na Justiça estadual, incluindo a decisão que deferiu o pedido liminar de reintegração de posse. Além disso, a Justiça Federal deferiu o pedido liminar de reintegração de posse em relação aos imóveis objeto das matrículas mencionadas, sob pena de multa diária em caso de descumprimento.

Entretanto, com a entrada do Incra e do MPF, a Justiça estadual mudou de posição e reconheceu sua incompetência absoluta para processar e julgar a demanda após a manifestação de interesse do Incra no feito. Diante dessa manifestação, o juízo estadual remeteu os autos à Justiça Federal.

3.3.3 Argumentos do Incra

O terceiro nó, diametralmente oposto no grafo (figura 21), expressa os argumentos do Incra. O instituto organizou sua argumentação a partir da demonstração de que as titulações promovidas pelo Estado do Paraná eram nulas e que não havia obrigação de indenizar pela terra nua, apenas pelas benfeitorias feitas de boa-fé pela ré. O Incra também mencionou que já havia sido criado um assentamento na área, denominado Celso Furtado, e que a situação conflituosa existente quando do ajuizamento da ação já estava consolidada na época da sentença proferida pelo juízo da 1ª Vara Federal, em 12 de maio de 2015.

O Incra e a União buscaram a declaração de domínio desta sobre os imóveis objeto da ação e a condenação da ré a indenizar a União pela indevida ocupação dos imóveis públicos. Portanto, o Incra se posicionou contrariamente à pretensão de reintegração de posse pela Araupel.

O Incra admitiu, como dito, o pagamento de indenização pelas benfeitorias quando feitas de boa-fé pela ré. Além disso, manifestou seu interesse na terra, defendendo o direito próprio à posse das áreas objeto da lide, com base nos poderes que decorriam de sua propriedade, conforme exposto na petição inicial da Ação Civil Pública (ACP) nº 5006093-51.2015.4.04.7005. O Incra atuou de forma autônoma no litisconsórcio facultativo, sem reconhecer necessariamente qualquer direito dos demais réus, e requereu a imissão na posse de áreas coincidentes com aquelas objetos da ação de reintegração de posse.

Os argumentos sobre a invalidade dos títulos emitidos pelo Estado paranaense se basearam em vários pontos. Primeiramente, o Incra queria ver declarada a nulidade das titulações promovidas pelo Estado do Paraná em relação aos bens em discussão, alcançando as titulações subsequentes. Ou seja, os títulos emitidos pelo Estado do Paraná não teriam validade jurídica, o que afetaria todas as titulações subsequentes relacionadas a essas terras. Ainda, o Incra e a União buscaram a declaração da nulidade e/ou da ineficácia do título que tinha por objeto as matrículas 547, 2726, 5448, 6503, 9175, 9178, 9191, 10.553 e 13.241, todas do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Quedas do Iguaçu (PR), cuja área total somava 10.742,3511 hectares, situada no município de Quedas do Iguaçu. A alegação era que o imóvel objeto da ação estava inserido no perímetro do imóvel denominado Rio das Cobras, titulado em 1913 com área de extensão significativa.

Esses argumentos foram parte da estratégia do Incra para defender o interesse público e a função social da propriedade, buscando a regularização das terras para fins de reforma agrária e outras políticas de desenvolvimento rural sustentável. Ao questionar a validade dos títulos, o Incra procurou assegurar que as terras fossem destinadas de acordo com os interesses sociais e ambientais, em conformidade com a legislação brasileira.

3.3.4 Argumentos do MPF

O quarto nó expressa os argumentos do Ministério Público Federal. Em primeiro lugar, o órgão reconheceu que a Araupel, uma empresa com mais de 40 anos de atividade nos setores de reflorestamento e beneficiamento de madeira, enfrentava uma disputa judicial referente à propriedade de terras que envolviam sua planta industrial, a serraria, a sede administrativa, o depósito e o viveiro florestal. A questão central era a possibilidade de nulidade dos títulos de domínio, o que poderia levar à remoção da empresa da área em questão e, conseqüentemente, à sua extinção. A empresa era significativa para a economia local, gerando 1.169 empregos diretos e mais de 400 indiretos, além de ter pago R\$ 51.850.000,00 em tributos nos três anos anteriores.

Por outro lado, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), ao julgar uma ação de desapropriação indireta, mantivera a sentença de improcedência, rejeitando o recurso da parte autora. A ação em questão discutia a titulação de uma gleba de terra que deveria ter sido utilizada para a construção de um ramal ferroviário pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, conforme o Decreto nº 11.905/1916. A construção não ocorreu e o Decreto nº 19.918/1931 declarou a caducidade da concessão, fazendo com que a área retornasse ao domínio da União. A titulação foi considerada inválida, pois as operações de alienação subsequentes haviam sido *a non domino*, ou seja, realizadas por quem não era o verdadeiro proprietário. A decisão do tribunal reforçou a não sujeição dos bens públicos à prescrição aquisitiva, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Súmula nº 340 do Supremo Tribunal Federal (STF), e que, sem um domínio válido, não se podia falar em desapropriação indireta.

Assim, o MPF argumentou contra a pretensão de validade dos títulos de posse com base em vários desses pontos. Primeiramente, destacou que a área em questão

retornou ao domínio da União após o caso descrito da companhia ferroviária. Além disso, sustentou da mesma forma que as operações de alienação subsequentes foram realizadas *a non domino*, invalidando os títulos de domínio em questão. Isso se deveu ao fato de que a alienação inicial partira do Estado do Paraná e seguira entre particulares sem que houvesse um domínio válido da União.

O MPF também se apoiou na cláusula resolutiva expressa relacionada às cessões imperiais gratuitas, conforme o Decreto nº 305/1890, argumentando que, passados mais de 50 anos sem a construção ferroviária avançada, o domínio deveria retornar para a União. Por fim, reforçou que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Súmula nº 340 do STF, os bens públicos não estão sujeitos à prescrição aquisitiva. Portanto, na ausência de um domínio válido por parte das autoras, não havia como reconhecer a validade dos títulos de posse.

O MPF se manifestou impugnando o laudo complementar e requerendo a devolução dos valores levantados a mais pela empresa ré, o que indica que o órgão contestou a quantia que a empresa Araupel poderia ter recebido indevidamente como indenização. Isso demonstra que o MPF não concordou com a solicitação de indenização tal como foi apresentada pela empresa, questionando sua validade ou o montante requerido ou, ainda, argumentando que os investimentos foram realizados com a consciência da nulidade dos títulos.

3.3.5 Participação do BRDE e da PMPR

O quinto nó expressa uma pequena participação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que solicitou sua participação no processo como assistente da ré, na condição de credor hipotecário, e seus documentos foram incluídos em autos suplementares.

O sexto nó se refere a um ofício constante nos autos de autoria da Polícia Militar do Paraná (PMPR) enviado para a Justiça, comunicando o não cumprimento da reintegração de posse devido à falta de força policial para acompanhar a ação. O documento informou que a juíza federal substituta da 2ª Vara Federal de Cascavel (PR) ordenou a reintegração de posse dos imóveis com as matrículas nº 6.503, 9.175 e 9.191, localizados na comarca de Quedas do Iguaçu, e que foi requisitada força policial necessária para garantir o cumprimento efetivo da medida. Além disso, foi

mentionado que um despacho seria elaborado para o 5º Comando Regional realizar o planejamento operacional.

3.3.6 Posicionamentos da Justiça Federal

Finalmente, o sétimo nó corresponde aos posicionamentos da Justiça Federal, que acolheu e decidiu em relação ao exposto pelas partes. Embora, num primeiro momento, a 2ª Vara Federal de Cascavel (PR) tenha deferido uma medida liminar para a reintegração de posse de imóveis, no desenrolar do processo a Justiça Federal acolheu os argumentos do Incra e do MPF. De acordo com a decisão proferida pelo TRF4, o Estado do Paraná era parte legítima para figurar no polo passivo de uma ação que buscava a declaração de nulidade de títulos dominiais concedidos pelo próprio Estado. A alienação de imóveis situados na faixa de fronteira de 66 quilômetros, realizada pelo Estado paranaense a terceiros, foi considerada nula, pois esses imóveis pertenciam à União e não estavam sujeitos a convalidação, prescrição ou decadência. Além disso, foi reconhecido que, uma vez declarada a nulidade de toda a cadeia dominial de um imóvel pertencente à União, não era devida indenização ao suposto proprietário pela perda da propriedade, pois bens públicos não podem ser adquiridos por usucapião, conforme a Súmula nº 340 do STF.

A Justiça Federal se posicionou favoravelmente à reivindicação de posse pelo Incra, ao declarar a nulidade das alienações de imóveis efetuadas pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande à Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense S.A., bem como as alienações subsequentes, inclusive a favor da Rio das Cobras Florestal. A decisão reconheceu o domínio da União sobre os imóveis em questão e tornou definitiva a imissão de posse já efetuada em favor do Incra, desobrigando a autarquia de efetuar o pagamento de quaisquer indenizações.

A Justiça Federal se manifestou no sentido de que não era devida indenização por benfeitorias construídas em imóvel público quando se verificava a má-fé do ocupante. A má-fé é presumida quando o ocupante tem conhecimento da condição de bem público do imóvel, como no caso de áreas de domínio da União. A ocupação irregular de bem público não confere direito à indenização pelas acessões ou benfeitorias, pois os bens públicos são insuscetíveis de usucapião e não podem ser objeto de posse privada.

Além disso, a Justiça Federal entendeu que a construção de particular sobre imóvel público não constituía benfeitoria, mas acessão, e que o particular não tinha direito a indenização, podendo apenas ser tolerada a retirada das benfeitorias no prazo marcado pelo Estado. A indenização por benfeitorias prevista no art. 1.219 do Código Civil implica direito à retenção do imóvel até que o valor seja pago pelo proprietário, o que é inadmissível no caso de imóveis públicos.

A análise das diferentes posições desempenhadas pelo Estado na dinâmica do conflito pela terra entre a Araupel e o MST demonstra que o Estado é um elemento que modifica suas posições, ora fazendo alianças com grupos poderosos que detêm hegemonia econômica, ora respondendo aos grupos excluídos para garantia de sua legitimidade, conforme apontam Offe (1984) e Przeworski (1991).

O espaço configurado atualmente pela disputa entre a empresa Araupel e o MST não pode ser compreendido a partir de um litígio isolado, como bem aponta Fernandes (2013), pois há um processo histórico de divergências de projetos de vida e de desenvolvimento que entram em conflito. Portanto, o território é composto da conflitualidade, e é nesse sentido que é impossível posicionar o Estado em uma única postura.

A linha do tempo estabelecida e seu detalhamento demonstrou que a burocracia do Estado, como a legislação e registros de cartório, não são aspectos irrelevantes na organização dos poderes de grupos hegemônicos. Pelo contrário, parte do Judiciário, da força policial e do sistema cartorial participaram das ações e estratégias na grilagem das terras da área em disputa.

O espaço geográfico que se faz dos tensionamentos entre grupos sociais que disputam a terra envolve vários tipos de estratégias, que vão desde o uso da força bruta até ações mais sutis, como falsificações de documentos que sustentam ações judiciais. Embora os conflitos espaciais violentos sejam mais facilmente identificáveis, devido aos seus vestígios materiais, a análise geográfica deve ir além da violência explícita. Uma violência insidiosa permeia o aparato jurídico e político nas disputas por terras essenciais à vida humana.

Na próxima seção, recuperamos e discutimos o histórico da ocupação, da resistência e a organização espacial de uma área expoente dos conflitos entre Araupel e MST, o acampamento Dom Tomás Balduino.

3.4 O ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO: AÇÕES DE RESISTÊNCIA DO MST

Ao abordar as ações de resistência das pessoas no acampamento Dom Tomás Balduino, somos impelidos a perguntar inicialmente: a que resistem as/os ocupantes desse acampamento? Na condição de supranumerários inempregáveis (Castel, 2008), resistem a serem desintegrados do atual sistema produtivo, pois sujeitos estão às violências e emboscadas das milícias e de agentes de Estado. Resistem à desintegração sob condições medievais de produção, instalações sub-humanas de habitação, precariedade nos equipamentos de educação, saúde e comunicação.

São pessoas herdeiras de um passivo social fundiário que remonta a mais de um século de apropriação espúria de terras, promovida por proprietários e acionistas de corporações, agentes públicos cartoriais, forças judiciais, políticos influentes e governantes. Ainda assim, se mantêm ocupantes e, resistindo, produzem e compartilham resiliência, demonstrando talvez uma esperança que supera a morte e transcende gerações. Os mais jovens novamente ocupam, resistem e produzem inclusão em um sistema produtivo do qual dependem para sobreviver, por mais que esse mesmo sistema demonstre tão pouco apreço por essa luta pela inclusão. A imagem a seguir, capturada no acampamento Dom Tomás Balduino em 3 de fevereiro de 2016 (figura 22), ilustra parte dessa dinâmica.

Figura 22 – Placa e ocupante do acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 3 fev. 2016



Fonte: ZARTH, P.; MADRUGA, J. 24 horas num acampamento sem terra. **Página da CUT Paraná**, [S. l.], 11 abr. 2016. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <https://pr.cut.org.br/noticias/24-horas-num-acampamento-sem-terra-c547>. Acesso em: 11 abr. 2023.

O período dos acampamentos organizados pelo MST na área onde está situado o Dom Tomás Balduino é feito por uma história de conflitos já descritos anteriormente neste capítulo¹⁹. Em 1996, a madeireira Giacomet Marodin S.A., que alterou a sua razão social para Araupel S.A. em 14 de dezembro de 1997, apresentava em seu balanço patrimonial as fazendas Rio das Cobras e Pinhal Ralo, que, juntas, somavam mais de 100 mil hectares. Desde 1910, a área esteve envolta em irregularidades documentais que configuram apropriações nulas por vícios de origem, por grilagem ou concessão fraudulenta, as quais possibilitaram a constituição do maior latifúndio em terras contínuas do sul do Brasil (Hammel, 2022).

Desafiando, portanto, o maior latifúndio do Sul, o MST realizou, em 17 de abril de 1996, uma operação que até hoje é a maior ocupação de terras da América Latina. Mais de 14 mil pessoas, nucleadas em aproximadamente 3,1 mil famílias, romperam

¹⁹ Ver figura 15 (Linha do tempo dos principais eventos que compõem a conflitualidade em torno da área em disputa pela empresa Araupel e o MST).

a porteira da localidade de Buraco, na fazenda Pinhal Ralo. A cena foi registrada pelo fotógrafo Sebastião Camargo, cuja imagem está disposta na figura 23 a seguir.

Figura 23 – Ocupação da fazenda Pinhal Ralo — Quedas do Iguaçu (PR), abril de 1996



Fonte: CAMARGO, S. [... trabalhadores ocupam área grilada pela Araupel na década de 90], 1996. 1 fotografia, p&b. In: TERRA DE DIREITOS. Massacre de Quedas do Iguaçu. **Terra de Direitos**, [s. l.], 7 abr. 2016. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/casos-emblematicos/massacre-de-quedas-do-iguacu/15787>. Acesso em: 26 jan. 2025.

A ocupação deu origem aos acampamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, onde posteriormente foram assentadas 1.534 famílias. O enfrentamento com a Araupel, pretensamente “legítima” proprietária da área e assegurada por uma rede de atores ligados aos ganhos proporcionados pela monocultura madeireira, teve um custo alto para os acampados. As primeiras lonas para habitação foram instaladas ainda na manhã do primeiro dia, todavia o vento daquele dia de outono se fez presente ao cair da primeira tarde. O acesso à água potável e a destinação de dejetos demoraram um pouco mais.

O cultivo de uma simples verdura levaria de 30 a 40 dias para a colheita e durante esse período não seria possível comer madeira. A alimentação dependeu de

doações para o preparo de sopas na cozinha coletiva do acampamento por semanas seguidas. A dimensão dos desafios pode ser percebida na fala de um entrevistado:

Aqui, a região de Quedas de Iguaçu, era considerado a capital nacional do pinho, por causa do poderio da Araupel, de muita amizade com políticos. Eles pagavam quase nada de imposto. Ninguém se chocava com a Araupel, que eles eram muito poderosos, né? Quem se chocasse com a Araupel aí pagava as consequências. Então, os políticos era pessoa esperta; era melhor eles fazer acordo com a empresa, e deixar ir levando tudo, que se chocar. Mas pagamos o preço por enfrentar a Araupel. Todos os vigias deles armados. E tinham as autoridades que ajudavam muito a empresa (Entrevistado 16, 37 anos, em 01/07/2023).

Para alguns militantes, o desafio de sobreviver à precariedade tornava-se menor ante a violência perpetrada por jagunços e policiais. Em janeiro de 1997, nove meses após a ocupação de Pinhal Ralo, dois trabalhadores rurais, um deles com 16 anos de idade, foram assassinados por dois seguranças da madeireira Araupel em uma lavoura de milho. No inquérito, a empresa alegou um confronto entre os dois trabalhadores e os seguranças. Todavia, os laudos atestam que os ocupantes foram baleados a curta distância de cima para baixo. Um deles foi alvejado na mão ao se proteger dos disparos realizados com munição de calibre .357 e fuzil 7,62: “O caso foi a julgamento só 13 anos depois, após oito adiamentos do júri. Os seguranças foram absolvidos [...]” (Barros, 2017).

Ante a precariedade e a violência, algumas famílias abandonaram a área. Enquanto isso, outras se agregavam para ampliar o movimento e efetivar duas novas grandes ocupações, que deram origem ao assentamento Celso Furtado, em 2004, com 1.108 famílias, e ao acampamento Herdeiros da Terra, em 2014, com 1.123 famílias. Este último também fora chamado de acampamento dos Filhos da Luta, por ser composto parcialmente por filhos e filhas de ocupantes de Pinhal Ralo, crescidos nos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves. Podemos observar as faces dessa sucessão geracional na imagem capturada da ocupação alcançada por esses jovens protagonistas (figura 24).

Figura 24 – Jovens do acampamento Herdeiros da Luta — Quedas do Iguaçu (PR), 2014



Fonte: MADRUGA, J. Acampamento Herdeiros da Luta, 2014. 1 fotografia, color. *In*: MST divulga nota sobre possibilidade de despejo de acampamento na madeireira Araupel. **Terra de Direitos**, [S. l.], 28 out. 2014. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/mst-divulga-nota-sobre-possibilidade-de-despejo-no-acampamento-na-madeireira-araupel/15939>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Dez anos após o Celso Furtado e um ano após o Herdeiros da Luta, aproximadamente 4 mil pessoas ocuparam a área do Projeto 4 do latifúndio Araupel, para formar o acampamento Dom Tomás Balduino. Munidos de bandeiras, facões e foices, na fria madrugada do dia 6 de julho de 2015, os ocupantes moveram-se com a mesma determinação de seus antecessores, que quase 20 anos antes abriram as portas de Pinhal Ralo. O nome do acampamento é uma homenagem à luta pela reforma agrária do bispo católico Paulo Balduino de Sousa Décio, cofundador e ex-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da CPT. Há dois outros acampamentos do MST homônimos, em Goiás e em São Paulo.

De julho a dezembro de 2015, em uma área de 10.780 hectares e dividindo espaço com a madeira plantada, 1,1 mil famílias iniciaram a preparação de um pedaço de terra para habitação, organização da produção de alimentos e estabelecimento das

primeiras estruturas do acampamento. As três imagens a seguir (figuras 25 a 27) ilustram os primeiros movimentos para a instalação do acampamento.

Figura 25 – Início de limpeza de área no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR)



Fonte: HOSHINO, C. Conflito agrário cria clima de tensão na região Centro-Sul do Paraná. **Assesoar**, Curitiba, 30 nov. 2015. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://assesoar.org.br/conflito-agrario-cria-clima-de-tensao-na-regiao-centro-sul-do-parana/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

Figura 26 – Início de instalações no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR)



Fonte: MADRUGA, J. [Sem título], 2015. 1 fotografia, color. In: SILVA, C. da. Sentença mostra que Judiciário não é feito apenas de Moros e Mendes. **Página do MST**, [S. l.], 28 maio 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/05/28/sentenca-de-juiza-mostra-que-judiciario-nao-e-feito- apenas-de-moros-e-mendes/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

Figura 27 – Barracão de armazenagem de utensílios e ferramentas comuns, também utilizado para os encontros dos acampados — Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR), 2022



Fonte: Acervo pessoal do autor.

As imagens evidenciam o trabalho coletivo na construção da infraestrutura e dos serviços do acampamento, bem como os espaços que servem para os encontros organizados para a tomada conjunta de decisões. Estas incluem não apenas o planejamento da produção e de ações do MST, mas também a definição de códigos de conduta entre as pessoas acampadas. Em especial, os ocupantes se reúnem no barracão que foi a sede inicial da ocupação, onde antes era o pátio de máquinas da Araupel. Atualmente (agosto de 2024), a construção é utilizada para reuniões, festas e agrupamentos voltados à formação e ao deslocamento para as plenárias regionais e nacionais. Ali funciona uma mercearia, que distribui alimentos para os acampados. Igualmente, é ponto de encontro de diversos líderes distribuídos pelo território ocupado. Ao lado, existe uma borracharia/oficina, onde se fazem os consertos de veículos que ficam danificados devido à baixa qualidade das estradas. São

consertados inclusive ônibus escolares, utilizados no transporte de alunos e de mensagens. As imagens (figura 28 e 29) a seguir ilustram parcialmente as condições das estradas de acesso ao acampamento e os desafios enfrentados pelos veículos de transporte de estudantes, doentes e cargas na região.

Figura 28 – Condições de via de transporte de estudantes, doentes e cargas no período de chuvas — Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR), 2022



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 29 – Condições do transporte de estudantes no período de chuvas — Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR), 2022



Fonte: MST-PR. Camponeses denunciam precariedade das estradas e de serviços de saúde e educação. 1 fotografia, color. *In*: Famílias camponesas fazem vigília por estrada, saúde e educação em Quedas do Iguaçu (PR). **Brasil de Fato**, Curitiba, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2022/06/09/familias-camponesas-fazem-vigilia-por-estrada-saude-e-educacao-em-quedas-do-iguacu-pr>. Acesso em: 23 maio 2023.

Em meio às dificuldades e desafios, a dinâmica de ocupação no Dom Tomás Balduino repetiu um trágico roteiro de precariedades e violência já vivido 20 anos antes, quando da ocupação da Pinhal Ralo para instalação dos assentamentos Ireno

Alves dos Santos e Marcos Freire. Os acampados do Dom Tomás amargaram o choro e a dor por novas execuções no dia 7 de abril de 2016.

Três motos, seguidas por uma caminhonete e um ônibus, deslocavam-se em uma estrada na área do acampamento decretada pública pela Justiça, a cinco quilômetros do núcleo da ocupação. Os ocupantes das motos pararam assustados ao perceberem policiais escondidos nas margens da estrada. Os policiais estavam armados com pistolas e fuzis e munidos de escudos balísticos. Quando os ocupantes desceram das motos, deflagraram-se 128 disparos, entre rajadas de fuzil e tiros de pistola .40. Sem outra opção, a caminhonete parou e as pessoas que estavam na caçamba desceram para buscar proteção entre as árvores. O mesmo ocorreu com 15 passageiros do ônibus. Vilmar Bordim, 44 anos, e Leonir Orback, 25 anos, respectivamente motorista e passageiro da caminhonete, foram executados pelas costas. Outras sete pessoas ficaram feridas, todas ocupantes do Dom Tomás²⁰.

Na versão da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), os policiais haviam sido alvo de emboscada. Foram apresentadas duas armas encontradas na caminhonete, porém ambas tinham os cartuchos intactos, portanto nenhum projétil havia sido disparado com essas duas armas. O caso ganhou notoriedade ao aparecer no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, com o vazamento do bizarro depoimento de um dos feridos interrogado ilegalmente na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), sob efeitos de medicamentos pós-cirúrgicos (Terra de Direitos, 2016).

Em 8 de abril de 2016, o Incra divulgou nota oficial na qual consta: “Esperamos que os responsáveis por essa tragédia sejam devidamente punidos e aguardamos que a solução do conflito seja a imissão de posse ao Incra e o assentamento das famílias nestas terras que, por direito, são públicas” (Superintendência Regional do Incra no Paraná, 2016). Semanas após os assassinatos, dois pré-assentamentos na região de Quedas do Iguaçu foram batizados em homenagem à memória de Vilmar Bordim e Leonir Orback.

Ao longo de mais de três anos, quatro investigações foram instauradas: o inquérito policial (IPL) nº 30032/2016 (Polícia Civil); o IPL nº 80/2016-DPF/CAC/PR (Polícia Federal – PF); o inquérito policial militar (IPM) nº 251/2016 (Polícia Militar – PM); e o procedimento investigatório criminal (PIC) nº MPPR-0117.16.000073-5

²⁰ Ver Trabalhador [...] (2017), para um relato verbal do episódio.

(Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco). Em 28 de setembro de 2019, seis policiais militares foram denunciados pelo MPPR, acusados da morte de Vilmar Bordim e Leonir Orback (Setor de Comunicação e Cultura do MST-PR, 2019). Em agosto de 2024 ninguém havia sido “devidamente punido”, tampouco o Incra foi imitado de posse da área do acampamento Dom Tomás Balduino.

Além das dificuldades, das precariedades e das dores da violência, os ocupantes do acampamento seguiram em frente, com a abertura de estradas e caminhos, com a construção de moradias e de salas para a escola itinerante e com o atendimento elementar de saúde por médicos cubanos do Programa Mais Médicos. O acampamento sobreviveu ao primeiro ano e a festa de comemoração reuniu 8 mil pessoas em 10 de julho de 2016.

Figura 30 – Festa de comemoração de um ano de lutas e resistência no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2016



Fonte: PAULA, G. No PR, acampamento Dom Tomás Balduino comemora um ano de lutas. **Página do MST**, [S. l.], 11 jul. 2016. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/07/11/no-pr-acampamento-dom-tomas-balduino-comemora-um-ano-de-lutas/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

Esse primeiro ano foi vivido conferindo prioridade às instalações para viabilizar a educação das crianças e dos jovens. Ante o impedimento legal de

investimentos públicos nas áreas de acampamento, os ocupantes, organizados em patrulhas de trabalho no processo de ocupação, ergueram logo na chegada os primeiros barracões de madeira para abrigar as salas de aula da escola itinerante Vagner Lopes²¹. Parte dessa história pode ser lida nas palavras transcritas de dois entrevistados:

Esse acampamento, nós fizemo por conta própria o parcelamento da terra, e estão morando separados e tal. E conseguimos a escola itinerante aqui também. Hoje atende lá em torno de 35 crianças, mais ou menos, dos anos iniciais, da pré-escola até o quinto ano. Do sexto ano até o ensino médio, vão ali na vila e depende já do transporte (Entrevistado 15, 62 anos, em 30/06/2023).

A gente conseguiu aqui a escola itinerante. Fizemos, aí, a discussão com o governo municipal e estadual pra a consolidação da escola itinerante. Então ela é reconhecida. Foi reconhecida lá no governo do Requião. Na época, o Maurício Requião era o secretário estadual de educação e veio até aqui. A partir de 2013, todos os acampamentos no estado do Paraná, quando se monta o acampamento, o setor de educação estadual e local do acampamento já organiza a escola junto com as famílias. Não tem apoio do governo do estado ou municipal pra fazer as construção, mas colocam os professor (Entrevistado 12, 44 anos, em 23/06/2023).

A escola funcionou como uma extensão de outras igualmente existentes no assentamento vizinho Herdeiros da Terra. Atualmente (agosto de 2024), as escolas Vagner Lopes figuram entre as maiores escolas de Quedas do Iguaçu, com mais de 480 educandos. A unidade do Dom Tomás sedia inclusive eventos de formação estadual, tal qual ocorrido em janeiro de 2023, durante o primeiro Curso de Formação dos Coletivos Pedagógicos das Escolas das Áreas de Reforma Agrária do Paraná. As imagens a seguir (figuras 31 a 33) ilustram essa trajetória.

²¹ Para saber mais sobre a educação e as escolas itinerantes do MST, ver respectivamente MST (c2023a) e Capitani (2013).

Figura 31 – Barracões para a Escola Itinerante Vagner Lopes no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2022



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 32 – Fachada do barracão destinado à Escola Itinerante Vagner Lopes no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2022



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 33 – Escola Itinerante Vagner Lopes no Acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR)



Fonte: PONTES, M. Ao todo, o Paraná tem dez Escolas Itinerantes [...], 2023. 1 fotografia, color. In: AZEVEDO, J. Formação dos Coletivos de escolas em áreas de Reforma Agrária no PR reúne 70 pessoas. **Página do MST**, [S. l.], 8 fev. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/02/08/formacao-dos-coletivos-de-escolas-em-areas-de-reforma-agraria-no-pr-reune-70-pessoas/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

Um longo período de tensão e dois outros momentos de comemoração foram vividos entre 2015 e 2017, quando a Justiça Federal proferiu, em primeira e segunda instâncias, sentenças de reconhecimento da nulidade do título de propriedade da fazenda Rio das Cobras/Araupel referente aos acampamentos Dom Tomás Balduino e Vilmar Bordim. A imagem a seguir (figura 34) retrata a comemoração em virtude do resultado do julgamento, realizado pelo TRF4, em Porto Alegre, em 1º de agosto de 2017.

Figura 34 – Comemoração da declaração de nulidade do título de propriedade da Araupel/fazenda Rio das Cobras — Quedas do Iguaçu (PR)



Fonte: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Tag Araupel. 1 fotografia, color.
In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Página do MST**, [S. l.].
Disponível em: <https://mst.org.br/tag/araupe/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

As comemorações de 2017 impulsionaram os preparativos para outro momento festivo, referente aos três anos de resistência, em 7 de julho de 2018. Cerca de 600 famílias se organizaram e contribuíram para a maior festa que o MST fez naquele ano no país. Nela compareceram assentados de outras áreas, líderes nacionais do MST, senadores, deputados, o governador e procuradores de Justiça. A figura 35 mostra uma das dez cozinhas comunitárias montadas para atender as aproximadamente 10 mil pessoas presentes.

Figura 35 – Festa de comemoração de três anos do acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2018



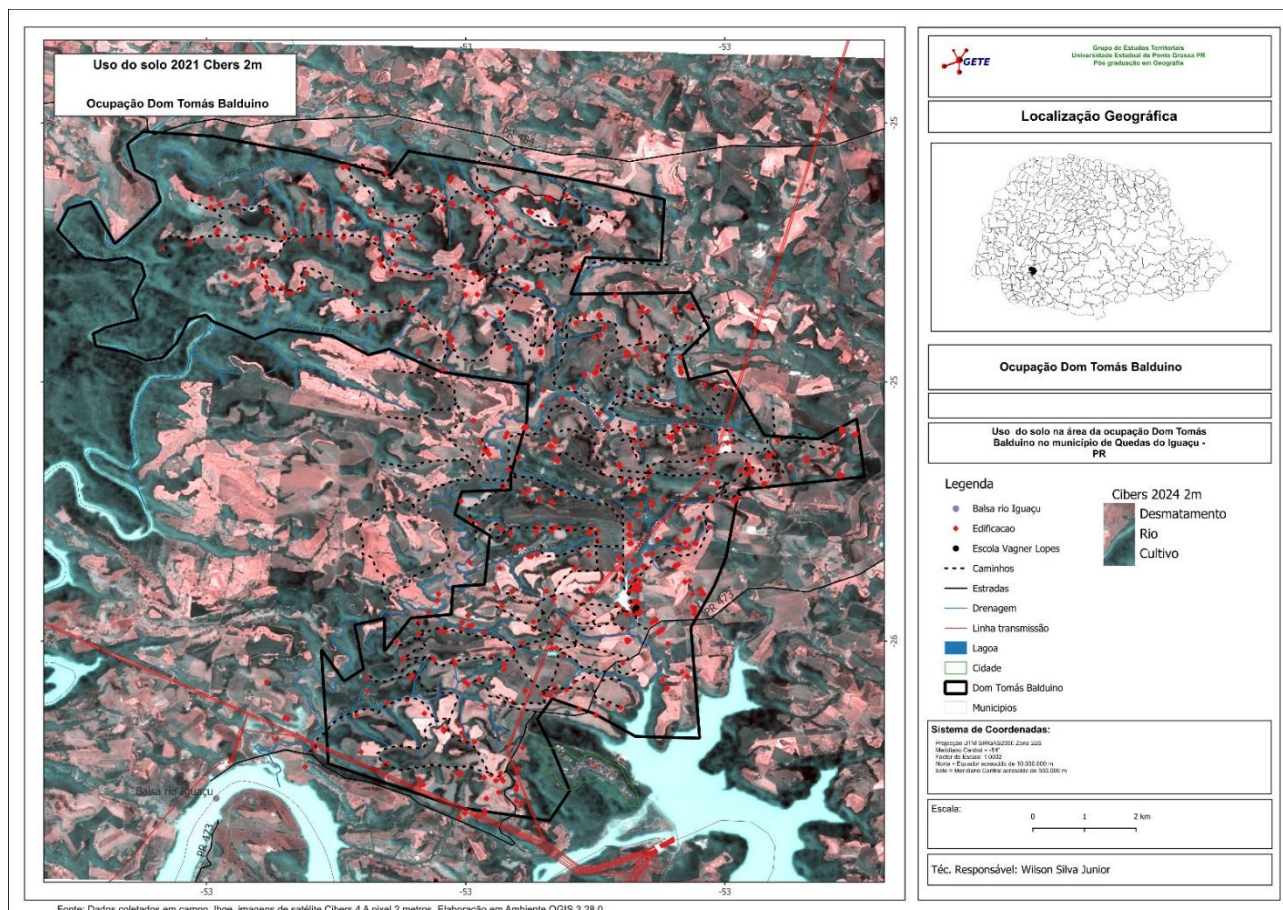
Fonte: PRATES, G. [Sem título], 2018. 1 fotografia, color. In: VASCONCELOS, F. Festa no acampamento Dom Tomás Balduino comemora 3 anos de resistência no Paraná. **Brasil de Fato**, Quedas do Iguaçu, 9 jul. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/07/09/festa-no-acampamento-dom-tomas-balduino-comemora-3-anos-de-resistencia-no-parana>. Acesso em: 28 abr. 2023.

O acampamento não viveu somente de conflitos violentos e de comemorações pela resiliência. Houve muita negociação e acordos judiciais para a permanência na terra. Após oito meses de negociação, em 9 de novembro de 2018, a Araupel e o MST firmaram acordo para que a empresa extraísse o pinus plantado antes da ocupação do Projeto 4 do complexo latifundiário Rio das Cobras/Pinhal Ralo. O acordo suspendeu (na verdade, enterrou) a ação de reintegração de posse movida pela Araupel desde 2015. Todavia, nem tudo foi favorável.

A extração do pinus crescido gerou complicações que até a atualidade (agosto de 2024) não foram superadas e ainda estão longe de o ser. A cada quatro metros quadrados, em média, a empresa removeu uma árvore, e apenas a árvore. Para que seja possível o cultivo na área de extração, é necessário remover o toco e as raízes de cada árvore, processo conhecido como destoca, que exige maquinário pesado e de alto custo. Em cada hectare de terra restaram — e ainda restam — 2,5 mil tocos e

suas respectivas raízes, totalizando mais de 13 milhões de pontos para destoca. A imagem a seguir (figura 36) apresenta a situação da terra exposta em 2021, após o término da remoção do pinus.

Figura 36 – Imagem de satélite da área do acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2021

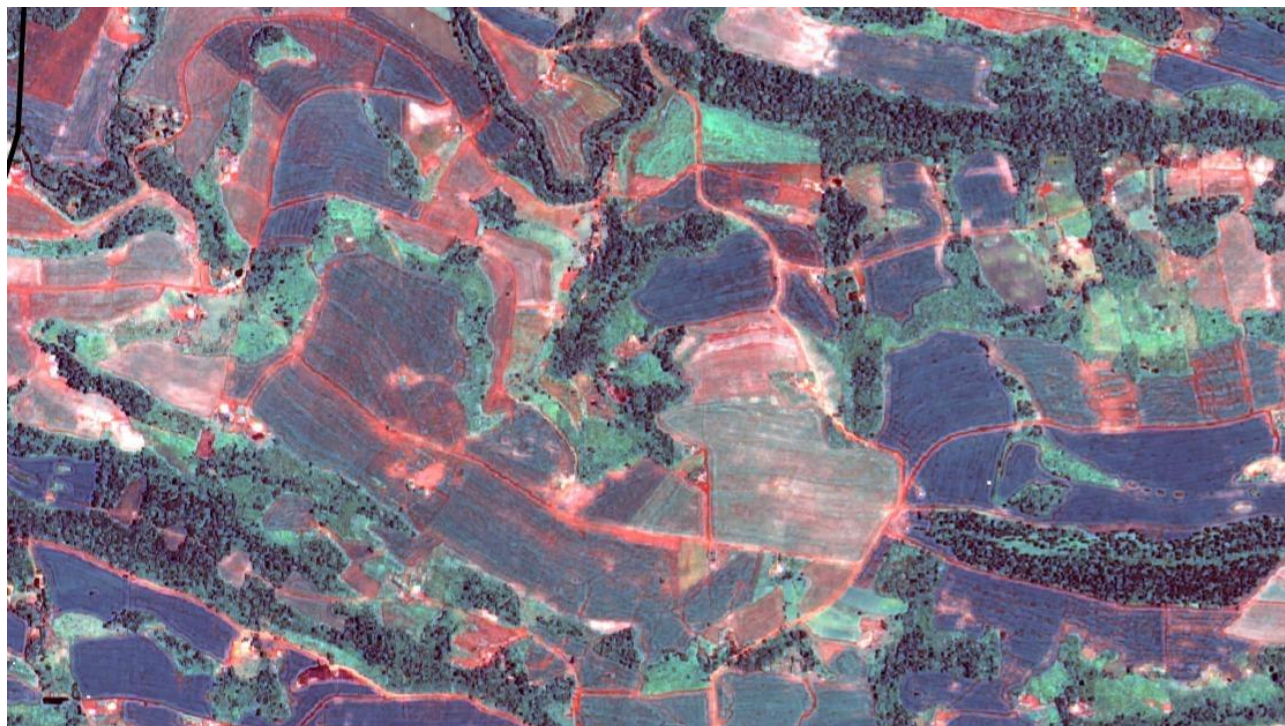


Fonte: O autor, com dados do INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **Catálogo do INPE**. Cachoeira Paulista, c2021. Disponível em: <https://www.dgi.inpe.br/catalogo/explore>. Acesso em: 17 dez. 2021.

Nota: Imagem do satélite CBERS 04A A; resolução: 2 metros.

Em meio à penosa viabilização para o cultivo, em virtude das limitações para a destoca, os ocupantes têm cultivado a terra com plantações de mandioca, milho, soja e outras culturas. A imagem a seguir (figura 37) apresenta um recorte da área ocupada com cultivo variado em 2023.

Figura 37 – Detalhe de área de cultivo de mandioca, milho, soja e outras culturas no acampamento Dom Tomás Balduino — Quedas do Iguaçu (PR), 2023



Fonte: O autor, com dados do INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **Catálogo do INPE**. Cachoeira Paulista, c2023. Disponível em: <https://www.dgi.inpe.br/catalogo/explore>. Acesso em: 17 dez. 2023.

Nota: Imagem do satélite Cbers 04A; resolução: 2 metros.

A produção de alimentos no Dom Tomás Balduino contribuiu para diferenciar o MST com sua política de enfrentamento à pandemia de covid-19 e as ações de solidariedade e segurança alimentar. Durante a pandemia, de 2020 a 2021, a campanha nacional de solidariedade do MST distribuiu mais de 6 mil toneladas de alimentos orgânicos no país. As famílias das áreas acampadas e assentadas em conflito com a Araupel participaram com 97 toneladas distribuídas no Paraná, três delas doadas em Quedas do Iguaçu, por produtores do Dom Tomás. Em contraste, a empresa Araupel utilizou a mídia regional para divulgar amplamente a cerimônia de doação de apenas um ventilador pulmonar ao Hospital Cristo Rei, de Quedas do Iguaçu (Quedas [...], 2020).

O cultivo sustentável tem promovido o acampamento junto à sociedade, constituído redes de apoio político e ressignificado a relação com agentes e organismos de Estado. A produção de alimentos saudáveis e orgânicos é uma forma de resistência, pois demonstra a capacidade dos acampados de produzir seu próprio sustento e de construir uma alternativa ao modelo agrícola hegemônico.

O acampamento Dom Tomás Balduino obteve notoriedade na mídia após receber uma menção honrosa concedida pela Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A distinção se deveu às ações de semeadura aérea de quatro toneladas de sementes da palmeira juçara em 67 hectares de reserva legal do acampamento e nas encostas do alagado do Rio Iguaçu, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Superintendência Regional do Incra no Paraná (Incra/PR), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Itaipu, o Agroecology Fund (AEF), o Laboratório Vivam de sistemas agroflorestais da Universidade Federal da Fronteira Sul de Laranjeiras do Sul (UFFS/LS), a Prefeitura e a Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instituto Água e Terra (IAT/PR).

No âmbito da segunda Jornada da Natureza do MST, a operação foi a segunda semeadura de palmeira juçara em grande escala e ocorreu em junho de 2023, com apoio de um helicóptero da PRF. As imagens (figuras 38 a 40) a seguir demonstram a preparação e o lançamento das sementes.

Figura 38 – Preparação de sementes de palmeira juçara — Quedas do Iguaçu (PR), 2023



Fonte: LEOPOLDO, T. Processo de seleção e retirada de impurezas [...], 2023. 1 fotografia, color. In: MST faz semeadura aérea de palmeira juçara ameaçada de extinção na Mata Atlântica. **Página do MST**, [S. l.], 24 maio 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/24/mst-faz-semeadura-aerea-de-palmeira-jucara-ameacada-de-extincao-na-mata-atlantica/>. Acesso em: 25 maio 2023.

Figura 39 – Preparação para lançamento de sementes de palmeira juçara — Quedas do Iguaçu (PR), 2023



Fonte: BARBOSA, J. Helicóptero da PRF sendo carregado com as sementes de palmeira juçara [...], 2023. 1 fotografia, color. In: STROPASOLAS, P. MST promove “chuva” de sementes da palmeira juçara na Mata Atlântica. **Brasil de Fato**, [S. l.], 6 jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/06/mst-promove-chuva-de-sementes-da-palmeira-jucara-na-mata-atlantica>. Acesso em: 27 jan. 2025.

Figura 40 – Lançamento de sementes de palmeira juçara — Quedas do Iguaçu (PR), 2023



Fotos: BARBOSA, J. Em 2023, soltura com helicóptero da PRF foi em Quedas do Iguaçu, 2023. 1 fotografia, color. In: MST vai soltar 1 tonelada [sic] sementes de palmeira juçara no Litoral. **Correio do Litoral**, [S. l.], 3 jun. 2024. Disponível em <https://www.correiodolitoral.com/mst-vai-soltar-1-tonelada-sementes-de-palmeira-jucara-no-litoral/78367>. Acesso em: 27 jan. 2025.

O balanço do antes e depois do início do acampamento Dom Tomás Balduino pode ser resumido pelo número de edificações erguidas na área ocupada.

No começo, a gente trabalhava diferente, e depois individualizou mais. Tipo assim, na época do começo do acampamento aqui, se o cara fosse lá desdobrar uma tábua, tinha dois, três já ajudando a puxar. Se ia fazer um barraco, os outros já ajudavam. Agora está diferente. Agora a turmarada se dividiu mais nos lotes. E cada um vai arrumando os bico que pode pra se sustentá (Entrevistado 17, 78 anos, em 04/07/2023).

Aqui eu trabalho para todo mundo que me chama. O que tiver de serviço eu faço. Não trabalho só aqui no meu lote, mas faço bico em todo lugar que me chama, nos lotes dos outros também. Quem chamar eu vou trabalhar. Mas também não trabalho só para ganhar dinheiro, eu trabalho para os amigos que me chamam também. Estou vivendo dentro da comunidade, eu tenho que ajudar a comunidade, entendeu? Se não tem nada a fazer, o que custa vir naquele dia e ajudar? E tem gente aqui que não pensa isso (Entrevistado 15, 62 anos, em 30/06/2023).

Eu vivo no sítio, peleando, e minha mulher — a gente tem cinco filhas —, minha mulher, como é manicure, vai lá pra cidade. Mas minhas meninas luta junto comigo, porque nós tem que ter a sobrevivência. Hoje não sai só de um lugar, a sobrevivência; tem que sair de vários. Os lados que você tiver você tem que conseguir. E hoje a nossa vida é assim. Ela trabalha lá, eu aqui, durante a semana. Fim de semana, tamo no sítio peleando, trabalhando e conseguindo o que nós podemos de melhor pros nosso filho (Entrevistado 22, 52 anos, em 13/07/2023).

O acampamento Dom Tomás Balduino não é qualquer exceção na dinâmica de ocupação da terra e luta pela reforma agrária no Brasil. Todavia, diferenciais como compor os conflitos fundiários no maior latifúndio do sul do país, enfrentar o desafio de destocar mais de 13 milhões de tocos e raízes deixados após a retirada do pinus pela Araupel, erguer e manter uma escola itinerante, fazer semeadura de palmeira por helicóptero e distribuir solidariamente alimentos fazem da experiência de ocupar, resistir e produzir uma demonstração de obstinação e resiliência ante um sistema produtivo marcado estruturalmente pela exclusão. A fala de um dos acampados entrevistados é um bom recurso para finalizar a presente seção, que discutiu as ações de resistência no acampamento Dom Tomás Balduino:

Tipo assim, a história da gente, né? Estou aqui desde o início da ocupação. Tenho a chance de ter conhecido o início, né, de tudo. A gente enfrentou a luta, né? Todo movimento tem luta, mas a pessoa tem que cumprir deveres para obter direito, né? Isso é em tudo; a sociedade vive assim. Então, hoje, pra gente poder tá em cima do nosso pedaço de chão, primeiro a gente teve que cumprir deveres, né? Então, tudo foi conquistado, né, junto com os companheiros. Foi uma luta árdua — não foi fácil, né —, mas valeu a pena. Tamo aí esperando que possa cada vez melhorar (Entrevistado 23, 33 anos, em 25/06/2023).

No presente capítulo, foram discutidas as distintas posturas assumidas pelos atores institucionais no conflito pela terra entre a madeireira Araupel e o MST, no

sudoeste do Paraná, especificamente o acampamento Dom Tomás Balduino. Analisamos a dinâmica de concessões fraudulentas perpetradas por grupos empresariais e políticos (ou político-empresariais) ao longo da história do Paraná e os conflitos desencadeados pela despossessão e exclusão de populações inteiras residentes nas áreas griladas. Foram analisados seis processos disponíveis sobre os conflitos e, por último, apresentamos a constituição espacial do acampamento Dom Tomás Balduino através do seu histórico de ocupação, de resistência e a produção da vida na luta pela terra.

No próximo capítulo, serão discutidas as masculinidades que permeiam as ações do MST para conquista e manutenção da produção da vida na terra ocupada. Tal categoria permite observar a instituição de modelos específicos para a transformação social.

CAPÍTULO 4 — ELEMENTOS CONSTITUINTES DAS MASCULINIDADES DOS INTEGRANTES DO MST NA OCUPAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO

Quando eu morrer
 Cansado de guerra
 Morro de bem
 Com a minha terra:
 Cana, caqui
 Inhame, abóbora
 Onde só vento se semeava outrora
 Amplidão, nação, sertão sem fim
 Ó Manuel, Miguilim
 Vamos embora
 (Assentamento, de Chico Buarque)

Este capítulo objetiva compreender como o exercício de distintas masculinidades compõe os conflitos entre a Araupel e o MST no acampamento Dom Tomás Balduino. A ideia de masculinidade que este capítulo toma por base é a da reiteração cotidiana das ações em uma estrutura hegemônica que concebe determinada forma de ser homem. Assim, os conflitos agrários em questão envolvem a conquista, mas também estratégias de manutenção da ocupação da área, ações cotidianas. E ser homem, na estrutura de uma ocupação de área rural em conflito permanente, difere de ser homem em uma área urbana.

Consideramos aqui 25 entrevistas com pessoas do acampamento Dom Tomás Balduino, examinadas conforme a análise de conteúdo de Bardin (1977) e Silva e Silva (2016). Colaboraram com a investigação 21 homens e 4 mulheres.

Para pensar as masculinidades, adotamos a perspectiva de Butler (2003), que considera que o gênero não existe em si, mas é constituído de uma repetição de atos, criando a falsa ideia da estabilidade de gênero. O discurso das 25 pessoas entrevistadas nos permitiu compreender que, embora os homens da ocupação reiterem as normas hegemônicas de gênero, também conseguem subvertê-las, promovendo concepções singulares de masculinidades. As masculinidades estão em permanente movimento, porque são dependentes das ações desenvolvidas na vida cotidiana pelos homens do acampamento inventiva e contingentemente. Ademais, o acampamento não é um espaço isolado, pois faz parte de dinâmicas espaciais e temporais mais amplas e é produzido por elementos de inúmeras escalas espaciais.

A ideia de movimento também é basilar para Massey (2008) em relação ao espaço. A autora pensa o espaço geográfico a partir de inter-relações, sempre em movimento, resultantes de dinâmicas abertas, o que implica a imprevisibilidade e a incompletude dos processos.

Imaginando uma complementaridade entre o gênero performático butleriano e a ideia de espaço de Massey (2008), buscamos evidenciar que as relações estabelecidas pelos homens do acampamento constituem e são constituídas por masculinidades específicas. O espaço do acampamento é político, e o conflito, permanente, estabelecido pela subversão da propriedade privada da terra em uma sociedade capitalista. Tal contexto gera a especificidade das masculinidades locais. Com base em Silva, Ornat e Chimin Junior (2011), que insistem na ideia da dinâmica espacial e temporal das masculinidades, entendemos que os homens do acampamento não estão apartados da sociedade mais ampla, mas conectados a ela, e, interagindo com isso, suas ações são atreladas ao tempo e ao espaço próprios.

As masculinidades vivenciadas cotidianamente pelos homens entrevistados constituem o espaço do acampamento Dom Tomás Balduino, enquanto são influenciadas pelas espacialidades e temporalidades das dinâmicas históricas e espaciais evidenciadas nos capítulos 2 e 3. Não se pode ignorar, ainda, que as masculinidades são influenciadas, por exemplo, por tudo aquilo que circula pela internet, embora a conexão seja precária e intermitente no acampamento, em adição às influências do capital, do Estado e do MST.

Como dissemos, foram entrevistados para os fins deste trabalho 21 homens e 4 mulheres. A aproximação com as mulheres não foi uma tarefa fácil. Em geral, elas se recusavam a conversar e a conceder informações. Na abordagem inicial, imediatamente rejeitavam a presença masculina do pesquisador, se mostravam arredias, preocupadas ou, ainda, pediam para ele voltar quando o marido estivesse em casa. As entrevistas com mulheres foram concedidas apenas por aquelas mais afeitas às discussões políticas no MST e pelas lideranças. Os homens geralmente se mostravam mais abertos às conversas, embora também fosse possível perceber certa desconfiança. Apenas quando o pesquisador relatava que sua presença era referendada pelas lideranças locais, as entrevistas aconteciam, evidenciando certo respeito pelas hierarquias do MST.

No quadro 2, reunimos as características gerais das pessoas entrevistadas.

Quadro 2 – Características das pessoas entrevistadas – acampamento Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR), 2022 e 2023

(continua)

Identificação	Sexo	Idade	Tempo no MST	Tempo no acampamento	Situação marital	Filhos	Cor declarada	Escolaridade
Entrevistado 1	M	32	Nasceu no movimento	7 anos	Solteiro	0	Branco	Médio completo
Entrevistado 2	M	29	9 anos	5 anos	Casado	1	Branco	Médio incompleto
Entrevistado 3	M	67	Apoiador; professor do acampamento	6 anos	Casado	2	Pardo	Superior completo
Entrevistado 4	M	36	Nasceu no movimento	2 anos	Separado	2	Branco	Médio completo
Entrevistado 5	M	42	Desde o início do movimento	4 anos	Solteiro	0	Branco	Superior completo
Entrevistada 6	F	44	21 anos	7 anos	Casada	2	Branca	Médio completo
Entrevistada 7	F	50	13 anos	6 anos	Viúva	9	Parda	Fundamental incompleto
Entrevistado 8	M	32	Nasceu no movimento	7 anos	Casado	0	Pardo	Médio incompleto
Entrevistado 9	M	61	4 anos	7 anos	Casado	1	Branco	Fundamental completo
Entrevistado 10	M	47	Desde o início do movimento	8 anos	Casado	2	Pardo	Médio completo
Entrevistado 11	M	55	6 anos	6 anos	Casado	1	Branco	Fundamental incompleto
Entrevistado 12	M	44	3 anos	3 anos	Casado	2	Pardo	Médio incompleto
Entrevistado 13	M	33	20 anos	14 anos	Casado	1	Pardo	Fundamental completo
Entrevistada 14	F	34	25 anos	7 anos	Casada	4	Branca	Fundamental incompleto
Entrevistado 15	M	62	Desde o início do movimento	4 anos	Separado	2	Branco	Fundamental incompleto
Entrevistado 16	M	37	19 anos	4 anos	Casado	1	Pardo	Médio incompleto
Entrevistado 17	M	78	Desde o início do movimento	7 anos	Casado	2	Pardo	Sem escolarização
Entrevistado 18	M	44	Desde o início do movimento	5 anos	Casado	3	Branco	Fundamental completo
Entrevistada 19	F	32	Nasceu no movimento	8 anos	Casada	2	Branca	Médio completo
Entrevistado 20	M	57	Desde o início do movimento	8 anos	Casado	1	Pardo	Fundamental incompleto

Quadro 2 – Características das pessoas entrevistadas – acampamento Dom Tomás Balduino, Quedas do Iguaçu (PR), 2022 e 2023

(conclusão)

Identificação	Sexo	Idade	Tempo no MST	Tempo no acampamento	Situação marital	Filhos	Cor declarada	Escolaridade
Entrevistado 21	M	36	Nasceu no movimento	4 anos	Separado	2	Pardo	Fundamental incompleto
Entrevistado 22	M	52	Desde o início do movimento	8 anos	Casado	2	Branco	Fundamental incompleto
Entrevistado 23	M	50	Desde o início do movimento	7 anos	Separado	5	Branco	Fundamental incompleto
Entrevistado 24	M	59	Desde o início do movimento	4 anos	Separado	2	Pardo	Fundamental incompleto
Entrevistado 25	M	24	3 anos	3 anos	Casado	0	Branco	Médio completo

Fonte: O autor.

Quanto à idade, as pessoas entrevistadas formam um grupo heterogêneo: a mais nova com 24 anos e a mais velha com 78 anos. A faixa etária de maior concentração foi a de 31 a 50 anos, totalizando 44%; seguida da faixa dos 51 a 60 anos, com 24%; as pessoas com mais de 61 totalizaram 16%; já 8% tinham entre 20 e 30 anos.

Verificamos ainda uma tendência de pessoas com tradição na luta pela terra, pois 56% delas nasceram dentro do MST ou estão nele desde o início, vindos de grupos de luta mais antigos; algumas são oriundas de famílias cujos pais já pertenciam a essa história e foram assentados. Entre os restantes, 12% pertenciam ao MST há mais de 21 anos; 12%, entre 11 e 21 anos; 12%, entre 1 e 5 anos; e 8%, entre 6 e 10 anos. Isso evidencia a prevalência de pessoas com tradição política de luta pela terra na área. Da mesma forma, é possível afirmar que são pessoas familiarizadas com o acampamento, pois 84% estavam na área havia 4 a 10 anos; 4% acima de 11 anos; e apenas 12% tinham 3 anos ou menos como moradoras da área.

No aspecto da situação marital, uma quantidade significativa de pessoas viviam sozinhas, na condição de separadas (20%), solteiras (8%) e viúvas (4%). O total de pessoas casadas foi de 68%. Outro padrão verificado foi o pequeno número de filhos, pois 68% das pessoas entrevistadas alegaram ter de 1 a 2 filhos; sem filhos, 16%; 12% relataram de 3 a 5 filhos; e apenas 4% tinham entre 5 e 9 filhos. Nas áreas de produção familiar, o número de filhos para a colaboração na lida da terra é

fundamental, o que não foi um traço comum encontrado entre as pessoas entrevistadas no acampamento.

Outra característica do grupo de pessoas entrevistadas é a ausência da declaração da cor preta: elas alegaram ser pardas (44%) e brancas (56%).

A precária formação escolar marca a maioria das pessoas. O montante com ensino fundamental incompleto foi de 36%; outros 12% completaram essa etapa; 4% não tinham escolaridade. Com ensino médio incompleto, somaram-se 16%, e completo, 24%. Apenas 8% das pessoas entrevistadas tinham ensino superior completo, sendo professores ou pessoas ligadas à educação no campo.

O conteúdo discursivo das entrevistas sofreu tratamento e sistematização, conforme a exposição da metodologia, presente na introdução da tese. As redes iniciais de palavras explicitadas anteriormente produziram a rede que foi explorada de forma topológica.

A figura 42, a seguir, representa o grafo de rede de palavras formadoras do conjunto discursivo, seguida das respectivas tabelas das métricas consideradas (tabelas 5 e 6). A rede inicial conta com 2.316 nós (palavras), todavia, para a apresentação, operamos uma redução por grau ponderado, de forma a expor 224 nós, ou 9,7% dos nós iniciais, conectados por 6.321 arestas. A distribuição utilizada para o grafo foi a Network Splitter 3D (ver glossário). O tamanho e a cor dos nós estão dimensionados de acordo com o grau ponderado, e a espessura das arestas está dimensionada de acordo com o peso das arestas.

Tabela 5 – Métrica dos 50 primeiros nós da rede unimodal de palavras em ordem decrescente: entrevistas Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023

(conclusão)

Palavra	Grau Ponderado
ARAUPEL	603
COMPRAR	558
TEMPO	532
SABER	520
FILHO	506
OLHAR	498
POLICIA	491
MORAR	480
PODER	479
POVO	477
PROCESSO	477
INCRA	474
PAI	468
ACABAR	463
LEMBRAR	459
VIVER	449
CRIANÇA	447
VIDA	440
CASA	438
VIOLÊNCIA	424
LEITE	415
PLANTAR	408
VERDADE	405
ORGANIZAR	399
QUERER	389
OCUPAÇÃO	380
EMPRESA	375
PEDIR	375

Fonte: O autor.

Tabela 6 – Métrica das 50 primeiras arestas da rede unimodal de palavras: entrevistas Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023

(continua)

Palavra	Palavra	Peso
FALAR	MORTE	42
COLETIVO	MULHER	35
ACAMPAMENTO	FAMÍLIA	31
SABER	MORTE	30
LEITE	VACA	29
POLÍCIA	MORTE	28
ACAMPAMENTO	FAZER	26
ACAMPAMENTO	COMEÇAR	26
ASSENTAMENTO	CELSO_FURTADO	26
ASSENTAMENTO	CRIAR	26
LULA	GOVERNO	26
COMEÇAR	CHEGAR	25
TRABALHAR	LEITE	25
CONHECER	MOVIMENTO	24
MULHER	HOMEM	23

Tabela 6 – Métrica das 50 primeiras arestas da rede unimodal de palavras: entrevistas Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023

(conclusão)

Palavra	Palavra	Peso
TERRA	CIDADE	22
COMEÇAR	TERRA	21
CHEGAR	MULHER	21
ACAMPAMENTO	FICAR	19
COMPANHEIRO	MORTE	19
MOVIMENTO	FICAR	19
FALAR	LULA	19
ASSENTAMENTO	SAIR	19
FICAR	SABER	19
FAZER	ESCOLA	19
FAZER	CURSO	19
TERRA	CHEGAR	18
MOVIMENTO	ARAUPEL	18
FAZER	CASA	18
TRABALHAR	ESCOLA	18
TERRA	ASSENTAR	17
MOVIMENTO	CHEGAR	17
FALAR	MULHER	17
FAZER	PEDIR	17
FAZER	LULA	17
MULHER	VERDADE	17
LUTA	MORTE	17
CRIANÇA	PEDIR	17
REFORMA	AGRAR	17
ACAMPAMENTO	ORGANIZAR	16
ACAMPAMENTO	SAIR	16
CHEGAR	CIDADE	16
CHEGAR	FAZER	16
FAMÍLIA	MORTE	16
FAMÍLIA	TRABALHAR	16
FAZER	MULHER	16
VIVER	LULA	16
ACAMPAMENTO	MOVIMENTO	15
COMPANHEIRO	FAZER	15
COMPANHEIRO	FALAR	15

Fonte: O autor.

A rede topológica de palavras organiza hierarquicamente as palavras utilizadas pelo grupo com maior frequência, denotando sua importância na estrutura da fala. As dez palavras que indicam relevância mais alta evocam que chegar e ficar no acampamento Dom Tomás Balduino implica trabalhar a terra, com as mulheres, conforme as diretrizes do MST, arriscando a vida. As métricas de relações entre as palavras reforçam a tendência verificada. Apesar de indicativa, as palavras e suas relações ganham sentido no contexto da fala, que é verificado por meio da categorização.

É fundamental marcar que não há, por parte das pessoas entrevistadas, qualquer reflexão sobre o fato de que ser homem implica pensar em gênero. Quando

se falava em gênero, imediatamente as pessoas entrevistadas remetiam ao trabalho ou às funções das mulheres ou à existência de homossexuais nos acampamentos do MST; também às formações recebidas pelo movimento, bem como à necessidade de se pensar os direitos das mulheres ou dos grupos LGBTQIA+²².

Para as pessoas entrevistadas, os homens definitivamente não são generificados. Elas não pensam suas existências como classificadas socialmente pelo patriarcado. Rose (1993) discute como o masculino é operante das classificações sociais. Como são os homens que classificam o mundo, não refletem sua posição nas estruturas que eles próprios criam. Segundo Rose (1993), os homens criaram uma forma de entender a sociedade de forma dualística, onde os dois lados criados são interdependentes e valorados de formas distintas e hierarquizadas entre si. O masculino funciona como referente, em geral evidenciando características positivas, e o feminino se instaura como um polo da negação. Então, os homens são fortes, viris, trabalham e dominam a esfera pública, enquanto as mulheres são frágeis, reproduzem a sociedade e trabalham para cuidar da família e dos filhos.

Contudo, embora as masculinidades sejam pouco pensadas e pareçam um atributo “natural”, McDowell (1999) argumenta que o gênero é uma das primeiras classificações de ordem social a que as pessoas são submetidas, e isso implica a forma como elas se relacionam, como criam e recriam os espaços geográficos.

Essa racionalidade é encontrada na estrutura discursiva das pessoas entrevistadas, mesmo que estejamos tratando aqui de uma masculinidade não hegemônica, de pessoas vulnerabilizadas pela fome, pela pobreza e pela exclusão. Trata-se também de homens que vivem destituídos de direitos de propriedade e do direito ao trabalho e à cidadania. Ainda assim, a estrutura dualista permanece. Longhurst (2000), ao estudar as masculinidades, também chama atenção para o masculino como sujeito de referência para a classificação daquilo que ela chama de ‘outros’, ou os não masculinos. Afirmo a autora que os homens leem a realidade a partir de sua própria autopercepção. Isso é observável na estrutura discursiva analisada: cabe às mulheres o sustento da vida; cabem aos homens a política, a conquista da terra e morrer por ela.

Diante disso, a rede de palavras discutida, associada aos objetivos construídos, serviu como parâmetro para a criação de categorias de interpretação do

²² Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras.

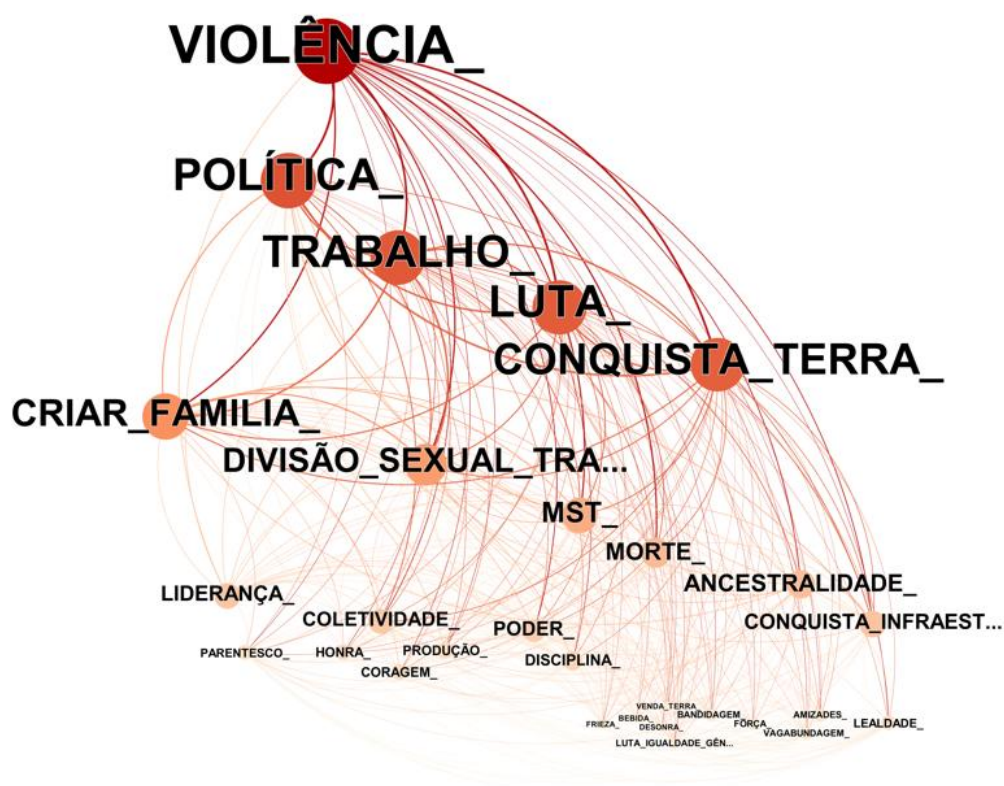
conjunto discursivo, bem como para a estruturação dos argumentos do texto. Assim, o presente capítulo está estruturado em cinco partes. Na primeira parte demonstramos a exploração topológica da rede de categorias, pela qual evidenciamos a rede de palavras e pontuamos os temas mais frequentemente rememorados pelas pessoas entrevistadas. Nessa seção, também apresentamos o exame modular a partir da formação das comunidades discursivas de categorias, apontando os agrupamentos de categorias e como elas se conectam entre si.

Na segunda parte, analisamos a comunidade discursiva encabeçada pela ‘violência’ e sua relação com a política e a conquista da terra. Na terceira parte, exploramos a comunidade encabeçada pelo ‘trabalho’ e sua relação com a manutenção da ocupação e com o sustento familiar. Na quarta parte, investigamos a comunidade de categorias encabeçada pelo ‘MST’ e como seus princípios são partilhados na formação das masculinidades. Finalmente, na última seção, exploramos a comunidade discursiva de categorias encabeçada pela ‘honra’, demonstrando como as pessoas entrevistadas interpretam os valores que constituem suas práticas cotidianas.

4.1 AS REDES DA ESTRUTURA SEMÂNTICA DO DISCURSO: TOPOLOGIA E MODULARIDADE

A rede representada na figura 43, a seguir, é formada por 29 nós e 401 arestas. A distribuição utilizada para o grafo também foi a Network Splitter 3D, e o tamanho e a cor dos nós estão dimensionados de acordo com o grau ponderado (tabela 7). A espessura das arestas, por sua vez, está dimensionada de acordo com o peso das arestas (tabela 8).

Figura 43 – Grafo de rede unimodal topológica de categorias: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023



Fonte: O autor.

Tabela 7 – Métrica dos 29 nós da rede unimodal de categorias em ordem decrescente: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023

(continua)

Categoria	Grau Ponderado
VIOLÊNCIA_	407.804
POLÍTICA_	333.862
TRABALHO_	328.894
LUTA_	325.309
CONQUISTA_TERRA_	321.698
CRIAR_FAMILIA_	269.842
DIVISÃO_SEXUAL_TRABALHO	236.668
MST_	191.182
MORTE_	149.788
ANCESTRALIDADE_	139.162
CONQUISTA_INFRAESTRUTURA_	124.632
LIDERANÇA_	119.748
COLETIVIDADE_	112.240
PODER_	98.453
DISCIPLINA_	74.193
PRODUÇÃO_	55.062
HONRA_	50.288

Tabela 7 – Métrica dos 29 nós da rede unimodal de categorias em ordem decrescente: entrevistas Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023

(conclusão)

Categoria	Grau Ponderado
CORAGEM_	50.040
PARENTESCO_	41.388
LEALDADE_	38.706
AMIZADES_	25.249
VAGABUNDAGEM_	20.038
BANDIDAGEM_	17.401
FORÇA_	8.860
LUTA_IGUALDADE_GÊNERO_SEXUALIDADES_	8.334
VENDA_TERRA_	4.048
DESONRA_	2.649
BEBIDA_	2.649
FRIEZA_	1.155

Fonte: O autor.

Tabela 8 – Métrica das 30 primeiras arestas da rede unimodal de categorias: entrevistas Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023

(continua)

Categoria	Categoria	Peso
VIOLÊNCIA_	POLÍTICA_	46.181
VIOLÊNCIA_	LUTA_	45.164
VIOLÊNCIA_	CONQUISTA_TERRA_	43.323
CONQUISTA_TERRA_	POLÍTICA_	40.851
VIOLÊNCIA_	TRABALHO_	39.284
LUTA_	POLÍTICA_	36.947
TRABALHO_	CRIAR_FAMILIA_	35.796
CONQUISTA_TERRA_	LUTA_	34.862
TRABALHO_	DIVISÃO_SEXUAL_TRABALHO	34.605
TRABALHO_	LUTA_	30.973
VIOLÊNCIA_	CRIAR_FAMILIA_	30.721
TRABALHO_	POLÍTICA_	30.165
TRABALHO_	CONQUISTA_TERRA_	29.465
CRIAR_FAMILIA_	DIVISÃO_SEXUAL_TRABALHO	27.976
VIOLÊNCIA_	DIVISÃO_SEXUAL_TRABALHO	27.054
VIOLÊNCIA_	MORTE_	27.053
VIOLÊNCIA_	MST_	26.174
LUTA_	CRIAR_FAMILIA_	25.439
CRIAR_FAMILIA_	POLÍTICA_	23.597
CONQUISTA_TERRA_	CRIAR_FAMILIA_	23.495
LUTA_	DIVISÃO_SEXUAL_TRABALHO	21.332
MST_	POLÍTICA_	20.807
CONQUISTA_TERRA_	DIVISÃO_SEXUAL_TRABALHO	19.769
POLÍTICA_	DIVISÃO_SEXUAL_TRABALHO	19.416
LUTA_	MST_	18.785
CONQUISTA_TERRA_	MST_	18.308
TRABALHO_	MST_	18.019
POLÍTICA_	COLETIVIDADE_	17.233

Tabela 8 – Métrica das 30 primeiras arestas da rede unimodal de categorias: entrevistas Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023

(conclusão)

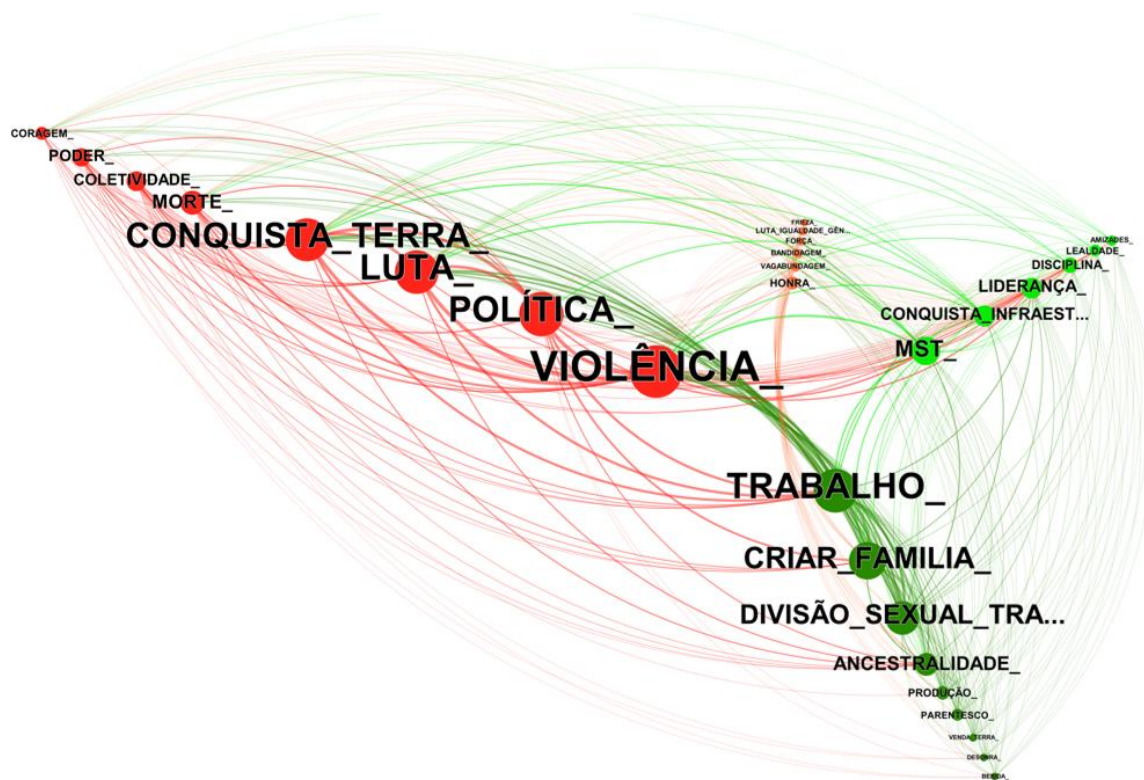
Categoria	Categoria	Peso
LIDERANÇA_	VIOLÊNCIA_	16.811
TRABALHO_	ANCESTRALIDADE_	15.622

Fonte: O autor.

A exploração topológica da rede e de suas métricas de nós e arestas permite a análise da importância que certos temas tomaram no conjunto das entrevistas. As categorias com maior peso discursivo são: violência, política, trabalho, luta, conquista da terra, criar família, divisão sexual do trabalho, MST, morte e ancestralidade. No acampamento Dom Tomás Balduino, enquanto espacialidade, as vivências das masculinidades são marcadas pela violência sofrida de diversas formas, desde a discriminação, passando pela falta de assistência à saúde e pela precariedade na educação, na habitação e na alimentação, até a morte física. O trabalho que marca a espacialidade é uma forma de lutar para conquistar e manter a terra, bem como honrar os antepassados da luta política do MST, para poder criar novas gerações de suas famílias, em que cada componente desempenhe tarefas tidas como apropriadas para cada gênero.

A exploração por modularidade do conjunto discursivo permite as associações entre as categorias. O grafo a seguir (figura 44) é composto por quatro comunidades, contendo 29 nós e 401 arestas. A distribuição utilizada para o grafo foi a Radial Axis Layout. O tamanho dos nós está dimensionado de acordo com o grau ponderado e a cor de acordo com a comunidade. A espessura das arestas está dimensionada de acordo com o peso das arestas.

Figura 44 – Grafo de rede unimodal modular da rede semântica de categorias discursivas: entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino — 2022 e 2023



Fonte: O autor.

Cada umas das comunidades discursivas, evidenciadas pelas diferentes cores na figura 44, será discutida separadamente nas seções que seguem.

4.2 VIOLÊNCIA E AS NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS NA CONQUISTA DA TERRA: A CORAGEM DE ENFRENTAR A MORTE

Figura 45 – Categorias discursivas: comunidade 1 — entrevistas Dom Tomás Balduino, 2022 e 2023



Fonte: O autor.

A comunidade discursiva vermelha articula as categorias ‘violência’, ‘política’, ‘conquista da terra’, ‘morte’, ‘coletividade’, ‘poder’ e ‘coragem. Embora todo o grupo de acampados sofra violências de todas as espécies, desde discriminação até falta de acesso a serviços e infraestrutura básica, as entrevistas revelam o reconhecimento de que há algumas pessoas mais propensas a sofrer violência e morte. Em geral, a morte é um ato de violência extrema de que são alvos as lideranças do movimento, majoritariamente homens. Um trecho da fala do Entrevistado 10 ilustra essa tendência:

Sem dúvida nenhuma, é os cabra! São as lideranças de frente, as pessoas que estão na linha de frente, que sofrem mais. As pessoas que negociam, aí, o processo. Os home, vamos dizer assim, é os cara mais perseguido, com certeza. É as pessoas que bota a cara e vai que é as pessoas que apanha mais na cara, aí. São as linha de frente, as lideranças, vamos dizer assim, que correm mais risco (Entrevistado 10, 47 anos, em 09/05/2022).

A violência não é um episódio pontual, mas permeia a existência cotidiana e as relações de poder no processo de enfrentamento com a Araupel. Segundo o Entrevistado 8:

Nós vivemos sempre assim: sempre pronto pra briga. Tem que ter coragem pra viver assim. Isso é assunto que é complicado, mas eu vou tentar resumir, porque eu, inclusive, sou vítima de um dos conflitos. Desde sempre, historicamente, é assim. Esse conflito da Araupel com o MST se estende desde 96, né, lá em Rio Bonito, com a criação dos assentamentos do Ireno Alves, Marcos Freire, o embate do Celso Furtado. Tem um histórico que é de antes do nosso, do Dom Tomás Balduino. É coisa de bem antes, e a gente emendou. Historicamente, a empresa usa da pistolagem, né? Enfim, então, houve muita violência, foi muito grande; e o Dom Tomás não ia ser diferente dos outros. A gente já sabia disso e a gente vive assim, com essa violência que, quando não é nós mesmo, são nossos companheiro que a gente vê (Entrevistado 8, 32 anos, em 01/05/2022).

A pistolagem, no sentido do discurso, é a ação de homens que executam assassinatos encomendados por outros homens. Os dados da CPT apresentados no Capítulo 1 evidenciam que, nos assassinatos no campo, há hegemonia masculina. A força policial de choque também é constituída por homens e são utilizadas com frequência no cumprimento das sentenças de reintegração de posse. O Entrevistado 12 relembra o episódio marcante de morte de suas lideranças locais:

Na política é assim, né? Vale a fala. Falam que polícia só revidou as agressão nossa. Mas não é assim, não. A gente age, vai os caras; a gente forma buraco, barricada para dificultar que a polícia pegue e tire a gente dali, claro. Mas a gente nem tem arma, tipo, de fogo, essas coisas que dizem que a gente tem. Eles atiram. Prenderam algumas pessoas. Lá em 2016 mataram os

companheiro de emboscada. Ali foi emboscada, o caso do Leonir e do Vilmar; não foi nós que atacamos, não (Entrevistado 15, 62 anos, em 30/06/2023).

O episódio da morte de Vilmar Bordin e Leonir Orback é rememorado anualmente pelo MST, tornando essas figuras referentes de masculinidades heroicas. Na figura 46, a seguir, é possível constatar que a mídia do MST recorda o ocorrido e pede justiça pelos assassinatos.

Figura 46 – Mídia regional do MST recorda episódio de morte no acampamento Dom Tomás Balduino



Fonte: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Rio Grande do Sul). **Vilmar Bordin e Leonir Orback, Presente!** [...]. [S. l.], 7 abr. 2024. Instagram: @rs_mst. Disponível em: https://www.instagram.com/rs_mst/p/C5eYJpeSNwZ/. Acesso em: 17 set. 2024.

As pessoas entrevistadas reconhecem que a violência e a morte também têm relação com a política de outras escalas, como demonstra este trecho do Entrevistado 13:

liih, cara. Quedas do Iguaçu chove de polícia, cara. Muita polícia. Piorou depois, com o impeachment da Dilma, né? [...] Mas aquela turma do Rossoni, né, eles têm compromisso com a empresa, porque a Araupel financiou a campanha do Rossoni. Inclusive, na época, também financiou a campanha do Beto Richa, porque são doações que aparece, né, são públicas. Essas pessoa vieram pra cá e fizeram reunião de porta fechada com o prefeito. Mas a gente fica sabendo por outras pessoas que participaram da reunião que ali

se definiu atos de violência, inclusive de perseguição das lideranças, né? Foram nomes, nomes dos cabra levantados, pra assassinar; não foi só pra assustar, não (Entrevistado 13, 33 anos, em 25/06/2023).

A presença constante de conflitos na área cria elementos no cotidiano que parecem naturais, como os contínuos embates violentos entre homens, constituindo o que Falconnet e Lefaucheur (1977) e Badinter (1993) chamam de '*habitus viril*'. A morte das lideranças locais provocou uma série de protestos e de articulações políticas como estratégia de garantia da vida dos demais e de minimizar a violência na área. Os entrevistados 25, 23 e 2 falam sobre essas estratégias.

Os cara amanheceram de tocaia em cima de nós. Acho que tinha mais de 150 policial do Bope, do Choque, fazendo treinamento na praça de Quedas com cachorro, escudo. Uma desgraceira. E nós montando nosso carro de som, e os cara olhando e fazendo treinamento para meter medo na gente. Aí, a Gleice chegou ali, o pessoal começou a manifestar e já deu um bate-boca com esse coronel. Daí eles se afastaram, e nós fizemos nosso ato, mas tivemos que administrar tudo certinho, porque era complicado. Podia perder o controle fácil ali e dar morte (Entrevistado 25, 24 anos, em 16/07/2022).

Depois das mortes aqui dos companheiros, a polícia fica e nós vamos pra Brasília. Eu fui umas duas, três vezes pra Brasília, em uma sessão dos direitos humanos na Câmara dos Deputados e outras no Senado. Tive lá articulando com os deputado nosso. Nós já vinha denunciando isso, né, denunciando que poderia acontecer em Quedas do Iguaçu. Enfim, fizemos várias tentativas (Entrevistado 23, 50 anos, em 14/07/2023).

Teve o grande ato da reforma agrária nacional pelas mortes, que desceu todo mundo do Brasil inteiro pra Quedas. A polícia teve reunião na prefeitura e disseram para os advogados do movimento que não era para gente ir pra cidade. No fundo, eles tavam se vangloriando pela morte dos companheiros. Era o escudo deles, era o troféu deles, as mortes, né? Mas nós se mantemo firme (Entrevistado 2, 29 anos, em 16/04/2022).

As mulheres, quando relatam as violências sofridas, abordam o fenômeno sob a perspectiva da criação de diferentes estratégias de enfrentamento. As formas de confrontação desenvolvidas por mulheres são menos violentas, como relata a Entrevistada 6 em sua reflexão. Apesar de ambos os depoimentos a seguir indicarem o medo como emoção que predomina na vivência cotidiana das mulheres, estas não deixam de realizar seus protestos. Além disso, a Entrevistada 7 classifica a esperança como motor dos seus enfrentamentos, reconhecendo a injustiça da distribuição de terras de que o MST é alvo.

Os conflitos, a gente vive, né, e é meio direção isso daí. Desde a gente ir na cidade, fazer uma compra, né? Não gosto muito de mostrar que sou do MST, porque a mulher não tem como se defender, e dá medo. Mas nos conflitos a gente também vai, mas a gente fica mais na parte de protestar, e daí vai

também até crianças. Que nem a ocupação de outra fazenda, que nós também fomos. Daí as mulheres se organizaram também com um ato. Entramos em um dos viveiros da empresa pra fazer um ato, né, contra a monocultura de pinus e tudo. Acontece isso e acontece a ocupação, e a partir disso intensifica violência contra nós (Entrevistada 6, 44 anos, em 23/04/2022).

Não é fácil. A gente tem medo pela família, porque tem violência. Então, a gente tem medo. Ao mesmo tempo, você tem esperança. Eu falo por mim, que eu sinto raiva. E por quê? Porque eu tenho direito de criar minha família aqui, porque essas terras não eram da Araupel. A própria empresa tirou de outros a terra. A gente sabe que essas terras que a gente entra, essas terras já foram tomadas de alguém, né? Essas terras tinham dono, alguém que trabalhou, que lutou pra conquistar isso daí e alguém chegou e foi tirando, tirando e tirou. A Araupel que tirou de alguém, grilaram. E hoje chamam a gente de ladrão, de invasor, mas da onde começa isso? Será que fomos nós que começamos? (Entrevistada 7, 50 anos, em 25/04/2022).

Apenas uma pessoa falou sobre a violência doméstica, e foi uma mulher. Não foi um tema frequente nos discursos das pessoas entrevistadas. Mesmo assim, merece registro. Talvez o silêncio em torno dessas questões seja, em si, uma outra forma de violência que é ocultada. O que se pode afirmar é que o tema da violência doméstica não foi preponderante nos relatos de violência do grupo. Isso não quer dizer que não haja.

Aqui, no começo, muita coisa que acontecia contra mulheres e acontece violência, agressão. Tem gente que bebe; é pessoas que usa droga. Eu luto aqui como liderança. É trabalhoso. Também eu mesma sofro muita ameaça. Se eu for me posicionar, não sei o que pode acontecer. A gente também não tem essa proteção toda, né? Porque a gente vive num movimento, sim, que é trabalhoso, precisa ter uma legitimidade, mas também não dá esse conforto pra gente, essa proteção como mulher. Então, é muito triste, tem muita violência, tem muita coisa triste entre essas pessoas que fazem parte, até aqui dentro do MST (Entrevistada 6, 44 anos, em 23/04/2022).

Os relatos de violência e o risco de morte são elementos constantes das relações políticas vivenciadas nos acampamentos do MST e envolvem decisivamente o universo masculino. Falconnet e Lefaucheur (1977) e Badinter (1993) argumentam que não há masculinidade que nasça pronta. Os meninos dos acampamentos, submetidos às situações de medo e violência, paulatinamente se tornam homens a partir da interiorização de determinada virilidade. A virilidade, para esses autores, são as disposições físicas e também psicológicas que, em processos de socialização específicos, vão sendo afirmadas no cotidiano dos acampamentos e nos confrontos da conquista da terra.

Os episódios de conquista são minuciosamente narrados como épicos e heroicos e fundamentam a cultura da necessidade de conquista da terra para fazer

justiça na realidade vivida pela coletividade de excluídos. Os elementos de grilagem, das relações políticas que interferem no processo de conquista, bem como a organização da luta no cotidiano das famílias, são rememorados.

Figura 47 – Ocupação da área da Araupel pelo MST



Fonte: ARAUPEL explora irregularmente área da União no Paraná, diz Incra. **Página do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba**, Curitiba, 25 abr. 2016. Disponível em: <https://sismmac.org.br/araupel-explora-irregularmente-area-da-uniao-no-parana-diz-incra/>. Acesso em: 20 set. 2024.

A formação política é um dos componentes importantes da criação da narrativa heroica. As pessoas entrevistadas conhecem a história da grilagem da Araupel e as disputas históricas em torno dela. A história de injustiças é contada e recontada, assim como o sentido de ocupar a área para fazer a justiça distributiva da terra. São elementos cultivados entre aqueles que promovem a ocupação e sua presença no acampamento:

A ocupação aqui pertencia, entre aspa, para Araupel. [...] Foi ali no governo Lula que saiu o assentamento Celso Furtado — hoje lá tem 1000 e poucas família —, lá por 2002 ou 2003. E daí já, a área, estava lá um processo para discutir se a área era da Araupel ou terra pública; se era área da empresa, se era do governo e tal. Daí, 2015, quando saiu a primeira sentença da Justiça Federal dizendo que as terra de fato era da União, a gente programou a ocupação. Quando soubemos da sentença, organizamos a ocupação aqui do Dom Tomás Balduino. Em 30 dias, nós reunimo 1000, 1500 família, na época, pra ocupar aqui, em 2015. Eu tive a função de fazer a formação das família para fazer a ocupação. Daí ocuparam, foi ocupado essa área que era chamado Projeto 4, né, e depois foi nomeado, aí, Dom Tomás Balduino, em homenagem, aí, para o bispo, aí, da Comissão Pastoral da Terra (Entrevistado 20, 57 anos, em 11/07/2023).

A consciência das diferenças de posições de poder que permeiam as disputas de terras na região é mediada pela formação política, na qual os ocupantes conseguem mapear as dinâmicas das forças das diferentes narrativas que cada agente cria e coloca em circulação. O sentido de positividade das ações do MST é rememorado com frequência, como pode ser visto pelo depoimento do Entrevistado 24:

Claro que os conflito tem no país inteiro. Mas duas regiões com maiores conflitos nessa época de 2015 são essa aqui, de Quedas do Iguaçu, e outra lá em Minas Gerais. Nós choquemo com a Araupel, com as rádios, que nunca deram voz pra nós do MST; sempre colocava a Araupel em evidência, isso e aquilo. Daí nós resolvemo fazer um grande manifesto para resolver isso daí. Oito mil pessoas em Quedas. Demos um recado na frente da rádio, e não era por uma questão de bagunça, isso e aquilo, porque nós só queria ter o mesmo direito de voz. Porque a Araupel sempre foi influente em Quedas do Iguaçu, em todos os setores, inclusive na igreja, na política, em tudo, a Araupel. A própria associação do comércio é contra a gente. Inclusive, isso daí é contraditório, porque o comércio de Quedas cresceu com os assentado. [...] Quedas do Iguaçu deu um salto de qualidade, né, depois do assentamento Celso Furtado. Então, é uma contradição que vem, porque a associação do comércio e da indústria tá voltada pra uma outra lógica, né? Mas todo mundo sabe o que era Quedas do Iguaçu antes da reforma agrária e depois, enfim (Entrevistado 24, 59 anos, em 15/07/2023).

Embora as masculinidades em torno da violência se destaquem na narrativa com centralidade na figura masculina e em seus feitos, algumas narrativas posicionam as famílias como um todo enquanto conquistadoras da terra, exprimindo o princípio de que a conquista da terra só tem validação a partir do trabalho e do sustento da família. O Entrevistado 24 faz um relato que exemplifica essa tendência verificada:

Geralmente, o homem quer ser o homem, vamo dizer assim. Está à frente de tudo. Mas eu acredito, aí, que a luta, vamo dizer por nós aqui, eu acredito que todos participam. A mulher sempre tá junto com o homem ali. A luta coletiva é familiar. Um faz uma coisa, o outro faz outra coisa. Depende, né? Um depende do outro. Uns faz a mais, outros faz a menos. Enquanto que o homem tá ali levantando o acampamento, a mulher tá ali cozinhando, tá ajudando uma coisinha ou outra ali. É igualdade. Eu acredito que é igualdade. A luta, aí, até na própria bandeira ali já diz que a luta é familiar (Entrevistado 24, 59 anos, em 15/07/2023).

A comunidade discursiva analisada evidencia que a violência faz parte do cotidiano do acampamento Dom Tomás Balduino de várias maneiras. As mortes dos homens líderes do movimento, alvos preferenciais dos pistoleiros e de seus mandantes, são significadas como resultantes das lutas, que têm causas maiores, como a justiça distributiva da terra. A narrativa heroica das lideranças é

ritualisticamente repetida nas mobilizações do MST, inclusive nas mídias sociais, mantendo viva a reivindicação de justiça pelos assassinatos. A formação política dos componentes dos acampamentos inclui a narrativa dos conflitos históricos. Estes justificam as ações realizadas para a conquista da terra, as quais são associadas a missões que os componentes do MST estão comprometidos a realizar, no que diz respeito à reparação das injustiças de que outras gerações de sem-terra foram alvo no passado.

4.3 O TRABALHO, A FAMÍLIA E A ANCESTRALIDADE COMO ELEMENTOS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Figura 48 – Categorias discursivas: comunidade 2 — entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino, 2022 e 2023



Fonte: O autor.

Na comunidade discursiva 2, a categoria ‘trabalho’ é a mais significativa, seguida por: ‘criar família’, ‘divisão sexual do trabalho’, ‘ancestralidade’, ‘produção’, ‘parentesco’, ‘venda da terra’, ‘desonra’, ‘bebida’. O exercício das masculinidades no acampamento Dom Tomás Balduino envolve as relações de gênero concebidas de forma dual. Muito embora o trabalho seja universalmente associado ao mundo masculino, como uma espécie de “sujeito padrão” do trabalho, é preciso entendê-lo no sentido da produção e reprodução das masculinidades no universo do acampamento. O trabalho e sua capacidade produtiva, de transformação da terra em alimentos, concebe subjetividades marcadas de gênero que engendram as dinâmicas

do MST e os processo de ocupação e permanência na terra. O MST cria e recria em seu contexto organizacional determinados estilos próprios de se constituir homem do ponto de vista virtuoso ou imoral, gerando hierarquias específicas de masculinidades na área.

Se a categoria ‘trabalho’ envolve a produção de alimentos para sustentar as famílias, sobretudo evidencia a capacidade de transformação da terra pela coletividade, porque só o trabalho justifica a ocupação para o MST. O Entrevistado 3 declara: “Quando a gente iniciou, a gente tinha que pegar tudo junto, né? Era homem, mulher, criança. Bonito de ver a gente trabalhando todo mundo junto. Tinha que se organizar para trabalhar para ocupar a terra aqui” (Entrevistado 3, 67 anos, em 17/04/2022).

Ocupar a terra de modo a produzir alimentos justifica a posse justa, a posse para viver, diferente da posse para enriquecer. A organização da ocupação depende do trabalho coletivo, associado à ideia do sustento familiar em termos de alimentação, mas também do provimento de serviços básicos e de infraestrutura. Segundo Bilhalva e Rodrigues (2017), o trabalho é o meio de transmissão de valores próprios das masculinidades. É “na lida” que a construção da masculinidade é partilhada com outros homens e em sua habilidade de lidar com a natureza e exercer o seu domínio nos espaços rurais. Constituir-se homem, ou exercer uma masculinidade apropriada no espaço da ocupação, significa colocar sua força de trabalho para promover a ocupação coletiva da terra. As masculinidades são, então, constantemente alimentadas no contexto específico do acampamento do MST. Sobre a importância do trabalho, o Entrevistado 8 relata:

Nosso dia a dia é suado. Trabalhamo duro aqui. Tanto temo a parte de lutar para sobreviver, de plantar para comer, fazer nossas coisas, rede de água, luz; como também lutar, de luta mesmo, para defender o que a gente conquistou. O pessoal aí não entende como nossa luta é grande (Entrevistado 8, 32 anos, em 01/05/2022).

A transformação da terra pelo trabalho é o que pode viabilizar, segundo as pessoas entrevistadas, um futuro assentamento e a estabilidade da posse da terra, esta também só possível pelo trabalho, como narra o Entrevistado 12:

O trabalho nosso fez esse acampamento, na minha visão, ser um pré-assentamento. Porque o pré-assentamento significa que estamos chegando em reta de um assentamento, né? Que o povo tá trabalhando e tão operando, aí. Hoje a nossa vida aqui é mais boa, por causa do que cada um produz em

cima do lote. Tem umas coisas boas, tem coisas de trabalho [...] (Entrevistado 12, 44 anos, em 23/06/2023).

O não trabalho significa mais do que deixar de executar alguma tarefa. Significa a desonra de comprometer os objetivos do movimento, da coletividade e de uma rede de parentesco que ultrapassa as relações da família nuclear, pois é uma rede estendida que possibilita a solidariedade. Tais redes se mostram necessárias em espaços de tanta escassez, como é um acampamento do MST. Não exercer a masculinidade esperada pelo movimento também significa estar fora das redes de solidariedade, já que a moeda de troca mais forte dos acampamentos é a força para trabalhar. O Entrevistado 19 expõe em seu relato seu comportamento considerado inadequado, como a utilização indiscriminada de bebida alcoólica e uma possível desistência da luta para a regularização da ocupação:

Enquanto família, eu acho que eu deixei a desejar. Teve um momento ou outro ali que eu acabei, vamos dizer assim, deixando a desejar dentro da família. Bebia demais, fazia e desfazia. Quase vendi tudo e fui embora. Na época, eu não tinha filho ainda, né, bem no início da ocupação. Depois que veio o bebê, veio o filho. Daí a gente tem que mudar, ter mais respeito, né? Cuidar. Tem que construir junto as coisas (Entrevistado 19, 32 anos, em 14/07/2023).

No meio rural, a lógica camponesa tem nas categorias culturais ‘terra’, ‘trabalho’ e ‘família’ os alicerces para a construção de uma ética que orienta suas ações. Assim, um objetivo fundamental da masculinidade é a garantia da reprodução física e social do grupo doméstico. A família, como um elemento central da vida do trabalhador do campo, notadamente no MST, tem o trabalho como “missão”. É através dele que a família será mantida.

Terra para “criar a família” não é só o local de onde se tira o sustento, mas também o local de produção e moradia, em que se estabelecem relações próprias de como gerir o espaço, que é simultaneamente doméstico e produtivo. Ocupar a terra é apenas parte da possibilidade de criar a família: é preciso tornar a terra produtiva com o trabalho. No trecho da fala do Entrevistado 8 adiante, é possível identificar a tendência do discurso de que a ocupação, embora contrarie as normas da propriedade privada, se justifica pela necessidade maior de criar a família:

A gente só quer criar nossas família. E a gente sabe, assim, de muitas histórias do passado, que não vêm ao caso agora, mas tem gente poderosa que pegou todas essas terras antes. Os nossos é trabalhar para sustentar família. Agora é que chamam a gente de errado, de ladrão, né? A gente é

tachado como os piores, né? Isso é triste de ver (Entrevistado 8, 32 anos, em 01/05/2022).

O trabalho para criar a família é um dos ideais mais importantes da masculinidade na área do acampamento Dom Tomás Balduino. Entretanto, como a área mescla moradia e produção, há uma forte divisão do trabalho entre homens e mulheres, difícil de transgredir. A divisão sexual do trabalho marca as narrativas das pessoas entrevistadas. Os relatos mostram a família como realizadora do trabalho de produção da terra, mas, mesmo assim, a partir de tarefas consideradas próprias de cada sexo. Assim, as masculinidades se fazem cotidianamente e atingem também as mulheres, além de valorarem hierarquicamente as tarefas executadas por cada um dos membros das famílias. Durante os primeiros tempos de ocupação, as mulheres são fundamentais para o provimento da alimentação em um espaço onde a terra ainda não tem nenhum fruto do trabalho para ser consumido. Os alimentos simplesmente não existem, a terra está nua. Enquanto os homens estão construindo os barracos, as mulheres têm a função de alimentar, conforme pode ser visto no trecho a seguir:

As mulher, mais é cuidá da família, alimentar. Nós ia até na cidade pedi alimento. Não tinha vergonha de pedi pra fazer nosso sopão aqui. Nós ia pedi nos mercado, nas venda, os alimento que não era vendido de legume; pegava os resto. Daí, a gente trazia pra cá, limpava, reciclava o que dava de aproveitar, mas era tudo muito limpinho e fazia a sopa de todos os dia. De tarde, tinha fila de mais ou menos 300 pessoa pegando a sopa, que era uma das alimentação do dia que essas pessoa tinha. Era única, porque era sopa da tarde, que aonde aqui as companheirada fazia os panelão de sopa luxuosamente. Cada um vinha com seu marmitex, pegando pra ser a única refeição do dia (Entrevistada 07, 50 anos, em 25/04/2022).

As mulheres são valorizadas exercendo funções de mãe e esposa, em complementaridade com o pai e marido, na conformação familiar que justifica a ocupação e a manutenção da terra. Segundo a Entrevistada 6: “Mulher de respeito é mãe, mulher, esposa; e mulher com currículo, que a gente pode gritar com uma esquerda e dizer: sou mulher e eu posso e eu posso!” (Entrevistada 6, 44 anos, em 23/04/2022).

O trabalho feminino como mãe e esposa no acampamento não se resume à esfera da casa, como cozinhar, lavar roupas e limpar a casa em si. Inclui também cuidar de uma unidade de produção no entorno da casa: alimentar pequenos animais, cuidar da horta e da ordenha de vacas, etc. Ainda assim, esse trabalho é visto como uma ajuda ao marido, já que sua função principal é alimentar e cuidar da casa. Várias

delas, além de todas essas funções, também trabalham nas roças com seus maridos. Os trechos que seguem são exemplares dessa tendência:

Eu e a mulher viemo e até hoje peleando. A mulher ajuda em uma parte de tudo, né? Que nós lida com as vaquinha, né? Comprei umas vaquinhas. Eu, vorta e meia, tô aqui, mas tô trabalhando pra fora, né? Parece serviço de trator, que eu sou operador, né? Um trabalho pra fora também. A maioria do tempo, o nosso serviço mais é aqui, o nosso ganho do próprio sítio, né? A mandioca, plantar a mandioca, plantar um pasto, tirar o leite, organizar. E, quando vou mais pra fora, a mulher ajuda aqui (Entrevistado 13, 33 anos, em 25/06/2023).

Minha mulher ajuda muito, trabalha muito, até na lavoura ajuda. Nós tem que lutar, lutar muito aqui para ter as coisas. Entra todo mundo na lida do trabalho. Tem que lutar. A semana retrasada, eu passei vergonha com ela: ela juntou pedra melhor do que eu. Vai para luta mesmo, não tem pra louco. Uma raça de trabalhador, trabalham igual uns demônio! (Entrevistado 15, 62 anos, em 30/06/2023).

O trabalho feminino no acampamento extrapola as tarefas domésticas, e as mulheres participam ativamente da produção. Homens e mulheres trabalham na criação de animais e na produção de alimentos, mas elas somam a isso as tarefas de cuidado com a família. As mulheres têm trabalhado, inclusive, no desenvolvimento da agroecologia, como afirmado pela Entrevistada 6:

Eu faço parte, viajo. Fiz intercâmbio no Rio Grande do Sul, Curitiba, na feira da agroecologia, aonde a gente apresenta os produtos que a gente produz, aonde a gente vive com companheiras camponesas que têm benefícios próprios da alimentação. Aonde tem crianças, a gente alimenta! Aonde tem esposas que têm como hoje tirar um leite, hoje têm como vender um queijo, e não era a esperança que tinha antes (Entrevistada 6, 44 anos, em 23/04/2022).

As mulheres do acampamento Dom Tomás Balduino desenvolvem tarefas variadas e poucas delas tiveram a oportunidade de ocupar cargos importantes nas lideranças locais. O uso do tempo feminino, tomado pelo sobretrabalho, impede a dedicação à realização da política. Entretanto, esse fator não é reconhecido pelas pessoas entrevistadas, que criam a justificativa de que as mulheres não estão proibidas de exercer cargos e sua ausência nessas posições se deve a fatores outros, não explicitados nas entrevistas. O relato a seguir é exemplar dessa tendência verificada:

Aqui a luta é de todo mundo. Não tem diferença entre homem e mulher. Que eu vejo é que não tem muita. Porque todo mundo tem que trabalhar muito. Mas eu vejo que a mulher trabalha mais com a família direto, para criar os filhos e alimentar a família, cuidar das coisas da casa. Aqui tem muitos cargos

na organização e se você achar que você é competente, que você é capaz de exercer aquele cargo, você pode ir. Não vão proibir de ser mulher. Mas aqui é mais homem nos cargos. Não vejo mulher (Entrevistado 18, 44 anos, em 05/07/2023).

Outra tendência importante dos relatos sobre a divisão sexual do trabalho é a relação entre escola e trabalho. Há uma percepção entre os entrevistados de que os meninos são mais suscetíveis a desistir da escola, pois sua mão de obra é mais requisitada pelos pais no trabalho da lavoura, conforme pode ser visto nos depoimentos que seguem:

Na escola, você pode ver, a maior parte da população escolar é feminina. E aí já é menor o número de meninos. A gente entra na sala e percebe quatro, cinco meninos, e o restante da sala são meninas, né? Desde os pequenos. A gente vem observando isso, essa diferença. Mas, agora, na educação infantil dos sem terrinhas, vamos dizer assim, que nasceram no acampamento aqui, já é mais equiparado meninos e meninas. Mas quando fica mais velho, pelo trabalho, acaba faltando mais os meninos. Quando crescem mais, a gente percebe a diferença (Entrevistado 2, 67 anos, em 17/04/2022).

Os guri ficam mais na lavoura, então, daí, acabam indo mais pra lavoura e acabam faltando mais. Os maior tem essa tendência, assim, quando a gente fala de abandono, que pararam devido ao trabalho. Mas, assim, não dá pra dizer que tenha evasão pelo motivo do trabalho em si, mas a gente identifica isso. Eu vejo que as menina ficam mais na escola e os menino vão para lavoura mais (Entrevistado 19, 32 anos, em 10/07/2023).

As novas gerações do acampamento, mais escolarizadas, notadamente as meninas, têm procurado trabalho fora de lá, evidenciando uma fuga feminina do sobretrabalho local, que envolve criar a família e ainda ter todas as tarefas ao redor da casa para manter a alimentação na mesa.

Minha menina não me ajuda na roça. Fica em casa. Eu que vou pra roça trabalhar. Ela trabalha mais em casa. Ela, como que diz, faz uma roupinha, uma comidinha, mas ela tá até procurando um emprego agora lá na cidade. Que ela tá mexendo na carteira dela de habilitação também. Ela diz assim: que se achasse um emprego, pra ela poder ir já se virando também, né, era bom. Fazer parte dos luxos dela, né? Menina tem disso. Já não depender tanto da gente, né? Porque pra tirar tudo daqui não é fácil, né? (Entrevistado 10, 47 anos, em 09/05/2022).

Os pais são os mais lembrados quando se trata das pessoas que remetem a um sentido de pertencimento à identidade da agricultura. Os homens não falam de suas mães, mas dos pais. Quando pensam no passado, mencionam a figura paterna para dizer de onde vieram; lembram dos elementos culturais que os fizeram chegar ao acampamento e fazer parte do MST. A ancestralidade dos homens é rememorada

pela figura de outros homens. A agricultura e o aprendizado da vida no campo é um traço de pai para filho: “O meu pai sempre morou na agricultura, e eu convivi até os 15 anos na agricultura, né? A gente já tem, já tinha, experiência, né, como agricultor, né? Então, isso pra mim vem de berço. Meu pai é assentado, antes aqui na ocupação da Araupel” (Entrevistado 8, 32 anos, em 01/05/2022).

Um traço importante, além da identidade com a agricultura, é a identidade de ser um Sem-Terra, fazer parte do MST. Os depoimentos a seguir comprovam essa tendência, que marca a manutenção da herança ancestral pela linhagem paterna. As redes de relacionamentos masculinos se dão no aprendizado do trabalho com homens de gerações mais antigas, do mesmo modo a cultura política de luta pela terra.

Meu pai já era de ocupação, já era da ocupação das terras da Araupel. Diz que é deles, mas é grilada. Nós só fazemo retomada. Então, foi em 1999. Eu era um piazinho, eu era um minúsculo, vamo dizer assim. Lembro que chegou num tempo frio e meus pais foram assentados nessa época. Daí foi uma coisa que eu fui gostando de eu falar: quando eu tiver grande, queria seguir os passos do meu pai, né? (Entrevistado 4, 36 anos, em 20/04/2022).

Meu pai participava em tudo. Quando meu pai participou, foi me incentivando. Daí eu fui ingressando no movimento. O movimento mora em mim, foi a minha história de vida. Eu fui crescendo dentro do movimento, conhecendo as leis, as ordens do movimento, sei de tudo por aí (Entrevistado 13, 33 anos, em 25/06/2023).

Eu já sou a segunda geração de sem-terra. Filho de agricultor, filho de sem-terra. Até hoje na peleia que meu pai me ensinou. Graças a Deus, tamos aqui fortes, sadio, firme para continuar a pelear por nós e que vier pra frente. Pra ajudar nossos filho irem pra frente. Peleamos muito e hoje a gente tá qui no Dom Tomás Balduino, tamo com quatro alquer e meio de terra aqui. Estamos vivendo aqui num pré-assentamento e nossos filho vão continuar isso aí tudo (Entrevistado 25, 24 anos, em 16/07/2023).

A análise da comunidade discursiva 2 resulta na família como lugar central do aprendizado do *habitus* masculino, conforme Bourdieu (2012). Há comportamentos “destinados” a cada sexo no acampamento Dom Tomás Balduino. Embora as condições econômicas e sociais das famílias acampadas sejam bastante precárias, há traços de dominação masculina no que diz respeito à organização do trabalho, bem como sua valorização social. Mesmo que o MST tenha avançado nas políticas de igualdade de gênero, estabelecendo que toda função de direção e representação tenha que ser ocupada por um homem e uma mulher, os traços da valorização do masculino ainda permanecem. Isso se expressa tanto nas características da divisão sexual do trabalho, onde as ações femininas são vistas como “ajuda” ao marido, como na lembrança da influência paterna na formação identitária dos homens. Embora

esses homens não tenham poder suficiente para dominar as esferas econômica, legal e de poder mais amplas, no contexto específico do acampamento, há dominância masculina.

4.4 O MST E A CONSTRUÇÃO DA LEALDADE E DA SOLIDARIEDADE MASCULINAS

Figura 49 – Categorias discursivas: comunidade 3 — entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino, 2022 e 2023



Fonte: O autor.

A comunidade discursiva 3 é formada pelas categorias ‘MST’, ‘conquista da infraestrutura’, ‘liderança’, ‘disciplina’, ‘lealdade’, ‘amizades’. Tornar-se um Sem-Terra é parte integrante das masculinidades que são valorizadas no acampamento. É no MST, em seus processos de formação política, que o sentimento de pertencimento a uma coletividade se forma e se fundamenta na existência cotidiana, conforme argumenta o Entrevistado 15.

Eu estou faz tempo no MST. Formação política já tive bastante ali, viu? O MST, pra nós aqui, é como se fosse uma mãe, né? Vive na gente. Você é bem diferente do que você vê lá fora, que nem quando você tá fora. A gente vê que tem que fazer alguma coisa para ter justiça. Só quem tá aqui dentro vê essa importância (Entrevistado 15, 62 anos, em 30/06/2023).

Fazer parte do movimento é aderir aos seus princípios coletivos, que extrapolam uma vivência isolada. O MST se torna um movimento forte na medida em que permeia as práticas cotidianas. A reunião de pessoas num acampamento faz com que os contatos sejam constantes e também que as conquistas sejam vistas como coletivas. Segundo o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024, p. 18), o MST

elencar três importantes objetivos, que norteiam o cotidiano das ações de seus membros:

Lutar pela Terra, ou seja, para que as famílias organizadas no Movimento conquistem terra suficiente para sobreviverem do seu próprio trabalho com dignidade; Lutar pela Reforma Agrária, o que significa a reestruturação da propriedade e do uso da terra, e pela transformação da sociedade.

Comprometer-se com a realização dos objetivos do MST é um elemento de valorização das masculinidades sem-terra. Depois dos episódios de ocupação e conquista da terra, é preciso organização para obter a infraestrutura para a manutenção da terra e a produção de alimentos. É preciso conquistar água tratada, luz, escola, atendimento à saúde, sementes, transporte para a produção. A luta não é apenas pela terra, mas está na prática diária do acampamento, na qual se faz um homem Sem-Terra. Por meio da solidariedade, se fazem amizades, cuja manutenção está ligada à lealdade aos princípios do MST nas ações cotidianas e à disciplina que o movimento estabelece. É a atuação do MST incutida em cada membro que possibilita a criação de uma identidade, em meio às diferenças internas, como pode ser visto no depoimento que exemplifica essa tendência:

A gente acaba se unindo, porque tá aqui na mesma luta. No MST tem de tudo. Aqui tem de tudo, gente diferente, mas acaba se unindo na peleia. Tem evangélico, tem cristão, tem católico. Então, a gente tem que ir se abrindo para tudo isso. O povo convivia todo mundo ali. Tipo, cada um com seu respeito, mas não teve tanta diferença assim pra luta. O medo une a gente. A gente andava com ele do lado, né? Porque, logo quando a gente veio, então a gente não sabia se ia ter um despejo, não sabia se a polícia entrava, não sabia. Então essa preocupação conviveu esse tempo aqui, direto. De noite, ali, você escutava qualquer avião por cima, alguma coisa, então já tava: é uma desapropriação, né? A polícia. Então o medo é coisa constante na vida aqui. Isso todo mundo tem e se une. Todo mundo dormindo de butina, porque cê não sabe o que que espera de noite (Entrevistado 11, 55 anos, em 17/05/2022).

Salvaguardar as vidas dos acampados do MST é uma ação coletiva que se dá no processo constante de formação identitária do movimento. É na ação educativa, por meio dos processos de formação política, que também se forma uma identificação coletiva, que se constroem as utopias, capazes de fazer as ocupações e de levar as pessoas a colocarem sua vida em risco. Isso parece construir um sentido de existência e impulsiona cotidianamente para a ação política.

Fazer parte do MST é rememorado como uma conquista heroica; atribui-se uma dimensão de importância para a luta. Ser componente do processo de

transformação social gestada no MST, mas executada pelos homens do acampamento, possibilita um olhar que traz o sentimento de orgulho de fazer parte de dinâmicas que são mais amplas do que as emergências do cotidiano do acampamento. O trecho do relato do Entrevistado 15 ilustra essa perspectiva:

O MST deu vida para Quedas. O movimento quando chegou aqui em Quedas, através dos acampado, dos assentado, foi para libertar Quedas da Araupel. Hoje eles conseguiram libertar Quedas do Iguaçu da antiga Giacomet Marodin, hoje Araupel, né? O movimento organizado colocou respeito. A Araupel teve que respeitar. Eram muita gente, e aí tem muita união, são unidos, né? Morre um, morre outro, mas tem o outro que vai e enfrentá e enfrentá a barra pesada. Mas vencemos. Tiramos Quedas da Araupel. E também tudo cresceu, o comércio cresceu. É outra cidade (Entrevistado 25, 24 anos, em 16/07/2023).

Logicamente, cada acampamento é singular, mas o MST aglutina grande parte das formas de pensar e agir nos acampamentos, e para isso é preciso que o cotidiano seja permeado pela lógica do movimento. Depois da conquista da terra, da ocupação, é preciso organizar a luta para a manutenção da terra e para a produção. É na luta por conquista de infraestrutura que também se observa o desenvolvimento da consciência política e social dos acampados e a construção cotidiana de suas masculinidades. A fase de acampamento, que precede a divisão da terra em lotes, facilita a organização do suprimento da infraestrutura, realizada, segundo depoimento do Entrevistado 8, por homens:

Nós estamos aqui numa situação complicada. Nós não estamos assentado. No acampamento, as pessoas se organizam, ficam mais aglomerado, tudo próximo; a vida é coletiva e a organização fica mais fácil. Então, as resoluções dos problemas se dá no coletivo. Tem problema de água? Tem um grupo, uns cabra, que cuida disso dentro do acampamento. Tem problema na energia elétrica? Tem os cara que formam um grupo que cuida, que é chamado, o departamento, ele é o setor de infraestrutura, que cuida de toda infraestrutura. Construção de salas de aula, construções coletivas de barracões, enfim, a eletricidade, a água, toda essa parte de infraestrutura, esse setor de infraestrutura cuida na época de acampamento (Entrevistado 8, 32 anos, em 01/05/2022).

A luta conjunta por infraestrutura alimenta a identidade dos sem-terra, já que compartilhar as histórias da luta e a necessidade de solidariedade entre si para manutenção das famílias cria um sentido de unidade. A estrutura organizativa do MST facilita o desenvolvimento das “amizades” entre as famílias, que necessitam se unir para conquistar as demandas do acampamento. A fase de acampamento implica maior autonomia por parte das famílias para resolver os problemas, e as assembleias

possibilitam a percepção do problema como parte de uma estrutura que devem lutar para transformar. Os entrevistados 17 e 4 concedem depoimentos característicos desse processo de abandono, mas também de ação para resolver os problemas de forma conjunta e organizada:

Aqui é nós por nós mesmo. Isso também é uma forma de violência da sociedade, né? Não temos acesso à água tratada, não temos acesso à energia elétrica e nem à tecnologia por parte do poder público. Como que a gente resolve isso? É nós por conta própria. Pra você ter uma ideia, os professores se organizam mensalmente, do seu salário repassa um valor pra pagar a mensalidade da internet com a empresa particular, privada. E inclusive que não é de boa qualidade. No caso, a escola, por parte das crianças também, é então a gente. E a moradia é outra forma de violência. A gente vai nas casas dos alunos visitar, é carreiro pra chegar até na casa, não é nem estrada, né? É, a moradia é muito precária, porque não tem investimento do governo (Entrevistado 17, 78 anos, em 04/07/2023).

O povo já estava resolvendo, o nosso povo, sem-terra, já estava resolvendo. Que era um poste que tinha quebrado. Eles vieram ali, desligaram. O povo, quando consertou lá o poste, eles mesmos, os acampados, vieram ali e ligaram, porque eles têm os equipamentos. O povo se precaveu, se organizou. Eles puxaram a rede alta. Tem umas cinco ou seis redes altas, aí, que as 570 famílias têm acesso à energia elétrica. Compraram os transformadores, eles mesmo. A gente se vira (Entrevistado 4, 36 anos, em 20/04/2022).

A sociabilidade entre as famílias se mantém no processo de conquista de infraestrutura e seus benefícios. Normalmente, isso é lembrado por personagens de liderança, que são, em geral, homens. O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024, p. 22) alega que o MST evita e “combate o centralismo e o personalismo”. Entretanto, as lideranças são conhecidas de longa data no acampamento e acabam se tornando pessoas de referência:

No acampamento, quando a gente tava tudo junto — porque agora cada um fica mais no seu lote, né, depois, por conta que nós fizemo a divisão, foi por conta —, ali, no conjunto as coisas pareciam que tinha mais união, assim. Hoje, como deu uma distanciada, deu uma acalmada, mas ainda existe umas pessoas que lideram aqui. O [nome masculino ocultado] é o cara que sempre tá na frente, tá decidindo, sempre nas batalhas. Tão sempre passando pra gente bastante informações boa, aí, que a gente tem bastante comunicação com eles, né? O outro é o [nome masculino ocultado], né, mais conhecido como [nome masculino ocultado]. Ele é um cara que sempre tá na disputa, aí, é uma pessoa que a gente convive bem nessas partes; compra as briga de verdade (Entrevistado 18, 44 anos, em 05/07/2023).

Os conflitos internos em torno de disputas por liderança foram identificados nos depoimentos dos entrevistados, o que cumula o cotidiano dos acampados de rivalidades e o torna bastante competitivo. Outro elemento identificado sobre as

lideranças foi a hierarquia entre homens e mulheres. O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024, p. 27) afirma:

Inicialmente, os homens ocupavam a maior parte das instâncias de coordenação. Presentes na luta do MST desde o início, a organização das mulheres no MST cresceu de diversas formas, mas principalmente no Coletivo de Mulheres. Elas organizaram acampamentos de formação política, ações diretas contra transnacionais, espaços de estudo sobre as relações de gênero e o capitalismo etc. Este protagonismo ampliou o princípio de participação quando, no final dos anos 1990, o Movimento estabeleceu que toda função de direção e representação deveria ser obrigatoriamente ocupada por um homem e uma mulher.

Entretanto, na vida cotidiana do acampamento, os homens são reconhecidos como lideranças. As mulheres e suas atuações são narradas com menor autonomia de pensamento e aparecem como sendo cooptadas pelas lideranças masculinas. O depoimento do Entrevistado 8 evidencia a tendência encontrada:

Aqui, na verdade, no começo, cara, quando entrou a primeira direção, um ano eu acho que eles estavam levando bem. Tava, tipo, todo mundo se ajudando; homem e mulher, todo mundo ali se ajudando. Chegava aqui uma, duas, três vezes por semana os cara e tinha reunião. Chamava tantos, falavam, tudo organizadinho. Depois disso aí, acho que começou a crescer a cabeça. Começou, tipo, a um líder, ele pensava só nele, puxava o que ele podia pra ele. Outro líder pensava só nele. Toda a turma aqui que era da liderança, eles tinham, como é que eu posso dizer, as benfeitorias deles. Eles tinham algum lucro também na direção. E aí começou a acontecer o que começou, um líder queimar o outro. Começa um queimando pra cá, outro queimando pra lá. Depois, eu, pra mim, eu não cheguei a ficar muito tempo aí dentro, mas, pra mim, depois do segundo ano, já virou quase um jogo de política aqui dentro. Cara, daqui teve duas mulheres bem importantes na direção. Uma delas, acho que até teve um mandado de prisão. Tipo assim, que se apresentava aí dentro, falava na vez de chegar e falar. Elas vinham aqui e davam o recado que alguém mandava elas dá nas reunião, né? Ela era o porta-voz de recado. Mas, tipo, alguma mulher que chegava e puxava a frente e falava nosso movimento é tal, tal, tal, eu não vi (Entrevistado 8, 32 anos, em 01/05/2022).

As lideranças também auxiliam na manutenção da disciplina e da lealdade do grupo à prática dos valores preconizados no MST. A disciplina implica a aceitação das decisões coletivas e respeitar as linhas políticas decididas pelo movimento. O Entrevistado 10 argumenta:

A gente, quando entra aqui [referindo-se ao MST], tem que seguir as regras, as disciplinas. O que eles tem [referindo-se aos objetivos do MST] para cumprir, a gente tem que cumprir. As coordenação tudo vai dizendo certinho. A gente tem que se unir e fazer. Sempre tem os que sai fora. Tem, claro. Mas os que fica aqui tem essa consciência, vamo dizer assim, que tem um movimento por trás, que não é fazer o que quer, que a causa é maior, que a gente luta para uma coisa bem mais grande que a gente pensa aqui no dia da gente de trabalho (Entrevistado 10, 47 anos, em 09/05/2022).

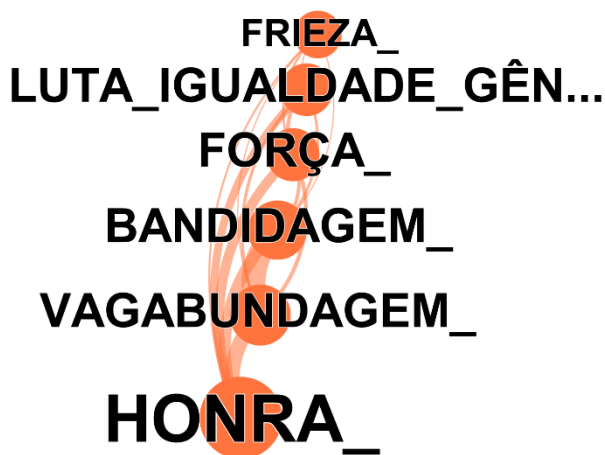
Os conflitos internos, notadamente quando envolvem agressões físicas, são alvo de punição. Os princípios devem ser mantidos com práticas além da retórica, para servirem de exemplo de comportamentos que são aceitos ou não nos acampamentos. Sobre esse aspecto, o Entrevistado 25 faz o seguinte relato:

É, aqui acontece, né, assim, de briga. Não era tanto assim, que brigasse aqui dentro, porque, quando tem isso e tem violência, assim, é tirado pra fora. Não era permitido ficar. Então, tipo, acontecia uma coisa ou outra, discussão, uma ou outra discussão, mas não era permitido nada de violência aqui dentro. Tem regras dentro do MST, mas pra fora é diferente: a gente é alvo de violência (Entrevistado 25, 24 anos, em 16/07/2023).

As formas organizativas do MST fazem parte das ações cotidianas desempenhadas pelas famílias do acampamento Dom Tomás Balduino. Isso, de alguma maneira, produz unidade ao movimento numa extensão mais ampliada, mas também impregna as formas de ser das pessoas, constituindo as identidades dos ocupantes do acampamento. As masculinidades produzidas no acampamento em função dos processos de identificação de constituir-se um Sem-Terra estão em permanente movimento, tanto pelas ações praticadas quanto pelos princípios e valores que fazem parte do MST, construídos em outras escalas, nacional e internacional.

4.5 A HONRA E A VERGONHA NO UNIVERSO MASCULINO DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO

Figura 50 – Categorias discursivas: comunidade 4 — entrevistas no acampamento Dom Tomás Balduino, 2022 e 2023



A comunidade discursiva 4 está composta pelas categorias 'honra', 'vagabundagem', 'bandidagem', 'força', 'luta pela igualdade de gênero', 'frieza'. Rohden (2006) explica que a honra é um princípio que se refere ao comportamento humano, diretamente ligado à sociedade. Não se trata de um atributo de ordem individual ou privada, mas dependente dos valores que são vistos como socialmente virtuosos. A honra é construída pela sociabilidade. Sua construção é culturalmente compartilhada no tempo e no espaço, daí seu caráter público, conforme Sousa (2010).

Nesse sentido, os sistemas de regras de conduta ou os regulamentos sociais determinam aquilo que é honra e seu contrário, a vergonha. Entretanto, os regulamentos não são fixos ou estáveis: dependem do tempo e do espaço. No caso das masculinidades (Butler, 2003) performadas no acampamento, a honra tem relação com os princípios do MST que fundamentam a identidade Sem-Terra, mas também com como a sociedade valora tal movimento. Connel e Messerschmidt (2013) lembram haver um processo constante de transformação das masculinidades que se deve considerar, não apenas a relação com as mulheres e seus agenciamentos. Estão em jogo, ainda, os elementos que envolvem a espacialidade e as relações com outras facetas identitárias. No caso desta pesquisa, isso inclui o ser Sem-Terra e a escala de vivências das pessoas no acampamento Dom Tomás Balduino.

As masculinidades hegemônicas, entendidas como normativas, necessitam ser compreendidas a partir do movimento das negociações, em permanente transformação (Connell; Messerschmidt, 2013). No presente caso, o que se entende como uma masculinidade honrada no MST é: ter força de trabalho, ter força para aguentar as adversidades, como a violência, a morte e as intempéries da natureza.

As pessoas entrevistadas desenvolvem uma narrativa em que, quando se referem aos aspectos negativos de como a sociedade brasileira valora o MST, recorrem sempre ao contraponto do povo que trabalha, que luta, que é merecedor de respeito, porque estão recuperando as terras griladas. Os ocupantes do Dom Tomás Balduino se consideram alvos de violência injustamente sofrida. A narrativa do grupo apresenta a resistência aos atributos negativos que parte da sociedade brasileira, notadamente a mídia que defende o agronegócio, tem imposto sobre o MST.

O trabalho e o sofrimento são os atributos de positividade que se contrapõem ao negativo, como pode ser visto na fala do Entrevistado 22:

A gente sempre ouve aí fora: “um bando de vagabundo”, “bando de desocupado”, “de bandido”. Mas, na verdade, num tem quem esteja na ocupação que não seja gente do trabalho, da labuta sempre. O nosso dia a dia é tudo muito sofrido, muito corrido. Às vezes, você chega em algum lugar que não tem água, não tem luz, né? As mãezinha com criança pequena. O nosso dia a dia, assim, é um conflito constante, é luta, né? Tanto conflito com os pessoal das terra, como com a sociedade em si. Que a gente sofre muito preconceito, né? (Entrevistado 22, 52 anos, em 14/07/2023).

Entretanto, o convívio da sociedade brasileira com as práticas do MST também se transformam com o contato permanente. Os entrevistados percebem que a convivência provoca um movimento de arrefecimento das barreiras impostas inicialmente para afastar o MST, como relata o Entrevistado 16:

A gente é visto, assim, como baderneiros. Você ia na cidade — nossa! —, tinha comércio que fechava as portas. Fechava as portas, não atendia nem pra dar uma água. Se fosse pedir uma água, eles não te davam. Fechavam as portas completamente. Ali teve vários comércios, ali, que a gente se reunia na praça ou em algum outro lugar, eles fechavam as portas e não atendiam, deixavam fechada pro povo. Aí, depois foi indo, foi indo. Passado tempo, ali, eles abriam as portas, sabiam que a gente não ia lá pra destruir; a gente ia e gastavam, né? Porque o povo, era pra comprar água, era café, era um pão. O povo que ia já com os troquinhos lá comprava, compra deles, fazia compras lá no mercado, trazia junto. Então, eles foram vendo que a gente era um povo trabalhador (Entrevistado 16, 37 anos, em 01/07/2023).

Da mesma forma, é possível verificar no discurso feminino o orgulho como contraponto construído por meio das formações políticas do MST. As pessoas constroem o sentido de dignidade conhecendo a história e os elementos constituintes de sua exclusão. A Entrevistada 14 relata sua percepção da importância do MST para a sociedade brasileira:

A gente sabe que a gente é visto mal. O pessoal não entende o nosso dia a dia. Ninguém se encoraja a vim ver o dia a dia de uma mulher que tá no movimento sem terra, né? E, na verdade, assim, isso é um orgulho. Se não é o pequeno levar o alimento pra mesa do brasileiro, o grande não leva. O grande não leva, né? Então, assim, eu vejo: temos alegria? Temos. Como hoje, um frio desse, a gente podia tá em casa, né? Tamo aqui esperando pra fazer um encontro de mulheres, trocar experiência, fazer formação, né? Então, é muito fácil apontar o dedo pra pessoa e julgar, mas é difícil se colocar no lugar dela (Entrevistada 14, 34 anos, em 28/06/2023).

A ‘força’ e a ‘coragem’ são outras categorias discursivas atreladas à honra masculina. Elas remetem à memória da conquista da terra, da resistência aos atos de violência e morte e também aos desafios impostos pela natureza, à solidariedade e aos laços de interdependência criados entre as pessoas para perseverarem em locais inóspitos:

Então, é uma coisa, assim, que você tem que ser, como que eu posso dizer, assim, tem que ser corajoso. Tem que ter coragem o cabra. Porque cê tem que querer mesmo, porque é uma coisa, assim, que você tanto pode ir pra ficar, como pode ser despejado, como pode ser morto, né? E, assim, é uma coisa, como que eu posso dizer, um enfrentamento, né? Que a gente vai, é chuva, frio, fome. De noite tem aquela preocupação da violência, né? Então, é uma coisa sofrida, mas é uma coisa, assim, que você vê que vai valer a pena. Você luta, mas depois vem a vitória, né? (Entrevistado 13, 33 anos, em 25/06/2023).

Tem que ser bravo, porque a coisa é fogo. Tem que ter coragem de querer fazer. Aqui no acampamento, era tudo mato. Tinha que ir abrindo e fazer barraco. Tinha que virar o bicho. Não tinha ninguém por nós. Sem assistência nenhuma. Não tinha. Tudo os braços do povo mesmo. Se reunia ali e tocava tudo. Era por aí o negócio. Mas não era muito fácil, não (Entrevistado 16, 37 anos, em 01/07/2023).

As masculinidades estão em permanente transformação e são relacionais. O fato de o MST realizar cursos de formação tem impactado na forma como os homens e mulheres pensam as questões de desigualdade de gênero. Entretanto, as práticas no acampamento ainda precisam evoluir muito para que a área tenha maior justiça nesse aspecto, como pode ser visto no depoimento da Entrevistada 6:

Dentro da família do MST, estamos lutando. Na família, é o respeito, é a não violência. Não podemos aceitar isso dentro do movimento. Mas, enfim, o que eu tenho que falar do MST, como mulher e como mãe, que a gente tem direito de dar o nosso grito. Mas ainda tem muita coisa que não deixa a gente ter a liberdade. Mas o MST, como a nossa cláusula de LGBT, de negros, de gay, tudo, eu tenho reconhecimento enorme que eu aprendi, que a gente pode e a gente pode lutar. Então, isso é muito lindo pra mim (Entrevistada 6, 44 anos, em 23/04/2022).

Mesmo ainda incipiente, o tema da igualdade de gênero já está sendo narrado como algo positivo. Esse é um passo importante para a transformação das práticas das masculinidades locais. A narrativa do Entrevistado 8 ilustra a tendência do discurso do grupo de pessoas entrevistadas:

No MST, aqui, aqui, como nós, desde o começo, foi debatido gênero, foi colocado bastante essa questão de gêneros, né? Esse negócio aí, já tivemos formação. Homem, mulher, homossexual, gay, essas coisas. Então, aqui dentro do movimento a gente tem que respeitar isso daí. Aqui dentro, vamos se dizer, foi bem, a trajetória nossa aqui, foi bem maleável, sossegada. Mas às vezes não é assim. Tipo, não tinha essa de ficar criticando: “ah, lá, a mulher gosta de mulher, o homem gosta de homem”. O preconceito foi bem baixa, tá? Vamos dizer assim, acontecia, tinha. Tem, todo lugar tem. Só que aqui foi debatido bastante, foi bastante estudado dentro dos grupos. A gente fazia reunião, a gente conversava, então o povo começou a abrir mais a cabeça. Como que não era uma coisa do outro mundo que acontecia ali, mesmo (Entrevistado 8, 32 anos, em 01/05/2022).

Os princípios do MST e os processos formativos têm sido fundamentais na conformação das masculinidades do acampamento, produzindo confrontos, contestações e transformações que incorporam valores de escalas mais amplas e se mesclam com o cotidiano.

Neste capítulo, evidenciamos os processos de criação e de transformação de múltiplas masculinidades no acampamento Dom Tomás Balduino. As masculinidades conformam e produzem o espaço geográfico, não apenas porque homens e mulheres vivenciam o acampamento de forma distinta, mas porque os elementos constitutivos das masculinidades produzem também transformações materiais no espaço. A 'violência', o 'trabalho', o 'MST' e a 'honra' aparecem como categorias marcantes que encabeçam as comunidades discursivas. Elas não estão isoladas: se conectam com a importância de criar a família, em que, na idealidade, cada membro tem suas funções, tanto na conformação do acampamento como na estruturação do MST. As masculinidades performáticas estão em constante movimento e foi possível verificar transformações nos discursos masculinos sobre a igualdade de gênero e o respeito às diferentes sexualidades, frutos das formações políticas do MST, que está conectado com escalas mais amplas.

O estudo das masculinidades vivenciadas no acampamento Dom Tomás Balduino extraiu elementos concretos para a compreensão da ação violenta envolvida nas disputas de terra, contendo aspectos culturais e emocionais que também movem esse fenômeno, para além da lógica do capital. Portanto, o acampamento também foi pensado em sua conformação por dinâmicas relacionais, deixando perceber um cotidiano aberto às inúmeras possibilidades de transformação, porque não isolado. O lugar do acampamento Dom Tomás Balduino, interpretado pelas masculinidades plurais, permite pensar como o espaço geográfico é resultado de trajetórias vividas cotidianamente, construídas em múltiplas escalas e que se abrem constantemente para transformações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese investigou como o conflito pela terra entre a madeireira Araupel e o MST se constitui pelo exercício de distintas masculinidades. Analisamos os elementos componentes do conflito agrário na estrutura fundiária paranaense, em que demonstramos como a ação do Estado é um importante fator desse processo. Mais especificamente, evidenciamos as distintas masculinidades reiteradas no cotidiano do acampamento Dom Tomás Balduino durante seu processo histórico de ocupação, resistência e constituição. Por meio do conceito de gênero performático de Butler (2003), abordamos a realidade vivenciada pelos homens e como suas performances são importantes formadores do espaço geográfico agrário.

O espaço geográfico analisado nesta tese se sustenta, num primeiro momento, na ideia de formação socioespacial, para apresentar a sucessão de tempos históricos na formação atual do espaço do acampamento Dom Tomás Balduino. Posteriormente, com o apoio de Massey (2008), evidenciamos que o cotidiano do acampamento se faz do encontro de trajetórias de agentes: da Araupel, do Estado em suas diferentes escalas e também das masculinidades dos trabalhadores sem-terra ali performadas.

Evidenciamos, com esta tese, que os conflitos de terras no estado do Paraná o constituem social, econômica e espacialmente. Desconstruímos, assim, a ideia de progresso harmonioso tradicionalmente narrada pelos agentes hegemônicos, que recorrem às histórias dos imigrantes virtuosos, da industrialização e da ação do Estado na expansão da infraestrutura. Com isso, comprovamos que os conflitos agrários não são fenômenos marginais às relações de poder entre capitalistas e trabalhadores, sendo determinantes para a formação socioespacial paranaense. Da mesma forma, pudemos afirmar que a violência é decorrente também das ações do próprio Estado como agente público. As disputas, portanto, não são casos isolados, mas constitutivas da concentração fundiária e dos mecanismos de exclusão territorial que atuam como instrumentos de poder, configurando uma estrutura social profundamente desigual que se materializa no espaço geográfico.

Ademais, demonstramos que a atuação do Ministério Público Federal e do MST reconfiguraram as relações de força entre capital e trabalho, bem como adicionaram complexidade às disputas de terras. Houve significativo aumento da capacidade de organização e de pressão da sociedade civil devido à criação e à

expansão do MST, assim como de vários outros setores progressistas da sociedade brasileira.

Com base na análise dos processos, pudemos acompanhar as dinâmicas do Estado e evidenciar fraturas internas e diferentes posicionamentos, conforme a disposição de diversos governos; corroboramos que o Estado não é monolítico, mas eivado de contradições. Os confrontos judiciais da Araupel e do MST são um caso específico que pode ser generalizado para estruturas mais amplas de transformação das forças entre o capital, o Estado e a sociedade civil organizada. Comprovamos, com nossas análises, que a concentração fundiária, os processos de grilagem, a atuação das elites agrárias e as formas de resistência conferem complexidade aos fenômenos e promovem desfechos nem sempre esperados pelos mais poderosos. No caso da disputa da área da Araupel, foi possível comprovar que se tratava de terra pública, justamente pela postura do MP e de determinadas instâncias do Estado, como o Incra.

Por meio da análise da dinâmica temporal e espacial da ação do Estado na escala do Paraná, expusemos as influências na distribuição de terras paranaenses. Atestamos a dinâmica de concessões fraudulentas perpetradas por grupos empresariais e políticos ao longo da história do Paraná e os conflitos desencadeados pela exclusão de populações inteiras residentes nas áreas griladas. A ocupação da área da Araupel e como ela foi sendo paulatinamente transformada em terra de produção de alimentos, que viabiliza a vida de mais de 500 famílias, comprova que a resistência e a produção da vida na luta pela terra são possíveis de atingir, mesmo numa sociedade profundamente desigual como a brasileira.

Afirmamos nesta tese que as lutas pela terra não se dão apenas nas grandes escalas dos confrontos jurídicos de agentes importantes, mas também no cotidiano, no viver a partir de corpos específicos, os corpos classificados como de homens. Ser homem não é um dado natural, mas se faz no exercício das masculinidades, que jamais são iguais umas às outras. Nos conflitos entre a Araupel e o MST, se erguem masculinidades específicas, que pudemos analisar em detalhes que vão além da conquista, mas constituem também a manutenção da terra ocupada.

Evidenciamos que o acampamento Dom Tomás Balduino se configura pela reiteração cotidiana das ações das pessoas em uma estrutura hegemônica, que concebe determinada forma de ser homem. Esta não é estática, também se transforma o tempo todo, é dependente das ações desenvolvidas na vida cotidiana

pelos acampados. O exercício das masculinidades do acampamento é uma estrutura aberta que recebe elementos de outras escalas; e é nesse processo que as masculinidades configuram sua singularidade, corroborando Massey (2008) e Silva, Ornat e Chimin Junior (2011).

Atestamos haver processos de criação e transformação de múltiplas masculinidades constituintes do acampamento Dom Tomás Balduino. Os elementos formadores das masculinidades produzem também transformações materiais no espaço. Os elementos 'violência', 'trabalho', 'MST' e 'honra' aparecem como fundamentais para a promoção da ocupação, mas também da resistência nas terras do acampamento.

A tríade 'trabalho, família e terra' é formadora das práticas cotidianas do campo, fortemente influenciadas pela cultura do MST. As famílias que fazem do acampamento simultaneamente a moradia e a produção evidenciaram manter uma pouco flexível divisão sexual do trabalho para que o processo de reprodução social e econômica se mantenha. Entretanto, há transformações, pois as masculinidades performáticas estão em constante movimento. Verificamos mudanças nos discursos masculinos sobre a igualdade de gênero e o respeito às diferentes sexualidades, ambos frutos das formações políticas do MST.

A identidade de Sem-Terra é componente de uma masculinidade específica, conectada aos princípios do MST. Dessa forma, a disciplina, a lealdade aos princípios de luta pela reforma agrária e a transformação social constituem as masculinidades vivenciadas no acampamento Dom Tomás Balduino. Com isso pudemos constatar que os elementos das masculinidades são reiterados cotidianamente de forma relacional, jamais isolada.

Examinar os elementos concretos para a compreensão da ação violenta envolvida nas disputas de terra como componente das masculinidades proporcionou uma perspectiva inovadora para a Geografia brasileira, já que as análises de gênero nas áreas rurais têm focado o trabalho feminino. Além disso, esta tese contribuiu para os estudos das masculinidades, pois as vivências urbanas são privilegiadas nas investigações geográficas sobre o tema.

A análise das masculinidades empreendida nesta tese contribui para as políticas educacionais de formação desenvolvidas pelo MST a fim de viabilizar as transformações das masculinidades dos sem-terra em maior potência, para o avanço dos princípios da luta pela terra. Também para que as famílias organizadas no

movimento possam sobreviver do seu próprio trabalho com dignidade e lutar pela reforma agrária e pela transformação da sociedade, para a promoção de mais vidas e menos mortes.

REFERÊNCIAS

8M: Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra mobilizou 20 mil pessoas em todas as regiões do Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 9 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/09/8m-jornada-nacional-das-mulheres-sem-terra-mobilizou-20-mil-pessoas-em-todas-as-regioes-do-brasil>. Acesso em: 10 out. 2024.

ABRAMOVAY, R. As particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico. *In*: ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 209-247.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. *In*: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-39.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ADLER, L. A quem interessa a criminalização do MST? **Página do MST**, [S. l.], 22 ago. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/08/22/a-quem-interessa-a-criminalizacao-do-mst/>. Acesso em: 8 set. 2024.

ALMEIDA, D. Juventude acampada debate luta pela terra e participação no poder. **Agência Brasil**, Brasília, 17 out. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/juventude-acampada-debate-luta-pela-terra-e-participacao-no-poder>. Acesso em: 11 out. 2024.

ARAUJO, D. M. de O. Mulheres Sem Terra rompendo cercas fazendo história: 40 anos de MST. **Página do MST**, [S. l.], 8 jan. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/01/08/mulheres-sem-terra-rompendo-cercas-fazendo-historia-40-anos-de-mst/>. Acesso em: 12 out. 2024.

ARAUPEL explora irregularmente área da União no Paraná, diz Incra. **Página do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba**, Curitiba, 25 abr. 2016. Disponível em: <https://sismmac.org.br/araupel-explora-irregularmente-area-da-uniao-no-parana-diz-incra/>. Acesso em: 20 set. 2024.

ARENDT, H. (1970). **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

ARRETCHE, M. Trinta anos da Constituição de 1988: razões para comemorar? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 395-414, set./dez. 2018.

ARRUDA, L.; KERBAUY, M. T. M. Estudos sobre elites políticas e poder local. **Revista Política Hoje**, [Recife], v. 25, n. 1, p.13-45, 2016.

AZAR, Z. S. O MST e a luta pela terra: uma luta para além das reformas. **Revista de Políticas Públicas**, [São Luís], v. 22, p. 1195-1212, 2018.

BADINTER, E. **XY sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBOSA, J. Em 2023, soltura com helicóptero da PRF foi em Quedas do Iguaçu, 2023. 1 fotografia, color. *In*: MST vai soltar 1 tonelada sementes de palmeira juçara no Litoral [sic]. **Correio do Litoral**, [S. l.], 3 jun. 2024. Disponível em <https://www.correiodolitoral.com/mst-vai-soltar-1-tonelada-sementes-de-palmeira-jucara-no-litoral/78367>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BARBOSA, J. Helicóptero da PRF sendo carregado com as sementes de palmeira juçara [...], 2023. 1 fotografia, color. *In*: STROPASOLAS, P. MST promove “chuva” de sementes da palmeira juçara na Mata Atlântica. **Brasil de Fato**, [S. l.], 6 jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/06/mst-promove-chuva-de-sementes-da-palmeira-jucara-na-mata-atlantica>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BARBOSA, M. L.; LERRER, D. F. O gênero da posse da terra: um estudo sobre o poder de negociação de mulheres titulares de lotes via reforma agrária. **Revista Brasileira de Sociologia**, [Porto Alegre], v. 4, n. 8, p. 243-274, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, C. Crime ou conflito? **Pública**, [S. l.], 8 jun. 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/06/crime-ou-conflito>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BATTISTI, E. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BAUBÉROT, A. Não se nasce viril, torna-se viril. *In*: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. **A história da virilidade**. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 3. p. 189-238.

BEAUVOIR, S. de. (1967). **O segundo sexo II: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.

BETIM, F. As várias faces do MST, o movimento que Bolsonaro quer criminalizar. **El País Brasil**, Laranjeiras do Sul, 31 dez. 2018. Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/13/politica/1544736443_496134.html. Acesso em: 9 out. 2024.

BIANCHINI, L. 40 anos do MST: como foi o nascimento do movimento de camponeses em Cascavel (PR). **Brasil de Fato**, Curitiba, 28 jan. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/28/40-anos-do-mst-como-foi-o-nascimento-do-movimento-de-camponeses-em-cascavel-pr>. Acesso em: 15 out. 2024.

BILHALVA, L.; RODRIGUES, M. B. Artefatos como suportes da memória na construção da masculinidade no pampa sul-rio-grandense. **Tessituras**, [Pelotas], v. 5, n. 2, p. 113-141, 2017.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **RESR: Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, p. 645-660, 2013.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANNSTROM, C. Feeding the world: Brazil's transformation into a modern agricultural economy; agribusiness and the neoliberal food system in Brazil: frontiers and fissures of agro-neoliberalism. **The AAG Review of Books**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 76-80, 2020.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de março de 1939**. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6383.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981.** Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, Altera a Redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6969.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.** Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8935.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRENNEISEN, E. The landless rural movement and the settlements in the West of Paraná: agreements and disagreements over the struggle for land. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, Selected Edition, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1996.

BRIGHENTI, C. A.; OLIVEIRA, O. de. Conflitos territoriais como espaço de disputas entre memória e história: análise de processos judiciais da Itaipu Binacional contra os Guarani no Oeste do Paraná. **Revista Maracanan**, [Rio de Janeiro], n. 26, p. 61-83, 2021.

BRUNO, R. Â. L. **O ovo da serpente:** monopólio da terra e violência na Nova República. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BÜHLER, È. A.; ZUCHERATO, B.; IZECKSOHN, J. As novas faces da grilagem no Brasil. **Ciência Hoje**, [Rio de Janeiro], n. 395, jan./fev. 2023. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/as-novas-faces-da-grilagem-no-brasil/>. Acesso em: 10 out. 2024.

BURILLE, A. **Quando a masculinidade encontra o envelhecimento:** experienci(a)ções de reconhecimento e de cuidado no cotidiano de idosos rurais.

2017. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BURILLE, A.; GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. M.; DANTAS, G. C. Subjetividades de homens rurais com problemas cardiovasculares: cuidado, ameaças e afirmações da masculinidade. **Saúde e Sociedade**, [São Paulo], v. 27, n. 2, p. 435-447, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDAR, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CAMARGO, N. F. **Redes de financiamento eleitoral em 2014 e 2018**: efeitos da proibição de doações empresariais. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

CAMARGO, S. [... trabalhadores ocupam área grilada pela Araupel na década de 90], 1996. 1 fotografia, p&b. In: TERRA DE DIREITOS. Massacre de Quedas do Iguaçu. **Terra de Direitos**, [S. l.], 7 abr. 2016. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/casos-emblematicos/massacre-de-quedas-do-iguacu/15787>. Acesso em: 26 jan. 2025.

CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

CAPITANI, R. Escolas Itinerantes completam 10 anos de luta pela educação no Paraná. **Página do MST**, [S. l.], 30 ago. 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/08/30/escolas-itinerantes-completam-10-anos-de-luta-pela-educacao-no-parana/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CESAR, T. R. A. de O. **Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

CEZIMBRA, E. do N.; PASTÓRIO, I. T.; XAVIER, L. P. Jovens, lutas por terra e permanência no campo / Young people, struggle for land and permanency in the countryside. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 27-45, jan. 2019.

CHIMIN JUNIOR, A. B. **O espaço como componente de vulnerabilidade aos atos infracionais desenvolvidos por adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei em Ponta Grossa – Paraná**. 2009. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009.

COMIN, A. A. Elites econômicas e neoliberalismo. **Plural: Revista de Ciências Sociais Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 5-17, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta pela terra**: a comissão pastoral da terra 20 anos depois. Goiânia: CPT; São Paulo: Paulus, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Tabelas com dados ano a ano**. Categoria: Caderno Conflitos. Subcategoria: Assassinatos. Goiânia, 1997-2020. Banco de dados. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/5-assassinatos>. Acesso em: 8 jul. 2022.

COMPARATO, B. K. A ação política do MST. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, p. 105-118, 2001.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. St. Leonards, NSW: Allen & Unwin, 1995a.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, [Porto Alegre], v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995b.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHIMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, [Florianópolis], v. 21, n. 1, p. 241-300, 2013.

CONSTITUIÇÃO de 1988 consolidou direitos dos trabalhadores. **Justiça do Trabalho - Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília. Disponível em: https://tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/constituicao-de-1988-consolidou-direitos-dos-trabalhadores. 15 out. 2024.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988: a Constituição que mudou o Brasil. **Ministério Público do Paraná**, Curitiba, [2018]. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/30anosconstituicao/Pagina/Constituicao-Federal-de-1988-Constituicao-que-mudou-o-Brasil>. Acesso em: 7/ set. 2024.

CORADIN, C.; SCHWENDLER, S. F. Histórias de vida de mulheres Sem Terra: divisão sexual do trabalho na agroecologia. **Revista Estudos Feministas**, [Florianópolis], v. 31, p. e83307, 2023.

CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (org.). **História da virilidade**: a invenção da virilidade, da antiguidade às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 1.

CORREA, L. M. **A atuação do holding Brazil Railway Company no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019.

COSTA, C. da; FROEHLICH, J. M. Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul: uma abordagem a partir das condições regionais. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 27-54, 2014.

COSTA, P. T. M. A construção da masculinidade e a banalidade do mal: outros aspectos do trabalho escravo contemporâneo. **Cadernos Pagu**, [Campinas], n. 31, p. 173-198, 2008.

COSTA NETO, J. A. **Função social da propriedade rural na Constituição de 1988**: uma análise tópica da construção teórica de suas possibilidades significacionais. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18929?locale=pt_BR. Acesso em: 10 out. 2024.

CRESCER o número de mulheres titulares de terra da reforma agrária. **Instituto de Registro Imobiliário do Brasil**, São Paulo, 9 maio 2012. Disponível em: <https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/cresce-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>. Acesso em: 7 jun. 2022.

CRESTANE, L. de A.; SCHALLENBERGER, E. Nas fronteiras do oeste do Paraná: Conflitos Agrários e Mercado de Terras (1843/1960). **Revista Trilhas da História**, [Três Lagoas], v. 2, n. 3, p. 92-114, 2012.

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial**: o caso do Paraná tradicional. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CUNHA, L. A. G. **O crédito rural e a modernização da agricultura paranaense, 1970-1980**. 1986. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1986.

CUNHA, L. A. G. Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 91-114, inverno 1998.

DALLAGNOL, W., Frei. Romarias da Terra: resgate e análise dos 40 anos. **Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo**, Passo Fundo, 23 fev. 2017. Disponível em: <https://cdhpf.org.br/artigos/romarias-da-terra-resgate-e-analise-dos-40-anos/>. Acesso em: 15 out. 2024.

DEAN, W. Latifundia and land policy in nineteenth-century Brazil. **Hispanic American Historical Review**, [Durham, NC], v. 51, n. 4, p. 606-625, 1971.

DEERE, C. D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, [Porto Alegre], n. 10, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200005&lng=pt%0A&nrm=iso. Acesso em: 22 ago. 2022.

DERROSSO, G. S.; ICHIKAWA, E. Y. A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. **Ambiente & Sociedade**, [São Paulo], v. 17, n. 3, p. 97-114, 2014.

DERROSSO, G.; ICHIKAWA, E. Y. O papel da CRABI no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no estado do Paraná. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 133-155, jan./fev. 2013.

DINIZ, E. As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 55-79, 1996.

DORNELAS, S. M. Imigração e colonização: conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX. **Travessia: Revista do Migrante**, [São Paulo], n. 78, p. 147-150, 2016. Resenha.

E3/LAND. Fact sheet: land tenure and women's empowerment. **Land-Links**, [S. /], 1 dez. 2016. Disponível em: <https://www.land-links.org/issue-brief/fact-sheet-land-tenure-womens-empowerment/>. Acesso em: 15 out. 2024.

EFREM FILHO, R. Confrontar o presente: a crise democrática a partir do setor de Direitos Humanos do MST. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 29, n. 65, p. e650401, jan./abr. 2023.

ESTRADA, J. F. D. **Terra Crúa** Curitiba: [s. n.], 1961.

FALCONNET, G.; LEFAUCHEUR, N. **A fabricação dos machos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FARAGO, C. C. A política como negócio de família: arranjos familiares e nepotismo no cenário político do Paraná. **Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. e42108, jan./dez. 2022.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. A territorialização do MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Brasil. **Revista NERA**, [Presidente Prudente], v. 1, n. 1, p. 2-44, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i1.1495>. Acesso em: 7 jun. 2022.

FERNANDES, B. M. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, J. P. (org.); ESTEVAM, D. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 7. p. 173-237.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, A.; SPÓSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, M. Paraná tem o maior número de conflitos por água no Brasil. **Brasil de Fato**, Curitiba, 22 abr. 2024. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/22/parana-tem-o-maior-numero-de-conflitos-por-agua-no-brasil>. Acesso em: 10 out. 2024.

FERNÁNDEZ MILMANDA, B. Brazil: landowners and their multiparty congressional caucus. In: FERNÁNDEZ MILMANDA, B. **Agrarian Elites and Democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2024. p. 108-154. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/agrarian-elites-and-democracy-in-latin-america/brazil/EFD8F8C7FAB14FC9D3067BE3B9DD4D56>. Acesso em: 9 set. 2024.

FERRAZ, A. T. R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 135, p. 346-363, 2019.

FORJAZ, M. C. S. Industrialização, estado e sociedade no Brasil (1930-1945). **RAE: Revista de Administração de Empresas**, [São Paulo], v. 24, p. 35-46, 1984.

FOUCAULT, M. (1973). **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

FREITAS, L. M. de. Mulheres Sem Terra construindo territórios livres: 40 anos de lutas por reforma agrária no Brasil. **Capire**, [S. l.], 28 maio 2024. Disponível em: <https://capiremov.org/experiencias/mulheres-sem-terra-construindo-territorios-livres-40-anos-de-lutas-por-reforma-agraria-no-brasil/>. Acesso em: 10 set. 2024.

FURTADO, L. MST se mobiliza em Jornada da Natureza e da Juventude na semana do meio ambiente. **Página do MST**, [S. l.], 12 jun. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/06/12/mst-se-mobiliza-em-jornada-da-natureza-e-da-juventude-na-semana-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 12/10/2024.

GEARA, L. E. **O investimento eleitoral e as elites político-empresariais nas comissões da câmara dos deputados em 2016**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

GEOLUTAS. Disputas territoriais no Paraná recente: a luta camponesa e indígena no estado em 2014. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, v. 7, n. 82, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52935>. Acesso em: 4 out. 2024.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

GOMES, F. B. **“Cenas Embaçadas”**: a relação entre as espacialidades vivenciadas por jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa,

Paraná. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

GOMES, F. B. **Necropolíticas Espaciais e a instituição de masculinidade de jovens homens envolvidos na violência homicida na cidade de Ponta Grossa, Paraná.** 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

GONÇALVES, C.; FRAGA, N. C.; CAVATORTA, M. G. Massacre dos Kaingang em Pitanga – PR, um conflito atrelado a ideologia do branqueamento e a expansão do capital sobre os territórios indígenas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 81-100, jul./dez. 2015.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. *In*: CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; AFONSO, J. B. G. (coord.). Conflitos no campo – Brasil 2004. Goiânia: CPT Nacional, 2005. p. 142-156.

GONÇALVES, C. W. P. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. *In*: CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; AFONSO, J. B. G. (coord.). Conflitos no campo – Brasil 2003. Goiânia: CPT Nacional, 2004. p. 10-26.

GONTAREK, D. D. **Honra, paixão e sangue:** a constituição relacional do espaço doméstico e masculinidades violentas envolvidas em violência doméstica na cidade de Ponta Grossa, Paraná. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere:** Maquiavel: Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. v. 3.

GUEDES, N. B. **A fiscalização da função social da propriedade rural como instrumento de governança agrária.** 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

HAMMEL, A. C. **Luta camponesa pela terra no latifúndio da Araúpel:** um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas. Curitiba: Editora Appris, 2022.

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C. A. **Análise de redes em Ciências Sociais.** Brasília: Enap, 2018.

HOLSTON, J. The misrule of law: land and usurpation in Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 695-725, out. 1991.

HOPKINS, P. Jovens, masculinidades, religião e raça: novas geografias sociais. *In*: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. **Espaço, gênero & masculinidades plurais.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 193-224.

HOSHINO, C. Conflito agrário cria clima de tensão na região Centro-Sul do Paraná. **Assesoar**, Curitiba, 30 nov. 2015. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://assesoar.org.br/conflito-agrario-cria-clima-de-tensao-na-regiao-centro-sul-do-parana/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (Brasil). **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **O livro branco da grilagem de terras no Brasil**. Brasília: Incra, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **Catálogo do INPE**. Cachoeira Paulista, c2021. Disponível em: <https://www.dgi.inpe.br/catalogo/explore>. Acesso em: 17 dez. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **Catálogo do INPE**. Cachoeira Paulista, c2023. Disponível em: <https://www.dgi.inpe.br/catalogo/explore>. Acesso em: 17 dez. 2023.

INSTITUTO TRICONTINENTAL. MST, 40: o que mudou na luta pela terra. **Outras Palavras**, São Paulo, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/mst-40-o-que-mudou-na-luta-pela-terra/>. Acesso em: 11 out. 2024.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **A organização política do MST**. [S. l.]: The Tricontinental, abr. 2024. Dossiê n. 75. https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2024/04/20240409_D75_Web_PT.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Reforma agrária popular e a luta pela terra no Brasil**. [S. l.]: The Tricontinental, abr. 2020. Dossiê n. 27. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328_Dossier-27_PT_Web.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

JESSOP, B. Teorías recientes sobre el estado capitalista. **Críticas de la economía política**, [S. l.], v. 16, n. 17, p. 15-18, 1980.

LAGO, I. J. do. **História da publicidade imobiliária no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LAND settlement and cooperatives. **Land Reform**. [S. l.]: FAO, n. 3, 2003. Special edition. Disponível em: fao.org/4/y5026e/y5026.htm. Acesso em: 5 out. 2024.

LASTA, E. C. **Gênero, trabalho e envelhecimento no meio rural**. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2022.

LEOPOLDO, T. Processo de seleção e retirada de impurezas [...], 2023. 1 fotografia, color. *In*: MST faz semeadura aérea de palmeira juçara ameaçada de extinção na Mata Atlântica. **Página do MST**, [S. l.], 24 maio 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/24/mst-faz-semeadura-aerea-de-palmeira-jucara-ameacada-de-extincao-na-mata-atlantica/>. Acesso em: 25 maio 2023.

LEVINE, R. M. Elite intervention in urban popular culture in modern Brazil. **Luso-Brazilian Review**, Madison, WI, v. 21, n. 2, p. 9-22, 1984.

LISBOA, A. Brazil: elites behind president's ouster. **Inequality.org**, [s. l.], 2 set. 2016. Labor. Disponível em: <https://inequality.org/article/brazilian-elites-presidential-mpeachment/>. Acesso em: 15 set. 2024.

LONGHURST, R. Geography and gender: masculinities, male identity and men. **Progress in Human Geography**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 439-444, 2000.

LOOP, C.; ESTEVAM, D. "A luta pela terra implica a luta pela cultura": uma conversa com o coletivo de cultura do MST. [Entrevista cedida a] A. Ortega. 17 jul. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/07/17/a-luta-pela-terra-implica-a-luta-pela-cultura-uma-conversa-com-o-coletivo-de-cultura-do-mst/>. Acesso em: 10 out. 2024.

MACHADO, B. P. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná I: formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *In*: SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 2., 1962, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1963. p. 129-155.

MADRUGA, J. Acampamento Herdeiros da Luta, 2014. 1 fotografia, color. *In*: MST divulga nota sobre possibilidade de despejo de acampamento na madeireira Araupel. **Terra de Direitos**, [S. l.], 28 out. 2014. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/mst-divulga-nota-sobre-possibilidade-de-despejo-no-acampamento-na-madeireira-araupel/15939>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MADRUGA, J. [Sem título], 2015. 1 fotografia, color. *In*: SILVA, C. da. Sentença mostra que Judiciário não é feito apenas de Moros e Mendes. **Página do MST**, [S. l.], 28 maio 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/05/28/sentenca-de-juiza-mostra-que-judiciario-nao-e-feito- apenas-de-moros-e-mendes/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, ano 9, edição 72, 15 jun. 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2759:catid=28&option=com_content. Acesso em: 7 set. 2024.

MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [São Paulo], v. 17, p. 151-166, 2003.

MARINHO, N. M. T.; LUCENA, R. de F. Urbanização e repressão ao comportamento negro em Salvador no Século XIX. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 8, n. 17, p. 170-192, 2021.

MARTINS, J. de S. (1978) **O cativo da terra**. São Paulo: Liv. Editora Ciências Humanas, 2010.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**: terra e poder, o problema da terra na crise política. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, J. de S. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. [S. l.]: Editora Anhembi, 1955.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de H. P. Maciel e R. Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCDOWELL, L. **Gender, identity and place**: understanding feminist geographies. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1999.

MCDOWELL, L. **Redundant Masculinities?** Employment change and white working class youth. Malden, MA: Blackwell, 2003.

MCDOWELL, L. The trouble with men? Young people, gender transformations and the crisis of masculinity. **International Journal of Urban and Regional Research**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2000.

MEDEIROS, J. M. R.; MARQUEZ, A. C.; REIS, N. A.; GONÇALVES, B. B. **Oficina Gephi**: mapeando e analisando a vida das redes sociais. Vitória: Laboratório de Internet e Ciências de Dados, 2016.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (Brasil). Direitos Humanos reforça equipe no oeste do Paraná, foco de conflitos fundiários que atingem indígenas. **Gov.br**, Brasília, 9 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/direitos-humanos-reforca-equipe-no-oeste-do-parana-foco-de-conflitos-fundiarios-que-atingem-indigenas>. Acesso em: 20 out. 2024.

MIRANDA, N. R. Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses bens. **Revista do CAAP**, Belo Horizonte, v. XVII, n. 2, p. 153-176, 2011.

MIRANDA, R. de S.; GOMES, R. A.; MENESES, V. F. Mudança social e estudos rurais: reflexões sobre os desenvolvimentos e as disputas no campo. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 42, n. Especial, p. 424-442, 2022.

MONCAU, G. Landless Workers' Movement celebrates 40 years and becomes the longest-running peasant movement in Brazil. Translated by A. P. Rocha. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 jan. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/landless-workers-movement-celebrates-40-years-and-becomes-the-longest-running-peasant-movement-in-brazil>. Acesso em: 8 out. 2024.

MOREIRA, G. Concentração fundiária no Brasil: por quê? **Ecodebate**, Belo Horizonte, 16 mar. 2018. Opinião. Disponível em: ecodebate.com.br/2018/03/16/concentração-fundiaria-no-brasil-por-que-artigo-de-gilvander-moreira. Acesso em: 21 jan. 2025.

MOREIRA, L. A. **Abril Vermelho**: as estratégias de comunicação digital do MST durante a Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária de 2023. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Públicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/86095>. Acesso em: 8 out. 2024.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

MOURÃO, M. Imprensa criminaliza MST enquanto silencia sobre verdadeiros invasores. **Brasil de Fato**, Natal, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/27/imprensa-criminaliza-mst-enquanto-silencia-sobre-verdadeiros-invasores>. Acesso em: 8 out. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Educação MST. *In*: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Página do MST**, Brasil, c2023a. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa história. *In*: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Página do MST**, Brasil, c2025. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa%20historia/>. Acesso em: 7 set. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Tag Araupel. 1 fotografia, color. *In*: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Página do MST**, [S. l.], c2023b. Disponível em: <https://mst.org.br/tag/araupel/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Paraná). Camponeses denunciam precariedade das estradas e de serviços de saúde e educação. 1 fotografia, color. *In*: Famílias camponesas fazem vigília por estrada, saúde e educação em Quedas do Iguaçu (PR). **Brasil de Fato**, Curitiba, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2022/06/09/familias-camponesas-fazem-vigilia-por-estrada-saude-e-educacao-em-quedas-do-iguacu-pr>. Acesso em: 23 maio 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Rio Grande do Sul). **Vilmar Bordin e Leonir Orback, Presente!** [...]. [S. l.], 7 abr. 2024. Instagram: @rs_mst. Disponível em: https://www.instagram.com/rs_mst/p/C5eYJpeSNwZ/. Acesso em: 17 set. 2024.

MUELLER, C. C.; MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - a década de 1980. **Brazilian Journal of Political Economy**, [São Paulo], v. 17, p. 407-427, 2022.

MUNDO EDUCAÇÃO. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: MUNDO EDUCAÇÃO. **Geografia Humana: Geografia Humana do Brasil**. [S. l.]: Uol, c2025.

MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

NASCIMENTO, H. M. do. Questão agrária, território e meio ambiente no Brasil: os limites da transição para uma agricultura sustentável. **Economía, sociedad y territorio**, [Zinacantepec], v. 9, n. 31, p. 723-758, 2009.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (org.). **A agricultura brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 185-209.

NEWMAN, M. **Networks: an introduction**. New York, NY: OUP Oxford, 2010.

NOZOE, N. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Economia**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2006.

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, C.; RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de “Estado capitalista” e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 122-137.

OLINTO, B. A.; STEIN, M. N. “Um resumo do Brasil”: diferença e historicidade na construção do rural no Paraná. **Topoi (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 751-774, 2019.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. [São Paulo], v. 15, n. 43, p.185-206, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

OLIVEIRA, M. B. de; SILVA, N. M. da; GOMES, M. C. A. Transmissão de herança e relações de gênero: notas para um roteiro de compreensão. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 391-409, 2016.

OLIVEIRA, R. C. de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 150-169, 2007, jun./dez.

OLIVEIRA, R. C. de; GOULART, M. H. H. S.; VANALI, A. C.; MONTEIRO, J. M. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, [Porto Alegre], v. 5, n. 11, p. 165-198, set./dez. 2017.

ONDETTI, G. Ideational bases of land reform in Brazil: 1910 to the present. In: LEISERING, L. (org.). **One hundred years of social protection: the changing social question in Brazil, India, China, and South Africa**. Cham: Springer International Publishing, 2021. p. 343-379. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-54959-6_10. Acesso em: 15 set. 2024.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PAULA, G. No PR, acampamento Dom Tomás Balduino comemora um ano de lutas. **Página do MST**, [S. l.], 11 jul. 2016. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/07/11/no-pr-acampamento-dom-tomas-balduino-comemora-um-ano-de-lutas/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

PEREIRA, A. dos R. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PEREIRA, E. M. E nos sonhos que fui sonhando, as visões se clareando: hegemonia e luta pela terra no Brasil. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 194-213, jul./set. 2016.

PEREIRA, P. A. A.; MARTHA JUNIOR, G. B.; SANTANA, C. A. M.; ALVES, E. The development of Brazilian agriculture: future technological challenges and opportunities. **Agriculture & Food Security**, [s. l.], n. 1, artigo 4, 2012.

PINHEIRO, K. Bases teóricas gerais sobre urbanização no Brasil. **RDE: Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 9, n. 15, p. 61-68, jan. 2007.

PISCITELLI, A. Masculinidades em narrativas sobre os fundadores de grupos empresariais brasileiros. In: SCHPUN, M. R. (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 175-202.

PONTES, M. Ao todo, o Paraná tem dez Escolas Itinerantes [...], 2023. 1 fotografia, color. In: AZEVEDO, J. Formação dos Coletivos de escolas em áreas de Reforma Agrária no PR reúne 70 pessoas. **Página do MST**, [S. l.], 8 fev. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/02/08/formacao-dos-coletivos-de-escolas-em-areas-de-reforma-agraria-no-pr-reune-70-pessoas/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

PRADO JÚNIOR, C. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2021.

PRATES, G. [Sem título], 2018. 1 fotografia, color. *In*: VASCONCELOS, F. Festa no acampamento Dom Tomás Balduino comemora 3 anos de resistência no Paraná. **Brasil de Fato**, Quedas do Iguaçu, 9 jul. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/07/09/festa-no-acampamento-dom-tomas-balduino-comemora-3-anos-de-resistencia-no-parana>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <https://directory.doabooks.org/handle/20.500.12854/49418>. Acesso em: 25/ out. 2024.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRZEWORSKI, A. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

QUEDAS – Araupel doa ventilador pulmonar para o Hospital Cristo Rei. **Portal Cantu**, Guaraniaçu, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://portalcantu.com.br/news/quedasdoiguacu/araupel-doa-ventilador-pulmonar-para-o-hospital-cristo-rei>. Acesso em: 27 jan. 2025.

RADA, N.; VALDES, C. Policy, technology, and efficiency of Brazilian agriculture. **Economic Research Service Report**, [Washington, DC], n. 137, jul. 2012. Disponível em: <http://www.ssrn.com/abstract=2112029>. Acesso em: 10 out. 2024.

RAMOS, R. W. **A implantação e estruturação do novo modelo agrário no Paraná**: ações do governo de Bento Munhoz da Rocha 1951-1955. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2078>. Acesso em: 10 out. 2024.

RAMOS, R. W. **O Paraná moderno de Bento Munhoz da Rocha Netto**: ações para a implantação do novo modelo agrário (1951-1955). Jundiaí: Paco, 2022.

RECHMANN, A. Pacote anti-MST: oposição frustra tentativa da esquerda de barrar projetos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/república/pacote-anti-mst-oposicao-frustra-tentativa-da-esquerda-de-barrar-projetos/>. Acesso em: 13 set. 2024.

REIS, R. R. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 86, p. 89-122, 2012.

RIQUINHO, D. L.; GERHARDT, T. E. Doença e incapacidade: dimensões subjetivas e identidade social do trabalhador rural. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 320-332, 2010.

ROCHA, H. L. **"Espaço Espiado"**: O uso de crack como um elemento das espacialidades vivenciadas por adolescentes do sexo masculino em Ponta Grossa – PR. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

ROCHA, H. **Consumo de drogas, violencia y muerte**: entre la institución de espacialidades y la configuración de masculinidades de adolescentes varones pobres implicados en el narcotráfico en el Gran Buenos Aires, Argentina. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, 2020. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.1966/te.1966.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ROHDEN, F. Para que serve o conceito de honra, ainda hoje? **Campos**, [Curitiba], v. 7, n. 2, p. 101-120, 2006.

ROSE, G. **Feminism & geography**: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polty Press, 1993.

ROSS, D.; FABRINI, J. E. Assentamento Celso Furtado: da conquista da terra às formas de resistência do território camponês. **Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho**, [Presidente Prudente], v. 13, n. 1, p. 37-54, 2012.

ROSSI, R. **"Malucos da quebrada"**: territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes homens em conflito com a lei em Ponta Grossa – Paraná. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

ROSSI, R. **Espacialidade Carcerária e a instituição de masculinidades entre homens jovens egressos em Ponta Grossa, Paraná**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SALLUM JR., B.; KUGELMAS, E. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 145-159, 1991.

SANTIAGO, M. F. The 1988 Brazilian Constitution and its country project: is there still room to dream? **Boletín Mexicano de Derecho Comparado**, Ciudad de México, v. 53, n. 159, p. 1207-1234, 2020.

SANTOS, J. C. N.; SANTOS, L. A.; MARINHO, C. M.; DUARTE, F. R. Educação e luta pela terra: a experiência com jovens do campo da Escola Família Agrícola de Sobradinho-BA. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 42-60, jan./abr. 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec: São Paulo, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec: São Paulo, 1997.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978.

SANTOS, I. A. F. dos; PICOLOTTO, E. L. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do Jornal Sem Terra. **NORUS: Revista Novos Rumos Sociológicos**, [Pelotas], v. 7, n. 11, p. 232-268, jan./jul. 2019.

SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). 2002. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18092006-095851/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SERRA, E. Extremo Noroeste do Paraná: dos conflitos pela posse da terra aos conflitos pela reforma agrária. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2005. p. 14018-14042.

SERRA, E. Grilagens de terra e conflitos rurais: o lado perverso da colonização no Paraná. **Ra'eGa: o espaço geográfico em análise**, Curitiba, v. 46, n. 1, p. 58-74, mar. 2019.

SETOR DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO MST-PR. MP denuncia 6 PMs por assassinato de trabalhadores rurais em Quedas do Iguaçu-PR. **Brasil de Fato**, Curitiba, 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2019/10/01/mp-denuncia-6-pms-por-assassinato-em-trabalhadores-rurais-em-quedas-do-iguacu-pr>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SILVA, E. A.; SILVA, J. M. Ofício, Engenho e Arte: inspiração e técnica na análise de dados qualitativos. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132-154, 2016.

SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. *In*: SILVA, J. M. (org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a. p. 55-93.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *In*: SILVA, J. M. (org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b. p. 93-114.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. **Espaço, gênero & masculinidades plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SILVA, L. B. M. da. Masculinidade, memória e trabalho: um estudo etnográfico com homens campeiros do pampa sul-rio-grandense em processos de mobilidade. **Tessituras**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 123-149, 2013.

SILVA, L. C. E. (coord.). **O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 1992. Texto para discussão n. 274. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1561>. Acesso em: 10 out. 2024.

SILVA, M. da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SOARES, E.; SANTOS, L. B. Segregação socioespacial e moradia no Brasil entre finais do século XIX e início do século XX. **Geografares**, Vitória, n. 20, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/13917>. Acesso em: 15 out. 2024.

SOBREIRO FILHO, J.; GIRARDI, E. P. (coord.). **Relatório Dataluta Brasil**. Presidente Prudente: NERA, 2019. n. 20. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWI8ZWDW93foDbTVT9A>. Acesso em: 7 ago. 2022.

SOPELSA, R. “Nós” e “eles”, uma difícil relação: conflitos entre brasileiros e imigrantes em Ponta Grossa-PR (1892-1912). **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, [São Paulo], n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9522>. Acesso em: 17 out. 2024.

SOTO VILLAGRAN, P. Entre los espacios del miedo y los espacios de la violencia: discursos y practicas sobre la corporalidad y las emociones *In*: AGUILAR, M. A.; SOTO VILLAGRAN, P. (coord.). **Cuerpos, espacios y emociones**: aproximaciones desde las ciencias sociales. Iztapalapa: Universidad Autónoma Metropolitana, 2013. p. 197-2017.

SOUSA, N. A. de. A honra dos “homens de bem”: uma análise da questão da honra masculina em Processos Criminais de Violência Contra Mulheres em Fortaleza (1920-1940). **Métis: história & cultura**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 155-170, jul./dez. 2010.

STACHUK, A.; OLIVEIRA, O. de. “Em defesa da Honra”: violência e sociabilidade em Mallet-PR (1936-1950). **Estudios históricos**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 1-11, 2019.

STÉDILE, J. P. (org.); ESTEVAM, D. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 7.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEZIA, A. Em vigília, indígenas do Levante pela Terra pedem ao STF que declare a Lei 14.701 inconstitucional. **Conselho Indigenista Missionário**, local, 28 jun. 2024. Notícias. Direitos Indígenas. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/06/indigenas-pedem-stf-declare-lei-14-701-inconstitucional/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO PARANÁ. **Nota oficial Incra/PR – Morte de trabalhadores rurais em Quedas do Iguaçu**. Curitiba, 8 abr. 2016.

Facebook: Superintendência Regional do Incra no Paraná. Disponível em: <https://www.facebook.com/incraparana/posts/pfbid0uNJkavgwoQfp51Ved7miNrx9eeVUbMRbmNhQNm67xqNVN7LzqYV64CfAGk542V5Zl>. Acesso em: 15 abr. 2023.

TARAUD, C. A virilidade em situação colonial: do final do século XVIII à Grande Guerra. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (org). **História da virilidade**: o triunfo da virilidade: o século XX. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 2. p. 414-436.

TARGINO, I. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 148-160, jan./jun. 2002.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A violência como dispositivo de excesso de poder. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. X, n. 2, p. 281-298, 1995. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44054/33672>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TEIXEIRA, N. C. R. B.; DEUS, J. L. de. N'olho da rua: representações das masculinidades na imprensa paranaense. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 691-704, 2017.

TERRA DE DIREITOS. Massacre de Quedas do Iguaçu. **Terra de Direitos**, [S. l.], 7 abr. 2016. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/casos-embematicos/massacre-de-quedas-do-iguacu/15787>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TRABALHADOR rural denuncia emboscada em entrevista a Rodolfo Lucena. Direção e produção: Rodolfo Lucena. [S. l.], 18 abr. 2017. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=plQiG1fR378>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TRICONTINENTAL: INSTITUTE FOR SOCIAL RESEARCH. **Popular agrarian reform and the struggle for land in Brazil**. [S. l.]: Tricontinental, abr. 2020. Dossier n. 27. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-27-land/>. Acesso em: 17 out. 2024.

TRICONTINENTAL: INSTITUTE FOR SOCIAL RESEARCH. **The political organisation of Brazil's Landless Workers' Movement (MST)**. [S. l.]: Tricontinental, abr. 2024. Dossier n. 75. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-75-landless-workers-movement-brazil/>. Acesso em: 8 out. 2024.

VACHER, E. A. **Masculinidades (in)estables**: abordaje con varones que ejercen o ejercieron violencia por razones de género. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2024.

WEJSA, S.; LESSER, J. Migration in Brazil: the making of a multicultural society. **Migration Information Source: the online journal of the Migration Policy Institute**, Washington, DC, 29 mar. 2018. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/migration-brazil-making-multicultural-society>. Acesso em: 5 out. 2024.

ZARTH, P.; MADRUGA, J. 24 horas num acampamento sem terra. **Página da CUT Paraná**, [S. /], 11 abr. 2016. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <https://pr.cut.org.br/noticias/24-horas-num-acampamento-sem-terra-c547>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ZENERATTI, F. L. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 24, p. 564-575, 2021.

GLOSSÁRIO

Aresta	Representação, na forma de linha, de um relacionamento entre dois nós de uma rede. Assim como os nós, são uma parte fundamental da rede, afinal não haveria rede sem relacionamentos. Uma aresta pode representar uma relação comercial, governamental, afetiva ou qualquer outro relacionamento e pode conter atributos relativos a essas relações.
Centralidade de intermediação	Quantidade de atalhos (caminhos mais curtos) que passam por determinado nó. Por sua importância, permitem ou bloqueiam relações na rede (Higgins; Ribeiro, 2018).
Centralidade de proximidade	Capacidade de influência do nó, a partir da distância mínima, para atingir o maior número de ligações com outros nós da rede (Higgins; Ribeiro, 2018).
Densidade	Densidade de um grafo corresponde às conectividades da rede, evidenciando as proporção das relações estabelecidas (Higgins; Ribeiro, 2018).
Grau	Peso do nó a partir de suas conexões; pode ser chamado também de 'centralidade de grau' (Higgins; Ribeiro, 2018).
Grau ponderado	Peso das arestas (ligações) que cruzam o nó; também pode ser chamado de 'centralidade de grau ponderado' (Higgins; Ribeiro, 2018).
Layout	Forma escolhida pelo pesquisador para projetar uma rede, em função de representar melhor uma projeção. Os <i>layouts</i> do <i>software</i> Gephi 0.9.5 incluem: Fruchterman-Reingold (distribui os nós em espaço circular/esférico, alocando os <i>hubs</i> do centro para a periferia e minimizando a interposição de arestas); Network Splitter 3D (permite a visualização de hierarquia entre os nós); Circle Pack (forma de visualização da rede que tem como base separar, de forma circular e hierárquica, as comunidades da rede); Radial Axis (forma de visualização da rede que permite agrupar os nós em comunidades, formando eixos, em que a parte central é organizada com os nós de maior peso de grau ponderado).
Metarrelação	Estabelecida a partir da supressão de um tipo de nó, o que promove novas ligações; as metarrelações com supressões de nós podem ser utilizadas nas redes bimodais para transformação em unimodais (Higgins; Ribeiro, 2018).
Modularidade	Utilização do algoritmo da modularidade que define <i>cluster</i> (conjunto de nós fortemente conectados que formam comunidades a partir das conexões mais fortes). Também pode ser chamada de 'modularidade de classe'. É possível fazer a modularidade com diversas resoluções, dependendo da demanda do pesquisador; a 1.0 é a modularidade de referência (Medeiros <i>et al.</i> , 2016).

Nó de rede	Representação na forma de ponto (ou outra forma gráfica) de uma organização, pessoa, palavra ou qualquer outro objeto ou entidade na rede. Também denominado vértice de interseção, os nós de rede são pontos de partida ou chegada de arestas (relacionamentos), sendo uma parte essencial na rede, sem a qual não haveria relacionamentos. Os nós podem conter atributos referentes à sua representação, tais como tamanho, peso, preço, cor, etc.
Projeção multimodal	Transformação de uma rede de dois modos ou dois tipos de nós (rede bimodal) em uma rede de um só modo (rede unimodal).
Rede bimodal	Rede que apresenta dois modos de nós.
Rede unimodal	Rede de um único modo de nó; pode ser resultado de uma projeção multimodal.
Topologia de rede	Tipo de análise que consiste na visualização da hierarquia dos nós na rede.

**APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DO
ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO — QUEDAS DO
IGUAÇU, PARANÁ**

1) Dados da entrevista:

Data:

Local:

2) Identificação da pessoa:

Tempo no MST:

Tempo no Acampamento:

Idade:

Escolaridade:

Conjugalidade/ descrever o/a(s) companheira(s): Idade/ Filhos/ Idade filhos/ Sexo:

3) Histórico familiar e a relação com o MST:

Condições familiares / ocupação / escolaridade pais:

Como foi o ingresso no MST:

Falar da trajetória de formação política e como compreende o MST:

Falar de pessoas de maior respeito e admiração da família e do MST e justificar a razão:

4) Os conflitos na disputa pela terra:

Como foi a ocupação da área do acampamento:

Como homens, mulheres e crianças participam da ocupação? Diferenças de ações/papéis:

Quais os maiores conflitos vividos no acampamento?

Quem são as pessoas mais visadas nos conflitos? Como descreve as vítimas de violência que mais marcaram a história do acampamento:

Como concilia a manutenção da família e os riscos de vida nas lutas pela terra?

Descrever emoções (raiva; medo; ansiedade):

Quais são as características de homens e mulheres na luta pela terra (semelhanças e diferenças):

5) Questão livre

Há algum ponto que queira aprofundar, esclarecer, retomar que ache importante sobre os conflitos?

APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio desse termo que eu, _____, concordei em conceder entrevista e/ou participar da pesquisa de campo referente à elaboração de tese de doutorado intitulada **“O conflito agrário entre a madeireira ARAUPEL e o MST no sudoeste do Paraná e o exercício de distintas masculinidades”** de **Wilson Silva Junior** sob orientação do prof. **Dr. Marcio Jose Ornat** do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Fui informado ainda de que minha entrevista será utilizada de maneira totalmente anônima e que poderei consultar a qualquer momento a instituição responsável por meio de seu orientador pelo e-mail: marciornat@uepg.br. Fui informado ainda que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento do processo de elaboração, sem sofrer qualquer prejuízo.

Atesto ainda ter recebido uma cópia assinada deste termo de consentimento livre e esclarecido de minha participação na pesquisa.

Quedas do Iguaçu, _____ de _____ de 2022.

Assinatura da pessoa entrevistada: _____

Assinatura do pesquisador: _____